

ISSN 0871-2743

# NVMMVS

2ª SÉRIE - VOLUME XXI/XXV



PORTO  
SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA  
1998-2002

# NVMMVS

PROPRIEDADE DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA

---

REDACÇÃO: Rui M. S. CENTENO  
A. M. de FÁRIA  
J. M. S. Mendes PINTO  
J. M. Valladares SOUTO

## SUMÁRIO

- <i>Os 50 anos da sociedade portuguesa de numismática</i>	5
- Rui M. S. Centeno .....	
- <i>Tesouros monetários romanos em Portugal: da República ao Reinado de Augustus</i>	7
- M. Benedita C. da S. de Guineia Barbosa .....	
- <i>O Tesouro do Coiço (Concelho de Penacova, distrito de Coimbra)</i>	145
- José Ruivo .....	
- <i>Reis suevos e a igreja de São Martinho na formação de Portugal</i>	157
- H. V. Livermore .....	
- <i>Dobras pé de terra</i>	173
- J. A. Godinho Miranda/Carlos Marques da Costa .....	
- <i>As emissões em cobre de D. Pedro II nos anos de 1699 e 1703</i>	181
- José Rodrigues Marinho .....	
- <i>Adenda à Nummvs, 1991-1992</i>	227
- José Rodrigues Marinho .....	
- <i>Os escudos de ouro da República</i>	231
- António Manuel Trigueiros.....	

Toda a correspondência deve ser dirigida a:

NVMMVS  
Sociedade Portuguesa de Numismática  
Rua de Costa Cabral, 664  
4200 Porto - Portugal

NVMMVS



# NVMMVS

II SÉRIE — VOLUME XXI/XXV



PORTO  
SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA  
1998-2002

© Sociedade Portuguesa de Numismática, Porto

ISSN 0871 - 2743

Dep. Legal N.º 71 824 / 93

Tiragem 1500 ex.

Fotocomposição, Impressão e Acabamento — *Tipografia Nunes, Lda* — Porto

## OS 50 ANOS DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE NUMISMÁTICA

*Corria o ano de 1952 quando um grupo distintas personalidades, entusiastas pelos estudos numismáticos e pelo coleccionismo de moedas e medalhas, constituiu na cidade do Porto a Sociedade Portuguesa de Numismática.*

*Aquilo que, nos primeiros tempos, foi uma tertúlia de amigos interessados em cultivar a Numismática, mercê do entusiasmo e da dedicação de todos os que presidiram aos destinos da S.P.N., rapidamente se transformou na mais importante instituição do género existente em Portugal, agregando hoje mais de um milhar de associados disseminados pelos cinco continentes.*

*Num momento em que comemora as suas Bodas de Ouro, é de inteira justiça salientar o contributo ímpar da Sociedade Portuguesa de Numismática para o progresso da ciência numismática no nosso país mobilizando estudiosos, coleccionadores ou simples curiosos por assuntos numismáticos, realizando as célebres permutas inter-associados que tanto têm contribuído para o incremento do coleccionismo e editando uma série de obras de numismática com grande divulgação entre todos os que se interessam por esta área do saber.*

*Precisamente, uma das publicações mais prestigiadas S.P.N. é a sua revista Nummus que neste volume se associa a esta data tão significativa para a nossa Sociedade. Mas, nesta ocasião de júbilo pela comemoração do 50º aniversário, cumpre-nos também homenagear todos, e muitos foram, os dirigentes, associados e funcionários que, no decurso deste meio século de existência, com o seu labor, dedicação e saber contribuíram para levantar e engrandecer esta grande instituição que é a Sociedade Portuguesa de Numismática, sendo de inteira justiça recordar aqui o nome de dois ilustres associados que recentemente deixaram o nosso convívio, os Senhores Carlos Peixoto Braga e Norberto Augusto Correia. Também em sua memória é editado este volume.*

Rui M.S. Centeno





## TESOUROS MONETÁRIOS ROMANOS EM PORTUGAL: DA REPÚBLICA AO REINADO DE AUGUSTUS

M. Benedita C. da S. de Guinea Barbosa

No âmbito de uma dissertação de Mestrado a apresentar à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, propusemo-nos realizar um inventário e análise dos tesouros monetários romanos do período republicano até ao reinado de Augustus, aparecidos no território actualmente português.

Quando iniciamos o nosso trabalho deparamos, imediatamente, com várias dificuldades relativas ao material existente que, por vezes, é escasso ou pouco estudado. Isto acontece porque a maior parte dos achados monetários são casuais. Como é sabido grande parte dos tesouros aparecem durante a execução de trabalhos agrícolas, de obras públicas e de construção civil. Esta situação aliada às disposições da lei portuguesa acerca desta matéria, que pouco ou nada beneficia o achador, levam, naturalmente, à rápida dispersão das moedas e em alguns casos à sua venda para o estrangeiro. Para além disto em parte das publicações que versam sobre este assunto apenas são assinalados os tesouros monetários, por vezes incorrectamente, não existindo qualquer tipo de descrição acerca das condições do seu achamento e acontecendo não existir quaisquer dados relativos às moedas. Assim a nossa tarefa desenvolvida no sentido de os estudar torna-se bastante difícil, pois se ignorarmos este tipo de dados é-nos impossível obter uma datação minimamente segura para a sua ocultação.

Apesar de todos estes obstáculos, pudemos dispor de alguns inventários que serviram de ponto de partida para o nosso trabalho, tendo reunido 80 tesouros para o período estudado.

O nosso trabalho é constituído por duas partes. Na primeira inventariamos todos os depósitos monetários que recolhemos, o mais exaustivamente que nos foi possível, já que, por vezes, apenas possuímos breves notícias acerca dos tesouros. Sempre que nos pareceu útil, apresentamos o catálogo dos achados monetários inventariados. Não o fizemos em todos os casos, pois parte deles estão devidamente catalogados e actualizados noutras obras, pelo que não julgamos necessário repeti-los. Nestes casos descrevemos sumariamente os tesouros, especialmente no que respeita à cronologia e condições de achado, indicando as respectivas fontes bibliográficas. Na segunda parte, fazemos uma análise comparativa da estrutura dos tesouros, tendo em conta a sua associação com jóias ou outros objectos, os seus contentores, locais de aparecimento e por fim o seu contexto histórico-geográfico, não esquecendo que Portugal se encontrava integrado num todo: a Hispânia. Depois, segue-se uma breve conclusão, a lista da bibliografia utilizada para elaboração deste trabalho e os mapas com a localização geográfica dos tesouros.

Gostaríamos de aproveitar esta oportunidade para agradecer a algumas pessoas sem as quais este trabalho não teria sido possível. Em primeiro lugar queremos exprimir a nossa gratidão ao Professor Doutor Rui Manuel Sobral Centeno que foi quem nos despertou e aliciou para o estudo e investigação na área da numismática e tendo aceite orientar o nosso trabalho, foi o seu grande impulsionador não só através do incentivo que nos deu, mas também pela cedência de dados fundamentais, por vezes, inéditos e mesmo de bibliografia especializada de mais difícil acesso.

Queremos também agradecer ao Dr. João Paulo Coelho da Silva de Guinea Barbosa pela sua colaboração e troca de ideias e ao Dr. José da S. Ruivo pela sua disponibilidade e pelos esclarecimentos prestados relativamente a alguns achados monetários.

Finalmente desejamos expressar o nosso agradecimento a todos que nos foram apoiando durante a elaboração deste trabalho.

## ABREVIATURAS

### 1. Abreviaturas Bibliográficas

AEA	<i>Archivo Español de Arqueología</i> , Madrid.
Alarcão	<i>Roman Portugal</i> , Inventário, 3 fasc., Warminster, 1988.
AN	<i>Acta Numismática</i> , Barcelona.
ANSMN	<i>American Numismatic Society Museum Notes</i> , Nova Iorque.
AP	<i>O Archeologo Português</i> , Lisboa.

- C. Blázquez, *La circulación monetaria en torno a la via de la plata desde sus inicios hasta fines del reinado de Commodo*, Univ. de Salamanca, Facultad de Geografía e Historia, Departamento de Prehistoria, Historia Antigua y Arqueología, Salamanca, 1993.
- C. Blázquez, *Tesorillos de moneda republicana en la península ibérica*. Adenda a Roman Republican Coin Hoards, *Acta Numismatica*, 17-18. Barcelona, 1988, p. 105-142.
- R.M.S. Centeno, *Moedas Hispano-Romanas no Museu de Antropologia "Dr. Mendes Corrêa"*, Porto, 1976.
- R.M.S. Centeno, O Tesouro de denarii do Alto do Corgo (Concelho de Valença), *Conimbriga*, XVI, 1977, pp. 93-101.
- F. Chaves, *Los Tesoros en el Sur de Hispania. Conjunto de denarios y objetos de plata durante los siglos II y I a.C.*, Sevilla, 1996.
- J. da S. Ruivo, *Circulação monetária na Estremadura portuguesa até aos inícios do século III*, (Tese de Mestrado dactilografada apresentada à F.L.U.P.), 1995.
- R.M.S Centeno, *Circulação Monetária no Noroeste de Hispânia até 192*, Porto, 1987.
- I. Pereira, j.-P. Bost, j. Hiernard, *Fouilles de Conimbriga, III. Les monnaies*, Paris, 1974.
- Gaceta Numismatica*, Barcelona.
- M C. Hipólito, Dos tesouros de moedas romanas em Portugal, *Conimbriga*, Vol. II-III, 1960-61
- F. Mateu y Llopis, Hallazgos Monetarios *The Journal of Roman Studies*, Londres.

<i>La moneda hispánica</i>	<i>La moneda hispánica-ciudad y territorio</i> , (Anejos de Archivo Español de Arqueología, XIV), Madrid, 1996.
NC	<i>Numismatic Chronicle</i>
NH	<i>Numario Hispánico</i> , Madrid
Raddatz. <i>Die Schatzfunde</i>	K. Raddatz, <i>Die Schatzfunde der Iberischen Halbinsel vom Ende des dritten bis zur Mitte des ersten Jahrhunderts</i> vor Chr. Geb. Untersuchungen zur hispanischen Toreutik, (Madrider Forschungen 5), Berlin, 1969.
RG	<i>Revista de Guimarães</i>
RIC	C. H. V. Sutherland, <i>The Roman Imperial Coinage</i> , Vol. I, From 31 BC to AD 69, 2ª ed. revista, Londres, 1984.
RRC	M. H. Crawford, <i>Roman Republic Coinage</i> , 2 vols., Cambridge, 1974.
RRCH	M. H. Crawford, <i>Roman Republic Coin Hoards</i> , (Royal Numismatic Society Special Publication 4), Londres, 1969.
Villaronga. <i>Arse</i>	L. Villaronga, <i>Las monedas de Arse-Saguntum</i> , Barcelona, 1967.
Villaronga, <i>Numismática</i>	L. Villaronga, <i>Numismática antigua de Hispania. Iniciación a su estudio</i> , Barcelona, 1979.
Villaronga, <i>Ikalkunskén</i>	L. Villaronga, <i>Els denaris ibèrics d'Ikalkunskén</i> , València, 1988.
Villaronga, <i>Tresors</i>	L. Villaronga, <i>Tresors monetaris de la Península Ibèrica anteriors a Avgvst: Repertori i anàlisi</i> , Barcelona, 1993.

## 2. Outras abreviaturas

Anv.	anverso
AR	prata ou moeda de
As	asse

Au	ouro ou moeda de
BM	British Museum
col.	coleccção
D	<i>denarius</i>
Di	<i>didracma</i>
Dp	<i>dupondius</i>
Do	<i>dodrans</i>
Ds	<i>denarius serratus</i>
ex.	exemplar
Frag.	moeda fragmentada
g	grama
HS	<i>sestertius</i>
MEP	Museu Etnológico Português
MNAE	Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia
Q	<i>quinarius</i>
Rev.	reverso
V	<i>victoriatius</i>

## INTRODUÇÃO

Até cerca de 450 a.C. poucas moedas chegaram à Hispânia não tendo sido alterados os hábitos das populações indígenas, que continuaram a recorrer à troca directa<sup>1</sup> e a efectuar pagamentos utilizando para isso objectos de uso comum como peles, cereais, conchas etc.... conforme as condições económicas e naturais de cada região.

Estudos recentes sobre a Estremadura do nosso território parecem sugerir que as primeiras moedas terão aparecido durante a Segunda Guerra Púnica, ainda que de forma esporádica, visto que, somente a partir das campanhas de Sertorius é que terá havido um uso mais frequente da moeda<sup>2</sup>. No Noroeste peninsular a moeda só terá sido introduzida nos finais da época republicana, vulgarizando-se após as campanhas de pacificação empreendidas sob a alçada de Augustus<sup>3</sup>. Apesar de tudo, os achados de moedas em Portugal são muito frequentes, como testemunham os 80 tesouros que aqui inventariamos.

---

<sup>1</sup> Cfr. P.P. Ripollès, Circulación monetaria en Hispania durante el período republicano y el inicio de la dinastía Julio-Claudia. *VIII Congreso Nacional de Numismática (Avilés, 1992)*, Madrid, 1994, p. 116.

<sup>2</sup> Cfr. *CMEP*, p. 158.

<sup>3</sup> Cfr. *CMNH*, p. 187.

Os achados inventariados inserem-se no esquema habitual dos fenómenos de entesouramento que conhecemos, sendo, então, variados os motivos que levaram à sua formação e ocultação: medo de assalto, épocas de guerra, de violência ou de distúrbios. Casey<sup>4</sup> classifica este tipo de achados de *tesouros de emergência*, porque têm como característica terem sido motivados por uma necessidade imediata, por isso possuem moedas não seleccionadas, de uso quotidiano e muitas vezes outros objectos de valor associados como jóias. Outro motivo da constituição de um tesouro pode ser meramente a poupança; os *tesouros de poupança*<sup>5</sup> são acumulados gradualmente, estando por isso em lugares acessíveis que permitiriam ao seu proprietário adicionar ou tirar moedas sempre que assim o entendesse. Era natural que os romanos possuíssem poupanças de dinheiro, assim como actualmente acontece, no entanto os bancos não eram comuns como hoje sendo mais natural que as pessoas depositassem as suas moedas num receptáculo, depois colocado num sitio seguro e acessível dentro da sua casa<sup>6</sup>. Existem ainda outro tipo de poupanças, constituídas por moeda de uso corrente, a que podemos chamar *tesouros de bolsa*, como por exemplo um porta-moedas perdido.

Contudo é-nos quase impossível distinguir os motivos que levaram à ocultação dos tesouros: por exemplo um tesouro inicialmente constituído com a finalidade de poupança, pode facilmente tornar-se de emergência se as circunstâncias do momento o motivarem, assim como as moedas de um tesouro de poupança podem nem ter sido seleccionadas, o que é difícil acontecer em épocas de crise.

Uma certeza temos: os tesouros a que hoje temos acesso são uma ínfima parte dos que existiam. São aqueles cujo proprietário ou família nunca recuperou.

*Algumas considerações sobre o estado actual da investigação dos tesouros romanos republicanos e augústeos aparecidos em território actualmente português*

Sabemos que não existe, para Portugal, nenhum trabalho que nos forneça uma visão de conjunto dos tesouros desta época. Porém, não é difícil mencionar algumas obras, existentes mesmo desde o século passado, que contribuíram significativamente para a inventariação deste tipo de tesouros.

A única obra realizada na Península Ibérica cuja finalidade foi meramente a realização de um inventário de achados monetários, teve como autor F. Mateu y Llopis<sup>7</sup>. Esta

---

<sup>4</sup> Cfr. J. Casey. *Understanding ancient coins - an introducing for Archaeologists and Historians*, Londres, 1986.

<sup>5</sup> *Idem*

<sup>6</sup> Cfr. Anne S. Robertson. Romano-British coin hoards: their numismatic, archaeological and historical significance. *Coins and the Archaeologist*, ed. J. Casey e R. Reece. (BAR 4), 1974, p. 13.

<sup>7</sup> F. Mateu y Llopis. HM: *Ampurias*, IV, 1942, pp. 215-22; *Ampurias*, V, 1943, pp. 221-34; *Ampurias*, VI, 1944, pp. 215-37; *Ampurias*, VII-VIII, 1945-46, pp. 233-75; *Ampurias*, IX-X, 1947-48, pp. 55-95;

obra iniciada na primeira metade da nossa década é gigantesca e como tal apresenta algumas deficiências, mas ainda hoje tem grande valor para os investigadores nesta área uma vez que aí se podem encontrar referências a um grande número de tesouros.

É em 1953 que A. do Paço realiza a primeira compilação de achados de moedas romanas em Portugal, apresentando uma listagem de 33 tesouros monetários<sup>8</sup>.

Dois anos mais tarde Abel Viana<sup>9</sup>, com base nas notícias de *O Archeologo Português*<sup>10</sup>, reúne pela segunda vez os achados de moedas romanas em Portugal. No entanto o objectivo deste Autor foi a elaboração de um inventário das moedas de prata romanas da colecção do Museu Regional de Beja com vista à divulgação e sensibilização das pessoas da região para a investigação numismática. O seu trabalho limita-se, por isso, à transcrição das notícias já existentes, sendo, apesar disso, útil, na medida em que as reúne em um só documento.

Uns anos mais tarde é publicada a obra fundamental de Mário de Castro Hipólito<sup>11</sup> que recenseia 139 tesouros em Portugal, sendo 46, possivelmente, da época republicana até Augustus. Apesar de ser uma obra importante esta apresenta, para nós, algumas limitações: por um lado porque o objecto de estudo de M. C. Hipólito eram os tesouros portugueses do séc. III, o que não coincide com o nosso propósito; por outro lado, este trabalho, já se encontra, naturalmente, desactualizado, devido às novas referências a achados de tesouros monetários desde os anos sessenta do séc. XX.

É também de referir alguns autores estrangeiros como M. H. Crawford<sup>12</sup> e Klaus Raddatz<sup>13</sup> que contribuíram, nos finais dos anos 60, para o estudo dos tesouros monetários republicanos com obras que sendo de carácter muito geral e com um objectivo que ultrapassa o estudo do território actualmente português, não é de estranhar que possuam algumas falhas e omissões. O primeiro autor, enumera 567 achados descrevendo-os muito sumariamente e apresentando para o nosso país somente 14 tesouros. O segundo trata de achados de jóias e outro tipo de peças em que se incluem as moedas, pelo que não lhes é dado grande relevo.

---

*Ampurias*, XIII, 1951, pp. 203-55; *NH*, I, 1-2, 1952, pp. 225-64; *NH*, II, 3, 1953, pp. 91-105; *NH*, II, 4, 1953, pp. 275-302; *NH*, III, 5, 1954, pp. 99-110; *NH*, III, 6, 1954, pp. 249-57; *NH*, IV, 7, 1955, pp. 119-46; *NH*, IV, 8, 1955, pp. 315-28; *NH*, V, 10, 1956, pp. 281-94; *NH*, VII, 13, 1958, pp. 67-78; *NH*, VI, 14, 1958, pp. 173-97; *NH*, VIII, 15-16, 1959, pp. 151-64; *NH*, IX, 18, 1960, pp. 179-97; *NH*, X, 19-20, 1961, pp. 141-61; *NH*, XI, 21, 1967, pp. 45-74; *Numisma*, XXI, 1971, pp. 177-208; *Numisma*, XXII, 1972, pp. 127-54; *Numisma*, XXV, 1975, pp. 235-71; *Numisma*, XXVII, 144-146, 1977, pp. 65-88; *Numisma*, XXIX, 1979, pp. 121-47; *Numisma*, XXXI, 1981, pp. 89-136; *Numisma*, XXXV-XXXVI, 1985-86, pp. 47-71.

<sup>8</sup> A. do paço. Citânia de Sanfins III - Breve notícia de um tesouro monetário. *Brotéria*, LVI. Lisboa, 1953, pp. 673-89.

<sup>9</sup> Abel Viana. Denarii do Museu Regional de Beja. *Arquivo de Beja*. Vol. XII, Beja, 1955, pp. 140-163.

<sup>10</sup> *AP*, Lisboa.

<sup>11</sup> Hipólito, pp. 1-166.

<sup>12</sup> *RRCH*.

<sup>13</sup> K. Raddatz, *Die Schatzfunde*, pp. 272-283.

Outra obra de referência é o volume da série *Fouilles de Conimbriga - Les Monnaies*<sup>14</sup> onde são indicados, para esta época, 26 tesouros ( 5 dos quais sem referência cronológica, mas possivelmente deste período), o que é um número escasso se atendermos ao inventário de Hipólito. Esta publicação baseada na obra de M. Hipólito ou em informações deste Autor, não acrescenta nada de novo para a época que nos importa; até porque a sua finalidade inicial foi estudar as moedas encontradas durante as escavações arqueológicas da cidade romana de Conímbriga. Para isso foi efectuado um catálogo das moedas das escavações e estudada a circulação monetária do local. Contudo, esta obra tomou uma amplitude maior porque com base em inventários de tesouros e achados avulsos, foram abordados alguns aspectos relativos ao entesouramento e circulação monetária da Hispânia romana.

Fundamental para o estudo da circulação monetária no Noroeste de Portugal é a obra de Rui M. S. Centeno publicada em 1987<sup>15</sup>. Este Autor estuda exaustivamente 84<sup>16</sup> tesouros, sendo 19 do período republicano até ao reinado de Augustus. A primeira parte da sua obra é constituída por um inventário dos tesouros, achados de aurei isolados, achados avulso e moedas hispânicas existentes nos museus do Noroeste; na segunda parte é feita uma abordagem geral ao tema e são discutidos alguns aspectos metodológicos ao que se segue a análise da circulação monetária. Porém, não existe um trabalho deste género para o resto do país, embora em 1988 M<sup>a</sup> de las Cruces Blázquez Cerrato<sup>17</sup> tenha publicado uma adenda ao trabalho de Crawford<sup>18</sup> já por nós referido. Este trabalho consiste num inventário dos tesouros republicanos da Hispânia, onde se apresenta um breve sumário da composição de cada achado, assinalando a emissão da moeda mais recente. Assim, são inventariados 119 tesouros, 29 dos quais pertencem a Portugal, não havendo nada de novo a acrescentar ao que já havia sido realizado para o nosso território. Pensamos que é uma publicação com grande utilidade, apesar de algumas imprecisões e incorrecções, nomeadamente a nível das localizações geográficas dos achados e da actualização da bibliografia apresentada, pelo menos para os casos portugueses.

Outro trabalho recente, da autoria de Leandre Villaronga, apresenta um inventário e análise dos tesouros monetários republicanos da Hispânia<sup>19</sup>. Aqui são recolhidos 193 tesouros, dos quais 25 apareceram em Portugal. Também nesta obra as descrições dos achados do território português foram pouco cuidadas e existem algumas falhas como a

---

<sup>14</sup> *Fouilles de Conimbriga*.

<sup>15</sup> *CMNH*.

<sup>16</sup> O Autor refere em apêndice (pp. 87-9) mais 14 tesouros, dos quais 6 aparecidos em território português, que considera, possivelmente, da época republicana até 192, não tendo sido possível obter uma datação mais precisa, devido à insuficiência de dados.

<sup>17</sup> C. Blázquez, *Tesorillos*, pp. 105-142.

<sup>18</sup> Ver nota 12.

<sup>19</sup> L. Villaronga, *Tresors*.



apresentação de bibliografia desactualizada, a indicação de localizações geográficas imprecisas e até a duplicação de um tesouro<sup>20</sup> que, obviamente, não retirou a este trabalho a sua importância e utilidade. Em data mais recente, M<sup>a</sup> de las Cruces Blázquez Cerrato na sua dissertação de doutoramento sobre a circulação monetária ao longo da *via de la Plata*<sup>21</sup>, regista cerca de 18 tesouros republicanos encontrados em território português, novamente com imprecisões a nível da sua localização geográfica, o que leva, por vezes, a Autora a cometer incorreções na sua interpretação<sup>22</sup>.

Embora o panorama nacional a nível da investigação numismática não seja muito dinâmico<sup>23</sup> é de referir que ultimamente se têm feito alguns trabalhos a nível dos cursos de Mestrado, nesta área. Um desses trabalhos contribuiu para o avanço do estudo da circulação monetária na Estremadura Portuguesa até aos inícios do século III<sup>24</sup>, tendo o seu Autor recolhido 22 tesouros para esta época (3 de cronologia incerta) dos quais cerca de 13 podem ser republicanos e augústeos.

### *Objectivos e metodologia*

Uma vez que, como já referimos, não existe uma visão de conjunto para o nosso país relativamente aos achados monetários republicanos e augústeos, pensamos em realizar uma compilação de todos os dados relativos a este período, para isso, consideramos apenas os tesouros, isto é, os depósitos monetários fechados que resultam de um entesouramento propositado. Não foram tidos em linha de conta os achados avulsos, sejam eles esporádicos ou encontrados em escavações arqueológicas. Pretendemos contribuir para que de futuro os investigadores nesta área não necessitem de fazer pesquisas bibliográficas demoradas, tendo que consultar um grande número de publicações, muitas vezes de difícil acesso.

Tendo em conta a vastidão e heterogeneidade do território que escolhemos e o pouco tempo de que dispusemos para a elaboração deste trabalho, foi-nos impossível observar

<sup>20</sup> L. Villaronga menciona duas vezes, no seu inventário, o achado de Poio. Primeiro chama-lhe Poio (p. 54, n.º 122) e depois Paradel de Guiães (p. 58, n.º 145), contabilizando um tesouro a mais no seu trabalho.

<sup>21</sup> C. Blázquez, *La circulación monetaria*.

<sup>22</sup> Como exemplo desta nossa afirmação temos os tesouros n.º 5 e n.º 10, de Izeda e Monte Pindo respectivamente. A Autora localizou-os a Sul do rio Douro, quando o devia ter feito a Norte. Assim incluiu incorrectamente o tesouro de Monte Pindo no período das guerras sertorianas. É obvio que se se tivesse tido em conta o desgaste das moedas a cronologia deste tesouro seria bem posterior à apontada por C. Blázquez.

<sup>23</sup> Sobre este assunto ver R.M.S. Centeno, *A Numismática Antiga: um balanço da investigação em Portugal*, AN, 21-23, 1991, pp. 63-75 e *A Numismática Antiga na Península Ibérica: um balanço e perspectivas de investigação*, *La Moneda Hispánica*, pp. 373-379.

<sup>24</sup> J. Ruivo, *CMEP*.

directamente todo o material. Esta impossibilidade também se deveu ao facto de muitos dos tesouros terem, actualmente, um paradeiro desconhecido. Assim, optamos por recolher toda a documentação sobre os achados monetários, o mais exaustivamente possível, tentando fazer o seu reestudo através das publicações e catálogos antigos, sempre que este se justificou. Demos especial atenção à datação das moedas e à actualização da bibliografia de referência, tentando sempre corrigir ou actualizar os dados, assim como recompilar todas as peças aparecidas e dadas a conhecer em diferentes publicações.

Para a revisão das peças ou estudo daquelas que são inéditas adoptamos a cronologia proposta na obra de M. H. Crawford, *Roman Republic Coinage*<sup>25</sup>, para a época republicana, e para o Império adoptaram-se as datações do *The Roman Imperial Coinage*<sup>26</sup> de C. H. V. Sutherland. Para as cunhagens peninsulares seguiu-se a cronologia avançada por Villaronga<sup>27</sup>.

### *Organização e explicação do Inventário*

Na elaboração do inventário o critério que utilizamos foi o agrupamento dos tesouros segundo o período provável da sua ocultação, tendo em linha de conta a conjuntura histórica da Hispânia. Assim, consideramos quatro grandes momentos: I — Período anterior às guerras sertorianas, em que a Hispânia foi palco de acontecimentos conturbados como as guerras celtibéricas, lusitanas ou as campanhas de Decimus Iunius Brutus; II — Período das guerras sertorianas até às campanhas de Caesar que compreende as lutas entre Sertorius, Pompeius e Metelus e as Campanhas de Iulius Caesar, nomeadamente aquando da guerra civil com Pompeius; III — Período anterior a Augustus, quando Roma é dominada pelo segundo triunvirato (M. Antonius, Octavianus e Lepidus) até Octavianus ser senhor do Ocidente e nomeadamente da Hispânia, e por fim, IV — Período em que se inicia o principado de Augustus e se dão as últimas ofensivas no Noroeste da Hispânia contra Cântabros e Ástures até 14 da nossa era. Incluímos também um Apêndice ao inventário relativo aos tesouros não datados mas possivelmente republicanos ou augustanos.

Dentro de cada período ordenamos os tesouros alfabeticamente, dando-lhes uma numeração correlativa. Para uniformizar a apresentação dos diversos depósitos monetários utilizamos o seguinte modelo: após a sua numeração e denominação, indicamos o Distrito, Concelho e Freguesia do local do achado e o código geográfico nacional<sup>28</sup> respectivo. Em seguida dá-se uma notícia sobre o achado, onde se indica o local, as circunstâncias em que ocorreu e a data em que apareceu, refere-se o número de moedas que constituem o

---

<sup>25</sup> *RRC*.

<sup>26</sup> *RIC*.

<sup>27</sup> L. Villaronga, *Corpus Nummum Hispaniae*.

<sup>28</sup> *Nomenclaturas Territoriais-Designações e Códigos*, INE, Lisboa, 1994.

tesouro ou as que restam dele e fazem-se as observações acerca desse achado quando estes dados são discutíveis ou obscuros, assim como se revêem dados bibliográficos quando necessário. Depois é enumerada toda a bibliografia respectiva, o mais actualizada e completa que nos foi possível. Segue-se a indicação do paradeiro actual dos achados.

Em alguns casos incluímos o catálogo das moedas do tesouro e, se não o fizemos sistematicamente, foi porque muitos achados estão, felizmente, devidamente catalogados e não nos pareceu útil repeti-los. As listagens que apresentamos referem-se a conjuntos inéditos ou são uma revisão de catálogos já publicados mas, com bibliografia de referência desactualizada ou com imprecisões significativas.

A lista das moedas de cada tesouro é apresentada da seguinte forma: numeração segundo a sua ordenação cronológica, denominação, autoridade emissora, casa da moeda, cronologia, peso (quando foi possível) e respectiva referência bibliográfica.



I PARTE  
INVENTÁRIO DOS TESOUIROS



**I. Tesouros do período I c (c. 143 a.C. — c. 125 a.C.)****1 MÉRTOLA 1** (proximidades), Beja  
02.09.00

126 a.C.

— Em 1634, perto de Mértola, na margem de um rio, apareceu “uma panela de prata com mais de oito mil medalhas, ou moedas do mesmo metal ...”. O autor desta notícia descreve uma das moedas, que A. Viana identifica como Fabia 11 do catálogo, hoje desactualizado, de Babelon.

— **Bibliografia:** P. A. de Azevedo, *Notícias archeologicas, AP*, Vol. VII, Lisboa, 1902, p. 67; Abel Viana, *Denarii do Museu Regional de Beja, Arquivo de Beja*, Vol. XII, Beja, 1955, pp. 159-161; Hipólito, pp. 88-9 n° 129.

1 D —N. FABI PICTOR, Roma. 126 a.C. RRC 268/1a - b

— **Paradeiro:** Desconhecido.

**2 PINHAL DO ALVARINHO**, Lisboa, Alenquer, Camarnal  
11.01.00

125 a.C.

— Por volta de 1881, foram encontrados cerca de 1000 denários em 2 taças de prata. As taças foram destruídas pelos achadores, as moedas foram dispersas tendo sido adquiridas parte pela proprietária do terreno, a então Marquesa de Castelo Melhor, e parte foi vendida a um ourives ambulante em Alenquer. Foram vistos 3 exemplares, segundo M. de Saa, que datariam de 125 a.C.

— **Bibliografia:** E. Hubner, *CIL* II, Berlim, 1869, 6294,3; Mário de Saa, *As grandes vias da Lusitania. O Itinerário de Antonino Pio*, Vol. III, Lisboa, 1960, p. 95; Hipólito, p. 81, n° 116; Raddatz, *Die Schatzfunde*, p. 272; *Fouilles de Conimbriga*, pp. 197, 199, n° J; Alarcão, 5/138.

— **Paradeiro:** Desconhecido.

## II. Tesouros do Período I d (c. 124 a. C. — c. 92 a.C.)

### 3 CHÃO DE LAMAS , Coimbra, Miranda do Corvo 06.09.01.

148 a.C. — 101 a.C.

— Tesouro aparecido em Chão de Lamas, em 1913, composto por um conjunto de *denarii*, dois vasos , um torques , um fragmento de um outro, dois crescentes; tudo em prata e uma parte de um escudo também em prata com o centro de ouro. Este achado foi vendido ao Estado Espanhol, em 1922, por António Gonçalves, tendo dado entrada no Museu de Arqueologia Nacional de Madrid 7 denários : 1 Ibérico de Ikalkunskén e 6 republicanos do período compreendido entre 148 a.C. (RRC 216/1) e 101 a.C. (RRC 324/1).

Desde então, o tesouro tem sido estudado por vários autores, especialmente a parte relativa às jóias.

C. Alfaro propõe para o ocultamento deste achado o período entre 100 e 93 a.C., relacionando-o com os confrontos entre Lusitanos, Celtiberos e Romanos. Este achado apresenta a particularidade de algumas das moedas estarem cortadas propositadamente, para refundição da prata.

— **Bibliografia:** J. Cabre Aguiló, El tesoro de Chão de Lamas, Miranda do Corvo (Portugal), *Actas y Memorias de la Sociedad Española de Antropología, Etnografía y Prehistoria*, Tomo VI, Cadernos 1º e 2º, 1927, pp. 263-289; P. Bosch-Gimpera, *Etnología de la Península Ibérica*, 1932, p. 227; J. Cabre Aguiló, El tesoro de plata de Salvacañete (Cuenca), *Archivo Español de Arte y Arqueología*, 12, 1936, pp. 151-159; J. Cabre Aguiló, Caracteres de la orfebrería hispánica según los últimos descubrimientos, *Las ciencias*, III, 3-4, 1939, pp. 1-11, lám. II, nº 1; J. Martínez Santa-Olalla, *Esquema Paletnológico de la Península Ibérica*, 1946, lám. 63; A. Garcia y Bellido, El arte de las tribus célticas, *Ars Hispaniae*, I, p. 334, figs. 406-409; J. de la Mata Carriazo, *Historia de España*, dir. por Menéndez Pidal, I, 1, pp. 839 e 843; F. Alvarez-ossorio, *Tesoros españoles antiguos en el M. A. N.*, Madrid, 1954, pp. 25-27; G. Becatti, *Oreficerie antiche dalle minoiche alle barbariche*, 1995, p. 111, lám. CXXXVIII; Raddatz, *Die Schatzfunde*, p. 276; C. Alfaro Asins, Los denarios del tesoro de Chão de Lamas, *GN*, 94-95, 1989, pp. 131-34; L. Villaronga, *Tresors*, pp. 44,79,80, nº 76; F. Chaves, *Los Tesoros*, pp. 499,539, 675.

### CATÁLOGO

1	D	—Ikalkunskén, 140/100 a.C.	2.43 g	Vil.	Classe IV, nºs 63-68
2	D	—L. SEMPR PITIO, Roma, 148 a.C.	3.47 g		RRC 216/1
3	D	—C. RENNI, Roma, 138 a.C.	2.62 g		RRC 231/1
4	D	—P. MAE ANT M. F., Roma, 132 a.C.	1.44 g		RRC 249/1
5	D	—M. HERENNI, Roma, 108/107 a.C.	2.08 g		RRC 308/1



6	D	— M. LVCILI RVF, Roma, 101 a.C.	3.73 g	RRC	324/1
7	D	— Incl.	2.46 g		

— **Paradeiro:** 7 ex. no MAN (Madrid), desconhece-se o paradeiro do restante material.

#### 4 FONTE DO ALVORGE, Leiria, Ansião, Alvorge

10.03.01

152 a.C. — 100 a.C.

— Tesouro cujas data e circunstâncias de achado desconhecemos, encontrado nas proximidades da Fonte do Alvorge, talvez associado a uma pátera em prata. Foram oferecidos, pela Sr<sup>a</sup> D<sup>a</sup> Ana de Jesus, ao Rev. Pe. José Coutinho 17 exemplares deste achado, cujo exemplar mais antigo data de 152 a.C. (RRC 204/1) e o mais recente de 100 a.C. (RRC 328/1).

— **Bibliografia:** J. E. R. Coutinho, Entesouramentos de denários republicanos e alto imperiais em Alvorge e Ansião, ( a publicar num dos próximos volumes da *Conimbriga* ); *CMEP*, p. 12.

#### CATÁLOGO

1	D	— L.SAVF, Roma, 152 a.C.	RRC	204/1
2	D	— NATTA, Roma, 149 a.C.	RRC	208/1
3	D	— C.RENI, Roma, 138 a.C.	RRC	231/1
4	D	— M.BAEBI Q.F TAMPIL, Roma, 137 a.C.	RRC	236/1
5	D	— P.CALP, Roma, 137 a.C.	RRC	247/1
6	D	— Cabeça de Elefante, Roma, 128 a.C.	RRC	262/1
7	D	— Q.FABI LABEO, Roma, 124 a.C.	RRC	273/1
8	D	— M.FAN C.F, Roma, 123 a.C.	RRC	275/1
9-10	D	— M.FOVRI L.F PHILI, Roma, 119 a.C.	RRC	281/1
11	D	— CN.DOMI. Q.CVRTI, M.SILA, Roma, 116/115 a.C.	RRC	285/1-2
12-3	D	— M. CIPI M.F, Roma, 115/114 a.C.	RRC	289/1
14	D	— MN.AEMILIO LEP, Roma, 114/113 a.C.	RRC	291/1
15	D	— C.FVNDAN Q, Roma, 101 a.C.	RRC	326/1
16	D	— LENT.MAR.F, ROMA, 100 a.C.	RRC	329/1
17	D	— P.SERVILLI M.F RVLLI, Roma, 100 a.C.	RRC	328/1

— **Paradeiro:** Colecção particular do Rev. Pe. José Coutinho. Desconhece-se o paradeiro para o restante material.

**5 HERDADE DA MÍLIA**, Évora, Portel, Amieira

07.09.02

211 a.C. — 113 / 112 a.C.

— Em 1961, M. Hipólito noticiou o aparecimento de um tesouro na Herdade de Pernes, em Portel. No entanto, M. de Faria publica, em 1991-2, um artigo onde demonstra que este achado ocorreu durante a abertura de uma estrada particular, na Herdade da Mília, freguesia da Amieira e não em Pernes como fazia crer Hipólito.

As moedas, cujo número exacto se desconhece, foram encontradas por baixo de uma laje, dentro de um recipiente de cerâmica, no dia 6 de Março de 1953. Das 493 unidades recuperadas, 66 foram adquiridas pelo Museu Numismático Português e 97 pelo Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcellos. Ainda segundo este Autor o contentor do tesouro, talvez uma ânfora, foi emprestado pelo proprietário à Casa de Bragança, tendo desaparecido.

Existem duas listas anónimas com os títulos de: “Relação das moedas de prata, da República Romana, encontradas na Herdade da Mília, concelho de Portel” e “Relação das moedas de prata, da República Romana, achadas na Herdade da Mília, destinadas ao Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcellos”, que foram analisadas e actualizadas pelo Autor.

Assim, sabemos que o tesouro, ou o que resta dele, se situa no período compreendido entre 211 a.C. (RRC 44/5) e 113/112 a.C. (RRC 293/1).

— **Bibliografia:** Achado de moedas do tempo dos Romanos, *Diário de Notícias*, 11 de Março de 1953; Hipólito, p. 85 n° 125; Alarcão, 6/347; Marques de Faria, Três tesouros monetários da época republicana, *Nummus*, XIV/XV, Porto, 1991-1992, pp. 79 - 83; F. Chaves, *Los Tesoros*, p. 540.

— **Paradeiro:** MNAE

**6 IDANHA - A - VELHA 1**, Castelo Branco, Idanha-a-Nova

05.05.04

189 / 180 a.C. — 105 a.C.

— Conjunto de denários encontrados em data anterior a 1946 nas proximidades de Idanha-a-Velha.

Transcrevemos a primeira referência a este tesouro, feita por Mateu y Llopis: “Denários romano republicanos encontrados no Norte de Portugal, próximo da antiga Egítania. 1 de C. Renius, 1 de L. Thorius Balbus, outro de M. Ttinius, Manius, Fonteius. Vistos em poder do padre Jalhay, de Lisboa, em 1946.” Através deste texto podemos clas-

sificar sumariamente 3 moedas: pois o exemplar identificado como sendo de Manius, deverá ser de Manlius ou Maenius e, como é sabido, existem vários magistrados com o mesmo nome, abarcando um grande período cronológico. O mesmo se passa com o denário de Fonteius.

## CATÁLOGO

1	?	— M. TITINI, Roma, 189/180 a.C.	RRC 150/1-6
2	D	— C. RENI, Roma, 138 a.C.	RRC 231/1
3	D	— L. THORIVS BALBVS, Roma, 105 a.C.	RRC 316/1

— **Bibliografia:** HM, *Ampurias*, IX—X, 1947-48, n° 259, Hipólito, p. 70, n° 96; *Fouilles de Conimbriga*, pp. 197-199.

— **Paradeiro:** Desconhecido.

**7 IDANHA - A - VELHA 2.** Castelo Branco, Idanha-a-nova  
05.05.04.

206 / 200 a.C. — 100 a.C.

— Tesouro aparecido em 1947, constituído por 1350 denários romanos, 11 denários de *Ikalkunskan*, 1 de *Kese* e 5 dracmas de *Arse*. Este achado foi estudado por L. Villaronga, não havendo nada de novo a acrescentar. A moeda mais antiga do conjunto data de 206/200 a.C. (RRC 127/1) e a mais recente de 100 a.C. (RRC 330/1a).

— **Bibliografia:** *Coins Hoards III*, *The Royal Numismatic Society*, London, 1977, p. 54, n° 120; L. Villaronga, *Tresor de Idanha - a - Velha (Castelo Branco, Portugal) de denaris romans, ibèrics i dracmes d'Arse*, *Numisma*, XXX, 165-167, 1980, pp. 103-117; M. H. Crawford, *Coinage and Money under the Roman Republic*, London, 1985, p. 303, App. 30, n° 28; C. Blázquez, *Tesorillos*, pp. 119, 122-3, n° 52; Villaronga, *Tresors*, pp. 42, 79.80, n° 60; T. R. Volk, *The hoard as a diagnostic tool. The different patterns to Roman silver currency in Hispania and Italy at the 2nd century BC.*, *Tresors del món antic*, MNAC, 1994, pp. 51-2, 54-6; A. Beltrán, *Cuestiones generales sobre hallazgos de moneda ibérica en la Península*, *Tresors del món antic*, MNAC, 1994, p. 74; F. Chaves, *Los Tesoros*, pp. 509, 539-40, 554, 559.

— **Paradeiro:** BM.

**8 MÉRTOLA 2** (proximidades), Beja  
02.09.00

207 a.C. — 100 / 90 a.C.

— Em 1941 encontrou-se um tesouro, dentro de uma vasilha soterrada na margem do Guadiana, por baixo de um alicerce antigo, próximo da Vila de Mértola.

Sabemos que por volta de 1955 apareceu um ourives ambulante na feira de Lagos propondo a venda de 726 moedas de prata romanas, pertencentes a este achado; o Dr. José formosinho então Director do Museu Regional de Lagos, impossibilitado de adquirir as ditas moedas, contactou Abel Viana para que o Museu Regional de Beja as comprasse, já que o achado tinha ocorrido no Baixo-Alentejo.

Entretanto, o ourives vendeu 60 exemplares em Lagos, a um comprador residente em Lisboa (M. Hipólito menciona a venda de 66 exemplares e não de 60). Assim, adquiriram-se para o Museu Regional de Beja os restantes 666 numismas. Estas moedas estiveram expostas no Museu em duas vitrines (18 e 19), na sala Este do claustro do convento até aos anos setenta do séc. XX, quando foram guardadas em sacos de celofane, tendo-se perdido qualquer referência relativamente à sua origem. Desta forma encontram-se 685 moedas neste Museu, devendo somente 666 fazer parte deste achado. Pela disparidade cronológica que apresentam os exemplares a partir do número 723 não deverão pertencer ao conjunto. No entanto poderemos incluir ou não neste tesouro os exemplares numerados de 123 a 165. Assim consideraremos para estudo, apenas, as moedas até ao número 234, já que acrescentamos às 666 moedas 53 exemplares estudados por Marques de Faria. Este Autor refere terem sido adquiridas estas moedas juntamente com algumas jóias em 1958, pelo Prof. Manuel Heleno ao Sr. A. Caracol, para o M. N. A. E.. Segundo informação do Dr. Fernando B. Ferreira haviam sido compradas em Mértola ou nas suas imediações. Ora, se o tesouro era composto por “vários milhares de moedas” como afirma A. Viana, ou mesmo, apenas por 800 exemplares como refere M. Faria, segundo informação de M. Hipólito; estas moedas poderiam pertencer-lhe e o tesouro teria sido ocultado por volta de 100/90 a.C..

— **Bibliografia:** Hipólito, p. 89 n° 130; *Fouilles de Conimbriga*, pp. 197, 199, n° L; T. R. Volk, M. Campo, N. Tarradell-Font, *Tesoros monetarios de Hispania antigua: proyecto para un banco de datos e inventario*, *Numisma*, XXXIII, 1983, p. 24; A. Marques de Faria, *Três tesouros monetários romanos da época republicana*, *Nummus*, 2ª s., V. XIV-XV, Porto, 1991-92, pp. 84-6; F. Chaves, *Los Tesoros*, p. 540.

CATÁLOGO

1	D —Cornucópia. Roma, 207 a.C.		RRC	58/2
2	D — Anónimo. Roma, 211/210 a.C.	3.85g	RRC	72/3
3	D —Bastão. S.E. Itália, 208 a.C.		RRC	89/2

4	D —Corôa de Louros. Incerta. 211/208 a.C.		RRC	110/1a
5	D —Estrela, Roma. 206/195 a.C.		RRC	113/1
6	D —Raio, Roma. 206/195 a.C.		RRC	119/1a
7	D —META, Roma. 206/195 a.C.		RRC	124/2
8	D —Anónimo, Roma. 189/180 a.C.		RRC	139/1
9	D —Anónimo, Roma. 189/180 a.C.		RRC	140/1
10	D —SX.Q, Roma. 189/180 a.C.	3.06 g	RRC	152/1a
11	D —,Anónimo, Roma. 189/180 a.C.		RRC	152/1c
12	D —Anónimo, Roma. 179/170 a.C.	3.27 g	RRC	167/1
13	D —Anónimo, Roma. 179/170 a.C.	3.60 g	RRC	167/1
14	D —Anónimo, Roma. 169/158 a.C.	3.42 g	RRC	182/1
15	D —PVR, Roma. 169/158 a.C.	3.56 g	RRC	187/1
16	D —PVR, Roma. 169/158 a.C.		RRC	187/1
17-23	D —Anónimo, Roma. 157/156 a.C.		RRC	197/1a
24-5	D —Anónimo, Roma. 157/156 a.C.		RRC	197/1b
26-8	D —Anónimo, Roma. 157/156 a.C.		RRC	198/1
29-30	D —SAR, Roma. 155 a.C.		RRC	199/1a
31-3	D —NAT, Roma. 155 a.C.		RRC	200/1
34-6	D —C.SCR, Roma. 154 a.C.		RRC	201/1
37	D —C.SCR, Roma. 154 a.C.	4.07 g	RRC	201/1
38-43	D —C.MAIANI, Roma. 153 a.C.		RRC	203/1a
44-8	D —L.SAVF, Roma. 152 a.C.		RRC	204/1
49	D —L.SAVF, Roma. 152 a.C.	4.01 g	RRC	204/1
50	D —P.SVLA, Roma. 151 a.C.	3.32 g	RRC	205/1
51-2	D —SAFRA, Roma. 150 a.C.		RRC	206/1
53	D —FLAVS, Roma. 150 a.C.		RRC	207/1
54	D —FLAVS, Roma. 150 a.C.	2.99 g	RRC	207/1
55	D —NATTA, Roma. 149 a.C.	3.99 g	RRC	208/1
56-8	D —NATTA, Roma. 149 a.C.		RRC	208/1
59-60	D —C.IVNI C.F, Roma. 149 a.C.		RRC	210/1
61	D —M.ATILI SARAN, Roma. 148 a.C.		RRC	214/1b
62-4	D —M.ATILI SARAN, Roma. 148 a.C.		RRC	214/1c
65-70	D —Q.MARC LIBO, Roma. 148 a.C.		RRC	215/1
71-2	D —Q.MARC LIBO, Roma. 148 a.C.	3.48 g	RRC	215/1
73-5	D —L.SEMPR PITIO, Roma. 148 a..		RRC	216/1
76	D —L.SEMPR PITIO, Roma. 148 a..	4.09 g	RRC	216/1
77-80	D —C.TER LVC, Roma. 147 a.C.		RRC	217/1
81	D —C.ANTESTI, Roma. 146 a.C.		RRC	219/1e
82	D —C.ANTESTI, Roma. 146 a.C.	3.74 g	RRC	219/1e
83-6	D —M.IVNI, Roma. 145 a.C.		RRC	220/1
87	D —M.IVNI, Roma. 145 a.C.	3.47 g	RRC	220/1
88	D —AN RVF, Roma. 144 a.C.		RRC	221/1
89	D —C.CVR TRIGE, Roma. 142 a.C.	3.06 g	RRC	223/1
90-2	D —C.VAL C.F FLAC, Roma. 140 a.C.		RRC	228/2
93	D —C.VAL C.F FLAC, Roma. 140 a.C.	3.65 g	RRC	228/2
94	D —A.SPVRI, Roma. 139 a.C.		RRC	230/1
95-105	D —C.RENI, Roma. 138 a.C.		RRC	231/1
106	D —C.RENI, Roma. 138 a.C.	3.74 g	RRC	231/1
107	D —CN.GELI, Roma. 138 a.C.		RRC	232/1
108	D —CN.GELI, Roma. 138 a.C.	3.00 g	RRC	232/1

109-12	D	—P.PAETVS, Roma, 138 a.C.		RRC	233/1
113-4	D	—TI.VETVR, Roma, 137 a.C.		RRC	234/1
115-6	D	—SEX.POM, Roma, 137 a.C.		RRC	235/1a-c
117	D	—SEX.POM, Roma, 137 a.C.		RRC	235/1b
118	D	—SEX.POM, Roma, 137 a.C.		RRC	235/1c
119-20	D	—M.BAEBI Q.F TAMPIL, Roma, 137 a.C.		RRC	236/1a
121-2	D	—M.BAEBI Q.F TAMPIL, Roma, 137 a.C.		RRC	236/1b
123—8	D	—M.BAEBI Q.F TAMPIL, Roma, 137 a.C.		RRC	236/1c
129	D	—M.BAEBI Q.F TAMPIL, Roma, 137 a.C.		RRC	236/1d
130	D	—M.BAEBI Q.F TAMPIL, Roma, 137 a.C.		RRC	236/1e
131	D	—M.BAEBI Q.F TAMPIL, Roma, 137 a.C.	3.78 g	RRC	236/1e
132	D	—M.BAEBI Q.F TAMPIL, Roma, 137 a.C.	3.73 g	RRC	236/1e
133-4	D	—M.BAEBI Q.F TAMPIL, Roma, 137 a.C.		RRC	236/1a-f
135-9	D	—CN.LVCR TRIO, Roma, 136 a.C.		RRC	237/1a
140-1	D	—CN.LVCR TRIO, Roma, 136 a.C.		RRC	237/1a -b
142	D	—CN.LVCR TRIO, Roma, 136 a.C.	3.71 g	RRC	237/1
143-52	D	—L.ANTES GRAGV, Roma, 136 a.C.		RRC	238/1
153-6	D	—C.SERVEILI M.F, Roma, 136 a.C.		RRC	239/1
157	D	—C.SERVEILI M.F, Roma, 136 a.C.	3.81 g	RRC	239/1
158-9	D	—C.CVR F TRIGE, Roma, 135 a.C.		RRC	240/1a
160-1	D	—L.TREBANI, Roma, 135 a.C.		RRC	241/1a
162	D	—L.TREBANI, Roma, 135 a.C.		RRC	241/1b
163-6	D	—C.AVG, Roma, 135 a.C.		RRC	242/1
167	D	—C.AVG, Roma, 135 a.C.	3.80 g	RRC	242/1
168-74	D	—TI.MINVCI C.F AVGVRI, Roma, 134 a.C.		RRC	243/1
175-6	D	—C.ABVRI GEM, Roma, 134 a.C.		RRC	244/1
177-84	D	—M.MARCI MN.F, Roma, 134 a.C.		RRC	245/1
185	D	—M.MARCI MN.F, Roma, 134 a.C.	3.81 g	RRC	245/1
186-8	D	—P.CALP, Roma, 133 a.C.		RRC	247/1
189-92	D	—L.MINVCIV, Roma, 133 a.C.		RRC	248/1
193	D	—L.MINVCIV, Roma, 133 a.C.	3.60 g	RRC	248/1
194-9	D	—P.MAE ANT M.F, Roma, 132 a.C.		RRC	249/1
200	D	—P.MAE ANT M.F, Roma, 132 a.C.	3.87 g	RRC	249/1
201-6	D	—M.ABVRI M.F GEM, Roma, 132 a.C.		RRC	250/1
207	D	—M.ABVRI M.F GEM, Roma, 132 a.C.	3.82 g	RRC	250/1
208	D	—M.ABVRI M.F GEM, Roma, 132 a.C.	3.77 g	RRC	250/1
209	D	—L.POST ALB, Roma, 131 a.C.		RRC	252/1
210-2	D	—L.OPEIMI, Roma, 131 a.C.		RRC	253/1
213-7	D	—M.OPEIMI, Roma, 131 a.C.		RRC	254/1
218	D	—M.OPEIMI, Roma, 131 a.C.	3.77 g	RRC	254/1
219	D	—M.ACILIVS M.F, Roma, 130 a.C.		RRC	255/1
220	D	—M.ACILIVS M.F, Roma, 130 a.C.	s/p	RRC	255/1
221-3	D	—Q.METE, Roma, 130 a.C.		RRC	256/1
224-5	D	—M.VARGV, Roma, 130 a.C.		RRC	257/1
226-8	D	—SEX.IVLI CAISAR, Roma, 129 a.C.		RRC	258/1
229-31	D	—Q.PILIPVS, Roma, 129 a.C.		RRC	259/1
232—5	D	—T.CLOVLI, Roma, 128 a.C.		RRC	260/1
236-9	D	—CN.DOMIT, Roma, 128 a.C.		RRC	261/1
240	D	—Anónimo, Roma, 128 a.C.		RRC	262/1a

241-4	D	—M.METELLVS Q.F. Roma, 127 a.C.		RRC	263/1a
245	D	—M.METELLVS Q.F. Roma, 127 a.C.		RRC	263/1b
246	D	—M.METELLVS Q.F. Roma, 127 a.C.	3.77 g	RRC	263/1b
247-8	D	—C.SERVEILI, Roma, 127 a.C.		RRC	264/1
249	D	—Q.MAX, Roma, 127 a.C.		RRC	265/1
250-4	D	—C.CASSI, Roma, 126 a.C.		RRC	266/1
255-6	D	—T.Q, Roma, 126 a.C.		RRC	267/1
257	D	—N. FABI PICTOR, Roma, 126 a.C.		RRC	268/1a
258-9	D	—N. FABI PICTOR, Roma, 126 a.C.		RRC	268/1b
260	D	—C.METELLVS, Roma, 125 a.C.		RRC	269/1
261-70	D	—M.PORC LAECA, Roma, 125 a.C.		RRC	270/1
271	D	—M.PORC LAECA, Roma, 125 a.C.	3.82 g	RRC	270/1
272-3	D	—MN.ACILI BALBVS, Roma, 125 a.C.		RRC	271/1
274-299	D	—Q.FABI LABEO, Roma, 124 a.C.		RRC	273/1
300	D	—Q.FABI LABEO, Roma, 124 a.C.	3.71 g	RRC	273/1
301-12	D	—C.CATO, Roma, 123 a.C.		RRC	274/1
313	D	—C.CATO, Roma, 123 a.C.	3.86 g	RRC	274/1
314-29	D	—M.FAN C.F. Roma, 123 a.C.		RRC	275/1
330	D	—M.FAN C.F. Roma, 123 a.C.	3.81 g	RRC	275/1
331-40	D	—M.CARBO, Roma, 122 a.C.		RRC	276/1
341	D	—M.CARBO, Roma, 122 a.C.	3.81 g	RRC	276/1
342-54	D	—Q.MINV RVF, Roma, 122 a.C.		RRC	277/1
355	D	—Q.MINV RVF, Roma, 122 a.C.	3.88 g	RRC	277/1
356	D	—Q.MINV RVF, Roma, 122 a.C.	2.49 g	RRC	277/1
357-60	D	—C.PLVTI, Roma, 121 a.C.		RRC	278/1
361	D	—C.PLVTI, Roma, 121 a.C.	3.79 g	RRC	278/1
362-7	D	—CARBO, Roma, 121 a.C.		RRC	279/1
368	D	—CARBO, Roma, 121 a.C.	3.79 g	RRC	279/1
369-81	D	—M.TVLLI, Roma, 120 a.C.		RRC	280/1
382	D	—M.TVLLI, Roma, 120 a.C.	3.78 g	RRC	280/1
383-413	D	—M.FOVRI L.F PHILI, Roma, 119 a.C.		RRC	281/1
414	D	—M.FOVRI L.F PHILI, Roma, 119 a.C.	3.46 g	RRC	281/1
415-21	Ds	—L.LIC, CN.DOM e Associados, Narbo, 118 a.C.		RRC	282/1
422-3	Ds	—L.LIC, CN.DOM e Associados, Narbo, 118 a.C.		RRC	282/2
424	Ds	—L.LIC, CN.DOM e Associados, Narbo, 118 a.C.	3.79 g	RRC	282/3
425—6	Ds	—L.LIC, CN.DOM e Associados, Narbo, 118 a.C.		RRC	282/4
427	Ds	—L.LIC, CN.DOM e Associados, Narbo, 118 a.C.	3.59 g	RRC	282/4
428	Ds	—L.LIC, CN.DOM e Associados, Narbo, 118 a.C.		RRC	282/5
429	D	—Q.MAR, C.F. L.R. Roma, 118/117 a.C.		RRC	283/1a
430	D	—Q.MAR, C.F. L.R. Roma, 118/117 a.C.		RRC	283/1b
431	D	—M.CALID, Q.MET, CN.FOVL, Roma, 117/116 a.C.		RRC	284/1b
432-6	D	—CN.DOMI, Q.CVRTI, M.SILA, Roma, 116/115 a.C.		RRC	285/1
437-44	D	—CN.DOMI, Q.CVRTI, M.SILA, Roma, 116/115 a.C.		RRC	285/2
445	D	—CN.DOMI, Q.CVRTI, M.SILA, Roma, 116/115 a.C.	3.10 g	RRC	285/2
446-73	D	—M.SERGI SILVS Q, Roma, 116/115 a.C.		RRC	286/1
474	D	—M.SERGI SILVS Q, Roma, 116/115 a.C.	3.80 g	RRC	286/1
475-84	D	—Anónimo, Roma, 115/114 a.C.		RRC	287/1
485-8	D	—M.CIPI M.F. Roma, 115/114 a.C.		RRC	289/1
489	D	—M.CIPI M.F. Roma, 115/114 a.C.	3.72 g	RRC	289/1

490-9	D	—C.FONT. Roma, 114/113 a.C.		RRC	290/1
500-528	D	—MN.AEMILIO LEP, Roma, 114/113 a.C.		RRC	291/1
529	D	—MN.AEMILIO LEP, Roma, 114/113 a.C.	3.47 g	RRC	291/1
530	D	—MN.AEMILIO LEP, Roma, 114/113 a.C.	3.57 g	RRC	291/1
531	D	—MN.AEMILIO LEP, Roma, 114/113 a.C.	3.19 g	RRC	291/1
532-7	D	—P.NERVA. Roma, 113/112 a.C.		RRC	292/1
538-47	D	—L.PHILIPPVS. Roma, 113/112 a.C.		RRC	293/1
548-50	D	—T.DEIDI. Roma, 113/112 a.C.		RRC	294/1
551	D	—CN.BLASIO CN.F. Roma, 112/111 a.C.		RRC	296/1a
552-3	D	—CN.BLASIO CN.F. Roma, 112/111 a.C.		RRC	296/1b
554-6	D	—CN.BLASIO CN.F. Roma, 112/111 a.C.		RRC	296/1c
557	D	—CN.BLASIO CN.F. Roma, 112/111 a.C.		RRC	296/1d
558	D	—CN.BLASIO CN.F. Roma, 112/111 a.C.		RRC	296/1e
559	D	—CN.BLASIO CN.F. Roma, 112/111 a.C.		RRC	296/1h
560	D	—CN.BLASIO CN.F. Roma, 112/111 a.C.		RRC	296/1i
561	D	—CN.BLASIO CN.F. Roma, 112/111 a.C.		RRC	296/1k
562	D	—CN.BLASIO CN.F. Roma, 112/111 a.C.		RRC	296/1l
563-4	D	—TI.Q. Roma, 112/111 a.C.		RRC	297/1a
565-7	D	—TI.Q. Roma, 112/111 a.C.		RRC	297/1b
568	D	—TI.Q. Roma, 112/111 a.C.		RRC	297/1g
569	D	—TI.Q. Roma, 112/111 a.C.		RRC	297/1
570-72	D	—L.CAESI. Roma, 112/111 a.C.		RRC	298/1
573	D	—L.CAESI. Roma, 112/111 a.C.	3.57 g	RRC	298/1
574	D	—AP.CL. T. MAL ou T.MANL. Q.VR, Roma, 111/110 a.C.		RRC	299/1a
575-83	D	—AP.CL. T. MAL ou T.MANL. Q.VR, Roma, 111/110 a.C.		RRC	299/1b
584-94	D	—C.PVLCHER. Roma, 110/109 a.C.		RRC	300/1
595	D	—P.LAECA. Roma, 110/109 a.C.		RRC	301/1
596-620	D	—L.FLAMINI CILO, Roma, 109/108 a.C.		RRC	302/1
621-6	D	—MN.AQVIL. Roma, 109/108 a.C.		RRC	303/1
627-37	D	—L.MEMMI, Roma, 109/108 a.C.		RRC	304/1
638-43	D	—Q.LVTATI CERCO Q, Roma, 109/108 a.C.		RRC	305/1
644-8	D	—L.VALERI FLACCI. Roma, 108/107 a.C.		RRC	306/1
649-51	D	—MN.FONTEI. Roma, 108/107 a.C.		RRC	307/1a
652	D	—MN.FONTEI. Roma, 108/107 a.C.		RRC	307/1b
653	D	—MN.FONTEI. Roma, 108/107 a.C.		RRC	307/1c
654	D	—MN.FONTEI. Roma, 108/107 a.C.		RRC	307/1a-d
655	D	—M.HERENNI. Roma, 108/107 a.C.		RRC	308/1a
656-8	D	—M.HERENNI. Roma, 108/107 a.C.		RRC	308/1b
659-60	D	—L.SCIP ASIAG. Roma, 106 a.C.		RRC	311/1a
661-3	D	—L.MEMMI GAL, Roma, 106 a.C.		RRC	313/1b
664-81	D	—L.THORIVS BALBVS, Roma, 105 a.C.		RRC	316/1
682-3	D	—L.SATVRN, Roma, 104 a.C.		RRC	317/1
684	D	—L.SATVRN, Roma, 104 a.C.		RRC	317/2
685-7	D	—L.SATVRN, Roma, 104 a.C.		RRC	317/3a
688-90	D	—L.SATVRN, Roma, 104 a.C.		RRC	317/3b
691-3	D	—C.COIL CALD. Roma, 104 a.C.		RRC	318/1b
694-716	D	—Q.THERM M.F, Roma, 103 a.C.		RRC	319/1
717	D	—L.IVLI L.F CAESAR, Roma, 103 a.C.		RRC	320/1
718-9	D	—L.CASSI CAECIAN, Roma, 102 a.C.		RRC	321/1



720	D	—PISO, CAEPIO Q. Roma, 100 a.C.	RRC	330/1a
721	Q	—C.EGNATVLEI C.F Q. Roma, 97 a.C.	RRC	333/1
722	D	—C.VIBIVS C.F PANSA. Roma, 90 a.C.	RRC	342/5?
723	D	—C.NORBANVS. Roma, 83 a.C.	RRC	357/1b
724	D	—P.SATRIENVVS. Roma, 77 a.C.	RRC	388/1b
725	D	—L.FARSVLEI MENSOR. Roma, 75 a.C.	RRC	392/1a
726	D	—Q.POMPONI MVSA. Roma, 66 a.C.	RRC	410/3
727	D	—MN.ACILIVS HVIVIR. Roma, 49 a.C.	RRC	444/1a - b
728	D	—Inclassificável		

\* Moedas incusas n.º 265, 370, 377, 517, 541 e 601.

— **Paradeiro:** 53 ex. no MNAE, 666 ex. no Museu de Beja.

### 9 MONTE DE SODES, Faro, Alcoutim, Pereiro

08.02.04

242 a.C. — 108 / 104 a.C.

— Segundo Estácio da Veiga, nos finais do século passado, apareceu em Monte de Sodes um tesouro dentro de um vaso. O Autor teve conhecimento de 11 denários que se situam cronologicamente entre 242 e 108/104 a.C.

— **Bibliografia:** E. da Veiga, *Antiguidades monumentais do Algarve*, Lisboa, III, 1889, pp. 70-2; *Fouilles de Conimbriga*, pp. 197, 199, n.º T; M. L. Afonso dos Santos, *Arqueologia romana do Algarve*, II, 1972, p. 387; Alarcão, 8/254.

— **Paradeiro:** Desconhecido.

### 10 OLIVAL DA SOALHEIRA DO BARBANEJO, Castelo Branco, Monforte da

Beira

05.02.16

207 / 200 a.C. — 100 a.C.

— Em 1896 apareceu um tesouro constituído por, pelo menos, 2 colares entrançados em ouro, 4 de prata e cerca de 112 *denarii*. As moedas foram estudadas, recentemente, por Marques de Faria. O exemplar mais antigo, do conjunto, data de 207/200 a.C. (RRC 53/2), o mais recente de 100 a.C. (RRC 328/1).

— **Bibliografia:** E. A. C. Lopes, Aquisições do Museu Etnológico português, *AP*, 18, 1913, p. 161; J. L. de Vasconcellos, *Religiões da Lusitânia*, III, Lisboa, 1913, p. 123, n. 2;

A. M. de Faria, Três tesouros monetários romanos da época republicana, *Nummus*, 2ª s., XIV-XV, Porto, 1991-92, pp. 87-92; F. Chaves, *Los Tesoros*, p. 540.

—**Paradeiro:** Moedas no MNAE, Jóias no MEP: inv. nº 105 a 108, colar de ouro inv. n.º 42

**11 PENHA GARCIA**, Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Penha Garcia  
05.05.10

152 a.C. — 104 a.C.

— Tesouro aparecido, por volta de 1920. Era composto por jóias em ouro e algumas moedas em prata. Com base em K. Raddatz, passamos a descrever as jóias: 4 peças de joalharia partidas, de folha de ouro fraca, na extremidade apertadas por dois emaranhados finos com a representação de uma parelha de touros, frente a frente, em atitude de força motriz; a peça maior tem 11.3 cm de comprimento e 2.5—1.8 cm de largura; 1 bracelete entrançada, em ouro, com 30 cm de diâmetro, 0.4 cm de espessura e 6.70 g de peso e um fragmento de uma outra pulseira, do mesmo metal, cujo corpo é decorado com uma estrela, com 14 cm de comprimento e 25 g de peso.

Foram estudadas 108 moedas pertencentes a este achado, e não 110 como afirma Raddatz. A sua classificação baseou-se nas já ultrapassadas obras de Babelon (1885-86) e Sydenham (1952), facto que não nos permitiu incluir na classificação efectuada com base em Crawford (RRC). 10 exemplares, como sejam os denários anónimos.

— **Bibliografia:** J. C. Aguiló, *Actas y Memorias de la Sociedad Española de Antropología*, 9, 1930, 174; Raddatz, *Die Schatzfunde*, p. 282; *RRCH*, p. 87, nº 191; *Fouilles de Conimbriga*, pp. 197, 199, nº 11; T. R. Volk, M. Campo, N. Tarradell-Font, *Tesoros monetarios de Hispania antigua: proyecto para un banco de datos e inventario*, *Numisma*, XXXIII, 1983, p. 24; C. Blázquez, *Tesorillos*, pp. 119, 121; Alarcão, 4/441; Villaronga, *Tresors*, pp. 45, 79, 80, nº 82; F. Chaves, *Los Tesoros*, pp. 539-40, 554.

#### CATÁLOGO

1-4	D	— Anónimo, Roma, 189/180 a.C.	RRC 140/1
5-7	D	— L.SAVF, Roma, 152 a.C.	RRC 204/1
8	D	— SARFA, Roma, 150 a.C.	RRC 206/1
9-11	D	— FLAVS, Roma, 150 a.C.	RRC 207/1
12	D	— C.IVNI C.F, Roma, 149 a.C.	RRC 210/1
13	D	— Q.MARC LIBO, Roma, 148 a.C.	RRC 215/1
14	D	— L.SEMPR PITIO, Roma, 148 a.C.	RRC 216/1
15-6	D	— C.TER LVC, Roma, 147 a.C.	RRC 217/1
17-8	D	— L.CVP, Roma, 147 a.C.	RRC 218/1
19	D	— C.ANTESTI, Roma, 146 a.C.	RRC 219/1e
20	D	— M.IVNI, Roma, 145 a.C.	RRC 220/1

21	D	— C.CVR TRIGE. Roma, 142 a.C.	RRC 223/1
22	D	— L.IVLI, Roma, 141 a.C.	RRC 224/1
23	D	— A.SPVR1, Roma, 139 a.C.	RRC 230/1
24-5	D	— TI. VETVR, Roma, 137 a.C.	RRC 234/1
26-8	D	— M.BAEBI Q.F TAMPIL, Roma, 137 a.C.	RRC 236/1a-f
29	D	— CN.LVCR TRIO. Roma, 136 a.C.	RRC 237/1a - b
30-32	D	— L.ANTES GRAGV. Roma, 136 a.C.	RRC 238/1
33	D	— C.SERVEILI M.F. Roma, 136 a.C.	RRC 239/1
34	D	— C.AVG. Roma, 135 a.C.	RRC 242/1
35	D	— L.MINVCIV. Roma, 133 a.C.	RRC 248/1
36-42	D	— M.ABVRI M.F GEM. Roma, 132 a.C.	RRC 250/1
43	D	— L.OPEIMI. Roma, 131 a.C.	RRC 253/1
44	D	— M.ACILIVS M.F. Roma, 130 a.C.	RRC 255/1
45	D	— M.VARGV. Roma, 130 a.C.	RRC 257/1
46-47	D	— Q.PILIPVS. Roma, 129 a.C.	RRC 259/1
48	D	— CN.DOMIT, Roma, 128 a.C.	RRC 261/1
49-53	D	— C.SERVEILI, Roma, 127 a.C.	RRC 264/1
54-5	D	— C.CASSI. Roma, 126 a.C.	RRC 266/1
56	D	— C.CASSI. Roma, 126 a.C.	RRC 266/1
57-61	D	— M.PORC LAECA. Roma, 125 a.C.	RRC 270/1
62-5	D	— Q.FABI LABEO, Roma, 124 a.C.	RRC 273/1
66-71	D	— C.CATO. Roma, 123 a.C.	RRC 274/1
72- 8	D	— M.FAN C.F. Roma, 123 a.C.	RRC 275/1
79-81	D	— M.CARBO. Roma, 122 a.C.	RRC 276/1
82	D	— Q.MINV RVF. Roma, 122 a.C.	RRC 277/1
83- 4	D	— C.PLVTI. Roma, 121 a.C.	RRC 278/1
85-7	D	— CARBO. Roma, 121 a.C.	RRC 279/1
88	D	— M.FOVRI L.F PHILI, Roma, 119 a.C.	RRC 281/1
89-91	Ds	— L.LIC. CN.DOM E ASSOCIADOS, Narbo, 118 a.C.	RRC 282/4
92	D	— M.CALID. Q.MET. CN.FOVL, Roma, 117/116 a.C.	RRC 284/1a
93	D	— CN.DOMI. Q.CVRTI, M.SILA, Roma, 116/115 a.C.	RRC 285/2
94-8	D	— M.SERGI SILVS Q. Roma, 116/115 a.C.	RRC 286/1
99	D	— C.FONT. Roma, 114/113 a.C.	RRC 290/1
100-2	D	— CN.BLASIO CN.F, Roma, 112/111 a.C.	RRC 296/1a-l
103	D	— L.SATVRN. Roma, 104 a.C.	RRC 317/3a
104- 7	D	— Anónimo, ex. não classificado	
108	D	— ex. não classificado	

— **Paradeiro:** Em 1930 fazia parte da colecção privada de Carlos de Ojesto.

## 12 S. TIBÉRIO, Leiria, Pombal

10.15.00

114 /113 a.C. — 106 a.C.

— Tesouro de denários descoberto em data anterior a 1922 em S. Tibério. Eduardo M. Cabral, chefe de secretaria da Câmara Municipal de Pombal, ofereceu dois exemplares a Leite de Vasconcellos, para o Museu Etnológico.

— **Bibliografia:** J. L. de Vasconcellos, Observações numismáticas, *AP*, XXV, 1922, pp. 190-1; J. Alarcão, *Roman Portugal*, II, 2, pp. 102-3; *CMEP*, p. 14.

## CATÁLOGO

1	D	— C.FONT, Roma, 114/113 a.C.	3.48 g	RRC 290/1
2	Ds	— L. SCIPASIAG, Roma, 106 a.C.		RRC 311/1a-e

— **Paradeiro:** 1 D no MNAE, tab. 57/25.

**III. Tesouros do Período I e (91 a.C. — 79 a.C.)****13 CHARNECA**, Santarém, Torres Novas

14. 19. 12

119 a.C. — 80 a.C.

— Deste tesouro, apenas, conhecemos 6 moedas — 5 D romanos e 1 D ibérico de Bolskan— que faziam parte de um conjunto maior que se encontrava dentro de um vaso de barro que desapareceu. Estas moedas foram estudadas por J. Leite de Vasconcellos que as adquiriu, para o então Museu Etnológico, a um comerciante da Vila da Charneca no ano de 1908.

— **Bibliografia:** *AP*, 1909, 58; Hipólito, p. 80, nº 112; *RRCH*, p. 98, nº 264; *Fouilles de Conimbriga*, pp. 197, 199, nº 5; C. Blázquez, *Tesorillos*, pp. 124-5, nº 62; Alarcão, 5/58; Villaronga, *Tresors*, 1993, pp. 49, 81, nº 9; C. Blázquez, *La circulación monetaria*, pp. 17-18, 20-29, 34-35, nº 5.

## CATÁLOGO

1	D	— M.FOVRI L.F PHILI, Roma, 119 a.C.	RRC 281/1
2	D	— L.THORIVS BALBVS, Roma, 105 a.C.	RRC 316/1
3	D	— MN.FONTEI C.F, Roma, 85 a.C.	RRC 353/1c
4	D	— P.CREPVSI, Roma, 82 a.C.	RRC 361/1a-c
5	Ds	— C.POBLICI Q.F, Roma, 80 a.C.	RRC 380/1
6	Di	— Bolskan	

— **Paradeiro:** Desconhecido.

**14 CHÕES DE ALPOMPÉ**, Santarém, São Vicente do Paúl  
14.16.22

121 a.C. — 85 a.C.

— Conjunto de moedas recolhidas por dois prospectores de Torres Novas através do uso de um detector de metais no acampamento dos Chões de Alpompé. As moedas encontravam-se espalhadas por uma área inferior a 1m<sup>2</sup>. Para além destas, foram recolhidas outras (menos de uma dezena) que já não foi possível individualizar.

— **Bibliografia:** Obtivemos esta informação através do Dr. José da Silva Ruivo, a quem não queremos deixar de agradecer.

CATÁLOGO

1	D	— CARBO, Roma, 121 a.C.	3.86 g	21-19,5	6	RRC	279/1
2	D	— CN. DOMI, Q CVRTI, M.SILA, Roma, 116-115 a.C.	3.87 g	19	12	RRC	285/2
3	D	— CN. DOMI, Q CVRTI, M.SILA, Roma, 116-115 a.C.	3.85 g	20-19	6	RRC	285/2
4	D	— CN. DOMI, Q CVRTI, M.SILA, Roma, 116-115 a.C.	3.86 g	19	6	RRC	285/2
5	D	— M.CIPI M.F, Roma, 115-114 a.C.	3.25 g	17	10	RRC	289/1
6	D	— C. PVLCHER, Roma, 110-109 a.C.	3.82 g	19-18	9	RRC	300/1
7	D	— L. VALERI FLACCI, ROMA, 108-107 a.C.	3.70 g	19-18	3	RRC	316/1
8	D	— L.THORIVS BALBVS, Roma, 105 a.C.	3.89 g	21.5-20	3	RRC	316/1
9	D	— L.THORIVS BALBVS, Roma, 105 a.C.	3.98 g	19-18	9	RRC	316/1
10	D	— L.SATVRN, Roma, 104 a.C.	3.88 g	20-17	8	RRC	317/3a
11	D	— M. LVCILI RVF, Roma, 101 a.C.	3.74 g	21-19	7	RRC	324/1
12	D	— P.SERVILI M. F RVLLI, Roma, 100 a.C.	3.81 g	21-19	12	RRC	328/1
13	D	— Q.TITI, Roma, 90 a.C.	4.23 g	18	5	RRC	341/2
14	D	— C. VIBIVS C.F PANSÁ, Roma, 90 a.C.	3.84 g	17.5-16	7	RRC	342/1c
15	D	— C. VIBIVS C.F PANSÁ, Roma, 90 a.C.	3.78 g	19.5-18	2	RRC	342/5b
16	D	— L. TITVRI L.F SABINVS, Roma, 89 a.C.	3.63 g	19-18	9	RRC	344/1c
17	D	— C.CENSORIN, Roma, 88 a.C.	3.88 g	18-16	9	RRC	346/11
18	D	— C.CENSORIN, Roma, 88 a.C.	3.87 g	18	8	RRC	346/2b
19	D	— L. RVBRI DOSSENI, Roma, 87 a.C.	3.78 g	17	9	RRC	348/2
20	D	— MN. FONTEI C.F, Roma, 85 a.C.	4.09	20	6	RRC	353/1a

— **Paradeiro:** Desconhecido.

**15 COIÇO**, Coimbra, Penacova, Oliveira do Mondego  
06.13.05

155 a.C. — 82 / 81 a.C.

Segundo uma informação obtida através de R. Centeno, a quem agradecemos desde

já, tomamos conhecimento do aparecimento de um tesouro monetário no sítio do Cabeço da Mogueira, junto à povoação do Coiço. Este foi descoberto por trabalhadores durante o plantio de um eucalipto, em data que não conseguimos precisar, mas seguramente há menos de 25 anos. Presume-se que não se encontrará completo e que apenas parte das moedas terá sido entregue ao proprietário do terreno. Actualmente restam 20 denários da República e parte do que parece ter sido uma argola de prata.

Deste achado viu R. Centeno uma primeira referência num trabalho escolar da autoria de Jorge Oliveira Fidalgo, onde se apresentam as fotografias das moedas 1, 10 e 19.

Posteriormente, o autor teve oportunidade de fazer uma observação sumária das fotografias das restantes 17 unidades, realizadas pela Dra. Ana Margarida Serra Ferreira, do Museu Municipal da Figueira da Foz, que contactou directamente com o proprietário do terreno, entretanto falecido.

—**Bibliografia:** J. O. Fidalgo, *Levantamento arqueológico de Penacova*, Trabalho escolar, Coimbra, Instituto de Arqueologia, 1991, pp. 61-62 e 66-68, fotos 8-13 (fotos das moedas 1, 10 e 9, restante inéditas), *CMEP*, p. 48.

#### CATÁLOGO

1	D	— NAT. Roma, 155 a.C.	RRC	200/1
2	D	— ANÓNIMO (cabeça de elefante). Roma, 128 a.C.	RRC	262/1
3	D	— C.CASSI. Roma, 126 a.C.	RRC	266/1
4	D	— Q.FABI LABEO, Roma, 124 a.C.	RRC	273/1
5	D	— C.CATO, Roma, 123 a.C.	RRC	274/1
6-7	D	— M. FAN C.F, Roma, 123 a.C.	RRC	275/1
8	D	— M.SERGI SILVS Q, Roma, 116-115 a.C.	RRC	286/1
9	D	— M.CIPI M.F, Roma, 115-114 a.C.	RRC	289/1
10	D	— C.PVLCHER, Roma, 110-109 a.C.	RRC	300/1
11	D	— L.FLAMINI CILO, Roma, 109-108 a.C.	RRC	302/1
12	D	— L. SENTI C.F, Roma, 101 a.C.	RRC	325/1
13	D	— P.SERVILI M.F RVLLI, Roma, 100 a.C.	RRC	328/1
14	D	— D.SILANVS L.F, Roma, 91 a.C.	RRC	337/3
15	D	— L. TITVRI SABIN, Roma, 89 a.C.	RRC	344/2
16-7	D	— GAR, OGVL, VER, Roma, 86 a.C.	RRC	350A/2
18	D	— L.IVLI BVRSIO, Roma, 85 a.C.	RRC	352/1
19	D	— C.NORBANVS, Roma, 83 a.C.	RRC	357/1b
20	D	— C.ANNIVS T. F T.N PRO.COS, Hispânia, 82-81 a.C.	RRC	366/3c

— **Paradeiro:** Desconhecido.

## 16 COLUMBEIRA, Leiria. Bombarral, Roliça

10.05.02

189 /190 a.C. — 82 a.C.

— Em 1958, foram encontrados, dentro de um vaso de barro, cerca de 980 denários, quando se procedia a escavações de um terreno, perto da Columbeira, na freguesia de Roliça. Estas moedas foram vendidas, tendo sido adquiridas 122 pelo Tenente - Coronel João Lopes F. Guedes e 43 pelo Dr. Joaquim de Albuquerque. M. Hipólito estudou 165 exemplares, mas no seu catálogo só regista 127 denários e 1 asse, pois não refere o número de exemplares repetidos do lote de moedas pertencente ao Tenente - Coronel João Lopes F. Guedes.

— **Bibliografia:** Hipólito, pp. 75,152-56, nº 105; *RRCH*, p. 96, nº 248; *Fouilles de Conimbriga*, p. 197, 199, nº 4; C. Blázquez, *Tesorillos*, pp. 123,125, nº 57; Alarcão, 5/75; Villaronga, *Tresors*, 1993, p. 53. 82-3, nº 115; C. Blázquez, *La circulación monetaria*, pp. 17-18, 20-29, 35, nº 4.

## CATÁLOGO

1	As — M.TITINI, Roma. 190/189 a.C.	RRC	150/1
2	D — C.SCR, Roma, 154 a.C.	RRC	201/1
3	D — P.SVLA, Roma, 151 a.C.	RRC	205/1
4	D — SAFRA, Roma, 150 a.C.	RRC	206/1
5	D — FLAVS, Roma, 150 a.C.	RRC	207/1
6	D — Q.MARC LIBO, Roma, 148 a.C.	RRC	215/1
7	D — L.SEMPR PITIO, Roma, 148 a.C.	RRC	216/1
8	D — C.TER LVC, Roma, 147 a.C.	RRC	217/1
9	D — L.CVP, Roma, 147 a.C.	RRC	218/1
10	D — C.ANTESTI, Roma, 146 a.C.	RRC	219/1e
11	D — AN RVF, Roma, 144 a.C.	RRC	221/1
12	D — L.IVLI, Roma, 141 a.C.	RRC	224/1
13	D — C.VAL C.F FLAC, Roma, 140 a.C.	RRC	228/1
14	D — C.VAL C.F FLAC, Roma, 140 a.C.	RRC	228/2
15	D — A.SPVRI, Roma, 139 a.C.	RRC	230/1
16	D — CN. GELI, Roma, 138 a.C.	RRC	232/1
17	D — SEX.POM, Roma, 137 a.C.	RRC	235/1
18	D — M.BAEBI Q.F TAMPIL, Roma, 137 a.C.	RRC	236/1a ou c
19	D — CN.LVCR TRIO, Roma, 136 a.C.	RRC	237/1
20	D — L.ANTES GRAGV, Roma, 136 a.C.	RRC	238/1
21	D — C.SERVEILI M.F, Roma, 136 a.C.	RRC	239/1
22	D — C.CVR F TRIGE, Roma, 135 a.C.	RRC	240/1a
23	D — L.TREBANI, Roma, 135 a.C.	RRC	241/1a - b
24	D — C.AVG, Roma, 135 a.C.	RRC	242/1
25	D — TI.MINVCI C.F AVGVRIINI, Roma, 134 a.C.	RRC	243/1
26	D — M.MARCI MN.F, Roma, 134 a.C.	RRC	245/1

27	D	— P.MAE ANT M.F, Roma, 132 a.C.	RRC	249/1
28	D	— M.ABVRI M.F GEM, Roma, 132 a.C.	RRC	250/1
29	D	— L.POST ALB, Roma, 131 a.C.	RRC	252/1
30	D	— M.OPEIMI, Roma, 131 a.C.	RRC	254/1
31	D	— M.VARGV, Roma, 130 a.C.	RRC	257/1
32	D	— CN.DOMIT, Roma, 128 a.C.	RRC	261/1
33	D	— ANÓNIMO COM CABEÇA DE ELEFANTE, Roma, 128 a.C.	RRC	262/1
34	D	— C.SERVEILI, Roma, 127 a.C.	RRC	264/1
35-6	D	— C.CASSI, Roma, 126 a.C.	RRC	266/1
37	D	— T.Q, Roma, 126 a.C.	RRC	267/1
38	D	— M.PORC LAECA, Roma, 125 a.C.	RRC	270/1
39	D	— Q.FABI LABEO, Roma, 124 a.C.	RRC	273/1
40	D	— C.CATO, Roma, 123 a.C.	RRC	274/1
41	D	— M.FAN C.F, Roma, 123 a.C.	RRC	275/1
42	D	— C.PLVTI, Roma, 121 a.C.	RRC	278/1
43-4	D	— M.TVLLI, Roma, 120 a.C.	RRC	280/1
45-6	D	— M.FOVRI L.F PHILI, Roma, 119 a.C.	RRC	281/1
47	Ds	— L.LIC. CN.DOM e associados, Narbo, 118 a.C.	RRC	282/1
48	Ds	— L.LIC. CN.DOM e associados, Narbo, 118 a.C.	RRC	282/2
49-50	Ds	— L.LIC. CN.DOM e associados, Narbo, 118 a.C.	RRC	282/4
51	D	— Q.MAR. C.F. L.R, Roma, 118/117 a.C.	RRC	283/1b
52	D	— M.CALID. Q.MET. CN.FOVL, Roma, 117/116 a.C.	RRC	284/1a
53	D	— M.CALID. Q.MET. CN.FOVL, Roma, 117/116 a.C.	RRC	284/1b
54	D	— CN.DOMI. Q.CVRTI, M.SILA, Roma, 116/115 a.C.	RRC	285/1
55-6	D	— CN.DOMI. Q.CVRTI, M.SILA, Roma, 116/115 a.C.	RRC	285/2
57-8	D	— M.SERGI SILVS Q, Roma, 116/115 a.C.	RRC	286/1
59	D	— C.FONT, Roma, 114/113 a.C.	RRC	290/1
60-1	D	— MN.AEMILIO LEP, Roma, 114/113 a.C.	RRC	291/1
62	D	— L.PHILIPPVS, Roma, 113/112 a.C.	RRC	293/1
63-5	D	— CN.BLASIO CN.F, Roma, 112/111 a.C.	RRC	296/1h
66-7	D	— TI.Q, Roma, 112/111 a.C.	RRC	297/1a - b
68	D	— AP.CL. T.MAL ou T.MANL, Q.VR, Roma, 111/110 a.C.	RRC	299/1a
69	D	— AP.CL. T.MAL ou T.MANL, Q.VR, Roma, 111/110 a.C.	RRC	299/1b
70-1	D	— C.PVLCHER, Roma, 110/109 a.C.	RRC	300/1
72	D	— P.LAECA, Roma, 110/109 a.C.	RRC	301/1
73	D	— L.FLAMINI CILO, Roma, 109/108 a.C.	RRC	302/1
74	D	— MN.AQVIL, Roma, 109/108 a.C.	RRC	303/1var.
75-6	D	— L.MEMMI, Roma, 109/108 a.C.	RRC	304/1
77	D	— Q.LVTATI CERCO Q, Roma, 109/108 a.C.	RRC	305/1
78	D	— MN.FONTEI, Roma, 108/107 a.C.	RRC	307/1a-d
79	D	— M.HERENNI, Roma, 108/107 a.C.	RRC	308/1a - b
80	Ds	— L.SCIP ASIAG, Roma, 106 a.C.	RRC	311/1a-e
81	Ds	— L.MEMMI GAL, Roma, 106 a.C.	RRC	313/1a-c
82	Ds	— L.COT, Roma, 105 a.C.	RRC	314/1a - b ou d
83-5	D	— L.THORIVS BALBVS, Roma, 105 a.C.	RRC	316/1
86-8	D	— L.SATVRN, Roma, 104 a.C.	RRC	317/3a
89	D	— C.COIL CALD, Roma, 104 a.C.	RRC	318/1b
90-1	D	— Q.THERM M.F, Roma, 103 a.C.	RRC	319/1
92	D	— L.IVLI L.F CAESAR, Roma, 103 a.C.	RRC	320/1



93-4	D	— C.FABI C.F. Roma, 102 a.C.	RRC	322/1b
95-7	D	— M.LVCILI RVF. Roma, 101 a.C.	RRC	324/1
98	D	— L.SENTI C.F. Roma, 101 a.C.	RRC	325/1a - b
99	D	— C.FVNDAN Q, Roma, 101 a.C.	RRC	326/1
100-1	D	— P.SERVILI M.F RVLLI, Roma, 100 a.C.	RRC	328/1
102	D	— C.ALLI BALA, Roma, 92 a.C.	RRC	33671b
103	D	— D.SILANVS L.F. Roma, 91 a.C.	RRC	337/2c
104-5	D	— D.SILANVS L.F. Roma, 91 a.C.	RRC	337/3
106-9	D	— L.PISO L.F L.N FRVGI, Roma, 90 a.C.	RRC	340/1
110-1	D	— Q.TITI, Roma, 90 a.C.	RRC	341/2
112-4	D	— C.VIBIVS C.F PANSA, Roma, 90 a.C.	RRC	342/5b
115	D	— L.TITVRI L.F SABINVS, Roma, 89 a.C.	RRC	344/1b
116-7	D	— L.TITVRI L.F SABINVS, Roma, 89 a.C.	RRC	344/2b
118-9	D	— L.TITVRI L.F SABINVS, Roma, 89 a.C.	RRC	344/3
120	D	— CN.LENTVL, Roma, 88 a.C.	RRC	345/1
121	D	— C.CENSORIN, Roma, 88 a.C.	RRC	346/2a-c
122	D	— L.C.MEMIES L.F GAL, Roma, 87 a.C.	RRC	349/1
123	D	— GAR. OGVL, VER, Roma, 86 a.C.	RRC	350A/2
124-5	D	— L.IVLI BVRVRSIO, Roma, 85 a.C.	RRC	352/1a ou c
126	D	— P.CREPVS I, Roma, 82 a.C.	RRC	361/1a-c
127	D	— ANÓNIMO ?		Bab. I pág. 110
128	D	— ANÓNIMO		Bab. 6

— **Paradeiro:** Desconhecido.

**17 IDANHA - A - NOVA**, Castelo Branco, Idanha-a-Nova  
05.05.03

148 a.C. — 89 a. C.

— Nos finais do século passado foram oferecidos 4 denários, pelo Sr. Carvalhão de Novaes, ao então director do Museu Etnológico português. Desconhece-se o número total de moedas que compunha este tesouro .

César Pires descreve os 4 exemplares conhecidos, precioso documento, actualmente, desactualizado no que respeita às cronologias.

I. Pereira dá-nos uma cronologia mais correcta, mas não pormenoriza, já que não foi esse o objectivo do seu trabalho.

— **Bibliografia:** C. Pires. Moedas achadas na Idanha (summula de uma lição de Numismática dada na Biblioteca Nacional de Lisboa em 1898), *AP*, 1898, p. 79; *RRCH*, p. 93, nº 229; *Fouilles de Conimbriga*, pp. 197, 199, nº 10; Villaronga, *Tresors*, pp. 53, 82-3, nº 117; C. Blázquez, *La circulación monetaria*, pp. 17-18, 35, nº 7.

## CATÁLOGO

1	D	— L.SEMPR PITIO, Roma, 148 a.C.	RRC	216/1
2	D	— M.FAN C.F. Roma, 123 a.C.	RRC	275/1
3	D	— L.SATVRN. Roma, 104 a.C.	RRC	317/3a-b
4	D	— L.TITVRI L.F SABINVS. Roma, 89 a.C.	RRC	344/1b

— **Paradeiro:** MNAE.

**18 TAPADA DO CASTELO**, Guarda, Meda, Longroiva  
09.09.09

104 a.C. — 79 a.C.

— Conjunto de moedas encontrado na Tapada do Castelo, em data incerta, do qual só são conhecidos 4 exemplares, que foram estudados por R. Centeno, a quem agradecemos a informação.

— **Bibliografia:** A. V. Rodrigues, O problema da localização de Tongóbriga, *Lucerna*, 12, 1961, p. 63, nota 2; *idem*, Terras de Meda, Meda, 1983, p. 87; A. M. de Faria, Subsídios para um inventário dos achados monetários no distrito da Guarda, *Biblioteca, Arquivos e Museus*, I, Tomo II, Lisboa, 1985, nº 31.

## CATÁLOGO

1	D	— L.SATVRN, Roma, 104 a.C.	RRC	317/1,3
2	D	— MN.FONTEI C.F. Roma, 85 a.C.	RRC	353/1,2
3	D	— L.SVLLA IMPE, L.MANLI PROQ, Itinerante, 82 a.C.	RRC	367/1,3.5
4	Ds	— TI.CLAVD TI.F AP.N, Roma, 79 a.C.	RRC	383/1

— **Paradeiro:** Desconhecido.

**19 TORRES NOVAS**, Santarém  
14.19.12-15

112 / 111 a.C. — 83 / 82 a.C.

— Nada sabemos acerca das condições de achamento deste tesouro. Em 1909 J. L. de Vasconcellos publica a descrição de 4 denários provenientes de Torres Novas, que viu num antiquário em Lisboa.

— **Bibliografia:** Achados de moedas romanas da Republica, *AP*, XIV, 1909, p. 59; Hipólito, p. 80, nº 113; *RRCH*, p. 96, nº 250; *Fouilles de Conimbriga*, pp. 197, 199, nº 4; C. Blázquez, *Tesorillos*, pp. 123, 125, nº 58; Villaronga, *Tresors*, pp. 54, 82-83., nº 125; C. Blázquez, *La circulación monetaria*, pp. 17-18, 35, nº 6.

## CATÁLOGO

1	D	— CN.BLASIO CN.F. Roma, 112/111 a.C.	RRC	296/1a-1
2	D	— L.PISO L.F.L.N FRVGI, Roma, 90 a.C.	RRC	340/1
3	D	— C.VIBIVS C.F PANSIA, Roma, 90 a.C.	RRC	342/1-6
4	Ds	— Q.ANTO BALB PR. Roma, 83/82 a.C.	RRC	364/1a-e

— **Paradeiro:** Desconhecido.

IV. Tesouros do Período I f ( 78 a.C. — 49 a.C.)

**20 CABEÇA DA CORTE**, Coimbra, Soure, Pombalinho  
06.15.07

74 a.C.

— Em data anterior a 1920, no lugar de Cabeça da Corte, perto das povoações de Poço dos Cães e Malavenda, ao proceder à extracção de uma raíz de árvore, Francisco Simões encontrou um recipiente de barro com cerca de 440 denários.

Pensamos que M. Hipólito teve oportunidade de identificar 158 exemplares pertencentes a este conjunto ( talvez os do Sr. António A. Pedro, de Coimbra, que ele já havia observado em decalques e tinha considerado todos “espécimes[...] de magnífica manufactura e em perfeitíssimo estado de conservação”- (Hipólito 1960-1) que fecha em 74 a.C. (RRC 394/1), pois tanto Crawford como I. Pereira indicam esta data para a moeda mais recente do conjunto, com base em informações concedidas por aquele, I. Pereira refere a existência de 1 denário ibérico de Sekobirices neste conjunto.

C. Blázquez, apenas, indica a bibliografia para este tesouro, muito incompleta. Esta bibliografia é seguida por Villaronga, que acrescenta a informação errónea de que o depósito em questão é constituído apenas por 158 numismas, e somente romanos. Também a localização geográfica do tesouro está incorrecta.

— **Bibliografia:** Hipólito, p. 62, nº 87; *RRCH*, p. 103, nº 300; *Fouilles de Conimbriga*, pp. 197, 199, 207, nº 8; C. Blázquez, *Tesorillos*, p. 127-128, nº 68 ; Alarcão, 3/186;

Villaronga, *Tresors*, pp. 53, 82-84, n° 114; C. Blázquez, *La circulación monetaria*, pp. 17-18, 35, n° 8.

— **Paradeiro:** Desconhecido.

**21 CASA DAS LEVADAS**, Aveiro, Santa Maria da Feira, Fiães  
01.09.07

126 a.C. — 49 a.C. ?

— Tesouro aparecido durante a primeira república, dividido em três lotes: um adquirido pelo British Museum, outro pelo Museu do Louvre e o terceiro oferecido a Afonso Costa.

Segundo informação de J. Alarcão, dada por carta, a R. Centeno a 26 de Dezembro de 1977, conhecem-se 2 exemplares. Pensamos que o vaso em prata e os 6 denários republicanos (o mais recente de 49 a. C. RRC 443/1), atribuídos ao Distrito de Coimbra, farão parte integrante deste achado. Este espólio deu entrada no British Museum em data posterior a 1910, mas anterior a 1921, uma vez que estes *denarii* só nesta data são referenciados no BMMCCR.

Do British Museum e do Museu do Louvre foi comunicado não possuírem quaisquer dados sobre o tesouro da “Casa das Levadas”.

— **Bibliografia:** H. B. Walters, *Catalogue of silver plate (greek, etruscan and roman) in the British Museum*, 1921, p. 22, n° 81; Raddatz, *Die Schatzfunde*, p. 277; *Fouilles de Conimbriga*, pp. 197, 199, n° 8 bis 6 D, c. 49-45; C. Blázquez, *Tesorillos*, pp. 130-31, n° 83; Villaronga, *Tresors*, 1993, pp. 56, 85-6, n° 136; C. Blázquez, *La circulación monetaria*, pp. 36-37, n° 6.

#### CATÁLOGO

1	D	— C.CASSI. Roma, 126 a.C.	RRC 266/1
2	Ds	— C.LICINIVS L.F MACER, Roma, 84 a.C.	RRC 354/1

— **Paradeiro:** Parte no BM, parte no Museu do Louvre, parte numa col. particular, o paradeiro do restante material é desconhecido.

**22 CASTRO DE ROMARIZ**, Aveiro, Santa Maria da Feira, Romariz

01.09.22

157 /156 a.C. — 74 a.C.

— Em 1843, no Castro de Romariz, quando se procedia a trabalhos agrícolas, um lavrador encontrou uma “espécie de ânfora de prata”, segundo Pinho Leal (p. 201) com capacidade de 0.75 L. Esse recipiente continha, ainda segundo o mesmo Autor, uma argola de ouro com 6 g, uma “espécie de crescente de prata” com 150 ou 180 g e 102 moedas de prata.

Escreve R. M. S. Centeno que apenas foi inventariado o lote de 72 denários — 71 republicanos e 1 ibérico de Sekobirices — que foram enviadas para o Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Estes numismas situam-se cronologicamente entre 157-56 a.C. (RRC 197/1b) e 74 a.C. (RRC 395/1). O exemplar ibérico é de Sekobirices. Este Autor propõe para a ocultação deste tesouro o período compreendido entre 74 e 72 a.C., relacionando-o com a última fase das guerras sertorianas.

— **Bibliografia:** J. M. S. Aureliano Basto, Relação das moedas recebidas no real archivo da Torre do Tombo em virtude da portaria de 7 de Julho de 1841, e examinadas no dito archivo — as quais foram achadas no Monte do Crasto, pelo abade de Romariz — Domingos José de Pinho e Sousa do Amaral, *Diário do Governo*, nº 157, 7 de Julho de 1843, pp. 1146-48 (o artigo data de 12 de Abril de 1843); M. J. B., Medalhas achadas em Femedo: para melhor averiguação do que chamam — cidade ressuscitada, *Panorama*, 2ª série, Vol. II, nº 70, Lisboa, 29 de Abril de 1843, p. 135; A. S. Pinho Leal, *Portugal antigo e moderno [...]*, vol. II, Lisboa, 1874, p. 201; M. Fernandes dos Santos, *A minha terra. Breves apontamentos sobre Romariz*, Porto, 1940, pp. 18-19; Hipólito, pp. 49-50, nº 61; *Fouilles de Conimbriga*, pp. 197, 199, nº D; R. M. S. Centeno, O tesouro monetário do Castro de Romariz (Portugal), *Sautuola II*, 1976-77, pp. 209-19; *Coin Hoards III*, 1977, p. 55, nº 123; C. Blázquez, *Tesorillos*, pp. 127-128, nº 72; Alarcão, 3/32; Villaronga, *Tresors*, pp. 54, 82-83., nº 123; C. Blázquez, *La circulación monetaria*, pp. 17, 18, 20-29, 34-35, nº 9.

— **Paradeiro:** 72 D no arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa), para o restante material o paradeiro é desconhecido.

**23 MOITA**, Aveiro, Anadia, Moita

01.03.07

113 /112 a.C. — 67 a.C.

— Por volta de 1950, quando se procedia à exploração de barro cerâmico, próxi-

mo da Moita, encontraram-se vestígios de estruturas habitacionais. No interior de uma delas apareceu um pote em ferro que imediatamente se desfez. Este continha cerca de 30 moedas de prata, em bom estado de conservação, segundo a opinião de José Rodrigues que teve a oportunidade de ver alguns exemplares.

Em Outubro de 1958 o Sr. Dr. J. M. Bairrão Oleiro examinou 10 moedas, as mesmas que M. Hipólito publica em 1960-1, cuja classificação aqui actualizamos.

Este achado foi publicado, recentemente, por C. Blázquez e L. Villaronga, no entanto com dados bibliográficos insuficientes e mesmo com algumas imprecisões. L. Villaronga considera os 10 exemplares estudados como o número total de moedas conhecidas e refere para o numisma mais recente a data de 69 a.C. (RRC 405).

— **Bibliografia:** J. Rodrigues, *O Couto de Aguiçim. Subsídios para a sua história*, Anadia, 1959, p. 12; Hipólito, p. 50, nº 62; *RRCH*, p. 107, nº 326; *Fouilles de Conimbriga*, pp. 197, 199, nº 17; C. Blázquez, *Tesorillos*, pp. 127, 129, nº 76; Alarcão, 3/65; Villaronga, *Tresors*, 1993, nº 144, pp. 58, 86; F. Chaves, *Los Tesoros*, p. 541.

#### CATÁLOGO

1	D	—L. PHILIPPVS, Roma, 113/112 a.C.	RRC	293/1
2	D	—M. HERENNI, Roma, 108/107 a.C.	RRC	308/1
3	D	—Q.THERM M.F, Roma, 103 a.C.	RRC	319/1
4	D	—L.PISO L.F L.N FRVGI, Roma, 90 a.C.	RRC	340/1
5	D	—GAR. OGVL, VER, Roma, 86 a.C.	RRC	350A/1ou3
6	D	—C.LICINIVS L.F MACER, Roma, 84 a.C.	RRC	354/1
7	Ds	—Q.ANTO BALB PR, Roma, 83/82 a.C.	RRC	364/1
8	Ds	—L.PROCILI F, Roma, 80 a.C.	RRC	379/2
9	D	—L.RVTILII FLAC, Roma, 77 a.C.	RRC	387/1
10	D	—M.PLAETORIVS M.F CESTIANVS AED CVR, Roma, 67 a.C.	RRC	409/2

—**Paradeiro:** Desconhecido.

#### 24 MONTE PINDO, Vila Real, Boticas, Ardãos

17.02.02

125 a.C. — 78 a.C.

— Foram estudados 4 denários de um conjunto encontrado em 1968 durante os trabalhos de florestação efectuados no planalto do Monte Pindo, entre Ardãos e Arcos. R. M. S. Centeno afirma que os exemplares que se conhecem apresentam um desgaste considerável, o que sugere o seu ocultamento em data muito posterior ao numisma mais recente de 78 a.C. (RRRC 385/2), sendo por isso natural que o conjunto incluísse peças mais modernas. O exemplar mais antigo data de 125 a.C. (RRC 270/1).

C. Blázquez publica este tesouro em 1988, localizando-o erradamente a Sul do rio Douro, em 1993 localizando-o de novo neste local e incluindo-o no período das guerras sertorianas, a nosso ver incorrectamente, se tivermos em conta o desgaste das moedas que Centeno refere, assim como a sua localização a Norte do rio Douro, região não afectada directamente pelas guerras de Sertório. No mesmo ano Villaronga localiza-o, ainda, mais a Sul e considera as 4 moedas conhecidas como o número total que compunha o conjunto.

— **Bibliografia:** *CMNH*, p. 66, n° 55; C. Blázquez, *Tesorillos*, pp. 125-6, n° 64 ; L. Villaronga, *Tresors*, pp. 54, 82-3, n° 120; C. Blázquez, *La circulación monetaria*, pp. 17-18, 35, n° 10.

— **Paradeiro:** 3 ex. na col. do Padre J. Parente (Vila Marim, Vila Real), 1 ex. na col. do Dr. Manuel José Carvalho Martins (Chaves).

## 25 SANTANA DA CARNOTA , Lisboa, Alenquer, Alenquer

11.01.06

206 /195 a. C. — 76 a.C.

— Nos finais de Agosto de 1979, Inácio Lopes Machado, ao escavar perto das raízes de uma oliveira, na quinta de Casal dos Cabeços encontrou um tesouro constituído por 134 denários romano-republicanos situados cronologicamente entre o período de 206/195 (RRC 114/1) e 76 a.C. (RRC 390/1), 1 denário ibérico de Bolskan de 105/72 a.C., 1 de Sekobirices, 3 colares em prata e ouro e 10 brincos de ouro.

O descobridor partilhou o tesouro com o proprietário da quinta, o Dr. José Guimarães. Em Novembro de 1980, o Estado português adquiriu este tesouro.

— **Bibliografia:** J. R. Viegas e R. Parreira; *Der Schatzfund von Santana da Carnota (Alenquer-Portugal)*, MM 25, 1984, pp. 79-91; C. Blázquez, *Tesorillos*, pp. 126-128, n° 67; Villaronga, *Tresors*, 1993, p. 49 n° 97; C. Blázquez, *La circulación monetaria*, pp. 17-18, 20-29, 32, 34-35, n° 3.

— **Paradeiro:** MNAE.

## 26 SANTARÉM

14.16.00

225 / 214 a.C. — 74 a. C.

— Conjunto monetário descoberto, acidentalmente, na zona de Santarém em data

não muito anterior a 1989, sendo constituído por cerca de 200 moedas romanas em prata, desconhecendo-se, porém, as circunstâncias e o contexto arqueológico em que se verificou o achado, bem como o tipo de contentor em que as moedas se encontravam.

Uma boa parte das moedas deste tesouro, adquirido por um particular, tem figurado, desde 1990, em diversas “Permutas por Correspondência Inter-Associados” realizadas pela Sociedade Portuguesa de Numismática, permanecendo os 39 exemplares restantes em duas colecções particulares. No quadro seguinte apresenta-se o total de moedas inventariadas, (1 didracma, 3 *victoriati*, 188 *denarii*) a relação das diferentes partes em que o achado foi dividido, assim como a cronologia da moeda mais antiga e mais recente existente em cada núcleo:

---

27 <sup>a</sup> Permuta	10 ex. (de 128 a 78 a.C.)
28 <sup>a</sup> Permuta	73 ex. (de 211-210 a 77 a.C.)
29 <sup>a</sup> Permuta	19 ex. (de 154 a 84 a.C.)
30 <sup>a</sup> Permuta	29 ex. (de 225-214 a 76-5 a.C.)
31 <sup>a</sup> Permuta	22 ex. (de 137 a 84 a.C.)
Col. Particular 1	37 ex. (de 206-195 a 74 a.C.)
Col. Particular 2	2 ex. (de 114-113 a 89 a.C.)
Total	192 ex. (de 225-214 a 74 a.C.)

---

Sugerimos que o tesouro de Santarém, pela similitude da sua composição com outros da mesma época, e pela cronologia das moedas mais recentes, poderá estar relacionado com o período das guerras sertorianas, devendo situar-se o seu ocultamento em data não muito posterior ao ano de 74 a.C..

— **Bibliografia:** M. B. Barbosa, Um tesouro Sertoriano da região de Santarém, *La moneda hispánica, Ciudad y Territorio, Anejos de Archivo español de Arqueología*, XIV, 1994, pp. 239-244.

#### CATÁLOGO

1	30/09	Di— Anónimo, Casa da Moeda Incerta, 225-214 a.C.	6.28	RRC	29/3
2	30/10	V— Anónimo, Roma, 211 a.C.		RRC	53/1
3	28/19	V— Ponta de Lança, SE. Itália, 211-210 a.C.		RRC	83/1a
4	Col. Particular 1	D— Bordão, Roma, 206-195 a.C.	3.34	RRC	12/2a
5	Col. Particular 1	D— Tridente, Roma, 206-195 a.C. (Ex. incuso de Anv.)	3.30	RRC	115/1?
6	Col. Particular 1	V— Anónimo, Roma, 179-170 a.C.	2.42	RRC	166/1
7	29/10	D— C. SCR, Roma, 154 a.C.		RRC	201/1



8	28/23	D— L. SAVF. Roma, 152 a.C.		RRC	204/1	
9-10	28/24, 29/12	D— NATTA. Roma, 149 a.C.;		RRC	208/1	
11	30/17	D— L. SEMPR PITIO, Roma, 148 a.C.		RRC	216/1	
12	29/14	D— C. ANTESTI. Roma, 146 a.C.;		RRC	219/1e	
13	30/18	D— M. IVNI. Roma, 145 a.C.		RRC	220/1	
14	Col. Particular 1	D— M. IVNI. Roma, 145 a.C.	3.97	RRC	220/1	
15	29/15	D— M. AVF RVS. Roma, 140 a.C.		RRC	227/1d	
16	28/26	D— C. RENO. Roma, 138 a.C.		RRC	231/1	
17	30/19	D— TI. VETVR. Roma, 137 a.C.		RRC	234/1	
18	Col. Particular 1	D— M. BAEBI Q.F TAMPIL, Roma, 137 a.C.		RRC	236/1a	
20	31/15	D— M. BAEBI Q.F TAMPIL, Roma, 137 a.C.	3.78	RRC	236/1a	
21	29/16	D— M. BAEBI Q.F TAMPIL, Roma, 137 a.C.		RRC	236/1e	
22	30/38	D— CN. LVCR TRIO. Roma, 136 a.C.		RRC	237/1a	
23-428/28. 30/21		D— L. ANTES GRAGV. Roma, 136 a.C.		RRC	238/1	
25	31/16	D— L. ANTES GRAGV. Roma, 136 a.C.	3.85	RRC	238/1	
26	28/29	D— TI. MINVCI C.F AVGVRI. Roma, 134 a.C.		RRC	243/1	
27	31/17	D— TI. MINVCI C.F AVGVRI. Roma, 134 a.C.	3.89	RRC	243/1	
28	29/17	D— P. MAE ANT M.F. Roma, 132 a.C.		RRC	249/1	
29	31/19	D— L. POST ALB. Roma, 131 a.C.	3.79	RRC	252/1	
30	29/18	D— L. OPEIMI. Roma, 131 a.C.		RRC	253/1	
31-228/30. 30/23		D— M. VARGV. Roma, 130 a.C.		RRC	257/1	
33	31/20	D— M. VARGV. Roma, 130 a.C.	3.86	RRC	257/1	
34	28/31	D— Q. PILIPVS. Roma, 129 a.C.		RRC	259/1	
35	Col. Particular 1	D— Q. PILIPVS. Roma, 129 a.C.	3.90	RRC	259/1	
36	28/32	D— T. CLOVLI. Roma, 128 a.C.		RRC	260/1	
37	27/8	D— Anónimo. Roma, 128 a.C.		RRC	262/1	
38	Col. Particular 1	D— M. METELLVS Q.F. Roma, 127 a.C.	3.89	RRC	263/1b	
39	28/34	D— C. CASSI. Roma, 126 a.C.		RRC	266/1	
40	29/19	D— T. Q.. Roma, 126 a.C.		RRC	267/1	
41	Col. Particular 1	D— T. Q.. Roma, 126 a.C.	3.79	RRC	267/1	
42	28/35	D— N. FABI PICTOR. Roma, 126 a.C.		RRC	268/1a	
43-530/24-26		D— C. CATO. Roma, 123 a.C.		RRC	274/1	
46	31/24	D— C. CATO. Roma, 123 a.C.	3.85	RRC	274/1	
47	29/20	D— M. FAN C.F. Roma, 123 a.C.		RRC	275/1	
48-928/36. 30/27		D— Q. MINV RVF. Roma, 122 a.C.		RRC	277/1	
50	29/21	D— C. PLVTI. Roma, 121 a.C.		RRC	278/1	
51	28/37	D— M. TVLLI. Roma, 120 a.C.		RRC	280/1	
52	31/27	D— M. TVLLI. Roma, 120 a.C.	3.79	RRC	280/1	
53-428/38. 30/29		D— M. FOVRI L.F PHILI, Roma, 119 a.C.	3.73	RRC	281/1	
56	29/23	D— M. CALID. Q. MET. CN. FOVL, Roma, 117-116 a.C.		RRC	284/1a	
57	927/12. 28/39-40	D— CN. DOMI. Q. CVRTI, M. SILA. Roma, 116-115 a.C.		RRC	285/2	
60	31/31	D— CN. DOMI. Q. CVRTI, M. SILA. Roma, 116-115 a.C.	3.91	RRC	285/2	
61	Col. Part. 1	D— CN. DOMI. Q. CVRTI, M. SILA, Roma, 116-115 a.C.	3.89	RRC	285/2	
62	328/41, 30/31	D— M. SERGI SILVS Q, Roma, 116-115 a.C.		RRC	286/1	
64	31/32A	D— M. SERGI SILVS Q, Roma, 116-115 a.C.	3.77	RRC	286/1	
65	628/42. 30/32	D— Anónimo. Roma, 115-114 a.C.		RRC	287/1	
67	928/44. 29/24. 30/33A	D— M. CIPI M.F. Roma, 115-114 a.C.		RRC	289/1	
70	Col. Particular 1	D— C. FONT. Roma, 114-113 a.C.	X (A/)	3.92	RRC	290/1
71	Col. Particular 2	D— C. FONT. Roma, 114-113 a.C.	? (A/)		RRC	290/1

Este era constituído por mais de 1000 moedas, das quais só 130 foram estudadas, sendo a moeda mais recente de 67 a.C. e não de 74 a.C. como afirmou Alarcão que só teve acesso a 126 exemplares.

— **Bibliografia:** J. Alarcão, *Arqueologia da Serra da Estrela*, Serra da Estrela, Man-teigas, 1993, pp. 14-15; Seia compra moedas romanas, *Público*, 13-XI-1993, citado em *A Permuta*, Órgão informativo da Sociedade Portuguesa de Numismática, Porto, nº 78, Abril 1994.

## CATÁLOGO

1	D	—C.SCR. Roma, 154 a.C.	3.8 g	RRC	201/1
2	D	—L.SEMPR PITIO. Roma, 148 a.C.	3.9 g	RRC	216/1
3	D	—C.CVR TRIGE. Roma, 142 a.C.	3.5 g	RRC	223/1
4	D	—SEX.POM. Roma, 137 a.C.	3.9 g	RRC	235/1c
5	D	—CN.LVCR TRIO. Roma, 136 a.C.	3.9 g	RRC	237/1a
6	D	—L.TREBANI. Roma, 135 a.C.	3.8 g	RRC	241/1a
7	D	—TI.MINVCI C.F AVGVVRINI. Roma, 134 a.C.	3.9 g	RRC	243/1
8	D	—M.MARCI MN.F. Roma, 134 a.C.	3.9 g	RRC	245/1
9	D	—L.POST ALB. Roma, 131 a.C.	3.8 g	RRC	252/1
10	D	—L.OPEIM. Roma, 131 a.C.	3.9 g	RRC	253/1
11	D	—L.OPEIM. Roma, 131 a.C.	4.0 g	RRC	253/1
12	D	—M.VARGV. Roma, 130 a.C.	3.9 g	RRC	257/1
13	D	—Q.PILIPVS. Roma, 129 a.C.	3.9 g	RRC	259/1
14	D	—M.PORC LAECA. Roma, 125 a.C.	3.9 g	RRC	270/1
15	D	—M.PORC LAECA. Roma, 125 a.C.	3.9 g	RRC	270/1
16	D	—Q.FABI LABEO. Roma, 124 a.C.	3.9 g	RRC	273/1
17	D	—Q.FABI LABEO. Roma, 124 a.C.	3.9 g	RRC	273/1
18	D	—C.CATO. Roma, 123 a.C.	3.9 g	RRC	274/1
19	D	—M.FOVRI L.F PHILI. Roma, 119 a.C.	3.8 g	RRC	281/1
20	D	—M.FOVRI L.F PHILI. Roma, 119 a.C.	3.8 g	RRC	281/1
21	D	—CN.DOMI. Q.CVRTI. M.SILA, Roma, 116/115 a.C.	3.9 g	RRC	285/1
22	D	—CN.DOMI. Q.CVRTI. M.SILA, Roma, 116/115 a.C.	3.9 g	RRC	285/1
23	D	—CN. DOMI. Q.CVRTI. M.SILA, Roma, 116/115 a.C.	3.8 g	RRC	285/2
24	D	—M.SERGI SILVS Q. Roma, 116/115 a.C.	4.0 g	RRC	286/1
25	D	—M.CIPI M.F. Roma, 115/114 a.C.	3.8 g	RRC	289/1
26	D	—M.CIPI M.F. Roma, 115/114 a.C.	3.9 g	RRC	289/1
27	D	—DMN.AEMILIO LEP. Roma, 114/113 a.C.	3.5 g	RRC	291/1
28	D	—P.NERVA. Roma, 113/112 a.C.	3.8 g	RRC	292/1
29	D	—L.PHILIPPVS. Roma, 113/112 a.C.:	4.0 g	RRC	293/1
30	D	—L.PHILIPPVS. Roma, 113/112 a.C.:	3.9 g	RRC	293/1
31	D	—TI.DEIDI. Roma, 113/112 a.C.	3.8 g	RRC	294/1
32	D	—CN.BLASIO CN.F. Roma, 112/111 a.C.	3.8 g	RRC	296/1a
33	D	—L.CAESI. Roma, 112/111 a.C.	3.9 g	RRC	298/1
34	D	—AP. CL. T.MAL ou T.MANL. Q.VR, Roma, 111/110 a.C.	3.6 g	RRC	299/1b
35	D	—AP. CL. T.MAL ou T.MANL. Q.VR, Roma, 111/110 a.C.	3.9 g	RRC	299/1b
36	D	—L.FLAMINI CILO. Roma, 109/108 a.C.	3.9 g	RRC	302/1

37	D	—L.MEMMI, Roma, 109/108 a.C.	3.9 g	RRC	304/1
38	D	—L.MEMMI, Roma, 109/108 a.C.	3.9 g	RRC	304/1
39	D	—L.VALERI FLACCI, Roma, 108/107 a.C.:	3.7 g	RRC	306/1
40	D	—L.VALERI FLACCI, Roma, 108/107 a.C.:	3.8 g	RRC	306/1
41	D	—L.VALERI FLACCI, Roma, 108/107 a.C.:	3.7 g	RRC	306/1
42	D	—M.HERENNI, Roma, 108/107 a.C.:	3.8 g	RRC	308/1b
43	Ds	—LSVLPICI CF, Roma, 106 a.C.	3.9 g	RRC	312/1
44	D	—L.MEMMI GAL, Roma, 106 a.C.	3.7 g	RRC	313/1b
45	D	—L.MEMMI GAL, Roma, 106 a.C.	3.7 g	RRC	313/1c
46	D	—L.THORIVS BALBVS, Roma, 105 a.C.	3.9 g	RRC	316/1
47	D	—L.THORIVS BALBVS, Roma, 105 a.C.	3.9 g	RRC	316/1
48	D	—L.STAVRN, Roma, 104 a.C.	3.9 g	RRC	317/3a
49	D	—L.STAVRN, Roma, 104 a.C.	4.0 g	RRC	317/3a
50	D	—L.STAVRN, Roma, 104 a.C.	4.0 g	RRC	317/3a
51	D	—C.COIL CALD, Roma, 104 a.C.	3.9 g	RRC	318/1a
52	D	—C.COIL CALD, Roma, 104 a.C.	3.7 g	RRC	318/1b
53	D	—Q.THERM M.F, Roma, 103 a.C.	3.9 g	RRC	319/1
54	D	—Q.THERM M.F, Roma, 103 a.C.	3.7 g	RRC	319/1
55	D	—C.FABI C.F, Roma, 102 a.C.	3.7 g	RRC	322/1b
56	D	—L.IVLI, Roma, 101 a.C.	4.0 g	RRC	323/1
57	D	—M.LUCILI RVF, Roma, 101 a.C.	3.8 g	RRC	324/1
58	D	—L.SENTI C.F, Roma, 101 a.C.	3.9 g	RRC	325/1a
59	D	—M.SERVEILI C.F, Roma, 100 a.C.	3.9 g	RRC	327/1
60	D	—P.SERVILI M.F RVLLI, Roma, 100 a.C.	4.0 g	RRC	328/1
61	D	—P.SERVILI M.F RVLLI, Roma, 100 a.C.	4.0 g	RRC	328/1
62	D	—PISO, CAEPIO Q, Roma, 100 a.C.	3.9 g	RRC	330/1a
63	D	—C.MALL. A.ALBINVS.F, L.METEL, Roma, + de 90 a.C.	3.9 g	RRC	335/1b
64	D	—C.MALL. A.ALBINVS.F, L.METEL, Roma, + de 90 a.C.	3.8 g	RRC	335/3a
65	D	—C.MALL. A.ALBINVS.F, L.METEL, Roma, + de 90 a.C.	3.7 g	RRC	335/3c
66	D	—C.ALLI BALA, Roma, 92 a.C.	4.0 g	RRC	336/1a
67	D	—D.SILANVS L.F, Roma, 91 a.C.	3.9 g	RRC	337/3
68	D	—D.SILANVS L.F, Roma, 91 a.C.	4.1 g	RRC	337/3
69	D	—Q.TITI, Roma, 90 a.C.	3.9 g	RRC	341/1
70	D	—C.VIBIVS C.F PANSA, Roma, 90 a.C.	3.9 g	RRC	342/5b
71	D	—C.VIBIVS C.F PANSA, Roma, 90 a.C.	3.9 g	RRC	342/5b
72	D	—C.VIBIVS C.F PANSA, Roma, 90 a.C.	3.5 g	RRC	342/5b
73	D	—C.VIBIVS C.F PANSA, Roma, 90 a.C.	3.9 g	RRC	342/5b
74	D	—L. TITVRI L.F SABINVS, Roma, 89 a.C.	3.9 g	RRC	344/1a
75	D	—L. TITVRI L.F SABINVS, Roma, 89 a.C.	3.9 g	RRC	344/1a
76	D	—L. TITVRI L.F SABINVS, Roma, 89 a.C.	3.6 g	RRC	344/3
77	D	—C.CENSORIN, Roma, 88 a.C.	3.4 g	RRC	346/1a
78	D	—L.C.MEMMIES L.F GAL, Roma, 87 a.C.	3.9 g	RRC	349/1
79	D	—GAR, OGVL, VER, Roma, 86 a.C.	3.9 g	RRC	350/2a
80	D	—L.IVLI BVRSIO, Roma, 85 a.C.	4.1 g	RRC	352/1c
81	D	—L.IVLI BVRSIO, Roma, 85 a.C.	3.8 g	RRC	352/1c
82	D	—L.IVLI BVRSIO, Roma, 85 a.C.	3.7 g	RRC	352/1c
83	D	—P.FOVRIV CRASSIPES AED.CVR, Roma, 84 a.C.	3.8 g	RRC	356/1a
84	D	—P.FOVRIV CRASSIPES AED.CVR, Roma, 84 a.C.	3.6 g	RRC	356/1a
85	D	—C.NORBANVS, Roma, 83 a.C.	3.8 g	RRC	357/1b
86	D	—C.NORBANVS, Roma, 83 a.C.	3.8 g	RRC	357/1b

87	Ds	—C.MAMIL LIMETANVS C.F, Roma, 82 a.C.	3.8 g	RRC	362/1
88	Ds	—C.MAMIL LIMETANVS C.F, Roma, 82 a.C.	3.9 g	RRC	362/1
89	Ds	—C.MAMIL LIMETANVS C.F, Roma, 82 a.C.	3.9 g	RRC	362/1
90	D	—L.CENSOR. Roma, 82 a.C.	4.0 g	RRC	363/1a
91	D	—L.CENSOR. Roma, 82 a.C.	3.9 g	RRC	363/1c
92	D	—Q.ANTO BALB PR, Roma, 83/82 a.C.	3.9 g	RRC	364/1d
93	Ds	—Q.ANTO BALB PR, Roma, 83/82 a.C.	3.1 g	RRC	364/1d
94	Ds	—Q.ANTO BALB PR, Roma, 83/82 a.C.	3.4 g	RRC	364/1d
95	D	—C ANNIVS T.F.T.N PRO.COS. N Itália/Espanha, 82/81 a.C.	3.1 g	RRC	366/2a
96	Ds	—A POST A.F.S.N ALBIN, Roma, 81 a.C.	3.3 g	RRC	372/1
97	Ds	—A POST A.F.S.N ALBIN, Roma, 81 a.C.	4.0 g	RRC	372/1
98	Ds	—A POST A.F.S.N ALBIN, Roma, 81 a.C.	4.0 g	RRC	372/1
99	Ds	—A POST A.F.S.N ALBIN, Roma, 81 a.C.	3.8 g	RRC	372/2
100	D	—Q.C. M.PI ou IMPER. N. Itália, 81 a.C.	3.8 g	RRC	374/1
101	D	—Q.C. M.PI ou IMPER. N. Itália, 81 a.C.	4.0 g	RRC	374/2
102	Ds	—C.MARI C.F CAPIT, Roma, 81 a.C.	4.0 g	RRC	378/1c
103	D	—L.PROCILI F, Roma, 80 a.C.	3.9 g	RRC	379/1
104	D	—L.PROCILI F, Roma, 80 a.C.	3.8 g	RRC	379/1
105	D	—C.NAE BALB, Roma, 79 a.C.	4.0 g	RRC	382/1b
106	D	—C.NAE BALB, Roma, 79 a.C.	3.9 g	RRC	382/1b
107	Ds	—TI.CLAVD TI.F APN, Roma, 79 a.C.	3.9 g	RRC	383/1
108	Ds	—TI.CLAVD TI.F APN, Roma, 79 a.C.	3.8 g	RRC	383/1
109	Ds	—TI.CLAVD TI.F APN, Roma, 79 a.C.	4.0 g	RRC	383/1
110	D	—L.PAPI, Roma, 79 a.C.	3.9 g	RRC	384/1
111	D	—L.PAPI, Roma, 79 a.C.	3.6 g	RRC	384/1
112	D	—L.PAPI, Roma, 79 a.C.	3.8 g	RRC	384/1
113	D	—M.VOLTEI M.F, Roma, 78 a.C.	3.7 g	RRC	385/3
114	D	—P.SATRIENVS, Roma, 77 a.C.	3.8 g	RRC	388/1b
115	D	—L.RVSTI, Roma, 76 a.C.	3.8 g	RRC	389/1
116	D	—L.LVCRETI TRIO, Roma, 76 a.C.	4.0 g	RRC	390/2
117	D	—L.LVCRETI TRIO, Roma, 76 a.C.	3.9 g	RRC	390/2
118	D	—L.LVCRETI TRIO, Roma, 76 a.C.	3.8 g	RRC	390/2
119	Ds	—C.EGNATIVS CN.F, CN.N MAXSVMVS, Roma, 75 a.C.	3.7 g	RRC	391/1a
120	Ds	—C.EGNATIVS CN.F, CN.N MAXSVMVS, Roma, 75 a.C.	3.8 g	RRC	391/2
121	D	—L.FARSVLEI MENSOR, Roma, 75 a.C.	4.0 g	RRC	392/1a
122	D	—L.FARSVLEI MENSOR, Roma, 75 a.C.	3.9 g	RRC	392/1b
123	D	—L.FARSVLEI MENSOR, Roma, 75 a.C.	4.0 g	RRC	392/1b
124	D	—CN.LEN Q/LENT CVR.DEN.FL, Hispânia?, 76/75 a.C.	4.0 g	RRC	393/1a
125	D	—C.POSTVM I AT ou TA, Roma, 74 a.C.	4.1 g	RRC	394/1a
126	D	—L.COSSVTI C.F SABVLA, Roma, 74 a.C.	4.0 g	RRC	395/1
127	D	—L.COSSVTI C.F SABVLA, Roma, 74 a.C.	3.9 g	RRC	395/1
128	D	—C.PISO L.F FRVGI, Roma, 67 a.C.	3.8 g	RRC	408/1a
129	D	—C.PISO L.F FRVGI, Roma, 67 a.C.	4.1 g	RRC	408/1a
130	D	—C.PISO L.F FRVGI, Roma, 67 a.C.	4.0 g	RRC	408/1a

**28 S. SEBASTIÃO DO FREIXO**, Batalha, Golpilheira

13.02.19

58 a.C.

O jornal *Novidades* de 17 de Novembro de 1898 notícia o aparecimento de “varias moedas romanas, tendo de um lado um carro puxado por quatro cavallos e diversos dizeres. e do outro um camello, estando ajoelhado a seus pés um vulto de homem e tendo por baixo REX ARETIN”. O achado deu-se numa quinta próximo de S. Sebastião, “numas ruínas”. Dois anos depois L. de Vasconcellos comenta esta notícia.

Segundo a descrição tratar-se-á do tipo correspondente ao 422/1b do RRC.

— **Bibliografia:** L. de Vasconcellos, Notícias várias, *AP*, V, 1900, p. 167; *CMEP*, p. 15.

1 D — M.SCAVR, P.HVPSAEVS AED.CVR, Roma, 58 a.C.

RRC 4221 b

— **Paradeiro:** Desconhecido.

**29 VALADARES**, Porto, Baião, Valadares

13.02.19

101 a.C. — 55 a.C.

— Segundo o Inventário Geral Antigo (Ref. 16686) do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia este tesouro era composto por mais de 30 denários encontrados *entre 2 penedos em 1903*. Conhecem-se 3 exemplares que apresentam um desgaste considerável. (Centeno 1987). Os 3 numismas pertencem ao período compreendido entre 101 a.C. (RRC 325/1a) e 55 a.C. (RRC 429/1).

C. Blázquez refere este depósito monetário indicando o seu paradeiro no Museu de Antropología e Etnología em vez do Museu Nacional de Arqueologia, também a sua localização geográfica está errada mais a NO do que é na realidade.

L. Villaronga considera incorrectamente que o tesouro em questão é composto por 30 moedas, indica a sua bibliografia incompleta e localiza-o erradamente entre o Douro e Tejo.

— **Bibliografia:** *CMNH*, p. 83, nº 79; C. Blázquez, *Tesorillos*, pp. 127 e 129, nº 79; Villaronga, *Tresors*, pp. 58, 86, nº 148; C. Blázquez, *La circulación monetaria*, pp. 36-37, nº 10; F. Chaves, *Los Tesoros*, p. 541.

— **Paradeiro:** MNAE Ref. 16686 e inv. nº 140.71-73.

**30 VILA NOVA**, Leiria, Ansião, Alvorge  
10.03.01

Séc. II a. C. — 74 a.C.

Tesouro aparecido na encosta entre Vila Nova e Monte Figueiró na década de 70. Foi oferecido ao Rev. Pe José Coutinho por Manuel Simões. Restam dele 21 denários romano republicanos do período compreendido entre 128 a.C. (RRC 261/1) e 74 a.C. (RRC 394/1), e um denário ibérico de Bolskan do séc. II a.C..

— **Bibliografia:** J. E. R. Coutinho, *Entesouramentos de denários republicanos e alto imperiais em Alvorge e Ansião*, ( a publicar ); *CMEP*, pp. 12-3.

CATÁLOGO

1	D	—Bolskan. séc. II a.C.	CNH	6
2	D	— CN.DOMIT, Roma, 128 a.C.	RRC	261/1
3	D	— AP.CL, T.MAL ou MANL, Q. VR, Roma, 111/110 a.C.	RRC	299/1
4	D	— M.LVCILI RVF, Roma, 101 a.C.	RRC	324/1
5	D	— A. ALBINVS S.F, Roma, 96 a.C.	RRC	335/1-3
6	D	— D. SILANVS L.F, Roma, 91 a.C.	RRC	337/1-3
7	D	— L.PISO L.F L.N FRVGI, Roma, 90 a.C.	RRC	340/1
8	D	— C. VIBIVS C.F PANSIA, Roma, 90 a.C.	RRC	342/1-6
9-10	D	— Q.TITI, Roma, 90 a.C.	RRC	341/1-2
11-2	D	— L.TITVRI LF SABINVS, Roma, 89 a.C.	RRC	344/1-3
13	D	— L. RVBRI DOSSANI, Roma, 87 a.C.	RRC	348/1-3
14	D	— C.NORBANVS, Roma, 83 a.C.	RRC	357/1
15	D	— Q.ANTO BALB PR, Roma 83/82 a.C.	RRC	364/1
16-7	D	— C.ANNIVS T.F T.N PRO COS, Norte de Itália e Hispânia. 82/81 a.C.	RRC	366/1-4
18	D	— L. PROCILI F, Roma, 80 a.C.	RRC	379/1-2
19	D	— L.PAPI, Roma. 79 a.C.	RRC	384/1
20	D	— M.VOLTEI M.F, Roma. 78 a.C.	RRC	385/1-3
21	D	— P. SATHIENVS, Roma, 77 a.C.	RRC	388/1
22	D	— C. POSTVMI AT ou TA, Roma, 74 a.C.	RRC	394/1

— **Paradeiro:** Coleção particular do Rev. Pe. José Coutinho. Desconhece-se o paradeiro para o restante material.

**V. Tesouros do Período II a (49 a. C. — 45 a.C.)**

31 CALDE, Viseu, Viseu, Calde  
18.23.05

130 a.C. — 45 a.C.

— No ano de 1944 apareceu em Calde um tesouro de denários romanos, cujo número exacto de exemplares desconhecemos. Segundo Cristóvão M. de Figueiredo terão sido encontradas 340 moedas, M. Hipólito aponta um número de cerca de 270 exemplares.

Foi-nos possível identificar alguns dos numismas que compunham este achado, através da descrição de Russell Cortez, que examinou algumas moedas: “os que pude examinar pertenciam a *M. Tullius* (135 a.C.) e a *Cneius Norbanus* (81 a.C.); *C. Memmius, C.F. Imperator* (60 a.C.). “ Também M. Hipólito identifica um exemplar: “ Um dos numismas ostentaria a legenda *Sabinus*, pelo que concluímos seria de T. Vettius Sabinus (fam. Vettia, nº 2 de Bab.)”.

Acrescentando a estes dados os que nos concedeu Rui Centeno, a quem agradecemos prontamente, podemos proceder a uma classificação sumária de 9 exemplares.

— **Bibliografia:** Um rico manancial para arqueólogos e numismatas existe na Aldeia de Calde (Viseu), *O Século*, 21 de Novembro de 1945, p. 1; F. Russell Cortez, O tesouro monetário do lugar do Poio, *Nummus*, vol. I, nº 1, Porto, 1952, pp. 13-4; C. M. de Figueiredo, *Subsídios para o estudo da raça romana das Beiras*, Beira Alta, XII, 1953, p. 46; Hipólito, pp. 54,-5, nº 72; Alarcão, 4/117; *RRCH*, p. 109, nº 340; *Fouilles de Conimbriga*, pp. 197, 199, nº 16; C. Blázquez. *Tesorillos*, pp. 127,129, nº 78; Alarcão, 4/117; L. Villaronga, *Tresors*, 1993, pp. 56-82-83., nº 135; C. Blázquez, *La circulación monetaria*, pp. 36-37, nº 9; F. Chaves, *Los Tesoros*, p. 541.

## CATÁLOGO

1 D	— M.ACILIVS M.F, Roma. 130 a.C.	RRC	255/1
2 D	— M.TVLLI, Roma, 120 a.C.	RRC	280/1
3 D	— C.NORBANVS, Roma, 83 a.C.	RRC	357/1a-b
4 Ds	— T.VETTIVS SABINVS, Roma, 70 a.C.	RRC	404/1
5 D	— C.MEMMI C.F, Roma. 56 a.C.	RRC	427/1-2
6 D	— CAESAR, Hispânia, 46/45 a.C.	RRC	468/1
7 D	— CN.MAGNVS IMP, M.PUBLICILEG.PROPR, Hispânia, 46/45 a.C.	RRC	469/1a
8 D	— CN.MAGNVS IMP.F, M.MINAT.SABIN.PR(O)Q, Hispânia, 46/45 a.C.	RRC	470/1e
9 D	— L.PAPIVS CELSVS IIIIVIR, Roma. 45 a.C.	RRC	472/1

— **Paradeiro:** 150 exemplares no Seminário de Viseu, oferecidos pelo Sr. Cónego Nunes; 1 exemplar na colecção particular de Bigas. Desconhece-se o paradeiro para o restante material.

**32 IZEDA**, Bragança, Bragança, Izeda  
04.02.20

147 a.C. — 46 a.C.

— Segundo R. Centeno foi encontrado um conjunto de moedas em prata em 1978, junto da capela de Santa Eulália, por um aluno da Escola Preparatória de Izeda. Juntamente com os numismas encontrava-se uma *águia de ouro dentro de um recipiente de cobre*. As moedas foram vendidas para o Porto, o achador conservou, apenas, 4 denários. O exemplar mais recente de 46 a.C. (RRC 464/2) apresenta um nítido desgaste provocado pela sua circulação, o mais antigo que se conhece, data de 147 a.C. (RRC 217/1).

C. Blázquez refere este tesouro em dois trabalhos onde aparece sempre localizado erradamente a Sul do rio Mondego.

Villaronga, publica-o, novamente, em 1993, referindo os 4 denários como o número total de moedas que constituíam este tesouro, e mais uma vez a sua localização aparece incorrecta.

— **Bibliografia:** *CMNH*, p. 59 n° 45; C. Blázquez, *Tesorillos*, pp. 131-2, n° 84; Villaronga, *Tresors*, pp. 57, 85-6, n° 141; C. Blázquez, *La circulación monetaria*, pp. 36-37, n° 5; F. Chaves, *Los Tesoros*, p. 541.

— **Paradeiro:** Colecção de J. Parente (Vila Marim, Vila Real).

**33 MERUGE**, Coimbra, Oliveira do Hospital, Meruge  
06.11.10

82 a.C. — 46 / 45 a.C.

— Em 1850, junto à capela de S. Bartolomeu de Meruge, apareceram cerca de 200 moedas romanas e uma estátua de pedra fina. I. Pereira classificou 10 exemplares, através da obra de Babelon, que nós aqui actualizamos.

— **Bibliografia:** J. Ribeiro, *Revista Popular (Semana de Litteratura Sciencia, e Industria)*, III, f. 18, Lisboa, 1850-1; F. Ribeiro, *Revista Popular (Semana de Litteratura Sciencia, e Industria)*, III, f. 28, Lisboa, 1850-1; I. Pereira, *Notícia de um tesouro de*



denários republicanos, *Conimbriga*, XII, 1973, pp. 215-218; Alarcão, 4/284; *Fouilles de Conimbriga*, pp. 197-199, nº 13 bis; C. Blázquez, *Tesorillos*, pp. 131-33, nº 88; Alarcão, 4/284; Villaronga, *Tresors*, pp. 57, 86, nº 143; C. Blázquez, *La circulación monetaria*, pp. 36-37, nº 7; F. Chaves, *Los Tesoros*, p. 541.

## CATÁLOGO

1	Ds	— C.MAMIL LIMETANVS C.F. Roma, 82 a.C.	RRC	362/1
2	Ds	— A.POST A.F S.N ALBIN. Roma, 81 a.C.	RRC	372/1
3-4	Ds	— C.MARI C.F CAPIT. Roma, 81 a.C.	RRC	378/1a
5	D	— A.PLAVTIVS AED.CVR. Roma, 55 a.C.	RRC	431/1
6	D	— BRVTVS. Roma, 54 a.C.	RRC	433/1
7	D	— CAESAR. Itinerante, 49/48 a.C.	RRC	443/1
8	D	— L.HOSTILIVS SASERNA. Roma, 48 a.C.	RRC	448/3
9	D	— CAESAR. Hispânia, 46/45 a.C.	RRC	468/1
10	D	— CN.MAGNVS IMP, M. POBLICIVS LEG.PROPR, Hispânia, 46/45 a.C.	RRC	469/1a-e

— **Paradeiro:** Desconhecido.

**34 MONTE COUTADO**, Viseu, Moimenta da Beira, Caria

18.07.07/16

126 a.C. — 47 / 46 a.C.

—Em 1878, foram descobertos cerca de 2 Kg de moedas em prata, num monte entre a Vila da Rua e Caria, quando se demolia um muro. Segundo Pinho Leal, “podiam agrupar-se em 20 tipos diversos”. Destes 20 tipos, Russell Cortez identifica 4, que passamos a descrever:

D	—N. FABI PICTOR, Roma, 126 a.C.	RRC	268/1
D	—L.PISO L.F L.N FRVGI, Roma, 90 a.C.	RRC	340/1
D	— CAESAR, Itinerante, 49/48 a.C.	RRC	443/1
D	—Q.METELL.SCIPIO IMP com EPPIVS LEG.F.C, África, 47/46 a.C.	RRC	461/1

Correspondentes ao primeiro e quarto tipos existiriam muitas moedas, ao segundo quatro exemplares e ao terceiro seriam “grande número de denários do conjunto”.

Russell Cortez não descreve 4 unidades como nos fazem crer alguns autores que se referem a este tesouro, mas sim 4 tipos correspondentes a vários denários.

M. Hipólito considera, no seu inventário, duas vezes este tesouro (nº 67, 68).

— **Bibliografia:** Pinho Leal, *Portugal antigo e moderno*, vol VIII, Lisboa, 1878, p. 255; A. F. d’Andrade, *Descrição e Historiado Concelho de Moimenta da Beira*,

Viseu 1926, p. 53; F. Russell Cortez, O tesouro monetário do lugar do Poio (Paradela de Guiães). Contributo numismático para o estudo da romanização da região do Douro, *Nummus*, I, 1952-53, pp. 14-15; Hipólito, p. 53, n° 67, 68; *RRCH*, p. 114, n° 372; *Fouilles de Conimbriga*, pp. 197, 199, n° 15; A. Bento da Guia, *Os Concelhos de Moimenta da Beira*, Moimenta da beira, 1984, p. 40; Alarcão, 4/\*\*; Villaronga, *Tresors*, pp. 58, 86. n° 146.

— **Paradeiro:** Desconhecido.

**35 POIO**, Vila Real, Sabrosa, Paradela de Guiães

17.10.06

168 / 158 a.C. — 49 / 48 a.C.

— Tesouro descoberto quando se abria uma estrada, composto por cerca de 973 denários que apareceram dentro de 4 vasos em prata, conjuntamente com 1 bolo e 4 argolas pequenas lisas do mesmo material. Este achado deu-se no lugar do Poio nos inícios de Setembro de 1930, tendo sido estudado por vários autores, nomeadamente R. M. S. Centeno que nos apresenta um estudo mais completo, classificando 214 exemplares, o mais recente de 49/48 a.C. (RRC 443/1).

L. Villaronga refere duas vezes este tesouro no mesmo catálogo, primeiramente com a denominação de Poio (p. 54, n° 122) e depois com a de Paradela de Guiães (p. 58, n° 145). A bibliografia indicada, um pouco desactualizada, é relativa ao achado de Poio. Este Autor menciona para a composição do *tesouro de Poio* 212 denários sendo o mais recente de 74 a.C. (RRC 394), pois baseia-se no RRCH de M. H. Crawford (que no entanto refere mais de 700 denários para o total de moedas encontradas). Relativamente ao achado de *Paradela de Guiães* indica os cerca de 700 numismas referidos por Russell Cortez e a data de 64 a.C. para a moeda mais recente (visto ter como base a obra de Raddatz que apenas cita aquele). Desta forma considera dois tesouros diferentes, ocultados em períodos diversos. Partindo desta falsa permissão, Villaronga compara o tesouro de Poio com depósitos monetários relacionados com o período das guerras sertorianas, o que a nosso ver está incorrecto até porque Poio se localiza a Norte do rio Douro, local não afectado por estas guerras.

— **Bibliografia:** Os tesouros escondidos. Uma rocha pare... moedas romanas!, *O Primeiro de Janeiro*, Porto, 12.IX.1930; F. Russell Cortez, O tesouro monetário do lugar do Poio (Paradela de Guiães). Contributo numismático para o estudo da romanização da região do Douro, *Nummus*, I, 1952-53, pp. 6-37; Hipólito, p. 32, n° 37; G. K. Jenkins, *Literaturüberblicke der Griechischen Numismatik, Jaruch für Numismatischen und Geldgeschichte*, 11, 1961, 75-155, n° 275; Raddatz, *Die Schatzfunde*, p. 281.; *RRCH*, p.

104, nº 305; *Fouilles de Conimbriga*, pp. 197, 199, nº 20; *CMNH*, pp. 73 - 5, nº 65; Alarcão, 1/441; Villaronga, *Tresors*, pp. 54, 82-3, nº 122; Villaronga, *Tresors*, pp. 58, 86, nº 145; C. Blázquez, *La circulación monetaria*, p. 65, nº 5; F. Chaves, *Los Tesoros*, p. 541.

— **Paradeiro:** 3 ex. na colecção da família do Sr. Mário Borges de Morais Barbosa; desconhece-se o paradeiro para os ex. restantes.

**36 SAMPAIO**, Bragança, Mogadouro, Azinhoso  
04.08.01

47 / 46 a. C.

— Por volta do ano de 1972, no decurso de trabalhos agrícolas o caseiro de uma quinta, pertencente ao Dr. Lopes Moreira, encontrou um pote de barro que destruiu para ver o que continha. Dentro deste achavam-se cerca de 100 moedas em prata. Destas 100 só pudemos examinar duas, que são pertença de um familiar do proprietário da quinta, encontrando-se as outras dispersas. Embora seja muito arriscado, devido ao número reduzido de moedas que conhecemos, podemos sugerir que este tesouro tenha sido enterrado no contexto das campanhas de Iulius Caesar contra Pompeius na Hispânia.

— **Bibliografia:** Inédito. (dados cedidos pelo Dr. José M. M. Pinto).

CATÁLOGO

1	D	— CAESAR. África, 47/46 a.C.	RRC	458/1
2	D	— Q.METEL.PIVS SCIPIO IMP. África, 47/46 a.C.	RRC	458/1

— **Paradeiro:** Disperso por várias col. particulares.

**37 SÃO MAMEDE DE RIBATUA**, Vila Real, Alijó, Alijó  
17.01.01

148 a.C. — 46 /45 a. C.

— Tesouro noticiado por J. Leite de Vasconcellos em 1895 e publicado em 1987 por R. M. S. Centeno. Conjunto monetário aparecido em S. Mamede de Ribatua, do qual se conhecem 43 moedas - 42 denários romanos republicanos e 1 denário ibérico de Sekobirikes (Vives 37/2), que abarcam o período entre 148 a.C. (RRC 216/1) e 46/45 a.C.(RRC 468/1).

— **Bibliografia:** J. L. de Vasconcellos, Colecção ethnographica do Sr. M. d'Azuga, *AP*, I, 1895, p. 25; Raddatz, *Die Schatzfunde*, p. 277; *CMNH*, p. 81, nº 76.; Alarcão, 1/447; C. Blázquez, *La circulación monetaria*, pp. 36-57, nº 11; F. Chaves, *Los Tesoros*, pp. 504, 541; T. R.. Volk, Inventari dels conjunts de monedes d'or i de plata de la Península Ibérica: D'August a Neró (prereforma), *La moneda en temps d'August*, MNAC, Barcelona, 1997, p. 177, nº 77.

— **Paradeiro:** Casa-Museu de Teixeira Lopes (Vila Nova de Gaia).

**38 SENDINHO DA SENHORA**, Castelo Branco, Oleiros, Amieira  
05.06.02

108 / 107 a.C. — 46 /45 a. C.

— Cerca de 100 denários (1 ex. de chumbo) encontrados na freguesia da Amieira em Março de 1949, quando se procedia a trabalhos agrícolas. As moedas dispersaram-se, com a excepção de 76 exemplares que ficaram na posse de António Farinha, proprietário do terreno onde foram encontrados. Estes 76 numismas foram classificadas por João L. F. Guedes, que utilizou o catálogo de Babelon, hoje desactualizado. Por isso apresentamos as mesmas moedas classificando-as pelo mais actual catálogo de M. H. Crawford.

O presente achado tem sido referido várias vezes por outros autores, como L. Villaronga que comete algumas imprecisões. A bibliografia referida é insuficiente e é indicado o número de 76 exemplares como se se tratasse da totalidade de numismas que compunham o tesouro .

— **Bibliografia:** J. L. F. Guedes, Achados numismáticos, *Nummus*, Vol. II, nº 7, Porto, 1954, p. 199; Hipólito, pp. 68-9, nº 94; *RRCH*, p. 116, nº 388; *Fouilles de Conimbriga*, pp. 197, 199, nº 9; Alarcão, 4/447; Villaronga, *Tresors*, nº 147 p. 58, 86; C. Blázquez, *La circulación monetaria*, pp. 36-37, 39-58, nº 4; F. Chaves, *Los Tesoros*, pp. 502, 541.

#### CATÁLOGO

1	D — L.VALERI FLACCI, Roma, 108/107 a.C.	RRC	306/1
2	D — M.HERENNI. Roma, 108/107 a.C.	RRC	308/1a - b
3	D — L.THORIVS BALBVS, Roma, 105 a.C.	RRC	316/1
4	D — C.MALL. A.ALBINVS S.F, L.METEL, Roma, 90 a.C. (tardios)	RRC	335/1b
5	D — C.ALLI BALA, Roma, 92 a.C.	RRC	335/1a-c
6-7	D — L.PISO L.F L.N FRVGI, Roma, 90 a.C.	RRC	340/1
8	D — Q.TITI, Roma, 90 a.C.	RRC	341/2
9	D — GAR. OGV. VER, Roma, 86 a.C.	RRC	350A/2
10-1	D — P.CREPVSI, Roma, 82 a.C.	RRC	361/1a-c

12	D — L.CENSOR, Roma, 82 a.C.	RRC	363/1a-d
13	Ds — A.POST A.F.S.N ALBIN, Roma, 81 a.C.	RRC	372/1
14	D — Q.C.M.P.I. ou IMPER. N Itália, 81 a.C.	RRC	374/1
15	D — Q, Incerta, 81 a.C.	RRC	375/2
16	D — L.PROCILII F, Roma, 80 a.C.	RRC	379/1
17	Ds — C.NAE BALA, Roma, 79 a.C.	RRC	382/1a -b
18	D — L.RVSTI, Roma, 76 a.C.	RRC	389/1
19-20	D — C.EGNATIVS CN.F CN.N MAXSVMVS, Roma, 75 a.C.	RRC	391/3
21	D — L.FARSVLEI MENSOR, Roma, 75 a.C.	RRC	392/1a
22	D — M.PLAETORIVS CEST, Roma, 69 a.C.	RRC	405/5
23	D — P.GALB AED. CVR, Roma, 69 a.C.	RRC	406/1
24	D — M.PLAETORIVS M.F CESTIANVS AED. CVR, Roma, 67 a.C.	RRC	409/1
25	D — Q.POMPONI MVSA, Roma, 66 a.C.	RRC	410/4
26	D — L.CASSI LONGIN, Roma, 63 a.C.	RRC	413/1
27	D — L.FVRI CN.F BROCCHI, Roma, 63 a.C.	RRC	414/1
28-31	D — LIBO, Roma, 62 a.C.	RRC	416/1a-c
32-4	D — M.SCAVR, P.HVPSAEVS AED. CVR, Roma, 58 a.C.	RRC	422/1b
35	D — C.MEMMI C.F, Roma, 56 a.C.	RRC	427/1
36	D — C.MEMMI C.F, Roma, 56 a.C.	RRC	427/2
37	D — P.CRASSVS M.F, Roma, 55 a.C.	RRC	430/1
38-9	D — A.PLAVTIVS AED.CVR, Roma, 55 a.C.	RRC	431/1
40	D — Q.POMPEI RVFI, Roma, 54 a.C.	RRC	434/2
41-2	D — MN.ACILIVS IIIVIR, Roma, 49 a.C.	RRC	442/1a -b
43	Pb — MN.ACILIVS IIIVIR, Roma, 49 a.C.	RRC	442/1a -b
44-9	D — CAESAR, Itinerante, 49/48 a.C.	RRC	443/1
50	D — L.HOSTILIVS SASERNA, Roma, 48 a.C.	RRC	448/2a-b
51	D — C.VIBIVS C.F.C.N PANSA, Roma, 48 a.C.	RRC	449/1a
52	D — ALBINVS BRVTII.F, Roma, 48 a.C.	RRC	450/1a -b
53	D — L.PLAVTIVS PLANCVS, Roma, 47 a.C.	RRC	453/1a-e
54	D — Q.METELPIVS SCIPIO IMP, Africa, 47/46 a.C.	RRC	459/1
55	D — Q.METELL.SCIPIO IMP com EPPIVS LEG.F.C, Africa, 47/46 a.C.	RRC	461/1
56-7	D — MN.CORDIVS RVFVS IIIVIR, Roma, 46 a.C.	RRC	463/3
58	D — T.CARISIVS IIIVIR, Roma, 46 a.C.	RRC	464/2
59-60	D — T.CARISIVS IIIVIR, Roma, 46 a.C.	RRC	464/5
61	D — C.CONSIDIVS PAETVS, Roma, 46 a.C.	RRC	465/2a
62	D — C.CONSIDIVS PAETVS, Roma, 46 a.C.	RRC	465/4
63-72	D — CAESAR, Hispânia, 46/45 a.C.	RRC	468/1
73-76	D — CN.MAGNVS IMP. M.PUBLICI.LEG.PROPR, Hispânia, 46/45 a.C.	RRC	469/1a-e

— **Paradeiro:** Desconhecido.

**VI. Tesouros do Período II b (44 a.C. — 28 a.C.)**

**39 ALVOCO DA SERRA**, Guarda, Seia

09.12.00

42 a.C.

— Segundo Adelino de Abreu: “ Em Alvoco da Serra têm por vezes aparecido denários romanos muito bem conservados, e há poucos anos acharam-se mais de mil dentro de uma pia de granito coberta com uma lasca de xisto. Uma destas moedas pode ver-se no museu numismático da Câmara Municipal do Porto, oferecida pelo ilustre abade de Miragaia Dr. Ferreira dos Santos”. O exemplar mais recente data de 42 a.C. (Roma, RRC 494/36).

Jorge Alarcão afirma terem sido mais de 100 os denários encontrados em Alvoco da Serra, na Quinta do Aguincho.

— **Bibliografia:** A. de Abreu, *Serra da Estrella (Guia do Turista)*, 2ª ed., Lisboa, 1905, p. 78; Hipólito, p. 59 nº 80; Q. Bigote, *Monografia da Vila e Concelho de Seia*, Seia, 1981, pp. 404-405; A. M. de Faria, Subsídios para um inventário dos achados monetários no Distrito da Guarda, *Bibliotecas, Arquivos e Museus*, Vol. I, Tomo II, I. P. P. C., Lisboa, 1985, nº 8; J. de Alarcão, M. da Conceição Lopes, M. Helena Moura, As origens do povoamento na bacia do Alva, *Arqueologia*, 12, 1985, p. 194, nota 48; Alarcão, 4/325.

— **Paradeiro:** Desconhecido.

**40 CASTRO DE ALVARELHOS 1**, Porto, Santo Tirso, Alvarelhos

13.14.03

post 211 a. C. — ante 27 a. C.

— Nada de novo podemos dizer sobre este tesouro encontrado em Maio de 1971, no lugar do Castro, aldeia de Sobre Sá. O tesouro era constituído por “c. 5000 AR mais 9 bolas em prata com um peso total de 3228.2 g (duas destas bolas apresentavam o nome CAESAR grafitado numa das faces que foram encontrados dentro de um “vaso de barro grosseiro”, quando se explorava uma pedreira..”R. M. S. Centeno publicou-o com bastante pormenor, tendo examinado 3481 exemplares. A moeda mais antiga do conjunto é de post 211 a.C. (RRC 44/5) e a mais recente ante 27 a.C. (?) (RIC 2 543 a).

— **Bibliografia:** Centeno, *Moedas*, nº 6; Centeno, *Denarii*, nº 6; J. Torres, Tesouro monetário do Castro de Alvarelhos. Estudo numismático - seriação cronológica e histórica, *Santo Tirso. Boletim cultural concelhio*, I, 2-3, 1979, pp. 3-250; R. M. S. Centeno, [Recensão de] J. Torres, Tesouro monetário do Castro de Alvarelhos. Estudo numismático - seriação cronológica e histórica, Santo Tirso, 1979, em *Nummus*, 2ª s., II, 1979, p. 105-9; *CMNH*, p. 35, nº 21; C. Blázquez, *Tesorillos*, pp. 137-8, Alarcão, 1/348; nº 106; Villaronga, *Tresors*, nº 155. p. 60, 88; T. R. Volk, Inventari dels conjunts de monedes d'or i de plata de la Península Ibérica: D' August a Neró (prereforma), *La moneda en temps d'August*, MNAC, Barcelona, 1997, p. 175, nº 69.

— **Paradeiro:** Disperso por várias colecções particulares.

#### 41 CITÂNIA DE MONTE MOZINHO 1, Porto, Penafiel, Oldrões

13.11.21

69 a.C. — 32 /31 a.C.

— R. M. S. Centeno publica um conjunto de 4 denários aparecidos pouco antes de 1920 na zona ocidental da Citânia, junto à terceira muralha. O exemplar mais antigo, data de 69 a.C. (RRC 405/2) e o mais recente de 32/31 a.C. (RRC 544/35).

— **Bibliografia:** R. M. S. Centeno, *Moedas hispano-romanas no Museu de Antropologia “Dr. Mendes Corrêa”*, Porto, 1976; R. M. S. Centeno, Quatro denarii de Monte Mozinho (Penafiel), *Boletim do Ginásio Clube Vilacondense*, 3, 1978, pp. 55-9; Centeno, *Denarii*, nº 4; *CMNH*, p. 50, nº 34; C. Blázquez, *Tesorillos*, pp. 134-6, nº 101; Villaronga, *Tresors*, nº 164, pp. 61, 88; C. Blázquez, *La circulación monetaria*, p. 65, nº 15.

— **Paradeiro:** Museu de Antropologia Dr. Mendes Corrêa, Universidade do Porto, inv. nº 26.01.001-4.

#### 42 GUIÃES, Vila Real, Vila Real, Guiães

17.14.10

91 a.C. — 32 /31 a.C.

— Deste tesouro nada de novo podemos acrescentar. Os autores referem ser um achado constituído por uma taça com “alguns centos de moedas” e um bracelete de prata, aparecidos quando se abriu uma cova para plantação de videiras. Conhecem-se estes objectos e 10 denários que foram adquiridos pelo Museu Nacional de Arqueo-

logia e Etnologia e estudados por R. M. S. Centeno. Estas moedas datam de 91 a.C. (RRC 337/3) a 32/31 a.C. (RRC 544/20).

L. Villaronga publica este tesouro, em data recente, cometendo algumas imprecisões: localiza-o geograficamente em local errado e considera, apenas, os 10 exemplares para a totalidade do achado.

— **Bibliografia:** H. Botelho, *Arqueologia de Trás-os-Montes*, AP, XV, Lisboa, 1910, pp. 84-86; Hipólito, p. 29, n° 33; Raddatz, *Die Schatzfunde*, pp. 277-78, n° 264; *Fouilles de Conimbriga*, pp. 197, 199, n° 20 bis; *CMNH*, p. 58, n° 44; C. Blázquez, *Tesorillos*, pp. 134-35, n° 99; Alarcão, 1/442; Villaronga, *Tresors*, pp. 60, 88, n° 161; C. Blázquez, *La circulación monetaria*, p. 65, n° 6; T. R. Volk, *Inventari dels conjunts de monedes d'or i de plata de la Península Ibérica: D'August a Neró (prereforma)*, *La moneda en temps d'August*, MNAC, Barcelona, 1997, p. 176, n° 75.

— **Paradeiro:** MNAE, Ref. 16728, inv. n° 122.61-70 (moedas), n° 100 (bracelete), n° 101 (taça).

43 NOSSA SENHORA DO CARMO, Leiria, Óbidos, Vau  
10.12.07

43 a.C.

— Conjunto de “três ou quatro moedas de prata bem conservadas” achadas junto da igreja de Nossa Senhora do Carmo. As moedas tinham a legenda “Antonio pro Consul. Poderão corresponder ao denário de C. ANTONIVS M.F PROCOS —RRC 484/1.

— **Bibliografia:** *Memórias históricas e diferentes apontamentos acerca das antiguidades de Óbidos*, p. 199; *CMEP*, p. 18.

#### CATÁLOGO

I D—C. ANTONIVS M.F PROCOS, Roma, 43 a.C. RRC 484/1

— **Paradeiro:** Desconhecido.



44 **VILA DE UM SANTO**, Viseu, Cota  
18.23.10

118 a.C. — 32/31 a.C.

— Tesouro tido erradamente como aparecido no Oiteiro. Desconhecemos a data e circunstâncias de achado deste depósito monetário. Segundo R. Centeno conhecem-se 29 denários: 28 exemplares da República que abarcam o período compreendido entre 118 a.C. e 32/31 a.C. e 1 exemplar de Octavianus, Itinerante, de 29/27 a.C. (RIC <sup>2</sup> 264). Este último numisma apresenta algum desgaste, o que levou R. Centeno a datar o ocultamento do tesouro, já no reinado de Augustus.

— **Bibliografia:** *Fouilles de Conimbriga*, pp. 197, n° S, M. Hipólito, Tesouro monetário da Quinta da Madeira (Ferro, Covilhã), *Nummus*, 2<sup>as.</sup>, II, 1979, p. 69, nota 8; *CMNH*, p. 211, nota 15; Alarcão, 4/116; T. R. Volk, Inventari dels conjunts de monedes d'or i de plata de la Península Ibérica: D' August a Neró (prereforma), *La moneda en temps d'August*, MNAC, Barcelona, 1997, p. 174, n° 62.

— **Paradeiro:** Desconhecido.

**VII. Tesouros do Período III a (27 a.C. — 2 a. C.)**

45 **MONTE DO PEREIRO**, Beja, Mértola, Corte de Pinto  
02.09.02

44 a.C. — 27 a.C.

— Deste achado apenas sabemos que era constituído por cerca de 300 denários, cujo exemplar mais recente data de 44/27 a.C.

— **Bibliografia:** HM, *NH*, X, 19-20, 1961, n° 1091; *Fouilles de Conimbriga*, pp. 197, 199, n° 1 bis; T. R. Volk, Inventari dels conjunts de monedes d'or i de plata de la Península Ibérica: D' August a Neró (prereforma), *La moneda en temps d'August*, MNAC, Barcelona, 1997, p. 171, n° 43.

— **Paradeiro:** Desconhecido.

**46 BARROCA DO ANTERO** , Castelo Branco, Penamacor  
05.07.00

141 a. C. — 15 /13 a.C.

— Em 1953, Mário Ramires publica 8 denários pertencentes ao “achado de Penamacor”. Dois anos mais tarde João L. F. Guedes refere o aparecimento de mais 79 exemplares, dos quais classifica 76.

O achado teve lugar nos inícios de 1948, quando António da Costa Azevedo, cavava um terreno situado na Barroca do Antero, perto da Carreira de Tiro de Penamacor. Aí encontrou 74 *denarii* “que se encontravam espalhados próximo de um penedo de metro e meio de altura”(Guedes). Posteriormente, os soldados da Carreira de Tiro recolheram, no mesmo lugar, mais 5 unidades, que entregaram ao seu oficial Director.

Visto só terem sido estudados 76 numismas dos 79 encontrados, como já referimos, 3 desapareceram. Acrescentado ao número de moedas estudadas por Guedes os 8 denários referidos por Ramires teríamos um total de 84, mas não podemos considerar estes últimos separadamente, pois 3 deles são idênticos aos de J. Guedes, podendo ser os mesmos ou não. Assim, vamos, apenas, tomar em conta 81 moedas. Estas não constituem a totalidade do conjunto, como Crawford e Villaronga referem , pois este tesouro possuiria mais os 3 exemplares desaparecidos perfazendo um total de 87, de resto como refere J. Guedes “é ponto assente que o *grosso* do tesouro foi descoberto pelo António da Costa Azevedo e que outras pessoas conhecedoras do facto rebuscaram o terreno e encontraram mais algumas moedas”.

— **Bibliografia:** M. Ramires, Achados numismáticos. Achado de Penamacor, *Nummus* , vol. I, nº 4, Porto, 1953, p. 272; J. L. F. Guedes, Achados numismáticos. Achado de Penamacor, *Nummus*, vol. III, nº 10, Porto, 1955 , pp. 201-203; Hipólito, p. 65, nº 92; *RRCH*, p. 134, nº 502; *Fouilles de Conimbriga*, pp. 197, 199, nº 13; Centeno, *Denarii*, nº 8; C. Blázquez, *Tesorillos*, pp. 137-8, nº 108; Villaronga, *Tresors* , pp. 61, 88, nº 165; C. Blázquez, *La circulación monetaria*, p. 65, nº 17; T. R. Volk, Inventari dels conjunts de monedes d’or i de plata de la Península Ibérica: D’August a Neró (prereforma), *La moneda en temps d’August*, MNAC, Barcelona, 1997, p. 173, nº 51.

CATÁLOGO

1	D —C.TITINI. Roma. 141 a.C.	RRC	226/1a - b
2	D —Q.MAR. C.F. L.R. Roma, 118/117 a.C.	RRC	283/1a - b
3	D —M.CALID. Q.MET. CN.FOVL, Roma, 117/116 a.C.	RRC	284/1b
4	D —ANÓNIMO. Roma, 115/114 a.C.	RRC	287/1
5-6	D —M.CIPI M.F. Roma, 115/114 a.C.	RRC	289/1
7	D —C.COIL CALD, Roma, 104 a.C.	RRC	318 /1b
8	D —D.SILANVS L.F. Roma, 91 a.C.	RRC	337/3

9	D —L.PISO L.F L.N FRVGI. Roma. 90 a.C.	RRC	340/1
10	D —Q.TITI. Roma. 90 a.C.	RRC	341/1
11	D —C.VIBIVS C.F PANSA. Roma. 90 a.C.	RRC	342/5b
12	D —GAR. OGV L, VER. Roma. 86 a.C.	RRC	350A/2
13	D —L.SVLLA IMPER. ITERVM. Itinerante. 84/83 a.C.	RRC	359/2
14	D —P.CREPVS I. Roma. 82 a.C.	RRC	361/1a-c
15-6	Ds —Q.ANTO BALB PR. Roma. 83/82 a.C.	RRC	364/1a-e
17	Ds —L.PROCILI F. Roma. 80 a.C.	RRC	379/2
18	Ds —C.NAE BALB. Roma. 79 a.C.	RRC	382/1a - b
19	Ds —L.PAPI. Roma. 79 a.C.	RRC	384/1
20	D —M.VOLTEI M.F. Roma. 78 a.C.	RRC	385/3
21	D —L.RVTILI FLAC. Roma. 77 a.C.	RRC	387/1
22	D —L.LVCRETI TRIO. Roma. 76 a.C.	RRC	390/1
23	D —C.POSTVMI AT ou TA. Roma. 74 a.C.	RRC	394/1a - b
24	D —C.PISO L.F FRVGI. Roma. 67 a.C.	RRC	408/11a-b
25	D —L.CASSI LONGIN. Roma. 63 a.C.	RRC	413/1
26-8	D —PAVLLVS LEPIDVS. Roma. 62 a.C.	RRC	415/1
29-30	D —LIBO. Roma. 62 a.C.	RRC	416/1a-c
31	D — PHILIPPVS, Roma. 56 a.C.	RRC	425/1
32	D —FAVSTVS, Roma. 56 a.C.	RRC	426/3
33	D —P.CRASSVS M.F. Roma. 55 a.C.	RRC	430/1
34	D —CAESAR. Itinerante. 49/48 a.C.	RRC	443/1
35	D —ALBIVS BRVTI.F. Roma. 48 a.C.	RRC	450/3A
36	D —ALBIVS BRVTI.F. Roma. 48 a.C.	RRC	450/3b
37	D —L.PLAVTIVS PLANCVS, Roma. 47 a.C.	RRC	453/1a-e
38	D —C.ANTIVS C.F RESTIO. Roma. 47 a.C.	RRC	455/1a - b
39	D —CAESAR. África. 47/46 a.C.	RRC	458/1
40	D —M.CATO PROPR. África. 47/46 a.C.	RRC	462/1a - b
41	D —T.CARISIVS III VIR. Roma. 46 a.C.	RRC	464/3a-c *
42-3	D —C.CONSIDIVS PAETVS. Roma. 46 a.C.	RRC	465/2a
44	D —CAESAR. Hispânia. 46/45 a.C.	RRC	468/1
45	D —CN.MAGNVS IMP. M.POBLICI.LEG.PROPR, Hispânia. 46/45 a.C.	RRC	469/1
46	D —PALIKANVS. Roma. 45 a.C.	RRC	473/2a-d
47	D —L.LIVINEIIVS REGVLVS III VIR A.P.F. e outros, Roma, 42 a.C.	RRC	494/23
48	D —L.LIVINEIIVS REGVLVS III VIR A.P.F. e outros, Roma, 42 a.C.	RRC	494/27
49	D —L.LIVINEIIVS REGVLVS III VIR A.P.F. e outros, Roma, 42 a.C.	RRC	494/40
50	D —MAG.PIVS IMP.ITER. PREF.CLAS. ET ORAE MARIT, Sicilia. 42/40 a.C.	RRC	511/3a
51	D —MAG.PIVS IMP.ITER. PREF.CLAS. ET ORAE MARIT, Sicilia. 42/40 a.C.	RRC	511/4A
52	D —M.ANT.IMPAVG.III VIR R.P.C. M. BARBAT.Q.P., Itinerante, 41 a.C.	RRC	517/2
53-7	D — ANT.AVG III VIR R.P.C. Itinerante, 32/31 a.C.	RRC	544/14
58	D — AUGUSTUS. Itália. c. 29/27 a.C.	RIC	266
59	D — AUGUSTUS. Itália. c. 29/27 a.C.	RIC	271
60	D — AUGUSTUS. Emerita. c. 25/23 a.C.	RIC	8
61	D — AUGUSTUS. Emerita. c. 25/23 a.C.	RIC	10
62	D — AUGUSTUS. Colónia Patricia (?), c. 19 a.C.	RIC	74a
63	D — AUGUSTUS. Colónia Patricia (?), c. 19 a.C.	RIC	77a
64	D — AUGUSTUS. Colónia Patricia (?), c. 19 a.C.	RIC	81

65	D — AUGUSTUS. Colónia Patricia (?), c. 19 a.C.	RIC 86a
66-7	D — AUGUSTUS. Colónia Patricia (?), c. 19/18 a.C.	RIC 36a
68	D — AUGUSTUS. Colónia Patricia (?), c. 19/18 a.C.	RIC 38b
69	D — AUGUSTUS. Colónia Patricia (?), c. 18 a.C.	RIC 113a
70	D — AUGUSTUS. Colónia Patricia (?), c. julho 18 /17-6 a.C.	RIC 148
71-8	D — AUGUSTUS. Lugdunum, 15/13 a.C.	RIC 167a
79-80	D — AUGUSTUS. Lugdunum, 15/13 a.C.	RIC 171a
81	D — AUGUSTUS. Lugdunum, 15/13 a.C.	RIC 173a

\* A moeda com o nº 14 , está assinalada , na bibliografia, como Cornelia 28 correspondendo por isso ao RRC 359/1 , teria, portanto, que ser um Aureus. Pensamos que esta classificação deverá estar incorrecta e será o 29, que corresponde ao nº 359/2 do RRC, sendo um D. De outra forma, teria sido mencionado um Aureus na bibliografia, o que não acontece.

— **Paradeiro:** Segundo a bibliografia, em meados deste século encontravam-se 14 ex. na posse de J. F. L. Guedes, 57 pertenciam à Câmara Municipal de Penamacor e 5 ex. ao Sr. Capitão José Esteves Robalo cordeiro.

47 CARREGAL , Castelo Branco, Penamacor, Águas  
05.07.01

Caesar Augustus

— M. de Castro Hipólito publica uma informação que lhe foi fornecida, por carta a 8 de Maio de 1959, pelo Sr. Prof. José Martins Leitão. Este revela ter comprado 72 moedas em prata de César Augusto, todas diferentes, encontradas em 1928, no sítio do Carregal, limite de Águas, por João Antunes Prim quando procedia a trabalhos agrícolas, tendo partido o vaso em que as moedas se deveriam encontrar. Os numismas foram vendidos ao Sr. Tenente-Coronel Elias Garcia.

— **Bibliografia:** Foram achadas cerca de 200 moedas romanas de prata, *Diário de Notícias* , 24 de Janeiro de 1951, p. 2; Hipólito, p. 65, nº 91; Centeno, *Denarii*, nº 18; Alarcão, 4/410.

— **Paradeiro:** Desconhecido.

**48 CASTRO DE ALVARELHOS 2** , Porto, Santo Tirso, Alvarelhos  
13.14.03

32 / 27 a.C.

— Segundo R. M. S. Centeno trata-se de um depósito de cerca de 523 denários , encontrados em data anterior a Abril de 1964 “dentro da área do Castro”. Os exemplares mais recentes são de cerca de 32/27 a.C..

— **Bibliografia:** J. Torres, Tesouro monetário do Castro de Alvarelhos. Estudo numismático - seriação cronológica e histórica, *Santo Tirso. Boletim Cultural Concelhio*, I, 2-3, 1979, pp. 30-31; *CMNH*, p. 35, nº 20; Alarcão, 1/348; C. Blázquez, *La circulación monetaria*, p. 65, nº 9; T. R. Volk, Inventari dels conjunts de monedes d'or i de plata de la Península Ibérica: D'August a Neró (prereforma), *La moneda en temps d'August*, MNAC, Barcelona, 1997, p. 175, nº 68.

— **Paradeiro:** Desconhecido.

**49 CITÂNIA DE SANFINS** , Porto, Paços de Ferreira, Sanfins de Ferreira  
13.09.15

209 a.C. — 25 /23 a.C.

— No dia 19 de Agosto de 1950, durante a 7ª campanha de escavações realizada nesta Citânia foram encontrados, dentro de um púcaro de barro partido, 288 denários. Em redor deste púcaro apareceram mais 15 denários e 3 quinários que sem dúvida pertencem ao mesmo conjunto que perfaz 303 denários e 3 quinários.

Este achado foi publicado, com muito pormenor, em 1987, por R. M. S. Centeno, abarcando o período cronológico que vai de 209 a.C. (RRC 88/2b) a 25/23 a.C. (RIC<sup>2</sup> 1a). Desde essa data tem vindo a ser referido por outros autores, embora, por vezes, com referências bibliográficas muito insuficientes e sempre mal localizado geograficamente, aparecendo mesmo a Sul do Douro , no caso da obra de L. Villaronga. Recentemente, T. R. Volk considera, erradamente, a existência de dois tesouros aparecidos no mesmo ano nesta Citânia, pois separa as moedas que apareceram dentro do púcaro das que estavam espalhadas na sua área.

— **Bibliografia:** A. do Paço, Citânia de Sanfins. III - Breve notícia de um tesouro monetário, *Brotéria*, vol. LVI, fasc. 6, Lisboa, 1953, p. 680; A. do Paço, Citânia de Sanfins: V - Nota sobre algumas moedas, *Nummus*, II, 1954, pp. 139-52; A. do Paço ,Tesouro Monetário da Citânia de Sanfins, *Anais*, Anais da Academia Portuguesa de História, II série, 6, Lisboa, 1955, pp. 189-275; Hipólito, p. 42-5, nº 50; *RRCH*, p. 129, nº 463; *Fouilles*

de *Conimbriga*, pp. 197, 199, nº 22; Centeno, *Denarii*, nº 5; *CMNH*, pp. 50-53, nº 35; C. Blázquez, *Tesorillos*, pp. 134-5, Alarcão, 1/370; nº 98; Villaronga, *Tesoros*, pp. 60, 88, nº 157; C. Blázquez, *La circulación monetaria*, p. 65, nº 7; F. Chaves, *Los Tesoros*, pp. 500, 502; T. R. Volk, Inventari dels conjunts de monedes d'or i de plata de la Península Ibérica: D'August a Neró (prereforma), *La moneda en temps d'August*, MNAC, Barcelona, 1997, p. 175, nº 65, 66.

— **Paradeiro:** Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins.

**50 CHAVES** (arredores), Vila Real, Chaves  
17.03.00

Augustus

— Sobre este achado, apenas, temos a notícia publicada por Ferrand de Almeida, que R. M. S. Centeno transcreve. Esta data de 20 de Abril de 1744 e refere a descoberta de uma grande porção de moedas de ouro (c. de 3 arrobas), todas de Augustus e em muito bom estado de conservação. R. M. S. Centeno aponta cerca de 5700 AV para a composição do tesouro, afirmando ser “pouco provável que as moedas fossem na totalidade de Augustus.”

— **Bibliografia:** L. F. de Almeida, Alguns documentos para a história da arqueologia em Portugal, *Conimbriga*, IV, 1965, p. 106; *CMNH*, p. 48, nº 32; C. Blázquez, *La circulación monetaria*, p. 65, nº 4; T. R. Volk, Inventari dels conjunts de monedes d'or i de plata de la Península Ibérica: D'August a Neró (prereforma), *La moneda en temps d'August*, MNAC, Barcelona, 1997, p. 177, nº p.

— **Paradeiro:** Desconhecido.

**51 FRAGA DA SAFRINHA**, Coimbra, Oliveira do Hospital, Avô,  
06.11.03

15/13 a.C.

— Em 1902, no lugar da Fraga da Safrinha perto da nascente da Moura da Serra, o pastor Salvador Cruz encontrou, numa fenda das fragas, cerca de 210 denários dentro de uma “bolsa de malha de prata, a desfazer-se”. As moedas seriam, aproximadamente, do mesmo tamanho e cunho, segundo as informações recolhidas entre as pessoas que tiveram conhecimento directo do achado.

O tesouro foi vendido, e hoje só se conhece um exemplar que pertencia ao Monsenhor A. Pereira de Almeida, o qual foi estudado por J. de Castro Nunes. Este autor identifica 1 denário de Augustus de 14 a.C. (Lugdunum, 15/13 a.C.; RIC<sup>1</sup> 167a) e atribui o ocultamento do tesouro às campanhas contra os Cântabros e os Ástures naquela região.

C. Blázquez refere este tesouro, mencionando, apenas, a obra de Hipólito e localizando-o erradamente a Norte do rio Mondego.

L. Villaronga também não menciona toda a bibliografia referente a este tesouro, e apenas nos informa sobre a sua constituição, sem fornecer qualquer cronologia para o achado.

— **Bibliografia:** J. de Castro Nunes, Um tesouro monetário romano aparecido na região há meio século, *A Comarca de Arganil*, 12 de Maio de 1959, pp. 1 e 3; Hipólito, p. 60-1, nº 83; Centeno, *Denarii*, nº 10; C. Blázquez, *Tesorillos*, pp. 137-8, nº 107; Alarcão, 4/361; Villaronga, *Tresors*, pp. 60, 88, nº 160; C. Blázquez, *La circulación monetaria*, p. 65, nº 16.

— **Paradeiro:** Desconhecido.

**52 HERDADE DA GRALHEIRA**, Beja, Mértola, S. João dos Caldeireiros  
02.09.06

169 / 158 a. C. — 29 / 27 a. C.

— Em Março de 1958 foi encontrada, na Herdade da Gralheira, uma “vasilha de barro” com cerca de 1000 moedas em prata, quando se fazia um pequeno buraco para enterrar uma estaca.

Deste tesouro conhecemos 126 exemplares, ordenados por M. Hipólito, que aqui actualizamos. As moedas estudadas vão do ano de 169/158 a.C. (RRC 179/4) até 29/27 a.C. (RIC<sup>1</sup> 272).

L. Villaronga considera a existência de, apenas, 132 denários para a totalidade deste conjunto e dá-nos o período das emissões legionárias de Marco António para a cronologia do exemplar mais recente.

— **Bibliografia:** Importante achado de moedas de prata, *O Primeiro de Janeiro*, 24 de Abril de 1958, p. 7; A. Viana, *Notas históricas, Arqueológicas e Etnográficas do Baixo Alentejo*, Arquivo de Beja, Vol. XV, 1958, pp. 45-7; *idem*, vol. XVI, 1959, pp. 46-48; Hipólito, pp. 86-8, nº 128.; *NH*, 1961, 150; *RRCH*, p. 129, nº 469; *Fouilles de Conimbriga*, pp. 197, 199, nº 1; Centeno, *Denarii*, nº 1; C. Blázquez, *Tesorillos*, pp. 137-38, nº 110; Alarcão, 8/220; Villaronga, *Tresors*, pp. 61, 88, nº 163; T. R. Volk, *Inventari dels conjunts*

de monedes d'or i de plata de la Península Ibérica: D'August a Neró (prereforma), *La moneda en temps d'August*, MNAC, Barcelona, 1997, p. 171, nº 42.

## CATÁLOGO

1	Q — BAL. Roma, 169/158 a.C.	RRC	179/4
2	D — M.BAEBII Q.F TAMPIL. Roma, 137 a.C.	RRC	236/1
3	D — C.SERVEILLI. Roma, 127 a.C.	RRC	264/1
4	Ds — L.LIC. CN.DOM e associados, Narbo, 118 a.C.	RRC	282/1
5	D — CN.DOMI, Q.CVRTI, M.SILA, Roma, 116/115 a.C.	RRC	285/2
6	D — AP.CL. T.MAL ou T.MANL, Q.VR, Roma, 111/110 a.C.	RRC	299/1a
7	D — AP.CL. T.MAL ou T.MANL, Q.VR, Roma, 111/110 a.C.	RRC	299/1b
8	D — P.LAECA. Roma, 110/109 a.C.	RRC	301/1
9-10	D — L.VALERI FLACCI. Roma, 108/107 a.C.	RRC	306/1
11	D — M.HERENNI. Roma, 108/107 a.C.	RRC	308/1
12	D — L.THORIVS BALBVS. Roma, 105 a.C.	RRC	316/1
13	D — L.SATVRN. Roma, 104 a.C.	RRC	317/3a-b
14	D — P.SERVILI M.F RVLLI, Roma, 100 a.C.	RRC	328/1 ?
15	D — D.SILANVS L.F. Roma, 91 a.C.	RRC	337/3 ?
16	D — D.SILANVS L.F. Roma, 91 a.C.	RRC	337/3 var.
17-20	D — C.VIBIVS C.F PANSAS, Roma, 90 a.C.	RRC	342/5b
21	D — L.TITVRI L.F SABINVS, Roma, 89 a.C.	RRC	344/3
22	D — MN.FONTEI C.F. Roma, 85 a.C.	RRC	353/1a
23	D — P.CREPVSII. Roma, 82 a.C.	RRC	361/1
24	Ds — C.MAMIL LIMETANVS, Roma, 82 a.C.	RRC	362/1
25	D — L.CENSOR. Roma, 82 a.C.	RRC	363/1
26	Ds — Q.ANTO BALB PR. Roma, 83/82 a.C.	RRC	364/1
27	D — C.ANNIVS T.F T.N PRO.COS, Hispània, 82/81 a.C.	RRC	366/2
28-9	D — L.PROCILI F. Roma, 80 a.C.	RRC	379/1
30-3	Ds — C.NAE BALB, Roma, 79 a.C.	RRC	382/1a-b
34	Ds — TI.CLAVD TI.F AP.N, Roma, 79 a.C.	RRC	383/1
35	D — M.VOLTEI M.F, Roma, 78 a.C.	RRC	385/3?
36	D — M.VOLTEI M.F, Roma, 78 a.C.	RRC	385/4
37	D — L.RVTILI FLAC. Roma, 77 a.C.	RRC	387/1
38-9	D — P.SATRIENVVS, Roma, 77 a.C.	RRC	388/1
40	D — C.POSTVMI AT ou TA, Roma, 74 a.C.	RRC	394/1
41	D — P.LENT P.F L.N Q, Roma, 74 a.C.	RRC	397/1
42	Ds — MN.AQVIL MN.F MN.N, Roma, 71 a.C.	RRC	401/1
43	Ds — T.VETTIVS SABINVS, Roma, 70 a.C.	RRC	404/1a
44-5	D — C.HOSIDI C.F GETA III VIR, Roma, 68 a.C.	RRC	407/2
46-8	D — C.PISO L.F FRVGI, Roma, 67 a.C.	RRC	408/1
49-51	D — M.PLAETORIVS M.F CESTIANVS AED. CVR, Roma, 67 a.C.	RRC	409/2
52	D — Q.POMPONI MVSA, Roma, 66 a.C.	RRC	410/2
53	Ds — L.ROSCI FABATI, Roma, 64 a.C.	RRC	412/1
54	D — P.YPSAE. Roma, 60 a.C.	RRC	420/1
55-6	D — P.YPSAE. Roma, 60 a.C.	RRC	420/2
57	D — PHILIPPVS. Roma, 56 a.C.	RRC	425/1
58	D — FAVSTVS, Roma, 56 a.C.	RRC	426/3



59	D	— P.FONTEIVS PF CAPITO, Roma, 55 a.C.	RRC	429/1 ?
60	D	— A.PLAVTIVS AED.CVR, Roma, 55 a.C.	RRC	431/1
61	D	— Q.SICINIVS IIIVIR, Roma, 49 a.C.	RRC	440/1
62-6	D	— MN.ACILIVS IIIVIR, Roma, 49 a.C.	RRC	442/1
67-72	D	— CAESAR, Itinerante, 49/48 a.C.	RRC	443/1
73	D	— Q.SICINIVS IIIVIR, C.COPONIVS PR, Itinerante, 49 a.C.	RRC	444/1a
74	D	— L.LENTVLVS, C.MARC.COS, em parte com Q, Apollonia, depois Ásia, 49 a.C.:	RRC	445/2
75	D	— L.HOSTILIVS SASERNA, Roma, 48 a.C.	RRC	448/1
76	D	— L.HOSTILIVS SASERNA, Roma, 48 a.C.	RRC	448/3
77	D	— C.VIBIVS C.F.C.N PANSÁ, Roma, 48 a.C.	RRC	449/1a
78	D	— C.VIBIVS C.F.C.N PANSÁ, Roma, 48 a.C.	RRC	449/2
79	D	— ALBINVS BRVTI.F, Roma, 48 a.C.	RRC	450/1
80	D	— ALBINVS BRVTI.F, Roma, 48 a.C.	RRC	450/3b ?
81	D	— CAESAR, Itinerante, 48/47 a.C.	RRC	452/2
82	D	— L.PLAVTIVS PLANCVS, Roma, 47 a.C.	RRC	453/1
83	D	— C.ANTIVS C.F.RESTIO, Roma, 47 a.C.	RRC	455/1
84	D	— CAESAR, África, 47/46 a.C.	RRC	458/1
85-6	D	— MN.CORDIVS RVFVS IIIVIR, Roma, 46 a.C.	RRC	463/1a
87	D	— MN.CORDIVS RVFVS IIIVIR, Roma, 46 a.C.	RRC	463/1a ?
88-9	D	— MN.CORDIVS RVFVS IIIVIR, Roma, 46 a.C.	RRC	463/1b
90	D	— MN.CORDIVS RVFVS IIIVIR, Roma, 46 a.C.	RRC	463/2
91-2	D	— T.CARISIVS IIIVIR, Roma, 46 a.C.	RRC	464/3
93-4	D	— T.CARISIVS IIIVIR, Roma, 46 a.C.	RRC	464/5
96	D	— C.CONSIDIVS PAETVS, Roma, 46 a.C.	RRC	465/2a
97	D	— CAESAR, Hispânia, 46/45 a.C.	RRC	468/2
98	D	— PALIKANVS, Roma, 45 a.C.	RRC	473/1
99	D	— L.VALERIVS ACISCVLVS, Roma, 45 a.C.	RRC	474/1a
100	D	— L.AEMILIVS BVCA IIIVIR, M.METTIVS e outros, Roma, 44 a.C.	RRC	480/3
101-2	D	— L.AEMILIVS BVCA IIIVIR, M.METTIVS e outros, Roma, 44 a.C.	RRC	480/12
103-5	D	— L.LIVINEIVS REGVLVS IIIVIR A.P.F e outros, Roma, 42 a.C.	RRC	494/23
106	D	— L.LIVINEIVS REGVLVS IIIVIR A.P.F e outros, Roma, 42 a.C.	RRC	494/28
107	D	— L.LIVINEIVS REGVLVS IIIVIR A.P.F e outros, Roma, 42 a.C.	RRC	494/29
108	D	— L.LIVINEIVS REGVLVS IIIVIR A.P.F e outros, Roma, 42 a.C.	RRC	494/36
109	D	— MAG.PIVS IMP.ITER. PRAEF.CLAS. ET ORAE MARIT, Sicília, 42/40 a.C.	RRC	511/3a
110	D	— TI.SEMPRONIVS GRACCVS IIIVIR Q.DESIG, Roma, 40 a.C.	RRC	525/3
111-2	D	— ANT.AVG.IIIVIR R.P.C. Itinerante, 32/31 a.C.	RRC	544/14-30
113	D	— ANT.AVG.IIIVIR R.P.C. Itinerante, 32/31 a.C.	RRC	544/31
114-5	D	— Ex. não classificados (Leg.M. António)		
116	D	— Augustus, Itália, c. 32/29 a.C.	RIC1	254b
117-8	D	— Augustus, Itália, c. 29/27 a.C.	RIC1	264
119	D	— Augustus, Itália, c. 29/27 a.C.	RIC1	265a
120	D	— Augustus, Itália, c. 29/27 a.C.	RIC1	267
121-2	D	— Augustus, Itália, c. 29/27 a.C.	RIC1	272
123-6	D	— Ex. não classificados.		

— **Paradeiro:** Desconhecido.

## 53 REGILDE . Porto, Felgueiras. Regilde

13.03.18

Caesar Augustus

— Para este tesouro não existe informação nova a registar. Segundo R. M. S. Centeno que se reporta a E. de Freitas, este é constituído por um conjunto de moedas de prata descobertas em data anterior a 1926. Um dos exemplares adquirido por E. de Freitas seria de “Augusto César”.

— **Bibliografia:** E. de Freitas, *Felgerias Rubeas. Subsídios para a história do concelho de Felgueiras*, Porto, 1960, p. 15; *CMNH*, p. 78, nº 69; T. R. Volk, Inventari dels conjunts de monedes d’or i de plata de la Península Ibérica: D’August a Neró (prereforma), *La moneda en temps d’August*, MNAC, Barcelona, 1997, p. 176, nº 71.

— **Paradeiro:** Desconhecido.

## 54 SANTO ESTÊVÃO , Vila Real , Chaves, Santo Estêvão

17.03.31

110 /109 a. C. — 15-11 /10 a. C.

— Conhecem-se 16 denários publicados por R. Centeno. Estes foram oferecidos pelo Tenente Teodorico Palmeira ao Museu da Região Flaviense, por volta de 1965. Após 1977, desapareceram 5 moedas do Museu que R. Centeno identificou graças a uma fotografia dos anversos das 16 exemplares publicados por R. Colmenero .

Diz R. Centeno que: “Este lote deve pertencer a um tesouro encontrado em Santo Estêvão em 1963, que incluiria cerca de 300 D da República e de Augustus; uma parte das moedas foi vendida no Porto “. As moedas do conjunto situam-se entre 110/109 a.C. (RRC 300/1) e 15-11/10 a.C. (RIC 2 p. 52-3)

— **Bibliografia:** A. R. Colmenero, *Galicia Meridional Romana*, Bilbao, 1977, est. IV, 2.; *Fouilles de Conimbriga*, pp. 197, nº Q; *CMNH*, p. 80, nº 74; T. R. Volk, Inventari dels conjunts de monedes d’or i de plata de la Península Ibérica: D’August a Neró (prereforma), *La moneda en temps d’August*, MNAC, Barcelona, 1997, p. 178, nº 82.

— **Paradeiro:** 11 ex. no Museu da Região Flaviense (Chaves); desconhece-se o paradeiro dos restantes ex..

**VIII. Tesouros do Período III b (2 a.C. — 14 d.C.)**

**55 ALTO DO CORGO** . Viana do Castelo, Valença, Fontoura  
16.08.05

109 /108 a. C. — 2 a. C. / 4 d. C.

— Em 1884, no mês de Janeiro, foram encontrados, no sítio do Corgo, 37 denários dentro de um *vaso de ferro* (?). O achado verificou-se, quando o pedreiro Manuel Pontes partia pedra para a construção de uma estrada.

Apenas foram estudados 7 D, situados cronologicamente entre 109/108 a.C. e 2 a.C. (?)/ c. 4 d.C.

O tesouro terá sido ocultado no tempo de Augustus, posteriormente à data da última moeda conhecida, motivado pelo clima de insegurança social que se viveu na Península Ibérica, provocado pelas campanhas militares romanas contra os Cântabros e os Ástures (Centeno, 1977).

No nosso século, este tesouro é referido por Hipólito. Dezasseis anos mais tarde é estudado e publicado por R. Centeno, em 1993 Villaronga refere-o, fornecendo a bibliografia muito incompleta e situando-o geograficamente em local errado .

— **Bibliografia:** J. A. Vieira, *O Minho Pittoresco*, tomo I, Lisboa, 1886, p. 111, 116-7; “Há 75 anos. Moedas antigas”. *O Primeiro de Janeiro* , 6 de Fevereiro de 1959 ; Hipólito, p. 13, nº 1 ; Centeno, *Denarii*, p. 93-101 ; *CMNH*, p. 21 nº 2 ; Villaronga, *Tresors* , nº 154., p. 59, 88; C. Blázquez, *La circulación monetaria*, p. 65, nº 12; T. R. Volk, *Inventari dels conjunts de monedes d’or i de plata de la Península Ibérica: D’August a Neró (prereforma), La moneda en temps d’August*, MNAC, Barcelona, 1997, p. 180, nº 91.

— **Paradeiro:** Desconhecido.

**56 ANHÕES**, Viana do castelo, Monção  
16.04.02

90 a.C. — 2 a.C. / 4 d. C.

— Segundo R. Centeno, trata-se de um “Conjunto de 8 D encontrados, nos finais do século passado ou no início do nosso século, durante os trabalhos de exploração de uma pedreira localizada nas imediações de Capela do Senhor do Bonfim”. O exemplar mais antigo do conjunto é de 90 a.C. (RRC 340/1) e o mais recente data de 2 a. C. (?) 4 d.C. (RIC 2 207).

— **Bibliografia:** *CMNH*, p. 22-3, nº 4; T. R. Volk, Inventari dels conjunts de monedes d'or i de plata de la Península Ibérica: D'August a Neró (prereforma), *La moneda en temps d'August*, MNAC, Barcelona, 1997, p. 179, nº 90.

— **Paradeiro:** MNAE, Ref. 16651, nº inv. 139.34-41.

**57 CASTRO DE ALVARELHOS 3**, Porto, Santo Tirso, Alvarelhos  
13.14.03

2 a.C. / 4 d.C.

— R. M. S. Centeno refere a notícia dada pelo Padre Pedrosa do achado de um conjunto de moedas em prata de Augustus, todas do mesmo cunho, ocorrido em 1893.

O Autor pensa que "Deverá pertencer a este tesouro o lote de 7 D estudado por J. Fortes pouco antes de 1899 que incluía apenas 4 exemplares identificáveis, todos do tipo Caius e Lucius Caesares (Lugdunum, 2 a. C.(?)4 d.C.; RIC 2 207). "

— **Bibliografia:** J. Fortes, *A estação archeologica d'Alvarelhos*, Porto, 1899, pp. 12-13; Correspondência Martins Sarmento - Padre Joaquim Pedrosa, *RG L*, 1940, pp. 205 e 211; *CMNH*, p. 34, nº 19; T. R. Volk, Inventari dels conjunts de monedes d'or i de plata de la Península Ibérica: D'August a Neró (prereforma), *La moneda en temps d'August*, MNAC, Barcelona, 1997, p. 175, nº 67.

— **Paradeiro:** Desconhecido.

**58 FORTE** (Sitio do), Coimbra, Cantanhede, Pocariça  
06.02.11

43 a. C. — 2 a.C. / 12 d. C.

— Tesouro aparecido em Outubro de 1926, constituído por 31 denários da República e Império romanos. Foram examinados por R. Centeno 18 exemplares pertencentes a uma colecção particular: 2 denários da República de 43 a.C. - RRC 492/23- M.ANTONIVS III VIR R.P.C, Gália e 16 denários de Augustus (tipo Caius e Lucius Caesares, Lugdunum, 2 a.C./12 d.C.).

— **Bibliografia:** Viriato de Sá Fragoso, *A Freguesia da Pocariça do Concelho de Cantanhede*, Porto, 1939, p. 13; Hipólito, p. 60, nº 81 ; Alarcão, 3/71; *CMNH*, p. 211, nota 16.

— **Paradeiro:** Desconhecido.

**59 JUNQUEIRA**, Bragança, Torre de Moncorvo, Adeganha

04.09.02

118 a.C. — 2 a.C. / 4 d. C.

— Por volta de 1927, no lugar da Junqueira, sitio das Cavadeiras, quando se procedia à escavação do terreno para a plantação de vinhas, apareceu um púcaro de barro com 68 moedas de prata. Alguns destes exemplares foram adquiridos pela família Pastor, de Vila Flor, outros pelo abade de Carviçais, Padre José Augusto Tavares.

Hipólito publicou 1 denário deste tesouro. Mais tarde R. M. S. Centeno recolheu informação de Hipólito, e de R. de Serpa Pinto, que viu 36 exemplares, segundo o Autor talvez os que o Padre J. A. Tavares comprou, publicando, no total, 47 D cujo exemplar mais antigo data de 118 a.C. (RRC 282/5) e o mais recente de 2 a.C./c. 4 d.C. (RIC 2 207-208 ou 210-212).

— **Bibliografia:** Hipólito, p. 40, nº 46; M. C. Hipólito, O tesouro monetário romano de Junqueira, freguesia de Adeganha, concelho de Vila flor (sic), *comunicação ao II Encontro de Numismatas*, Guimarães, 24 a 26 de Outubro de 1980 (não publicada); Centeno, *Denarii*, nº 9; *CMNH*, p. 59, nº 46; Alarcão, 2/108; C. Blázquez, *La circulación monetaria*, p. 65, nº 3; T. R. Volk, Inventari dels conjunts de monedes d'or i de plata de la Península Ibérica: D'August a Neró (prereforma), *La moneda en temps d'August*, MNAC, Barcelona, 1997, p. 178, nº 83.

— **Paradeiro:** 1 ex., propriedade do Sr. João Miranda (Alfândega da Fé); 10 exs., da família Soveral Pastor; desconhece-se o paradeiro dos restantes exs..

**60 SAMPRIZ**, Viana do Castelo, Ponte da Barca

16.06.19

2 a.C. / 14 d.C.

— Nada de novo podemos acrescentar no que respeita a este achado, para além do que referiu R. M. S. Centeno, que passamos a citar: “Em Dezembro de 1906, no lugar do Castro, as águas das chuvas puseram a descoberto fragmentos de um vaso em cerâmica que continha c. 80 AR de Augustus.

Cunha Brito diz ter visto pouco mais de 12 D, todos do tipo Caius e Lucius caesares. (Lugdunum, 2 a. C. (?) 4 d.C.; RIC 2 207). Segundo este Autor, as restantes moedas do tesouro eram todas iguais, tendo sido vendidas a um ourives de Braga.”

Além destes autores, outros referenciaram este tesouro, nomeadamente C. Blázquez e L. Villaronga. Blázquez refere-o, procedendo a algumas incorrecções, quer a nível cronológico, atribuindo aos 12 denários conhecidos uma cronologia muito lata, de 2 a.C. a 14

d.C., quer a nível de localização geográfica, que nos parece um pouco duvidosa. Também a bibliografia apresentada é insuficiente. L. Villaronga fornece-nos, igualmente, referências bibliográficas muito sumárias e efectua uma localização geográfica do tesouro de forma muito incorrecta. Procede, ainda, a outra imprecisão, considerando as 12 moedas conhecidas como o conjunto que constituía a totalidade do tesouro.

— **Bibliografia:** M. J. da Cunha Brito, Achados de moedas romanas, *AP*, XIII, 1908, pp. 97-8; Hipólito, p. 15, nº 5; Centeno, *Denarii*, nº 15; *CMNH*, p. 79, nº 71; C. Blázquez, *Tesorillos*, pp. 136-137; Alarcão, 1/83; p. , nº 104; Villaronga, *Tresors*, nº 168, pp. 61, 88; C. Blázquez, *La circulación monetaria*, p. 65, nº 11; T. R. Volk, Inventari dels conjunts de monedes d'or i de plata de la Península Ibérica: D' August a Neró (prereforma), *La moneda en temps d'August*, MNAC, Barcelona, 1997, p. 179, nº 89.

— **Paradeiro:** Desconhecido

**61 VALES**, Vila real, Vila Pouca de Aguiar, Tresminas

17.13.12

2 a.C. / 4 d.C.

— Nada de novo podemos acrescentar no que se refere a este tesouro. Segundo R. M. S. Centeno "Em 1894, perto da aldeia de Vales, um lavrador quando arava o seu campo, descobriu um número desconhecido de denários de Augustus, segundo Azevedo, todos do tipo Caius e Lucius caesares (Lugdunum, 2 a.C. - (?)4 d.C.; RIC 2 207)".

— **Bibliografia:** M. de Azevedo, Notícias archeologicas de Trás-os-Montes, *AP*, I, 1895, p. 135; Hipólito, pp. 28-9, nº 31; Centeno, *Denarii*, nº 14; *CMNH*, p. 84, nº 81; Alarcão 1/283; C. Blázquez, *La circulación monetaria*, p. 65, nº 10.

— **Paradeiro:** Desconhecido

## APÊNDICE

### Tesouros monetários não datados

#### 1 ALCAIDE , Castelo Branco, Fundão 05.04.01

— Por volta de 1913, em Alcaide, foi encontrado um “pequeno conjunto de denários ibero-romanos”. As moedas foram divididas. O capitão França, de Castelo Branco, possuía 2 exemplares, 1 deles foi oferecido a J. L. de Vasconcellos, o outro foi examinado por Mário Ramires, que o identificou como sendo de *Arsaos*. Um outro foi classificado por Martín Valls e seria um denário de *Bolskan*.

— **Bibliografia:** L. de Vasconcelos, Pela Beira, *AP*, XXII, 1917, p. 315; M. Ramires, Achados numismáticos, *Nummus*, vol. I, nº 4, Porto, 1953, p. 273. Hipólito, p. 68, nº 93; Alarcão, 4/396.

— **Paradeiro:** Desconhecido.

#### 2 ALCOBERTAS , Santarém, Rio Maior 14.14.01

— A primeira informação sobre este tesouro ficou a dever-se a J. L. de Vasconcellos que em 1895 reproduz uma notícia de um jornal, de 26 de Julho. Esta dizia o seguinte: “Nas proximidades das Alcobertas, freguesia do concelho do Rio-Maior, quando um carro de bois passava na estrada que conduz áquella povoação, desabou uma pedra há beira da mesma estrada, caindo nesse momento uma grande porção de moedas de prata da época romana. Mais tarde voltaram ao mesmo local e ainda encontraram mais dinheiro e diferentes objectos de ouro antiquíssimos, e alguns de bastante valor archeologico. Consta-nos que as autoridades de Rio-maior já tomaram conta do caso.”

— **Bibliografia:** J. L. de Vasconcellos, Notícias várias, *AP*, vol. I, Lisboa, 1895, p. 223; Hipólito, p. 81 nº 114; Aarcão, 5/52.

— **Paradeiro:** Desconhecido.

— **Paradeiro:** 2 D. fragmentos do vaso de prata no Museu Etnológico Português; para o restante material o paradeiro é desconhecido.

#### 10 MONFORTE DA BEIRA , Castelo Branco

05.02.16

— Denários da república romana e jóias encontrados em Monforte da Beira.

— **Bibliografia:** J. L. de Vasconcelos, Estudos sobre a época do ferro em Portugal, AP, vol. XXIV, Lisboa, 1920, p. 104; Hipólito, p. 71, nº 98; Raddatz, *Die Schatzfunde*, p. 278; *Fouilles de Conimbriga*, pp. 197, nº G; Alarcão, 4/493.

— **Paradeiro:** MEP.

#### 11 MONTE DO CRASTO, Vila Real, Boticas, Bobadela

17.02.04

— R. M. S. Centeno cita a primeira notícia deste tesouro, dada por Figueiredo da Guerra, que diz: “numas muralhas antigas, dous pastores encontraram em 1785, uma porção de moedas romanas, 22 de prata, e 2 prateadas; sabedor do caso o Juiz de Fóra de Montalegre, Dr. Martinho de Mello e Castro, que as offertou ao medalheiro da Academia das sciencias de Lisboa, onde ainda hoje se conservam”.

— **Bibliografia:** L. de Figueiredo da Guerra, *Notícia histórica do concelho e villa de Boticas*, Viana do Castelo, 1911 (reimpr. Boticas 1982), p. 59; *CMNH*, p. 88, nº 7.

— **Paradeiro:** Desconhecido.

#### 12 PENEDO REDONDO , Vila Real, Torgueda

17.14.26

— Segundo Azevedo. “Por ocasião do rompimento da estrada do Marão, de Vila Real a Amarante [...] também apareceram muitos dinheiros da República romana, e não sei se também do Império, que os trabalhadores dividiram entre si. [...] possui algumas o distinto jurisperito Luís de Bessa Correia, desta Vila, que vive actualmente em S. João da Foz”.

— **Bibliografia:** M. de Azevedo, AP, I, 1895, p. 135; Hipólito, p. 29, nº 32; *Fouilles de Conimbriga*, pp. 197, nº B; *CMNH*, p. 88, Alarcão, 1/431.



— **Paradeiro:** Desconhecido.

**13 PÓPULO** ( arredores), Vila Real, Alijó  
17.01.10

- M. de Azevedo diz-nos que” por ocasião do rompimento da estrada de Vila Real a Murça se encontraram muitos dinheiros da República romana, de que pude obter alguns exemplares, junto à povoação e freguesia do Pópulo, concelho de Alijó”.

— **Bibliografia:** M. de Azevedo, Notícias arqueológicas de Trás-os-Montes, *AP*, I, Lisboa, 1895, p. 135; Hipólito, p. 37, nº 40; *Fouilles de Conimbriga*, pp. 197, A.; *CMNH*, p. 89, nº 11; Alarcão 1/335.

— **Paradeiro:** Desconhecido.

**14 PORTELINHA.** Braga. Vila Verde, Portela das Cabras  
03.13.38

—Escreve Hipólito que por volta de 1953 foi encontrado “um depósito de numismas de prata que, segundo consta foram vendidos”.

— **Bibliografia:** Hipólito, pp. 84-5, nº 123; *Fouilles de Conimbriga*, pp. 197, nº K; Alarcão, 6/320.

— **Paradeiro:** desconhecido.

**15 QUINTA DE S. PAIO** . Leiria, Porto de Mós  
10.16.00

— Tesouro aparecido no século passado, nas ruínas de um cemitério na quinta de S. Paio. Segundo Pinho leal era constituído por “uma grande quantidade de moedas de prata, romanas”. A notícia sobre este achado é pouco exacta. o Autor descreve as moedas da seguinte forma: “As mais notáveis eram de Marco Atílio Régulo, Quinto Fábio Máximo Serviliano, Sexto Pompeu, Júlio César, Marco Cícero, Tito Graco, Tibério Sempronio, Marco Metelo, Caio Mário, Quinto Sertório; Pompeu Magno, marco Cépio, Cipião Asiogenes, Cipião Africano, Emiliano e Aureliano”; defendendo ser um conjunto oculto em 270/75, já que considera Aureliano como Imperador. Na nossa opinião isto seria im-

possível, pois Aureliano não cunhou moeda em prata e por outro lado seria um pouco absurdo o tesouro abarcar limites cronológicos tão extensos como os 530 anos que são sugeridos. Pensamos que este Aureliano deve ser um Magistrado da República (Aurelius). É-nos praticamente impossível, através desta descrição, chegar a conclusões precisas sobre a cronologia do tesouro, que pensamos poder abarcar um período de 190 a.C. a 40 a.C., se considerarmos, por exemplo, a moeda de “Aureliano” como sendo de AR ou AV, RRC 136 e o exemplar de “Tibério Semprônio” como o 525 do RRC, TI.SEMPRONIVS GRACCVS IIIVIR Q.DESIG. No entanto, como refere M. Hipólito o texto de Pinho Leal é fértil em inexactidões, sendo-nos impossível ser mais conclusivos.

Outro problema se põe se atentarmos no que nos diz Pinho Leal. Este refere que a maior parte das moedas foram descobertas em 1855, o que nos leva a pensar que este achado pode não ser um tesouro mas peças oriundas de vários locais que foram reunidas posteriormente. Se a maior parte das moedas foram derretidas, como refere P. Leal, a dúvida nunca será esclarecida.

— **Bibliografia:** Pinho Leal, *Portugal antigo e moderno*, vol. VII, Lisboa, 1876, pp. 569-70; Hipólito, pp. 72-3, nº 102; *Fouilles de Conimbriga*, pp. 197, 199, nº 7.

— **Paradeiro:** Desconhecido.

**16 S. MANÇOS, Évora**  
07.05.08

— Por volta de 1953/54, quando se procedia à demolição de um prédio em S. Manços, descobriram-se denários da República, que foram logo vendidos.

— **Bibliografia:** Hipólito, pp. 84-5, nº 123; *Fouilles de Conimbriga*, p. 197, K

— **Paradeiro:** Desconhecido.

**17 URROS, Bragança. Torre de Moncorvo**  
04.09.17

— Em 1852, foram encontradas em Urros “bastantes moedas de ouro e prata”, segundo informa Pinho leal.

— **Bibliografia:** Pinho Leal, *Portugal antigo e moderno*, X, Lisboa, s/d., p. 20; F.M.

Alves, *Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança*, IX, Porto, 1934, p. 477 e X, p. 274; *CMNH*, p. 89, n.º 14.

— **Paradeiro:** Desconhecido.

**18 VILA DA RUA**, Viseu, Moimenta da Beira  
18.07.16

— Devemos a primeira informação sobre este tesouro a Pinho Leal, que refere o seu aparecimento nos finais de Janeiro de 1877. Quando um jornaleiro se encontrava a plantar videiras encontrou, a 1 metro de profundidade, um vaso de barro, coberto por uma pedra. Este continha 2.5 K de prata em bruto e algumas moedas romanas do mesmo metal.

— **Bibliografia:** Pinho Leal, *Portugal antigo e moderno*, vol VIII, Lisboa, 1878, p. 254; F. Russell Cortez, O tesouro monetário do lugar do Poio (Paradela de Guiães). Contributo numismático para o estudo da romanização da região do Douro, *Nummus*, I, 1952-53, pp. 15-16; Hipólito, pp. 53-4, n.º 69; *Fouilles de Conimbriga*, p. 197, n.º E; T. R. Volk, M. Campo, N. Tarradell-Font, Tesoros monetarios de Hispania antigua: proyecto para un banco de datos e inventario, *Numisma*, XXXIII, 1983, p. 24; Alarcão, 4/54.

— **Paradeiro:** Desconhecido.

**19 VILA DE CHÃO FRIO**, Abrantes, S. Facundo, Água Branca  
14.01.10

— Segundo Mário Saa, quando se abriu um poço em 1944, a 4 m de profundidade, apareceram “inumerável quantidade de moedas romanas, anteriores ao Império...”. O Autor ficou com algumas dessas moedas, tendo as outras ficado na posse do proprietário do terreno e de um Sr. Major Farinha, de Abrantes.

— **Bibliografia:** Mário de Saa, *As grandes vias da Lusitania. O Itinerário de Antonino Pio*, Vol. I, Lisboa, 1956, p. 265; Hipólito, pp. 78-9, n.º 107; *Fouilles de Conimbriga*, p. 197, n.º H; Alarcão, 6/86.

— **Paradeiro:** Desconhecido.



II PARTE  
ESTUDO COMPARATIVO



## CAPÍTULO I

### OS TESOUROS MONETÁRIOS: UMA ABORDAGEM GERAL

Entesourar é o acto de acumular objectos quantificáveis para futuro gasto ou simplesmente para guardar no sentido de dar poder, prestígio e influência ao seu possuidor<sup>29</sup>. Assim, é natural que encontremos tesouros formados por bens de prestígio, incluindo valores e objectos, como é o caso de alguns dos achados que inventariamos. Em sete destes tesouros aparecem ornamentos em ouro com formas variadas: escudos (Chão de Lamas - Inv. n.º 3), braceletes (Penha Garcia - Inv. n.º 11), colares (Olival da Soalheira do Barbanejo - Inv. n.º 10), argolas (Romariz - Inv. n.º 22), arrecadas (Santana da Carnota - Inv. n.º 25) e mesmo esculturas como é o caso da águia em ouro do tesouro de Izeda (Inv. n.º 32). Estranhamente, verificamos que não surgem associados a estes tesouros objectos como anéis, o que é comum noutros locais, nomeadamente em Inglaterra<sup>30</sup>, o mesmo acontecendo com os colares e braceletes que apenas aparecem representados nos tesouros de Penha Garcia e do Olival da Soalheira do Barbanejo, respectivamente.

Também a prata traria prestígio e poder e a prova disso está na frequência com que surgem, nos tesouros, ornamentos deste metal precioso associados às moedas, sendo estes mais comuns do que os de ouro, talvez por serem mais fáceis de adquirir. Todavia, é de referir que apenas três tesouros possuem exclusivamente objectos em ouro e quatro em prata, tendo os restantes achados ornamentos dos dois metais preciosos. Em prata aparecem-nos crescentes (Chão de Lamas e Castro de Romariz), torques (Chão de Lamas), braceletes, taças (Guiães - Inv. n.º 42), argolas (Coiço - Inv. n.º 15 e Poio - Inv. n.º 35) e colares (Olival da Soalheira do Barbanejo e Santana da Carnota), assim como outro tipo de objectos como o bolo em prata que fazia parte do tesouro do Poio e as nove bolas do mesmo metal que apareceram juntamente com as moedas no Castro de Alvarelhos 2 (Inv. n.º 48). A grande quantidade de prata que aparece a acompanhar estes tesouros podia levar-nos a considerá-los como tesouros de prata com moedas associadas<sup>31</sup>, porém quer um quer outro seriam constituídos por um grande número de moedas<sup>32</sup>, o que nos leva a excluir esta hipótese. O mesmo já não poderemos afirmar no que respeita ao achado de Vila da Rua (Ap. n.º 18) pois a parca descrição que possuímos, diz-nos que foram encontradas

---

<sup>29</sup> K. Polanyi, *Primitive, Archaic and Modern Economies. Essays of Karl Polanyi*, Boston, 1971, p. 192.

<sup>30</sup> *Idem*

<sup>31</sup> Quando a prata está presente em grande quantidade num tesouro, Anne Robertson considera ser mais correcto olhá-lo como tesouro de prata com moedas associadas e não como um tesouro monetário.

<sup>32</sup> cerca de 5000 D no tesouro do Castro de Alvarelhos 2 e cerca de 973 D no achado do Poio.

algumas moedas romanas em prata conjuntamente com 2,5 K do mesmo metal em bruto”, o que leva a pensar que este entesouramento poderia ter sido de prata e não de moedas.

O único objecto diferente que nos aparece é o recipiente de cobre onde se encontrava a águia de ouro do tesouro de Izeda, que, na nossa opinião, terá tido a mera função de proteger aquele objecto em ouro e as moedas.

Estas jóias e objectos em metal precioso poderiam apenas ter servido para entesourar, como já dissemos, com a função de prestigiar o seu possuidor. No entanto, em alguns casos, podem ter tido a função de dinheiro, o que não é de estranhar, uma vez que existiram objectos pré-monetários com esta função em todas as culturas. O metal precioso cumpriu, muitas vezes, um papel semelhante ao da moeda sendo um meio real de troca, divisível e entesourável<sup>33</sup>. Exemplo disso é o tesouro de Chão de Lamas que, para além de ser constituído por objectos em ouro e prata, possuía também moedas cortadas propositadamente. Esta situação leva-nos a pensar que estas moedas seriam consideradas como pedaços de metal precioso à semelhança dos outros objectos de prata ou ouro, tratando-se este depósito de um *entesouramento de capital*<sup>34</sup>; se atendermos ao período de entesouramento deste achado - entre 140 e 101 a.C.<sup>35</sup> seria perfeitamente aceitável que a moeda coexistisse com outro tipo de meios de pagamento<sup>36</sup>.

Ao procedermos a uma análise cronológico-espacial destes tesouros podemos chegar a duas conclusões. Em primeiro lugar verificamos que os entesouramentos de moedas com objectos associados de metal precioso datados da segunda metade do século II a.C. e primeira metade do século I a.C., se concentram a Sul do rio Douro; enquanto que na segunda metade do século I a.C. só existem achados deste género a Norte daquele rio, nomeadamente nos distritos do Porto, Vila Real e Bragança, o que nos leva a pensar que o uso da moeda no interior Norte do nosso País actual só se deve ter generalizado nos finais da época republicana, depois da pacificação efectuada durante o reinado de Augustus<sup>37</sup>. Esta suposição parece ser confirmada pelos dados que nos fornece Estrabão quando refere a utilização de lâminas de prata recortadas para efectuar pagamentos assim como a existência da troca directa de mercadorias no interior da Península.<sup>38</sup> Em segundo lugar, sugerem-nos a existência de uma *economia de transição*<sup>39</sup>, isto é, parece-nos que existe um

<sup>33</sup> Cfr. M. Paz García-Bellido, *Del origen de la moneda*, *Zephyrus*, XXXVII—XXXVIII, Salamanca, 1984-85, pp. 397-398; K. Polanyi, *Primitive, Archaic and Modern Economies. Essays of Karl Polanyi*, Boston, 1971, p. 195.

<sup>34</sup> *Idem*, p. 401, nota 19.

<sup>35</sup> Note-se que estas datas são bastante arriscadas, atendendo a que, apenas, temos conhecimento de sete numismas que fariam parte integrante de um conjunto maior cujo número exacto de moedas desconhecemos.

<sup>36</sup> Cfr. M. Paz García-Bellido, *op. cit* nota 33, p. 401.

<sup>37</sup> Cfr. *CMNH*, p. 187.

<sup>38</sup> *Geografia* III 3, 7.

<sup>39</sup> Cfr. *CMNH*, p. 187.



estádio intermediário entre o uso frequente da moeda e a troca directa no Norte Peninsular, durante os finais da República Romana. Porém, durante a segunda metade do século II a.C., já não aparece metal precioso entesourado nos achados monetários a Sul do Douro, o que nos sugere que aí o uso da moeda já se teria generalizado enquanto que no Norte ainda existiria uma *economia de transição*.

Apesar de estarmos a incidir a nossa análise no território actualmente português, não podemos esquecer que este fazia parte de uma realidade mais vasta na época romana. Assim, é natural que encontremos paralelos destes tesouros no resto da Península Ibérica. A comprová-lo está o tesouro de Caudete de las Fuentes (Valencia)<sup>40</sup>, semelhante ao tesouro de Chão de Lamas, também composto por um pequeno número de moeda partida e de joalharia intacta, embora haja casos mais parecidos como os tesouros de Valera (Cuenca)<sup>41</sup> e Fuente de Cantos (Badajóz)<sup>42</sup>, onde surgem numismas cortados em metades ou quartos. Todavia este último tesouro apresenta, também, moedas com sinais de grande desgaste, sugerindo a inexistência de selecção por parte do entesourador, podendo, talvez por isso, ser considerado como um tesouro de metal precioso e não de moedas, isto é, um *entesouramento de capital*. Estes não são os únicos exemplos de tesouros de moedas com ornamentos em prata associados, poderemos ainda citar outros achados como os de El Centenillo (Jaén),<sup>43</sup> Córdoba,<sup>44</sup> Torre de Juan Abad (Ciudad Real),<sup>45</sup> Mogón (Jaén),<sup>46</sup> Salvacañete (Cuenca)<sup>47</sup> ou Santa Elena (Jaén),<sup>48</sup> onde apareceram pequenas barras em prata. Neste material conhecemos ainda objectos como páteras e anéis em Cogollos de Guadix (Granada)<sup>49</sup> e torques, braceletes e mesmo fíbulas em El Raso (Ávila)<sup>50</sup>. Tudo isto

<sup>40</sup> Cfr. M. Paz García-Bellido, op. cit nota 33, p. 401, nota 19.

<sup>41</sup> *idem*

<sup>42</sup> F. Chaves, *Los Tesoros*, p. 499.

<sup>43</sup> *NC*, 1912, 63; *RRCH*, p. 85, n° 181; C. Blázquez, *Tesorillos*, pp. 118, 119, n° 26.

<sup>44</sup> *NC*, 1925, 395; *ANSMN*, 1958, 57; *RRCH*, p. 86, n° 184.

<sup>45</sup> Museo Arqueológico Nacional. Adquisiciones en 1933-34, 28; *RRCH*, p. 87, n° 189; C. Blázquez, *Tesorillos*, pp. 119, 121, n° 37.

<sup>46</sup> *Proceedings of the Society of Antiquaries of London*, 1915-16, 62; *Museo Arqueológico Nacional, Adquisiciones en 1916*, 4; Gomez-Moreno, *Misceláneas I*, 182; *RRCH*, p. 88, n° 200; C. Blázquez, *La circulación monetaria*, pp. 119, 122, n° 45; F. Chaves, *Los Tesoros*, p. 487.

<sup>47</sup> *AEA*, 1936, 151; *RRCH*, p. 89, n° 205; M. Paz García-Bellido, op. cit nota 33, p. 397; C. Blázquez, *Tesorillos*, pp. 119, 122, n° 48.

<sup>48</sup> *Revue Numismatique*, 1905, 396; *RRCH*, p. 87, n° 193; C. Blázquez, *Tesorillos*, pp. 119, 121, n° 41; F. Chaves, *Los Tesoros*, p. 487.

<sup>49</sup> A. M. Eguaras, Tesorillo de denarios republicanos de Cogollos de Guadix (Granada), *Numisma*, 150-55, 1978, p. 25 ss; M. H. Crawford, *Coinage and Money under the Roman Republic*, Londres, 1985, p. 303, app. 30, n° 15; C. Blázquez, *Tesorillos*, pp. 119, 121, n° 40; F. Chaves, *Los Tesoros*, p. 487.

<sup>50</sup> Gómez, Un tesorillo de plata en el castro de El Raso de Candeleda (Ávila), *Trabajos de Prehistoria* 36, Madrid, 1979, pp. 379-404; *idem*, *Excavaciones arqueológicas en el Raso de Candeleda*, Avila, 1986, vol. I, p. 79; C. Blázquez, *Tesorillos*, pp. 119, 121, n° 40.

nos leva a concordar com F. Chaves quando afirma que os entesouradores não eram indiferentes ao valor da moeda, mas que esta coexistia com o metal precioso como meio de pagamento.<sup>51</sup>

Relativamente aos ornamentos em ouro, apesar de também aparecerem com menos frequência no resto da Hispânia, têm alguma representatividade em alguns tesouros como por exemplo no de Maluenda (Saragoza)<sup>52</sup> que integra várias barras deste metal precioso.

Por vezes, até o próprio contentor utilizado para guardar as moedas é em metal precioso como veremos adiante, podendo este ser parte constituinte do tesouro, funcionando como um meio mais cómodo de acumulação de riqueza<sup>53</sup>.

Relativamente aos contentores dos tesouros, apenas sabemos da existência de vinte e seis, o que significa que mais de metade dos depósitos monetários apareceram sem recipiente ou houve informação precária acerca do achado, já que na maior parte das notícias sobre tesouros o contentor raramente é referido. Todavia, não é de estranhar que, em alguns casos, o receptáculo das moedas não apareça, pois estas poderiam ser depositadas em cofres de madeira - os *armaria* - descritos por Cícero em *Pro Cluentio*<sup>54</sup>, em cofres fortes de madeira que funcionavam como objecto decorativo - as *arcae* -, em pequenas caixas que tinham a função de porta-moedas - os *loculi*<sup>55</sup>-, ou em sacos de pano e de couro.

Os recipientes que aparecem com mais frequência são os de cerâmica comum<sup>56</sup> podendo estes ter várias formas: panelas, potes, bilhas, *dolia*, jarros e copos<sup>57</sup>. O tipo de receptáculo varia conforme o tamanho do tesouro que contém.

A comprovar o que dissemos temos quinze, dos vinte e seis tesouros de que possuímos notícia acerca dos contentores que os encerravam em cerâmica comum romana, dez em metal e um em granito e xisto, como se pode ver no Quadro 1. Neste Quadro assinalamos como desconhecidos a maior parte dos receptáculos em cerâmica, pois as indicações bibliográficas são muito vagas sobre este assunto, quer porque os achadores dos tesouros se interessaram mais pelas moedas do que pelo seu receptáculo o que levou muitas vezes

<sup>51</sup> Cfr. F. Chaves. *Los Tesoros*, p. 499.

<sup>52</sup> Mateu y Llopis. HM. (IV), *Ampurias*, VII-VIII, Barcelona, 1945-6, p. 259; *idem*, Los tesoros monetarios de época sertoriana, A. Schulten, *Sertorio*, Barcelona, 1949, app. II, p. 216; L. Villaronga, Notas a un hallazgo de denarios en Maluenda. (Zaragoza), *Ampurias*, XXVI-XXVII, 1964-5, pp. 165-173; *RRCH*, p. 97, nº 259 e p. 100, nº 282; J. A. Vera. Aportaciones al conocimiento del Tesoro de Maluenda, *Numisma*, 165-7, Madrid, 1980, pp. 119-128; P.P. Ripollés Alegre, *La circulación monetaria en la Tarraconense mediterránea*, Valencia, 1982, pp. 42-3.

<sup>53</sup> Cfr. F. Baratte, *Bulletin de la Société Française de Numismatique*, 40, Paris, 1985, pp. 625-26.

<sup>54</sup> Cit. por Anne Robertson, op. cit. nota 6, p. 13.

<sup>55</sup> Apareceram em Herculano pequenas caixas deste tipo, cfr. *Rediscovering Pompeii*, Roma, 1990, p. 168, nº 55.

<sup>56</sup> Na Bretanha surgiram cerca de 500 tesouros contidos em recipientes de cerâmica comum. Cfr. Anne Robertson, op. cit. nota 6, p. 23. No Noroeste da Hispânia, cerca de 74% dos contentores conhecidos são de cerâmica. Cfr. *CMNH*, p. 175.

<sup>57</sup> Sobre este assunto, ver também Anne Robertson, op. cit. nota 6, p. 23.

à sua destruição, quer porque os próprios autores das notícias não deram relevo aos contentores, chegando, mesmo a omitir a sua existência. É por este motivo que nos aparecem termos muito vagos, na bibliografia, como “vaso”, “vasilha” ou até “recipiente”, o que torna muito difícil a sua classificação. Assim, conhecemos somente três contentores em cerâmica comum: o pote de Sampaio e os púcaros da Citânia de Sanfins e da Junqueira. Esta situação não se verifica, com tanta frequência, quando os contentores são em prata, talvez porque sendo o receptáculo das moedas em metal precioso pode ser considerado parte integrante do tesouro, e por isso já não é tão descuidada a informação acerca daquele, por isso em sete tesouros cujo contentor é em prata, temos informações seguras acerca de cinco: a “ânfora” do Castro de Romariz, as taças dos achados do Pinhal do Alvarinho e de Guiães, a panela do tesouro de Mértola 1 e a bolsa de malha da Fraga da Safrinha

Nº	TESOUROS	CERÂMICA COMUM			METAL					OUTROS			
		Púcaro	Pote	?	Prata					Ferro		Cobre	Pia de granito
					Ânfora	Taças	Panela	Bolsa de malha	?	Pote	?	?	
1	Mértola 1						X						
2	Pinhal do Alvarinho					X							
5	Herdade da Mília			X									
8	Mértola 2			X									
9	Monte de Sodes			X									
13	Charneca			X									
16	Columbeira			X									
20	Cabeça da Corte			X									
22	Castro de Romariz				X								
23	Moita									X			
32	Izeda											X	
35	Pojo								X				
36	Sampaio		X										
39	Alvoco da Serra												X
42	Guiães					X							
44	C.de Alvarelhos I		X										
47	Carregal			X									
49	Citânia de Sanfins	X											
51	Fraga da Safrinha							X					
52	Herd. da Gralheira			X									
55	Alto do Corgo										X		
59	Junqueira	X											
60	Sampriz		X										
3A	Alvarim		X										
9A	H. do Poço do Salv.								X				
18A	Vila da Rua		X										

Quadro 1 — Tesouros aparecidos em contentores.

Recipientes em cobre e ferro foram também utilizados como contentores. Foi o que aconteceu com os tesouros de Izeda, Moita e Alto do Corgo, que apareceram dentro de um *recipiente* de cobre de um pote de ferro e num “vaso” do mesmo material respectivamente. Usavam-se também outros tipos de contentores como por exemplo o do achado de Alvoco da Serra que apareceu dentro de uma pia de granito coberta com uma lage de xisto<sup>58</sup>.

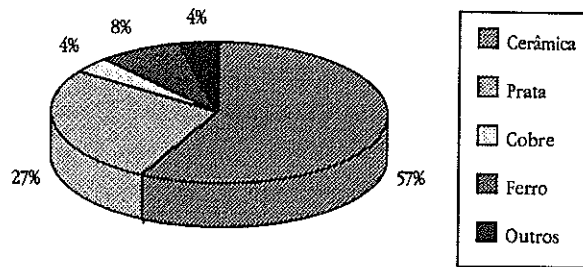


Gráfico 1 — Percentagens relativas à composição dos contentores dos tesouros ocultos em Portugal.

É de salientar que, apesar de 57 % dos contentores que conhecemos serem em cerâmica, os de prata aparecem em números significativos, como se pode constatar através da leitura do Gráfico 1. O mesmo já não acontece em épocas mais tardias, como por exemplo nos tesouros Baixo-Imperiais<sup>59</sup>. Pensamos que, por um lado, este fenómeno se deve ao facto de o entesouramento ser essencialmente em moeda de prata e, por outro lado, à função de objecto de intercâmbio que o próprio contentor podia ter nesta época.

Não queremos deixar de fazer referência aos locais em que os tesouros terão sido ocultos, embora pouco se possa dizer, uma vez que os elementos de que dispomos sobre o assunto são extremamente reduzidos. Apesar de tudo podemos presumir que a maioria seriam enterrados, pois aparecem-nos no decurso de trabalhos agrícolas<sup>60</sup>, em obras públi-

<sup>58</sup> Segundo Rui Centeno é provável que as moedas deste tesouro estivessem protegidas por um saco de couro ou pano para evitar o seu contacto com a pedra. Cfr. *CMNH*, p. 175, nota 28.

<sup>59</sup> Sobre este assunto ver J. M. S. Mendes Pinto, *Tesouros Monetários Baixo-Imperiais entre Douro, Ave e Tâmega*, (Tese de Mestrado apresentada na F. L. U. P.), Porto, 1996, pp. 188-189.

<sup>60</sup> Tesouros n.ºs 15, 16, 20, 22, 24, 25, 36, 38, 42, 46, 47, 52, 59 e 61.

cas<sup>61</sup> ou em exploração de pedreiras<sup>62</sup> e de barro<sup>63</sup>. Sabemos também que o local do esconderijo variava, podia ser entre dois penedos<sup>64</sup>, numa fenda das fragas<sup>65</sup> ou em contextos domésticos, como por exemplo junto a uma muralha<sup>66</sup> ou entre esta e uma casa<sup>67</sup>, ou ainda na área de um povoado<sup>68</sup>. Em Inglaterra mais de 100 tesouros foram encontrados neste tipo de contexto, em cidades, *villae*, templos e aldeias<sup>69</sup>. No entanto a maior parte deles eram ocultados fora dos povoados, mas não necessariamente longe deles. O dono do tesouro ocultava-o junto a um ponto de referência para que o pudesse recuperar se o desejasse. Alguns desses pontos de referência são, actualmente, identificáveis, é o caso de uma montanha, de uma rocha, penhasco ou fenda nas fragas; mas isto nem sempre acontece pois é normal que a paisagem se tenha modificado<sup>70</sup>.

Quanto aos metais entesourados, estes não variam muito, sendo preferido o numérico em prata pela maior parte dos entesouradores. Ao contrário o número de moedas que constituem os tesouros varia muitíssimo. Apesar de em Inglaterra os tesouros com mais de 1000 exemplares serem em número reduzido e, frequentemente constituídos por moedas de cobre do século IV e *Antoniniani*<sup>71</sup>, no nosso território aparecem-nos, pelo menos, sete tesouros com mais de 1000 moedas<sup>72</sup>, um dos quais em numérico de ouro o que é excepcional, pois este tipo de tesouros normalmente são compostos por uma quantidade reduzida de peças<sup>73</sup>.

Tanto no caso específico do Noroeste da Hispânia, como em Inglaterra, raramente são ultrapassadas as 100 unidades nos tesouros de moeda em prata. Cerca de 16 dos tesouros que inventariamos são compostos por 100 ou mais exemplares<sup>74</sup>.

No entanto a maior parte dos depósitos monetários aparecem incompletos e é por isso que contêm um número de exemplares inferior a 100. Assim, podemos presumir que a grande maioria seria composta por menos de 100 peças, embora haja cerca de 25 tesouros com 100 ou mais numismas, o que é um número considerável, como se pode observar no Quadro 2.

<sup>61</sup> Tesouros n.ºs 5, 34, 35 e 55.

<sup>62</sup> Tesouros n.ºs 40 e 56.

<sup>63</sup> Tesouro n.º 23.

<sup>64</sup> Tesouro n.º 29.

<sup>65</sup> Tesouro n.º 51.

<sup>66</sup> Tesouro n.º 41.

<sup>67</sup> Tesouro n.º 49.

<sup>68</sup> Tesouros n.ºs 27, 28 e 40.

<sup>69</sup> Sobre este assunto, ver Anne Robertson, op. cit. nota 6, p. 27.

<sup>70</sup> Sobre este assunto, ver também Anne Robertson, op. cit. nota 6, p. 28.

<sup>71</sup> Sobre este assunto, ver também Anne Robertson, op. cit. nota 6, p. 17.

<sup>72</sup> Tesouros n.ºs 1, 2, 7, 27, 40, 50 e 52.

<sup>73</sup> Cfr. Anne Robertson, op. cit. nota 6, p. 17; *CMNH*, p. 177.

<sup>74</sup> Tesouros n.ºs 5, 8, 10, 11, 16, 20, 22, 25, 26, 35, 38, 39, 45, 48, 49 e 51.

## CAPÍTULO II

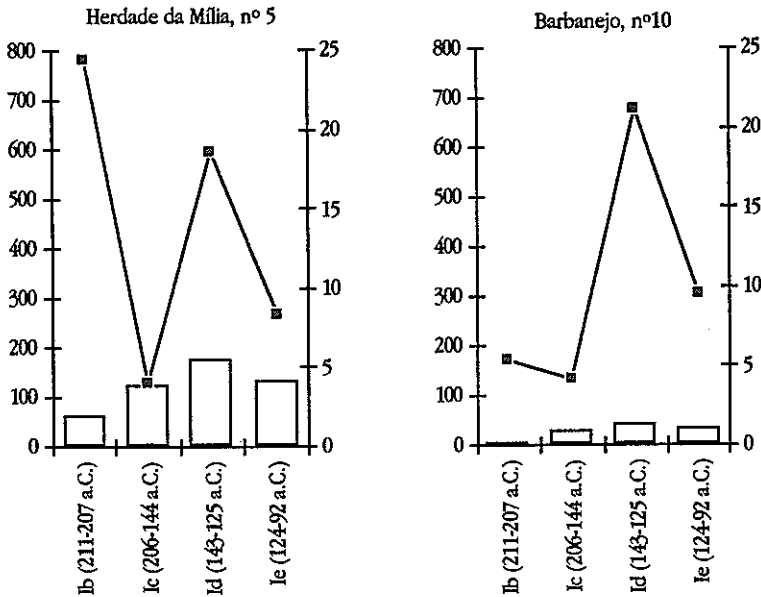
## TESOUROS DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO I I a.C.

Os achados monetários relativos a este período concentram-se em duas zonas distintas. Uma primeira zona, localizada a Norte do rio Tejo, no centro do território actualmente português onde apareceram os tesouros de Chão de Lamas (Inv. n.º 3), Fonte do Alvorge (Inv. n.º 4), Idanha-a-Velha 1 e 2 (Inv. n.º 6 e n.º 7), Olival da Soalheira do Barbanejo (Inv. n.º 10), Penha Garcia (Inv. n.º 11) e S. Tibério (Inv. n.º 12), fechados entre 106 e 100 a.C. e uma segunda área localizada a sul do rio Tejo, onde foram encontrados os depósitos monetários da Herdade da Mília (Inv. n.º 5), Mértola 2 (Inv. n.º 8) e Monte de Sodes (Inv. n.º 9) cuja moeda mais recente data do período entre 113/112 e 100 a.C. Também no território espanhol actual existem grande número de achados que se podem incluir neste período, a maior parte deles aparecidos na região que abarca Huelva, Cadiz, Sevilha e que se seguirmos o curso do rio Guadalquivir vai até Córdova, Jaén e, mais a sul, a Granada<sup>80</sup>. Embora haja semelhanças entre estes tesouros da Bética e os da Lusitânia, as motivações que levaram à sua ocultação podem ter sido diferentes pois, como é sabido na Bética incluem-se as zonas de Rio Tinto e da Sierra Morena, locais riquíssimos em recursos minerais, e que desde cedo foram explorados pelos romanos. A Sierra Morena, sendo um local de difícil acesso beneficiou, por um maior período de tempo, da paz que os romanos souberam aproveitar para exploração das suas riquezas: as minas. Durante a República Romana as minas da Hispânia foram exploradas de diferentes formas pois o Estado romano não dispunha de uma administração suficientemente numerosa que permitisse controlar eficazmente todas as zonas mineiras deste território. Na zona mineira da Sierra Morena o Estado Romano ofereceu a exploração das minas a *societates* particulares enquanto que no centro mineiro de Rio Tinto estas eram administradas directamente pelo Estado, sendo abastecidas de forma contínua de numerário oficial de vários valores. Na Sierra Morena, durante o século I a.C., a exploração das minas de chumbo-prata atingiu o seu auge e a prata tornou-se no metal de maior importância contribuindo para o desenvolvimento daquela região<sup>81</sup>. Por estas razões, parece-nos que a ocultação dos tesouros da Sierra More-

<sup>80</sup> Cfr. M. H. Crawford. op. cit. nota 49, p. 98; C. Blázquez, *Tesorillos*, p. 119; Villaronga, *Tresors*, p. 80.- os tesouros da Lusitania estão todos localizados erradamente. Dos 34 tesouros aparecidos na Bética e Tarraconense, 23 são referentes a esta zona.

<sup>81</sup> Cfr. C. Domergue, *Les mines de la Péninsule Ibérique dans l'antiquité romaine*, École Française de Rome, 1990, pp. 184-188, 234-5, 512; A. Marques de Faria, Três tesouros monetários romanos da época republicana, *Nummus*, 2.º s., V. XIV-XV, Porto, 1991-92, p. 93; Alicia A. González, El regimen de las explotaciones en la Hispania republicana: el testimonio numismático, *Moneda i finances a l'antiga Mediterrània*, Gabinet Numismàtic de Catalunya, Barcelona, 1993; F. Chaves Tristan, Indigenismo y romanización desde la óptica de las amonedaciones hispanas de la Ulterior, *Habis*, 25, 1994, pp. 116-117.

na e de Jaén deverá estar relacionada com a exploração mineira deste local nos finais do século II a. C. e inícios do século seguinte e mais concretamente com factores relativos à resistência oferecida pelas populações locais aos romanos<sup>82</sup> ou mesmo com o clima de insegurança provocado pelas revoltas de escravos nas minas como consequência das invasões dos Cimbros e Teutões.<sup>83</sup> Na opinião de F. Chaves<sup>84</sup> a ocultação da maioria dos tesouros béticos está relacionada com a exploração mineira, visto aparecerem nesta área ou então nos circuitos de elaboração e tráfico do metal. Por vezes, o contacto com as minas é evidente como por exemplo acontece com os tesouros de La Loba (Córdova) — encontrado na própria mina do mesmo nome — e El Centenillo (1911-Jaén) — que apareceu na galeria de uma mina.



Gráficos 2 e 3 — Permilagem e nº de moedas dos tesouros da Herdade da Mília (Inv. nº 5) e Olival da Soalheira do Barbanejo (Inv. nº 10).

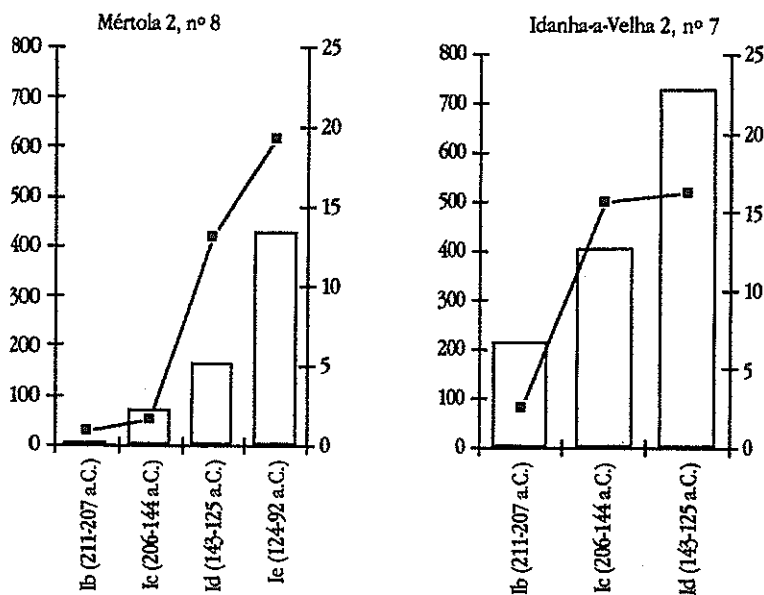
Apesar de tudo, pensamos que nem todos os tesouros béticos estarão relacionados com este contexto histórico e a sua ocultação poderá ter tido motivações de outra ordem.

<sup>82</sup> C. Domergue, op. cit. nota 80, p. 188, nota 55.

<sup>83</sup> M. H. Crawford, op. cit. nota 49, p. 102.

<sup>84</sup> F. Chaves, *Los Tesoros*, p. 487.

Apesar da morte de Viriato e das campanhas de Decimus Junius Brutus, as referências a revoltas de Lusitanos e Celtiberos são frequentes desde 114 a.C. até 99 a.C., ano em que C. Caelius Caldus combateu os Lusitanos<sup>85</sup>. Estas condições de instabilidade permanente devem ter influenciado a ocultação de parte dos tesouros da Bética, assim como dos tesouros de Mértola 2, Herdade da Mília<sup>86</sup> e Monte de Sodes, já que nem o Algarve, nem o Alentejo actuais sofreram desenvolvimento mineiro antes da época de Augustus.



Gráficos 4 e 5 — Distribuição, por períodos, da permutagem e nº de moedas nos tesouros de Mértola 2 (Inv. nº 8) e de Idanha-a-Velha (Inv. nº 7).

No que respeita aos achados monetários a Norte do rio Tejo também devem estar relacionados com a instabilidade criada pelas revoltas de Lusitanos contra a dominação romana.

No que concerne à estrutura interna, estes tesouros são semelhantes como se verifica nos gráficos apresentados.

As épocas de maior abastecimento de numerário correspondem ao período Id nos tesouros do Olival da Soalheira do Barbanejo, Idanha-a-Velha 2 e Penha Garcia e ao período Ie nos achados de Mértola 2 e Fonte do Alvorge. Podemos, por isso, considerar a época que vai

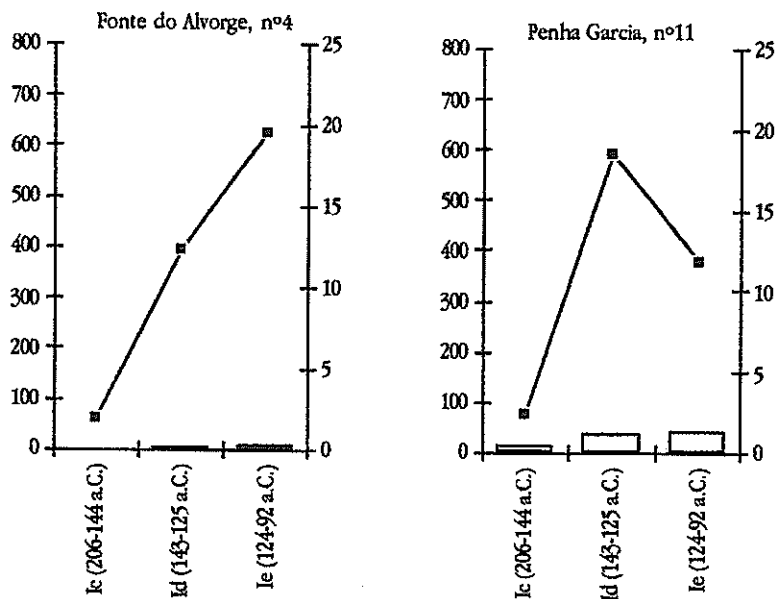
<sup>85</sup> Sobre este assunto vejam-se J. Alarcão, *O domínio romano em Portugal*, Lisboa, 1988, p. 23; J. M. Roldán, La etapa postnumantina, in, J. M. Blázquez e outros, *Historia de España Antigua*, Tomo II-Hispania Romana, Madrid, 1995, pp. 104-108.

<sup>86</sup> A. Marques de Faria, op. cit. nota 81, pp. 80-83 e 93.



da segunda metade do século II a.C. até aos inícios do século seguinte como a de maior abastecimento de moeda a esta região. Quanto ao tesouro da Herdade da Mília, este constituiu uma excepção já que o maior volume de numerário data do período Ib, sendo possivelmente o mais antigo de todos, seguido pelo achado do Olival da Soalheira do Barbanejo.

De uma maneira geral podemos considerar os períodos Id e Ie como os mais representativos nos tesouros portugueses e mesmo nos da Hispânia.



Gráficos 6 e 7 — Representação gráfica dos tesouros da Fonte do Alvorge (Inv. nº 4) e de Penha Garcia (Inv. nº 11).

	I b (211-207 a.C.)	I c (206-144 a.C.)	I d (143-125 a.C.)	I e (124-92 a.C.)
Lusitânia	30,62	32,33	100,96	94,13
Bética	7,22	10,66	67,49	31,07
Tarraconense	5,4	4,9	36,29	27,57

Quadro 3 — Distribuição, por regiões e períodos, da permilagem de alguns tesouros Hispânicos\*.

\* Este quadro, cujos valores estão expressos em permilagem, foi elaborado com base numa pequena amostragem em que se consideraram os nossos tesouros e os de Cástulo (Jaén), Cogollos de Guadix (Granada), Sarriá (Barcelona) e La Barroca (Gerona). Sobre estes tesouros ver E. Collantes, Hallazgo de denarios republicanos de Cástulo (Jaén), *Numisma*, 150-55, 1978, p. 19-24; A. M. Eguaras, op. cit. nota 49; L. Villaronga, Nuevo testimonio del paso de los Cimbrios. El tesoro de Sarriá, *GN*, 64, 1982, p. 24-30; M. Almagro e M. Oliva, El tesorillo monetar de La Barroca, San Clemente de Amer (Gerona), *NH*, IX, 1960, p. 145-169, nº 18.

A explicação para este facto não deverá estar relacionada com factores internos da Hispânia romana, já que aí os acontecimentos políticos, económicos e culturais diferem de província para província, mas dever-se-á certamente a factores externos, ligados a Roma.

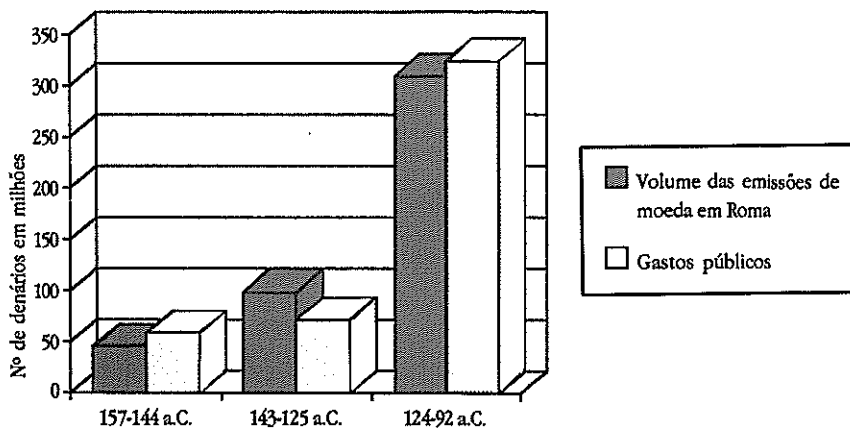


Gráfico 8 — Volume das emissões de AR em Roma comparado com os gastos públicos, segundo Crawford (157 e 92 a.C.).

Na realidade o volume das emissões de moeda em Roma aumentou notavelmente nestes períodos<sup>87</sup>. Os gastos públicos de Roma também cresceram acompanhando, de uma maneira geral, o volume da cunhagem de moeda, tendo-o mesmo ultrapassado no período de 143 a 125 a.C. Ora, se partirmos do princípio de que os gastos com o exército constituíam o maior volume de despesa do Estado romano<sup>88</sup>, seria natural deduzir que tivesse afluído à Hispânia grande quantidade de numerário, visto serem constantes as revoltas de Lusitanos e Celtiberos, obrigando à mobilização de grandes contingentes militares que geram grandes despesas, obrigando à importação de numerário quer para o pagamento do *stipendium* aos legionários, quer para satisfação de outro tipo de necessidades básicas como a alimentação, obtenção e manutenção de armamento e outros materiais ou mesmo para deslocação e transporte das legiões<sup>89</sup>. Todavia durante o período Ie nota-se um decréscimo de numerário, essencialmente na zona da Bética, possivelmente por este ser retido em Itália. Na Lusitânia, embora em números menores, o abastecimento de moeda é razoável se comparado com o da Bética. Esta situação pode-se explicar se pela tardia exploração romana que a Lusitânia sofreu, em especial dos recursos mineiros da zona da

<sup>87</sup> O gráfico apresentado foi adaptado de *RRC*, vol. II, pp. 698, 700 e 702.

<sup>88</sup> *RRC*, vol. II, p. 697.

<sup>89</sup> Cfr. M. Campo. *Els inicis de la conquesta d'Hispania: la moneda i el finançament de l'exèrcit romà. Moneda i finances a l'antiga Mediterrània*, Barcelona, 1993, p. 9.

Estremadura.<sup>90</sup> De uma maneira geral, a moeda que chega à Hispânia é escassa durante este período, como se pode entrever pelo número de tesouros conhecidos<sup>91</sup>, o que também parece mostrar que houve necessidade de realizar cunhagens locais quer para pagamento dos exércitos<sup>92</sup>, único factor que permite explicar a existência destes tesouros na nossa região, já que ainda não existia no Ocidente hispânico uma economia totalmente baseada na moeda,<sup>93</sup> quer para pagamento dos impostos exigidos pelo Estado romano. Exemplo disso são os tesouros de Chão de Lamas<sup>94</sup> e Idanha-a-Velha 2, constituídos por numerário ibérico para além do oficial. Do primeiro tesouro mencionado possuímos pouca informação, já que só restam sete moedas do conjunto inicial cujo número completo desconhecemos. No entanto, é de realçar que desses sete numismas um é um denário de Ikalesken (Vil, Ikalkunskun, classe IV). Do segundo achado conhecem-se onze denários de Ikalesken (Vil, Ikalkunskun, classes II-I, III-I e IV-I), um denário de Kese e cinco dracmas de Arse (Vil, Arse, IV-I-I, nº 37; IV-II-I, nº 43 e VII-I-I, nº 54). Podemos citar outros tesouros monetários aparecidos na Hispânia que contêm denários de Ikalesken, como por exemplo os de Molino de Marrubial (Córdova)<sup>95</sup>, Granada<sup>96</sup>, Salvacañete (Cuenca)<sup>97</sup> ou Carisia

<sup>90</sup> Cfr. F. Chaves, *Los Tesoros*, p. 559.

<sup>91</sup> Cfr. C. Blázquez, *La circulación monetaria*, pp. 15-16

<sup>92</sup> Cfr. M. H. Crawford, op. cit. nota 49, p. 94; R. C. Knapp, The date and purpose of the iberian denarii, *NC*, Vol. CXXXVII, Londres, 1977, p. 17.

<sup>93</sup> Cfr. A. M. de Faria, op. cit. nota 81, p. 93.

<sup>94</sup> L. Villaronga considera que este tesouro é composto somente por numerário romano, veja-se L. Villaronga, *Tresors*, p. 79, nº 76.

<sup>95</sup> Neste tesouro existem 45 denários de Ikalesken estudados (Vil., *Ikalkunskun*, classes I a IV). Sobre este achado monetário vejam-se: *NC*, 1925, 395; C.G.K. Jenkins, Notes on the iberian denarii from the Cordova hoard, *Museum Notes*, VIII, 1958, pp. 57-70; *Idem*, Literaturüberblicke der griechischen Numismatik, *Jaruch für Numismatischen und Geldgeschichte*, 11, 1961, nº 259; *RRCH*, p. 86, nº 184, Raddatz, *Die Schatzfunde*, p. 210; L. Villaronga, Tesor de Idanha-a-Velha (Castelo Branco, Portugal) de denaris romans, ibèrics i dracmes de Arse, *Numisma*, XXX, 165-167, 1980, pp. 108-109, C. Blázquez, *Tesorillos*, nº 30; L. Villaronga, *Tresors*, nº 54.

<sup>96</sup> Foram analisados 50 denários de Ikalesken deste tesouro (Vil., *Ikalkunskun*, classes I a IV). Sobre este depósito monetário vejam-se: C.G.K. Jenkins, A celtiberian hoard from Granada, *NH*, VII, 1958, pp. 135-146; *Idem*, Literaturüberblicke der griechischen Numismatik, *Jaruch für Numismatischen und Geldgeschichte*, 11, 1961, nº 260; L. Villaronga, Tesor de Idanha-a-Velha (Castelo Branco, Portugal) de denaris romans, ibèrics i dracmes de Arse, *Numisma*, XXX, 165-167, 1980, pp. 108-109; L. Villaronga, *Tresors*, nº 59.

<sup>97</sup> São 5 os denários de Ikalesken estudados neste tesouro (Vil., *Ikalkunskun*, classes I e IV). sobre este depósito monetário vejam-se: J. Cabre, El tesoro de plata de Salvacañete (Cuenca), *AEA*, XXII, 1936, pp. 151-159; C.G.K. Jenkins, Literaturüberblicke der griechischen Numismatik, *Jaruch für Numismatischen und Geldgeschichte*, 11, 1961, nº 251; *RRCH*, p. 89, nº 205; Raddatz, *Die Schatzfunde*, p. 248; J. M. Navascués, *Las monedas hispánicas del Museo Arqueológico Nacional de Madrid*, II, Barcelona, 1971, pp. 57-58; L. Villaronga, Tesor de Idanha-a-Velha (Castelo Branco, Portugal) de denaris romans, ibèrics i dracmes de Arse, *Numisma*, XXX, 165-167, 1980, pp. 108-109, C. Blázquez, *Tesorillos*, nº 48; L. Villaronga, *Tresors*, nº 63.

(Cádiz)<sup>98</sup>. Quanto aos denários de Kese, estes aparecem em número muito reduzido, assim como os dracmas de Arse, só sendo conhecidos mais quatro exemplares para além dos cinco do nosso tesouro,<sup>99</sup> por isso, deverão corresponder a uma circulação de tipo residual<sup>100</sup>. É notório o número reduzido de numerário ibérico, neste período, no nosso território, assim como em toda a Hispânia. Os denários ibéricos que aparecem nos nossos tesouros foram, provavelmente, trazidos da Tarraconense para a Lusitânia pelo exército, tendo sido emitidos durante a segunda metade do século II a. C., segundo a opinião de L. Villaronga<sup>101</sup>.

Apesar dos denários de fabrico local, poderíamos considerar homogéneo o conjunto de tesouros que incluímos neste período, porém, se analisarmos a sua constituição, verificamos a existência de dois grupos diferentes de tesouros: um primeiro grupo, em que incluímos os tesouros da Herdade da Mília e Olival da Soalheira do Barbanejo, cujo período de entesouramento é de cerca de 100 anos e os achados monetários de Mértola 2 e Idanha-a-Velha 2, com 106 e 105 anos, respectivamente, de diferença entre o exemplar mais antigo e o mais recente. Um segundo grupo será constituído pelos tesouros da Fonte do Alvorge e Penha Garcia, achados esses que foram entesourados num espaço de tempo bastante mais curto, 51 e 48 anos, respectivamente, assim como o tesouro de Chão de Lamas que inclui exemplares emitidos num espaço de tempo ainda menor - 46 anos. No entanto, será de lembrar certas características deste achado: algumas das moedas encontram-se deliberadamente cortadas, talvez para serem reaproveitadas como metal em bruto; existiam jóias e outros objectos em metal precioso (ouro e prata) a acompanhar as moedas, o que nos pode levar a pensar num entesouramento de emergência. Apesar de tudo é-nos impossível discutir a função da constituição destes tesouros que poderão ter sido constituídos em data mais recente do que aparentam. Se considerarmos que nos anos iniciais do século I a.C. o volume de emissão de moeda em Roma é bastante escasso, e por vezes, mesmo nulo,<sup>102</sup> é perfeitamente possível que os tesouros fechados por volta de 101 ou 100 a.C. — Chão de Lamas, Fonte do Alvorge, Idanha-a-Velha 1, Idanha-a-Velha 2 e Olival da Soalheira do Barbanejo — tenham sido ocultados em data posterior, já que só

---

<sup>98</sup> apareceram, neste tesouro, 20 denários ibéricos de Ikalesken (Vil., Ikalkunskén, classs I, II e IV). Sobre este achado vejam-se: L. Villaronga, *El tesorillo de Carisia, Actas do III Congresso Nacional de Numismática*, Lisboa, 1985, pp. 569-583; Villaronga, *Tresors*, n° 52; C. Blázquez, *Tesorillos*, n° 20.

<sup>99</sup> Só aparecem 10 denários de Kese nos tesouros da Hispânia deste período: um no achado de Molino de Marrubial (Córdova), um no de Salvacañete (Cuenca), um no de La Barroca (Girona), dois no de Segaró (Girona) e cinco no tesouro de Idanha-a-Velha 2. Quanto aos dracmas de Arse surgiram 4 exemplares: dois em Salvacañete (Cuenca), um em Molino de Marrubial (Córdova) e outro no achado de Córdova 1959.

<sup>100</sup> Cfr Villaronga, *Tresors*, p. 80; C. Blázquez Cerrato, *La circulación monetaria*, p. 15.

<sup>101</sup> Cfr Villaronga, *Tresors*, p. 80.

<sup>102</sup> *RRC*, Vol. II, p. 702.

em 93 a.C. se volta a pacificar a Hispânia Ulterior<sup>103</sup>. Para além disso, sabemos que a moeda recém cunhada demora a entrar nos circuitos monetários, o que justifica a inexistência de emissões mais recentes nestes achados.

### CAPÍTULO III

#### TESOUROS OCULTADOS NO PERÍODO DAS GUERRAS SERTORIANAS

Em 82 a.C., Q. Sertorius é enviado à Hispânia pelos partidários de C. Marius, como pretor da Citerior, para manter a área fora do controlo dos *optimates*. No entanto, um ano depois, é destituído do seu cargo de Pretor da Hispânia Citerior e começa a dirigir a luta contra L. Cornelius Sulla e seus partidários, confrontando-se 4 anos mais tarde com Q. Caecilius Metelus Pius. Durante este ano e o seguinte a Lusitânia meridional será o palco das guerras de Sertorius contra Roma. Os povos que habitavam a região que abrange o Algarve, Alentejo e Estremadura actuais eram apoiantes da causa sertoriana<sup>104</sup> e as operações militares que aí decorreram terão estado na origem da formação e ocultamento de alguns tesouros não recuperados. Prova disso são os 11 tesouros aparecidos no nosso território cujos exemplares mais recentes variam dos anos 89 a.C. a 74 a.C. Também no Norte de Portugal apareceu um conjunto monetário que fecha em 78 a.C. (Monte Pindo-Vila Real- Inv. n.º 24), mas a sua ocultação teve, com toda a certeza, outro tipo de motivação diferente daquelas sobre as quais nos vamos debruçar.

Ao analisar os tesouros aparecidos neste período deparamos com dois grupos distintos: um primeiro grupo constituído por aqueles conjuntos cujo exemplar mais recente data do período entre 82/81 e 79 a.C., e de que fazem parte os achados da Charneca (Inv. n.º 13), Coiço (Inv. n.º 15), Columbeira (Inv. n.º 16), Torres Novas (Inv. n.º 19) e Tapada do Castelo (Inv. n.º 18); e um segundo grupo composto pelos achados monetários que fecham entre 76 e 74 a.C.; referimo-nos aos tesouros da Santana da Carnota (Inv. n.º 25), Cabeça da Corte (Inv. n.º 20), Santarém (Inv. n.º 26), Vila Nova (Inv. n.º 30) e Castro de Romariz (Inv. n.º 22). Os tesouros que incluímos no primeiro grupo devem integrar-se no contexto cronológico-cultural relacionado com o início das campanhas sertorianas e com o período em que C. Annius Luscus foi enviado à Hispânia com duas legiões, levando Sertorius a regressar da Mauritânia para enfrentar os soldados romanos<sup>105</sup>. Quanto ao segundo grupo de achados

<sup>103</sup> Cfr. F. Chaves, *Los Tesoros*, p. 559-60.

<sup>104</sup> Sobre a guerra de Sertório veja-se: J. M. Blázquez e outros, *Historia de España Antigua*, Tomo II. Catedra, Madrid, 1995, pp. 119-123; A. Schulten, *Sertorio*, Barcelona, 1949.

<sup>105</sup> J. M. Blázquez e outros, op. cit. nota 104, p. 119.

monetários, os tesouros que o compõem devem estar relacionados com o final das guerras sertorianas. Segundo uma breve notícia de Salústio, em 74 a.C., Perpenna fez uma expedição na Lusitânia Setentrional com a intenção de sublevar os indígenas contra Roma, tendo alcançado *Cale*,<sup>106</sup> local identificado com o Morro da Sé da Cidade do Porto<sup>107</sup>. Todavia se adoptarmos, em vez da cronologia de Crawford<sup>108</sup>, a defendida por C. Hersh e A. Walker,<sup>109</sup> este segundo grupo de tesouros já se não pode considerar contemporâneo do final das guerras de Sertorius, pois os achados passam a fechar entre 74 e 72 a.C. Somente o tesouro de Santana da Carnota se mantém no contexto cronológico-cultural que descrevemos, sendo todos os outros posteriores à morte de Sertorius e portanto ao fim da guerra. Posteriores serão também os tesouros de S. Romão (Inv. n.º 27) e Moita (Inv. n.º 23) que fecham em 67 a.C. que no entanto evidenciam uma estrutura interna muito semelhante aos tesouros mencionados, podendo ser mais ou menos contemporâneos, na medida em que a sua constituição pode ser desta época mas o tesouro terá sido continuado para além do termo destes acontecimentos.

%	I a (280-212 a.C.)	I b (211-207 a.C.)	I c (206-144 a. C.)	I d (143-125 a. C.)	I e (124-92 a. C.)	I f (91-79 a.C.)	I g (78-49 A. C.)
26 -Santarém	0,08	2,08	0,9	7,67	10,57	22,44	1,91
16 -Columbeira			1,36	11,10	15,15	14,42	
15 -Coíço			0,79	5,26	15,15	29,92	
25 -Santana da C.			0,82	5,03	10,69	36,76	0,25
22 -C. Romariz			1,32	2,19	11,78	28,85	3,24
30 -Vila Nova				2,39	4,13	48,95	4,54
27 -S. Romão			0,24	5,26	11,88	27,21	4,61

Quadro 4 — Tesouros ocultados em Portugal durante as guerras sertorianas.

A análise da estrutura interna dos tesouros aparecidos no nosso território, foi feita levando em linha de conta, apenas, os achados de Santarém, Columbeira, Coíço, Santana da Carnota, Castro de Romariz, Vila Nova e S. Romão, embora este seja posterior às guerras sertorianas mas com uma estrutura muito semelhante a estes, como atrás já foi referido. Não foram considerados nesta análise os achados da Charneca, Tapada do Castelo, Torres Novas, Cabeça da Corte, Alcaide (Ap. n.º 1) e Leiria, por insuficiência de elementos.

<sup>106</sup> J. M. Blázquez e outros, op. cit. nota 104, p. 137.

<sup>107</sup> A.C.F. da Silva, As origens do Porto, *História do Porto*, dir. L. A. de Oliveira Ramos, Porto, 1994, pp. 81-4.

<sup>108</sup> RRC.

<sup>109</sup> C. Hersh e A. Walker, The Messagne hoard, *ANSMN*, 29, 1984, pp. 103-134.

O tesouro de Santarém parece-nos ser o mais antigo, já que é o único que contém peças do período Ia - a moeda mais antiga é um didracma datado de 225-214 a.C. (RRC 29/3). O período Ib é pouco representado, aparecendo somente neste tesouro e no de Alt Empordà<sup>110</sup>, cuja moeda mais antiga é um denário cunhado em 209-208 a.C. (RRC 50/2). Concordamos com J. Ruivo<sup>111</sup> quando sugere que a presença deste tipo de numerário tão antigo possa ser o reflexo de uma circulação residual.

O tesouro da Santana da Carnota reunido, igualmente, ao longo de um período considerável ( $\pm$  130 anos) é estruturalmente semelhante ao achado monetário de Alt Empordà, embora não esteja representado o período Ib, e também ao de Valdesalor<sup>112</sup> com a diferença de que o período Ig é mais representativo neste achado do que no da Carnota.

Σε	Ia (280-212 a.C.)	Ib (211-207 a.C.)	Ic (206-144 a.C.)	Id (143-125 a.C.)	Ie (124-92 a.C.)	If (91-79 a.C.)	Ig (78-49 a.C.)
Valdesalor			0,79	6,90	14,39	26,44	
Monroy				8,77	13,88	28,84	
Las Somblancas			0,38	3,13	10,46	38,46	14,28
Alt Empordà		3,89	0,94	5,59	9,03	34,78	2,15
Nerpio			0,46	5,41	6,23	48,64	0,98

Quadro 5 — Composição de cinco tesouros ocultados na Hispânia durante as guerras sertorianas.

Também o achado da Columbeira foi constituído ao longo de um largo período ( $\pm$  108 anos) e, inversamente ao que acontece em todos os outros tesouros, mesmo os aparecidos na vizinha Espanha, o período If é o mais significativo embora não diste muito do Ie.

Este facto pode explicar-se por estarmos apenas a considerar uma amostra do total das moedas que compunham o achado ou talvez por este tesouro ter um *terminus* de entesouramento anterior aos outros, sendo apenas semelhante ao tesouro do Coiço. Este tesouro e os de S. Romão, Castro de Romariz e Vila Nova possuem um período de entesouramento inferior a 100 anos, portanto menor do que o dos achados já referidos. Todos eles têm em comum a falta de numerário correspondente ao período Ic, que nem sequer aparece no tesouro de Vila Nova. Este conjunto e o do Coiço terão sido constituídos ao longo de um período de tempo mais curto, já que as peças do período Ic são inexistentes no primeiro e as do período Ig no segundo.

<sup>110</sup> J. Vilaret i Monfort. Una troballa numismàtica de l'època sertoriana a l'Empordà, *AN*, VI, 1976, pp. 47-60; P. P. Ripollés Alegre. *La circulación monetaria en la Tarraconense mediterránea*, 1982, p. 22; C. Blázquez, *Tesorillos*, p. 129, nº 75.

<sup>111</sup> Cfr. *CMEP*.

<sup>112</sup> C. Calejo Serrano. Los denarios de Valdesalor, *Zephyrus*, XVI, 1965, pp. 39-69; C. Blázquez, *Tesorillos*, p. 124-5, nº 60.

Os tesouros do Castro de Romariz e de S. Romão têm uma estrutura interna semelhante, embora o segundo feche com uma moeda de 67 a.C. não se podendo assim incluir no contexto das campanhas de Sertorius na Hispânia. Todavia a sua composição é muito semelhante à do tesouro de Las Somblancas.<sup>113</sup>

Generalizando, podemos afirmar que todos estes tesouros se caracterizam por um elevado número de peças dos períodos Ie e If. Este facto é explicável se atentarmos no volume das emissões de moeda em Roma durante esta época. Como já foi dito, durante o período Ie o volume das emissões em Roma aumentou extraordinariamente e muito desse numerário terá afluído à Hispânia para financiar as guerras entre Lusitanos e Celtiberos. Seria então natural que este numerário permanecesse em circulação. No período posterior- If- também se nota um grande volume de emissões em Roma e se partirmos do princípio de que Sertorius estava na posse de grandes quantidades de moeda, tendo em vista o financiamento da guerra, é perfeitamente natural que essa situação se reflita na estrutura dos nossos tesouros. No entanto, a única grande emissão monetária dos anos 70 foi a de C.POSTVMIVS (RRC 394/1), possivelmente datada de 74 a.C. e considerada como uma resposta à ameaça feita por Pompeius de regressar a Roma<sup>114</sup>. É com esta moeda que fecham os nossos tesouros da Cabeça da Corte, Santarém, Vila Nova e o tesouro espanhol de Nerpio<sup>115</sup>.

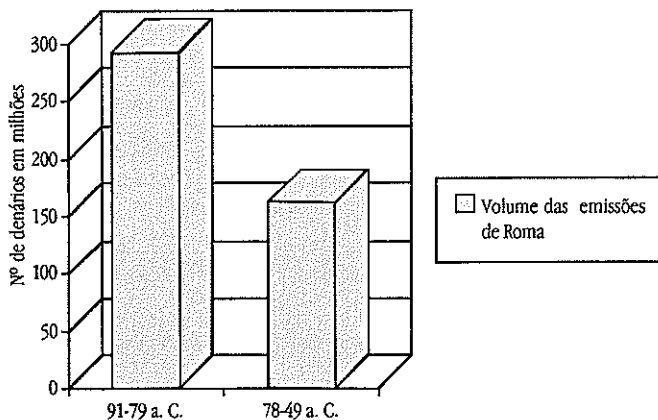


Gráfico 9 — Volume das emissões de AR em Roma segundo Crawford (91 e 49 a.C.).

<sup>113</sup> Mateu y Llopis, HM, VII, *NHI*, 1-2, 1953, p. 241; J. Molina García e M. C. Molina Grande, *Carta Arqueológica de Jumilla*, Murcia, 1973, pp. 192-4; C. Belda Navarro, *El Proceso de romanización de la provincia de Murcia*, Murcia, 1975, p. 291; C. Blázquez, *Tesorillos*, p. 128-9, nº 73.

<sup>114</sup> M. H. Crawford, *The financial organization of Republican Spain*, *NC*, 1969, vol. IX, p. 84.

<sup>115</sup> J. Sánchez Jiménez, *Hallazgos monetarios en la provincia de Albacete*. *Crónica de los Museos y Comisarías del SE*, *Boletín Arq. del SE Español* 1-3, 1945; F. Mateu y Llopis, HM IV, *Ampurias*, VII-VIII, p. 264, nº 183; J. M. Vidal Bardán, *Tesorillo de denarios romano-republicanos de Nerpio (Albacete)*, *Numisma*, 186-191, 1984, pp. 41-50; C. Blázquez, *Tesorillos*, p. 127-8, nº 71; L. Villaronga, *Tesors*, p. 82-3.



O reduzido número de peças correspondente ao período Ig, que nem sequer aparecem nos tesouros da Columbeira, Coiço, Valdesalor e Monroy<sup>116</sup> pode ser explicado se tivermos em conta o tempo que a moeda recém cunhada normalmente leva até entrar nos circuitos monetários.

Em 76 a.C. as únicas fontes de abastecimento de numerário a Pompeius situavam-se na Gália<sup>117</sup> que o terá obrigado a usar também os seus fundos pessoais e ainda a pedir empréstimos para poder prosseguir com a guerra<sup>118</sup>. Por isso se pode concluir que não houve nesta época um abastecimento contínuo de moeda republicana à Hispânia, sendo assim improvável que as tropas romanas aqui estacionadas fossem pagas exclusivamente com moeda oficial, havendo então, que considerar, mais uma vez, o papel desempenhado pelo denário ibérico neste contexto<sup>119</sup>. Apesar da maior parte dos tesouros serem compostos quase exclusivamente por moeda oficial, os depósitos monetários de Roa (Burgos)<sup>120</sup>, Palenzuela (Palencia)<sup>121</sup>, Maluenda (Saragoça)<sup>122</sup> e Salamanca<sup>123</sup> parecem confirmar esta ideia. Com a exceção deste último todos os tesouros que mencionamos apareceram na Tarraconense onde se situaram os centros emissores ibéricos de Sekobirikes e Bolskan. Huesca foi a cidade eleita por Sertorius como centro de operações, sendo por isso natural que ali se tenham cunhado grandes quantidades de moeda. Mateu y Llopis é mesmo da opinião de que a grande quantidade de denários de Bolskan cunhados serão não só deste centro emissor mas de outros situados na mesma zona que foram depois relegados para segundo plano e por isso reduzidos a um só nome, uniformizando-se, assim, as múltiplas emissões indígenas<sup>124</sup>.

<sup>116</sup> C. Calejo Serrano, Monedas romanas en Monroy, *Revista de Estudios Extremeños*, XXI, 1, 1965, pp. 41-49; *Fouilles de Conimbriga*, p. 199; C. Blázquez, *Tesorillos*, p. 124-5, nº 63; L. Villaronga, *Tresors*, p. 53, nº 119.

<sup>117</sup> Salústio, Hist. ii, 98M 9.

<sup>118</sup> Salústio, Hist. ii, 98M, 2 e 9; Cfr. ii, 97M. Cícero, Pro Balbo, 40.

<sup>119</sup> M. H. Crawford, op. cit. nota 113, p. 80.

<sup>120</sup> Jenkins, 1961, 267; J. L. Monteverde El tesorillo de Roa (Duero), *AEA*, 1949, p. 377; A. Domínguez Arranz, *Las cecas ibéricas del valle del Ebro*, Zaragoza, 1979, nº 37; *CMNH*, p. 197; Villaronga, *Tresors*, p. 52, nº 111.

<sup>121</sup> M. L. Fernandez Noguera, Hallazgo de Palenzuela, *Memorias de los Museos Arqueológicos Provinciales*, VI, 1945, pp. 90-3; J. L. Monteverde, Notas sobre el tesorillo de Palenzuela, *AEA*, XX, 1947, pp. 61-68; L. Villaronga, Nota a A. Domínguez Arranz, op. cit. nota 120, nº 33; L. Villaronga, *Numismática Antigua de Hispania*, Barcelona, 1979, p. 85, nº 53; *RRCH*, nº 314; *CMNH*, p. 197; C. Blázquez, *Tesorillos*, pp. 127, 129, nº 74; L. Villaronga, *Tresors*, p. 49, nº 96.

<sup>122</sup> F. Mateu y Llopis, HM IV, *Ampurias*, VII-VIII, 1945, p. 259; *idem*, Los tesoros monetarios de época sertoriana, A. Schulten, *Sertorio*, 1949, appendix II, p. 216; L. Villaronga, Notas a un hallazgo de denarios, en Maluenda (Zaragoza), *Ampurias*, XXVI-XXVII, 1964-65, pp. 165-173; *RRCH*, nº 259; J. A. Hernández Vera, Aportaciones al conocimiento del Tesoro de Maluenda, *Numisma*, 165-167, 1980, pp. 119-128; P. P. Ripollés Alegre, op. cit. nota 109, pp. 42-43; C. Blázquez, *Tesorillos*, pp. 126-127; nº 65; L. Villaronga, *Tresors*, p. 48, nº 94.

<sup>123</sup> Cfr. C. Blázquez, *La circulación monetaria*, pp. 33-4.

<sup>124</sup> F. Mateu y Llopis, Los tesoros monetarios de época sertoriana, A. Schulten, *Sertorio*, 1949, appendix II, p. 221.

Todavia não notamos nos tesouros aparecidos no território hoje em dia português grande abundância de numerário ibérico, sendo, apesar de tudo, os centros emissores de Bolskan e de Sekobirikes os mais representados, mesmo assim em parcas quantidades como se pode verificar pelo quadro 6.

Tesouros	Exemplar mais recente	Oficial	Centro Emissor		
			Bolskan	Sekobirikes	outros
15-Coíço	RRC 366/3c- 82/81 a.C.	20			
20-Cabeça da Corte	RRC 394/1- 74 a.C.	165			
16-Columbeira	RRC 361/1a-c- 82 a.C.	157		1	
22-C. de Romariz	RRC 395/1- 74 a.C.	71		1	
13-Charneca	RRC 380/1 - 80 a.C.		5	1	
25-Santana da C.	RRC 390/1 - 76 a.C.	134	1	1	
26-Santarém	RRC 394/1 - 74 a.C.	192			
19-Torres Novas	RRC 364/1 - 83/82 a.C.	4			
30-Vila Nova	RRC 394/1 - 74 a.C.	1			
TOTAIS		749	2	3	—
Alt Empordá	RRC 401/1 - 71 a.C.	1130			31
Maluenda	RRC 378/1 - 77 a.C.	32?	112	1	
Las Somblancas	RRC 395/1 - 74 a.C.		84		
Nerpio	RRC 394/1a - 74 a.C.	67			
Monroy	RRC 383/1 - 82 a.C.	24			
Valdesalor	RRC 367/1 - 82 a.C.		160		
Palenzuela	RRC 397/1 - 74 a.C.	14	151	1071	1402
Roa		3	77	58	
Salamanca			1	16	14
TOTAIS		1514	341	1146	1447

Quadro 6 — Comparação da estrutura de alguns tesouros aparecidos na Hispânia fechados até 71 a. C.

Há várias hipóteses de explicação para este fenómeno. Em primeiro lugar, podemos pensar que pelo facto de existir abundância de numerário oficial não seria necessário recorrer ao numerário indígena que, como vimos atrás, seria cunhado localmente como uma tentativa de, em certos períodos, suprir carências de abastecimento do numerário romano. Assim sendo, os entesouradores parecem revelar uma acentuada preferência pelo numerário oficial, havendo poucos casos de inclusão de material ibérico nos tesouros deste período, permanecendo este tipo de moeda na circulação corrente<sup>125</sup>, como parecem revelar as escavações arqueológicas realizadas em estações da Lusitânia.<sup>126</sup> Em segundo lugar, não nos podemos esquecer do afastamento em termos geográficos da Lusitânia relativamente aos centros emissores hispânicos, o que certamente não deixa de ter importância em ter-

<sup>125</sup> Cfr. C. Blázquez *La circulación monetaria*, p. 34.

<sup>126</sup> J. Ruivo, O conflito setoriano no Ocidente Hispânico: o testemunho dos tesouros monetários, *AEA*, (no prelo).

mos de abastecimento de numerário, numa época em que o uso de moeda ainda não é um hábito corrente entre as populações da Hispânia. J. Ruivo assinala mesmo que o seu uso seria restrito apenas a certos grupos sociais, nomeadamente entre os militares e alguns comerciantes, ou então em povoados com funções essencialmente mercantis<sup>127</sup>, não esquecendo ainda o problema que pode ser levantado pelo recrutamento e inclusão de auxiliares indígenas nos exércitos romanos<sup>128</sup>.

Resta-nos fazer referência às emissões de denários cunhados na Hispânia presentes nos nossos tesouros<sup>129</sup>: referimo-nos às emissões de moeda RRC 366/3 e 4 da época em que C. Annius Luscus foi enviado à Hispânia para combater Sertorius, pouco depois de meados de 82 a.C., e ainda RRC 393, que Crawford situa na Hispânia pela sua escassa representação nos tesouros italianos. Esta emissão podia justificar-se então como uma resposta às necessidades de aprovisionamento de moeda para financiar os custos de guerra contra Sertorius<sup>130</sup>. C. Blázquez<sup>131</sup> afirma que estas emissões estão praticamente ausentes dos tesouros lusitanos, aparecendo somente 4 exemplares da emissão RRC 366 no tesouro de Santana da Carnota e 5 exemplares no achado de Valdesalor, surgindo as duas emissões consideradas, conjuntamente, apenas no tesouro de Alt Empordá<sup>132</sup>. Porém da análise que efectuamos dos tesouros desta região, ressalta que para além dos 4 exemplares já referidos do tesouro de Santana da Carnota, aparecem-nos ainda da emissão RRC 366, mais 3 exemplares nos achados de Santarém, S. Romão e Coiço embora nos dois primeiros sejam emissões italianas. Quanto à emissão RRC 393, de 76-75 a.C. que talvez tenha sido cunhada na Hispânia, aparece-nos um exemplar no tesouro de Santarém e outro no de S. Romão. Podemos então afirmar que, ao contrário do que se pensava até ao momento, estas emissões estão presentes nos tesouros da Lusitânia, embora em quantidades reduzidas, o que talvez confirme a ideia de que se trataram efectivamente de emissões destinadas a colmatar carências de financiamento da guerra.

Por fim, as emissões de carácter militar RRC 367, de 82 a.C., cunhada durante as operações militares contra o exército de Sila, e RRC 374, emitida no Norte de Itália, onde Q. Caecilius Metellus Pius comandou as tropas contra os inimigos de Sulla — estão tam-

<sup>127</sup> J. Ruivo, op. cit. nota 126.

<sup>128</sup> Cfr. García y Bellido, Los auxiliares hispanos en los ejércitos romanos de ocupación (200 al 30 antes de J.C.), *Emerita*, XXXI (2), pp. 213-226; J. M., Roldán Hervás, *Los hispanos en el ejército romano de época republicana*, Salamanca, pp. 78-88.

<sup>129</sup> RRC, vol. I, pp. 381-86, 407; M. Campo, Los denarios romano-republicanos acuñados en Hispania, *AN*, 3, 1973, pp. 53-64; C. Blázquez, *La circulación monetaria*, p. 32.

<sup>130</sup> RRC, Vol. I, p. 82

<sup>131</sup> C. Blázquez, *La circulación monetaria*, p. 32.

<sup>132</sup> C. Blázquez, *La circulación monetaria*, p. 32; considera 3 emissões, não concordamos com RRC 374, pois embora seja uma emissão de carácter militar, Crawford situa a sua cunhagem no Norte de Itália, onde Q. Caecilius Metellus Pius lutou como comandante contra os inimigos de Sila, veja-se RRC, vol. I, p. 390.

bém presentes nos nossos tesouros. Da emissão RRC 367, existem 2 exemplares, um no tesouro de Santarém e outro no da Tapada do Castelo; da emissão RRC 374 há 4 exemplares, 2 no tesouro de Santarém e 2 no de S. Romão.

Este tipo de emissões, são mais frequentes nos nossos tesouros do que as ibéricas, através delas podemos entrever as várias etapas das campanhas romanas e sertorianas no nosso território, permanecendo ainda na área das hipóteses a causa da sua formação e ocultação. O que é inquestionável é o facto de haver abundante número de tesouros não recuperados neste período, o que parece mostrar que o nosso território desempenhou um papel bastante importante na guerra entre populares e aristocratas.

## CAPÍTULO IV

### TESOUROS DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO I a.C.

Três anos após a campanha militar de 72 a.C., que marcou o fim das guerras sertorianas, Iulius Caesar era Quaestor da Hispânia Ulterior. Porém, logo abandona esta província e só temos notícia do seu regresso por volta do ano de 61 a.C., desta vez como *propraetor* da Ulterior. A partir desta altura, porque a Hispânia era uma região bastante rica para financiar uma guerra que se enquadrava perfeitamente no objectivo de Caesar de regressar a Roma envolto em glória e triunfo, a presença militar romana torna-se constante no nosso território. É durante este período que se efectuam várias operações militares no *Mons Herminius*, local que tem sido identificado por alguns autores como a Serra da Estrela<sup>133</sup>;, mas que segundo J. Alarcão deveria denominar o planalto e o sistema montanhoso da Beira Baixa e não, apenas, a Serra da Estrela<sup>134</sup>. Nessa região Caesar confrontou-se com a População Lusitana que habitava entre o Tejo e o Douro, alcançando a linha deste rio, passando, assim, para território Galaico.<sup>135</sup>

Destes episódios, estranhamente, não possuímos testemunho numismático, já que, para este período, só contamos com dois achados monetários e não muito fiáveis. São eles os tesouros da Moita (Inv. nº 23) que fecha em 67 a.C. mas cuja composição integral desconhecemos e o de S. Romão (Inv. nº 27) sobre o qual já tecemos algumas considera-

---

<sup>133</sup> A. Schulten, *Herminius Mons*, *Paulys Real-Encyclopadie der classischen Altertumswissenschaft*, 8, 1912, col. 834; A. Schulten, P. Bosch Gimpera e L. Pericot, *Fontes Hispaniae Antiquae*, V, p. 13; M. Ferreiro Lopez, *La Campaña militar de Cesar*, p. 637; *CMEP*, p. 97

<sup>134</sup> J. Alarcão, *Os Montes Hermínios e os Lusitanos*, *Livro de homenagem a Orlando Ribeiro*, vol. II, Lisboa, 1988, pp. 41-48.

<sup>135</sup> J. M. Blázquez e outros. op. cit. nota 104, pp. 141-171.

ções no capítulo anterior. A análise da situação geográfica em que apareceu este último tesouro (Serra da Estrela), por um lado, e a cronologia da sua moeda mais recente<sup>136</sup>, por outro, parecem indicar que este depósito constitui um testemunho destas campanhas; mas a similitude da sua composição com a dos achados monetários sertorianos aponta para a sua formação no decurso das guerras sertorianas.

Na realidade, a maior parte dos depósitos monetários recenseados para Portugal correspondentes a esta época são posteriores à campanha de Caesar, devendo ser relacionados com o período compreendido entre 49 e 44 a.C. e, portanto, com as lutas entre Pompeius e Caesar. Porém, não são em tão grande número como seria de esperar, se tivermos em conta que a Península Ibérica foi palco activo deste confronto. Logo em 49 a.C. Caesar abandonou Roma e dirigiu-se à Hispânia tendo conduzido uma campanha contra os Lusitanos a Norte do rio Tejo<sup>137</sup>. Um ano depois investiu Quintus Cassius Longinus no governo da Ulterior. Durante este ano Longinus atacou a área de Medelim (actual região de Meda) e o sucesso que aí obteve valeu-lhe o título de *Imperator*. Entre esta região e o acampamento militar romano da Lomba do Canho (Arganil)<sup>138</sup>, que pode ter sido uma pequena guarnição destinada a manter a ordem nas Beiras<sup>139</sup>, apareceram os depósitos monetários de Monte Coutado (Inv. n.º 34), Calde (Inv. n.º 31), Alvoco da Serra (Inv. n.º 39) e Meruge (Inv. n.º 33). Um pouco mais a Sul, na área de Scallabis Praesidium Iulium ( Santarém ), colónia fundada por Iulius Caesar e que talvez tenha sido o ponto de partida para as campanhas na fachada atlântica<sup>140</sup>, localizam-se os depósitos monetários de Nossa Senhora do Carmo (Inv. n.º 43) e S. Sebastião do Freixo (Inv. n.º 28). A Leste deste local apareceu o tesouro de Sendinho da Senhora (Inv. n.º 38). Estes achados são fechados com moedas datadas entre 47 e 43 a.C., e por isso a sua formação está com toda a probabilidade relacionada com a instabilidade e insegurança geradas pelas guerras civis entre Caesar e os partidários de Pompeius. Também a Norte do rio Douro aparecem dois achados monetários que poderíamos incluir neste contexto: o de Poio (Inv. n.º 35) e o de Sampaio (Inv. n.º 36). Deste último não possuímos dados que permitam uma análise, pelo que não nos pronunciaremos. Quanto ao achado do Poio, fechado em 49-48 a.C., apresenta uma estrutura que nos leva a pensar numa formação em período anterior, como podemos verificar pelo gráfico 11, já que 50% dos numismas que o compõem correspondem

<sup>136</sup>C. Hersh e A. Walker, op. cit. nota 109.

<sup>137</sup>J. M. Blázquez e outros, op. cit. nota 104, p. 157.

<sup>138</sup>Sobre este local veja-se: J. de Castro Nunes, C. Fabião e A. Guerra, *O Acampamento Militar Romano da Lomba do Canho ( Arganil )*, 1988.

<sup>139</sup>Cfr. J. Alarcão, *Nova História de Portugal*, Portugal das origens à Romanização, Vol. I, Lisboa, p. 350.

<sup>140</sup>Cfr. J. Alarcão, op. cit. nota 85, p. 26.

aos períodos Ie e If. Os períodos mais representados neste tesouro são os Ie e If, tal como acontece nos achados da época das guerras de Sertorius<sup>141</sup> que analisamos, porém este tesouro apareceu em território, possivelmente, não afectado de forma directa por estas guerras. Contudo, deve ser mais antigo do que os que iremos analisar em seguida, como atesta o número de moedas dos períodos Ig e IIa que é diminuto e pouco significativo.

Passamos, então, à análise dos achados de Calde, Meruge e Sendinho da Senhora, já que para os outros, como dissemos, não possuímos elementos suficientes para o fazer.

Os períodos Id e Ie encontram-se escassamente representados pois o primeiro só surge no tesouro de Calde e o segundo neste e no achado de Meruge. A explicação para este facto poderá residir na escassa frequência das emissões mais antigas que no momento da ocultação circulariam em número menor que as mais modernas, uma vez que, o período compreendido entre 132 e 112 a.C. se caracteriza por um alto volume de emissões de moeda oficial,<sup>142</sup> como já constatamos nos tesouros da Lusitânia fechados por volta do ano 100 a.C.<sup>143</sup>

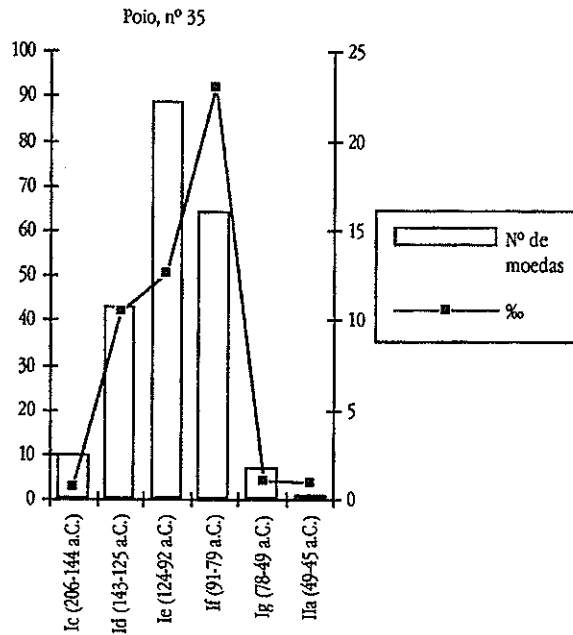


Gráfico 10 — Representação gráfica do tesouro do Poio (Inv. nº 35).

<sup>141</sup> Sobre esta problemática veja-se: *CMNH*, pp. 194-5.

<sup>142</sup> Cfr. *RRC*, vol. II, p 700.: F. Chaves, *Los Tesoros*, p. 556

<sup>143</sup> Cfr. Capítulo II, p. 96.

O numerário correspondente ao período seguinte, de 91 a 79 a.C., já se encontra melhor representado, essencialmente no tesouro de Meruge, seguido do de Sendinho da Senhora, uma vez que as guerras sertorianas movimentaram um grande número de moeda, não só durante os anos em que duraram os confrontos, mas também nos que se seguiram. Por isso seria natural que este numerário permanecesse ainda em circulação. Apesar de tudo, só contamos com um exemplar de uma emissão militar no achado de Sendinho da Senhora — RRC 374/1 de 82 a.C.<sup>144</sup>

O período seguinte, de 78 a 49 a.C. não está muito representado nestes tesouros, talvez porque o volume de emissões de moeda em Roma não fosse alto, pois sabemos que este só aumentou significativamente a partir de 49 a.C.<sup>145</sup>

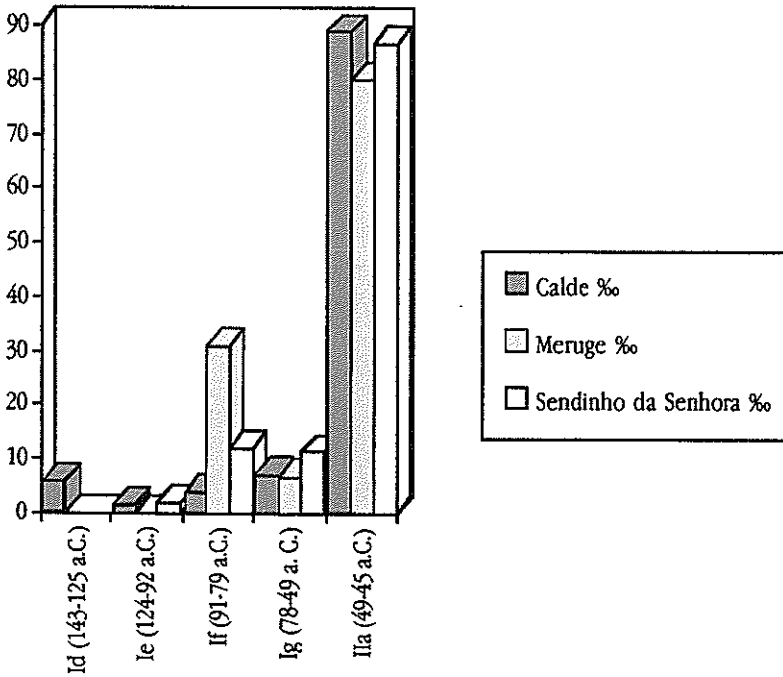


Gráfico 11 — Composição dos tesouros de Calde (Inv. n.º 31), Meruge (Inv. n.º 33) e Sendinho da Senhora (Inv. n.º 38).

<sup>144</sup> Cfr. Capítulo III p 108.

<sup>145</sup> RRC. vol. II, pp. 696-707.

%c	Ic (206-144 a. C.)	Id (143-125 a. C.)	Ie (124-92 a. C.)	If (91-79 a.C.)	Ig (78-49 a. C.)	Ila (49-45 a.C.)	Ilb (44-28 a.C.)
31 - Calde		5,84	1,59	4,04	7,40	88,88	
33 - Menige				30,77	6,66	80,00	
38 - Sendinho da Sr <sup>a</sup>			1,99	12,14	11,40	86,84	
Fuente de Cantos	0,32	2,31	6,81	31,60	9,30	4,13	
Cerro del Berrueco	1,22	16,19	9,32	11,83	0,00	0,51	4,52
Cortijo de los Cosmes			3,08	22,04	17,62	16,56	

Quadro 7 — Análise comparativa de três tesouros lusitanos, dois béticos e um aparecido na Tarraconense, ocultados na época das lutas entre Pompeius e Caesar.

Na Península Ibérica apareceram outros tesouros que podemos considerar num contexto próximo dos que acabamos de descrever. Referimo-nos aos achados monetários de Fuente de Cantos (Badajoz)<sup>146</sup>, Cerro del Berrueco (Salamanca)<sup>147</sup> e Cortijo de Los Cosmes (Sevilla)<sup>148</sup> entre outros<sup>149</sup>.

Apesar destes achados monetários fecharem com moedas de cronologias próximas das dos tesouros portugueses a que nos referimos, apresentam uma estrutura substancialmente diferente. Em Fuente de Cantos e Cerro del Berrueco os períodos Ic e Id estão mais representados, ao contrário do que sucede com as peças correspondentes ao período Ila. Poderíamos afirmar, então, que estes tesouros seriam mais antigos, no entanto tal não será possível, pois se, por um lado, o tesouro de Cerro del Berrueco é fechado em época mais tardia relativamente aos achados portugueses, por outro lado, o tesouro de Fuente de Cantos, segundo crê F. Chaves<sup>150</sup>, também é mais recente. A atestá-lo está o desgaste das últimas moedas que o compõem e a presença de peças de séries oficiais, que se têm vindo a atribuir a centros de emissão móveis, talvez instalados na Hispânia desde 82 a.C. Se analisarmos a sua composição verificamos que de trinta e sete peças apenas três pertencem às emissões hispânicas de C. Annius Luscus (RRC 366) e Q. Caecilius Metelus (RRC 374), datadas de 82/ e 81 a.C. Da emissão atribuída, também à Hispânia e ordenada por C.

<sup>146</sup> Cfr. F. Mateu y Llopis, *HM XVI, NH, XIV*, 1985, p. 179, n° 961; J. Chinchilla Sánchez, *El tesoro de denarios romano-republicano de Fuente de Cantos (Badajoz)*, *AN*, 12, 1982, pp. 97-126; C. Blázquez, *La circulación monetaria*, pp. 131-2, n° 86; L. Villaronga, *Tesors*, p. 57 n° 140; F. Chaves, *Los Tesoros*, pp. 383, 491, 498-500, 502, 544, 562, 565 e 591.

<sup>147</sup> Cfr. P.C. Moran, *Excavaciones arqueológicas en el Cerro del Berrueco*, (Memorias de la Junta Superior de Excavaciones y Antigüedades n° 65), 1924, pp. 22-4; J. Maluquer de Motes, *Carta Arqueológica de Salamanca*, 1956, p. 116; C. Blázquez, *La circulación monetaria* pp. 133, 135, n° 95; L. Villaronga, *Tesors*, p. 59 n° 150.

<sup>148</sup> C. Blázquez, *La circulación monetaria*, pp. 131, 133, n° 92; L. Villaronga, *Tesors*, p. 57 n° 137; F. Chaves, *Los Tesoros*, pp. 414, 423, 491, 498-9, 502-5, 544, 562, 565 e 591.

<sup>149</sup> Sobre este assunto *vide*: C. Blázquez, *La circulación monetaria*, pp. 130, 133, números 81, 82, 86, 89, 90, 92 e 95; L. Villaronga, *Tesors*, pp. 55-9 números 130, 132, 133, 137, 139, 14 e 150; F. Chaves, *Los Tesoros*, números 39 a 45.

<sup>150</sup> F. Chaves, *Los Tesoros*, p. 498.



Lentulus, em 76-75 a.C. (RRC 393), este tesouro contém quatro exemplares e as guerras de 49-45 a.C. são testemunhadas por sete peças hispânicas (RRC 443 e 468). Nos achados portugueses também aparece este tipo de peças; referimo-nos à emissão de CAESAR de 49-48 a.C. (RRC 443) representada nos tesouros de Meruge, com um exemplar, e Sendinho da Senhora, com 6 peças. Também surgem peças de CAESAR datadas de 46-45 a.C. (RRC 468), e de C.N. Magnus Imperator, M. Publicius Legionarius Propractor (RRC 469) e de C.N. Magnus Imperator Filius, M. Minatus Sabinus Propractor (RRC 470), dos dois primeiros um exemplar em cada um dos três tesouros e do terceiro, apenas uma peça, em Calde. Isto leva-nos a supor que tal como acontece com tesouro de Fuente de Cantos, os achados portugueses poderiam ser mais tardios. No entanto, como a amostragem que possuímos é muito pequena será muito arriscado enveredar por uma análise deste tipo. Para além disto o achado espanhol apresenta uma particularidade que os nossos tesouros, desta época, não têm: moedas partidas. Terá havido ausência de selecção de moedas e talvez seja um tesouro mais de metal precioso do que de moeda.

Relativamente ao achado monetário de Cerro del Berrueco, podemos dizer que deverá ser um achado mais recente, na medida em que possui numismas do período IIIb, apesar de ter sido constituído durante um longo período de tempo, pois apresenta exemplares correspondentes aos períodos Ic e Id, o que só ocorre em Calde.

Por fim, resta-nos analisar o achado andaluz de Cortijo de Los Cosmes que foi encontrado junto ao local onde se supõe ter ocorrido a batalha de Munda. Neste achado os denários de emissões recentes existem em escassa quantidade se compararmos com os tesouros portugueses, e apresentam um óptimo estado de conservação, o que denota um processo de selecção e nos leva a concluir que a guerra civil entre Caesar e Pompeius pode ter sido a motivação do seu ocultamento. Apesar de tudo, este achado, muito diferente do de Fuente de Cantos, é mais parecido com os nossos tesouros pois foi constituído num espaço de tempo bastante menor do que aquele.

Generalizando, podemos afirmar que nos tesouros portugueses há uma acumulação lógica de moedas sendo o último período o mais representativo, o que não acontece nos tesouros que analisamos da vizinha Espanha, onde o numerário escasseia durante o período entre 49-45 a.C. Poder-se-á explicar este fenómeno se tivermos em conta a escassez de moeda que existia tanto para Caesar como para Pompeius<sup>151</sup>, o que levou, certamente, a que o pouco numerário que existia afluísse ao local onde se desenrolaram a maior parte dos episódios da guerra civil, isto é ao Sudoeste da Península.

Para concluir não queremos deixar de relembrar que estas diferenças podem provir do facto dos achados monetários portugueses deste período serem muito pouco representativos, na medida em que desconhecemos na maioria dos casos a sua composição original.

---

<sup>151</sup> RRC, vol. II, p. 639.

## CAPÍTULO V

## TESOUROS DO REINADO DE AUGUSTUS

Após a morte de Caesar, a Hispânia viveu uma depressão económica que explica, em parte, as constantes rebeliões que vão ocorrendo entre os anos 43 a.C. e 29 a.C. Neste ano Roma inicia a guerra contra os Cântabros e Ástures tornando-se, mais uma vez, constante a presença de tropas romanas na Península. A partir de 26 a.C., Augustus assume pessoalmente os comandos da guerra, estabelecendo várias bases de operações ao que parece em Asturica (Asturias), Segisamo e, segundo indica Schulten<sup>152</sup>, em Bracara Augusta (Braga). Assim, toda a região do Noroeste peninsular terá estado sob a presença militar romana e terá vivido um período de instabilidade e insegurança até 19 a.C. Só depois desta data Augustus incorporou os Cântabros, Ástures e Galaicos no Mundo Romano e reorganizou a administração das províncias hispanas.<sup>153</sup>

Este período de instabilidade é confirmado pelos tesouros monetários, cujo número é significativo sobretudo no Noroeste. Podemos dividir em quatro grupos os tesouros aparecidos no nosso território, se tivermos em conta a cronologia da moeda mais recente de cada um deles, ficando ordenados como se pode ver no Quadro 8.

	Cronologia da última moeda		TESOUROS
GRUPO I	Antes de 32-31 a.C.		29. Valadares 32. Izeda 37. S. Mamede de Ribatua
GRUPO II	32 - 31 a.C.		41. Citânia de Monte Mozinho 42. Guiães
GRUPO III	Antes de 27 a.C.		40. Castro de Alvarelhos 1 44. Vila de um Santo 45. Monte do Pereiro 47. Carregal 48. Castro de Alvarelhos 2 52. Herdade da Gralheira
GRUPO IV	Depois de 27 a.C.	Antes de 2 a.C.	46. Barroca do Antero 49. Citânia de Sanfins 50. Chaves 51. Fraga da Srafinha 53. Regilde 54. Santo Estêvão
		2 a.C./ 14 d.C.	55. Alto do Corgo 56. Anhões 57. Castro de Alvarelhos 3 58. Forte 59. Junqueira 60. Sampriz 61. Vales

Quadro 8 — Tesouros ocultados em Portugal durante o reinado de Augustus.

<sup>152</sup>J. Alarcão, op. cit. nota 85, p. 28.

<sup>153</sup>J. Alarcão, op. cit. nota 85, p. 28 ; J. M. Blázquez e outros, op. cit. nota 104, p. 253.

Relativamente aos tesouros que incluímos no Grupo I, apenas nos podemos referir ao de S. Mamede de Ribatua (Inv. n.º 37), uma vez que os dados que possuímos para os achados monetários de Valadares (Inv. n.º 29) e Izeda (Inv. n.º 32) são muito poucos. Todavia podemos sugerir a ocultação destes tesouros em datas posteriores às das suas moedas mais recentes a ver pelo desgaste de circulação que apresentam<sup>154</sup>. Quanto ao tesouro de S. Mamede de Ribatua, também deverá ser mais recente do que aparenta pelas mesmas razões. Este achado apresenta um número reduzido de moedas até ao período If (91-79 a.C.), sendo estas possivelmente moedas de circulação residual. O grande número de numismas do período If indica-nos que o numerário desta época, que foi abundante como já vimos, continuaria a circular. O escasso número de peças do período 78-49 a.C. poder-se-á explicar pelo facto de ter sido emitida pouca moeda oficial, uma vez que as emissões só aumentam a partir de 49 a.C.<sup>155</sup>, sendo por isso natural que a moeda deste período continuasse a circular.

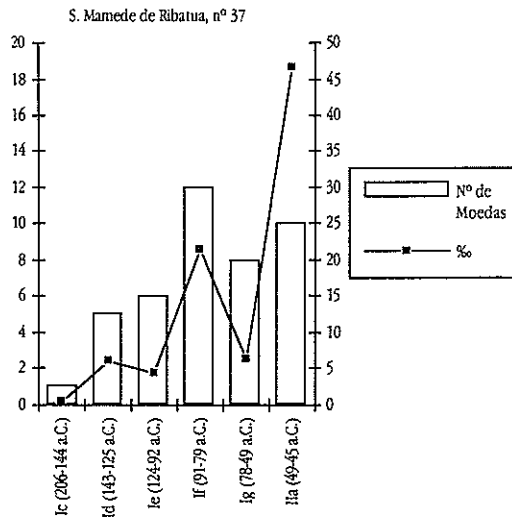


Gráfico 12 — Composição do tesouro de S. Mamede de Ribatua (Inv. n.º 37).

Relativamente aos tesouros do Grupo II, que fecham com exemplares de 32-31 a.C., também as moedas que o compõem mostram vestígios de circulação<sup>156</sup>, pelo que poder-se-á incluir, igualmente, no reinado de Augustus ou pelo menos relacionar com o período do

<sup>154</sup> *CMNH*, p. 193.

<sup>155</sup> *Supra* nota 145.

<sup>156</sup> *CMNH*, p. 195

início das guerras contra Calaicos, Ástures e Cântabros. O achado de Guiães (Inv. n.º 42) é o único para o qual possuímos alguns dados, mas que de qualquer forma são muito poucos, uma vez que conhecemos apenas dez de “alguns centos de moedas” que o compunham na totalidade. No entanto tal como acontece nos tesouros do grupo anterior, predomina o numerário correspondente aos grupos If e IIa.

Tesouros / %	Ib	Ic	Id	Ie	If	Ig	IIa	IIb	IIIa	IIIb
44. Alvarelhos I	0,46	0,64	3,56	6,04	15,24	8,63	33,38	3,76	0,06	
52. H. Gralheira		0,12	0,83	2,64	12,21	10,58	39,68	7,93	1,22	
46. B. do Antero			0,65	2,24	11,39	5,76	32,09	7,98	11,39	
49. C. de Sanfins	0,65	0,15	1,89	3,76	15,08	8,60	32,68	11,72	0,37	
54. Sto Estêvão				1,89	9,61	4,16	—	36,76	2,40	
55. A. do Corgo				8,65	10,99	—	—	8,40	10,99	9,52
56. Anhões					9,61	—	—	14,70	14,42	16,66
59. Junqueira				1,29	4,91	6,38	38,29	8,76	13,09	1,41

Quadro 9 — Análise comparativa da composição de oito tesouros da época de Augustus.

Passando ao grupo seguinte, mais uma vez se coloca o problema do deficiente conhecimento da composição da maior parte dos tesouros que o compõem. No achado do Castro de Alvarelhos I (Inv. n.º 40) nota-se a existência de peças dos séculos II e I a.C., que permaneceriam em circulação. Os períodos mais representados são mais uma vez os If e IIa como acontece nos achados monetários dos grupos anteriores. Quanto aos tesouros da Herdade da Gralheira (Inv. n.º 52) e Barroca do Antero (Inv. n.º 46), embora o panorama seja um pouco parecido, a motivação para o seu ocultamento deverá ter sido de outra ordem como veremos adiante.

Os tesouros que incluímos na primeira parte do grupo IV (antes de 2 a.C.) possuem uma estrutura semelhante aos do grupo anterior; referimo-nos aos achados da Barroca do Antero e Citânia de Sanfins (Inv. n.º 49), este último muito parecido com o do Castro de Alvarelhos, no que diz respeito à predominância de numerário mais antigo, embora seja concerteza um achado constituído em período posterior aquele. Diferente é o tesouro de Santo Estêvão (inv. n.º 54), claramente mais recente, estando neste achado mais bem representado o período IIb, quase com 40% da totalidade das moedas que o compõem. Este achado não possui peças do período IIa (o mais bem representado em todos os outros a que já nos referimos), talvez por não estar completo ou porque foi constituído numa data bem diferente da dos outros.

Quanto aos achados que incluímos na segunda parte do grupo IV, a situação já é distinta: todos os tesouros fecham com peças datadas de 2a.C./14 d.C. da série C. L. Caesares. R. Centeno<sup>157</sup> divide este grupo de tesouros em dois subgrupos: o primeiro com-

<sup>157</sup> CMNH, pp. 215-16.

preende os tesouros do Alto do Corgo (Inv. n° 55), Anhões (Inv. n° 57) e Junqueira (Inv. n° 59) em que aparecem emissões anteriores a Augustus: o segundo é constituído pelos achados monetários do Castro de Alvarelhos 2 (Inv. n° 48), Sampriz (Inv. n° 60) e Vales (Inv. n° 61), que apenas integram moedas do tipo C. L. Caesares, situação inédita na Hispânia. Porém, apenas, iremos analisar os tesouros referentes ao primeiro subgrupo, uma vez que não possuímos dados concretos que nos permitam tecer considerações sobre os do segundo. Assim, verificamos que tal como acontece no achado de Santo Estevão (onde se nota uma clara transição dos tesouros anteriores para este), também estes tesouros são mais recentes, uma vez que o seu numerário mais antigo corresponde ao período Ie, tendo desaparecido o numerário dos períodos Ib a Id. Com a exceção do tesouro da Junqueira, os outros dois mostram uma distribuição mais ou menos uniforme da moeda, se não tivermos em conta os períodos Ig e IIa, dos quais não existe qualquer exemplar. No achado da Junqueira o período mais bem representado continua a ser o IIa, e do período III b há muito poucas moedas, o que nos leva a pensar que dos três achados deverá ser este o mais antigo. Nos tesouros do Alto do Corgo e Anhões nota-se a existência de maior quantidade de moeda no período de fecho dos tesouros. De uma forma geral, podemos afirmar que os períodos mais bem representados são os IIIa e IIIb, o que distingue estes achados dos anteriores mostrando-nos que são claramente mais recentes, pois a moeda de Augustus torna-se mais frequente. É ainda de ressaltar que este material do período IIIb é emitido essencialmente por Lugdunum, e pelo centro emissor que Mattingly e Sutherland consideram ser atribuível à Hispânia, possivelmente a Colónia Patricia (?)<sup>158</sup>, registando-se 1 exemplar desta casa da moeda no tesouro do Alto do Corgo, 2 em Anhões 4 na Junqueira e 9 na Barroca do Antero. É de destacar a ausência de peças, nos tesouros portugueses, do outro centro emissor tradicionalmente atribuído à Hispânia: Caesaraugusta (?). A escassez deste tipo de emissões no nosso território vem reforçar os dados de Giard, R. Centeno e Crawford e levam, mais uma vez, a pensar que estas casas da moeda deveriam situar-se na Gália e não na Hispânia<sup>159</sup>. Quanto à emissão cunhada em Emérita por P. Carisius, esta aparece, apenas, com 2 exemplares no tesouro da Citânia de Sanfins e com mais 2 no da Barroca do Antero.

Podemos, então sugerir integrar a ocultação dos tesouros dos Grupos I e II no contexto da primeira etapa das operações militares iniciadas na Hispânia depois do ano 31 a.C., em que intervêm os *Legati* de Augustus, uma vez que se situam em área próxima destas operações - o Noroeste Peninsular.

<sup>158</sup> Sobre este assunto veja-se: *RIC I* <sup>2</sup> pp. 5, 25-6, 43-51.

<sup>159</sup> Cfr. J. B. Giard. *Bibliothèque Nationale. Catalogue des Monnaies de l'Empire Romain*, I. Auguste. Paris, 1976, pp. 12-3, 196-9; R.M.S. Centeno. *Nummus*. 2<sup>a</sup> s., VII/VIII, 1984-85. p. 144; M. H. Crawford. *op. cit.* nota 49, p. 257; *CMNH*, p. 212, nota 23.

Quanto aos achados do grupo III já não será correcto procurar uma justificação exclusivamente militar para o seu ocultamento. Com a excepção dos achados de Castro de Alvarelhos 1 e 2, a constituição dos outros tesouros poderá ter tido motivações diferentes. Se tivermos em conta a região geográfica onde ocorreram os confrontos, durante este período, notamos a existência de achados monetários que pela sua distância a essa mesma região não deverão ser relacionados com o período de instabilidade criado por esses confrontos. São eles os tesouros da Vila de um Santo (Inv. n.º 44), Carregal (Inv. n.º 47), Monte do Pereiro (Inv. n.º 45) e Herdade da Gralheira (Inv. n.º 52). O tesouro do Carregal encontrado na área de Penamacor, zona onde os Romanos exploraram minério de ouro, poderá, de alguma forma, estar relacionado com as minas; outra hipótese será, juntamente com o achado da Vila de um Santo, integrar-se no contexto das operações militares a que já nos referimos, embora se encontrem em área um pouco periférica ao teatro dos acontecimentos. Quanto aos achados do Monte do Pereiro e Herdade da Gralheira, as motivações para a sua formação poderão ter sido outras que não a guerra, uma vez que também se localizam próximo de zonas mineiras. A Herdade da Gralheira localiza-se no Concelho de Mértola junto de uma área de minas de prata e cobre exploradas pelos romanos, como é o caso de Aljustrel, Brancanes (Almodovar) ou ainda S. Domingos (Mértola) entre outras<sup>160</sup>, todas estas minas se localizam em zona próxima do local onde foi achado o tesouro a que nos referimos. Não podemos, no entanto, deixar de pensar que estes tesouros podem ter sido constituídos apenas por uma mera necessidade, de mesmo em tempo de paz, de cada um proteger as suas economias.<sup>161</sup>

Relativamente aos achados do Grupo IV e mais concretamente aos tesouros datados antes de 2 a.C., só 4 apareceram no Noroeste peninsular: os da Citânia de Sanfins (Inv. n.º 49), Regilde (Inv. n.º 53), Santo Estêvão (Inv. n.º 54), que embora situados na parte meridional do Noroeste peninsular deverão estar relacionados com a instabilidade provocada pelas guerras, e o de Chaves que é o único composto exclusivamente por *aurei* e deverá ser posterior a estes acontecimentos.<sup>162</sup> Pensamos que o tesouro da Barroca do Antero (Inv. n.º 46) tal como o do Carregal estará possivelmente relacionado com as minas da área de Penamacor, até porque a Barroca do Antero era uma corta<sup>163</sup>; por isso, seria perfeitamente natural que este achado monetário estivesse em relação com as minas. O achado monetário da Fraga da Safrinha (inv. n.º 51) aparecido em Oliveira do Hospital junto a um grande centro de romanização - a Bobadela - poderia apenas constituir as economias de algum habitante da zona.

---

<sup>160</sup>C. Domergue, op. cit. nota 80, pp. 495-508, 511-515.

<sup>161</sup>R.M.S. Centeno. O tesouro de denarii do Alto do Corgo (concelho de Valença). *Conimbriga*, XVI, 1977, p. 98.

<sup>162</sup>CMNH, p. 212.

<sup>163</sup>. Alarcão, op. cit. nota 139, p. 129.

Por fim os tesouros do IV grupo datados de post 2 a.C./ 14 d.C. poderão todos, à excepção do achado do Forte (Inv. nº 58), estar relacionados com o clima de insegurança que continuou a verificar-se após as guerras terem terminado, é de referir que este tesouro apareceu no local onde se situava uma via militar importante.

É um facto que mais de metade dos tesouros aparecidos no nosso território, que datam deste período, se situam no Norte do País estando certamente relacionados com o clima de instabilidade que ainda se sentiria na região. As guerras parecem ter sido o grande motivo do entesouramento neste período; mas vejamos o que aconteceu no resto da Hispânia. Ao observarmos o Quadro 11, verificamos imediatamente, a existência de um grande número de achados monetários aparecidos na Tarraconense, na zona onde ocorreram as guerras ou em áreas próximas. Os achados da Lusitânia devem estar relacionados com outro tipo de motivações, como já vimos, como é o caso do tesouro de Abertura (Cáceres)<sup>164</sup> que foi encontrado, igualmente, numa zona geográfica bastante afastada das campanhas bélicas que se desenvolveram neste período.

Quanto aos achados na Bética: O tesouro de Cortijo del Álamo (Jaén)<sup>165</sup> fechado em 29-27 a.C. (RIC I, 272) apareceu em 1957 numa estação romanizada, estando possivelmente completo, tratando-se, na opinião de M. López Serrano, de “uma pequena mas selecta colecção de moedas reunidas por pessoa entendida e aficionada”, e portanto nada teve a ver com as guerras que então começavam no Noroeste peninsular; o achado monetário de Linares (Jaén)<sup>166</sup>, fechado em 19-4 a.C. (RIC I, 288) também deveria ser um tesouro de poupanças.

Quanto aos achados de Cerro Redondo (Sevilha)<sup>167</sup> e Cerro Casal (Sevilha)<sup>168</sup>, ambos fechados com peças de Caius e Lucius Caesares, embora na linha dos tesouros do Noroeste como Vales, Castro de Alvarelos 3 e Sampriz, somente constituídos por este tipo de moeda, apresentam também moeda republicana de circulação residual. No entanto, pela sua situação geográfica tão afastada do teatro dos acontecimentos bélicos, nada terá a ver com eles. Não deixa, porém de ser curiosa a sua semelhança com aqueles tesouros do Noroeste.

---

<sup>164</sup> J. Ramon Fernandez, De numismática extremeña, *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*, XV, 49-50, Valladolid, 1948-49, 79; *RRCH*, nº 496; C. Blázquez, *Tesorillos*, nº 109; L. Villaronga, *La circulación monetaria*, nº 153.

<sup>165</sup> M. López Serrano, Tesorillo de denarios romanos del Cortijo del Álamo (Jaén), *NH*, VII, 1958, pp. 25 ss; *RRCH*, nº 464, F. Chaves, J. C. Richard, Les monnaies préimperiales, J. P. Bost et alii, *Baelo*, IV, *Les Monnaies*, 1987, pp. 15-35; C. Blázquez, *Tesorillos*, nº 102; L. Villaronga, *Tresors*, nº 159; F. Chaves, *Los Tesoros*, nº 47, pp. 447-454, 491, 500, 502, 504, 505.

<sup>166</sup> F. Chaves, Tesoros de monedas inéditos ocultados en la Bética durante la República Romana II: Linares y Cortijo de los Cosmes. *Homenaje al professor Antonio Blanco Freijeiro*, 1989, pp. 241; F. Chaves, *Los Tesoros*, nº 48, pp. 460-467, 491, 500, 502-505.

<sup>167</sup> F. Chaves, *Los Tesoros*, nº 49, pp. 468-471, 491, 500, 504-5, 591.

<sup>168</sup> L. Villaronga, El tesoro de Cerro Casal, Utrera, *AN*, 19, 1989, pp. 63-92; F. Chaves, *Los Tesoros*, nº 50, pp. 472-484, 491, 504-505, 591.

A maior parte dos tesouros da Tarraconense apareceram na zona ou perto de onde ocorreram as guerras estando, como já vimos, possivelmente relacionados com elas. No tesouro de Arrabalde (Zamora)<sup>169</sup> nota-se uma descompensação entre os quinze denários ibéricos e os quatro denários romano-republicanos que o compõem e documenta a perduração das emissões ibéricas quase até aos inícios da etapa imperial, o que não acontece nos achados portugueses. Embora próximo a este tesouro, quer cronologicamente quer geograficamente, o tesouro de Ramallás (Zamora)<sup>170</sup> é um pouco diferente daquele, tendo mais semelhanças com os achados monetários portugueses; uma vez que a maior parte do tesouro é composta por denários romano-republicanos, especialmente emitidos durante as campanhas sertorianas, embora sejam os denários emitidos em Emerita que proporcionam a data de fecho do tesouro. Apesar de tudo, os dois tesouros têm um traço comum: as moedas vinham acompanhadas de um lote de jóias, dado que parece corroborar que o motivo de ocultação está em relação com um sentimento de insegurança,<sup>171</sup> de resto que se verifica também pelos objectos preciosos, que como já vimos, acompanhavam alguns tesouros portugueses, como o de Guiães, Izeda e Castro de Alvarelos 2.

Parece-nos que também a ocultação destes achados, pela sua proximidade geográfica ao local onde se desenrolaram as guerras Cântabras poderão estar relacionados com elas.

Podemos citar outros achados como os do Castro de Chano 1 e 2 (León)<sup>172</sup> que apareceram na Cantábria durante uma campanha de escavações arqueológicas. Estes dois conjuntos apresentam a particularidade de serem compostos exclusivamente por denários ibéricos, ao contrário do que acontece com os tesouros portugueses. Tendo sido encontrados no interior de uma estrutura, na parede e numa estação arqueológica, existem dados que permitem C. Blázquez afirmar que estes tesouros foram ocultados em época augústea, assim sendo, mais uma vez vemos o denário ibérico perdurar até à época imperial.

Através destes tesouros podemos, então, concluir que a maioria dos achados monetários deste período aparecem na Tarraconense e mais concretamente do Noroeste peninsular, uma vez que aí ocorreram as guerras, que tiveram um papel importante na circulação de numerário neste período<sup>173</sup>. O numerário que constitui os tesouros é em prata e predominantemente romano, o que mostra que este foi preferido pelos entesouradores, por um lado, porque os *aurei* eram raros, tendo sido emitidos esporadicamente durante a Repúbli-

<sup>169</sup>R. Martins Valls e G. Delibes De Castro, *El Tesoro de Arrabalde y su entorno histórico*, Zamora, 1982; V. Sánchez De Arza, *Las monedas del tesoro de Arrabalde*. La Asturias Cismontana. *Numisma*, 186-191, 1984, pp. 51-64; C. Blázquez, *Tesorillos*, nº 100; C. Blázquez, *La circulación monetaria*, nº 1; L. Villaronga, *Tresors*, nº 149.

<sup>170</sup>NC, 1935, p. 289; RRCH, p. 132, nº 484; C. Blázquez, *Tesorillos*, nº 112; C. Blázquez, *La circulación monetaria*, nº 2; L. Villaronga, *Tresors*, nº 166.

<sup>171</sup>CMNH, pp. 195-6; C. Blázquez, *La circulación monetaria*, pp. 63-4.

<sup>172</sup>C. Blázquez, *La circulación monetaria*, pp. 64, 66.

<sup>173</sup>CMNH, pp. 196.



Região	Tesouros	Centros Emissores										
		Roma	Itália	Hispânia	Emerita	C. Patric. ?	Caesarau.	Lugdun.	C. Ibéric.	Oriente	Gália	África
LUSITÂNIA	52. H. da Gralheira	121	7	2					1		1	4
	46. Barroca do Ant.	43	4	2	2	9					2	8
	58. Forte						16					
	Abertura	32			1	2	1	2				
BÉTICA	Cortijo del Álamo	94+10?	1	2							4	20
	Linares	32+5?	2	1		10	7					16
	Cerro Redondo	2					32					4
	Cerro Cassal	6				3	275					
TARRACO-NENSE	29. Valadares	3										
	32. Izeña	4										
	37. S. Mamede Rib.	38	2	1				1			1	
	41. C. M. Mozinho	2	1						1			
	42. Guiães	7		1					2			
	40. C. Alvarinhos 1	3083	97	64+1					75	18	104	39
	49. C. de Sanfins	219	29	7+11	2				22	3	8	5
	54. Santo Estêvão	5						1		9		
	55. Alto do Corgo	3	1			1	2					
	56. Anhões	1				2	3			2		
57. C. Alvarinhos 3						4						
59. Junqueira	24	3			4	11		3		1	1	
Arrabalde	4						15					
Ramallás	24			2							1	
Chano 1							17					
Chano 2							28					
<b>TOTAIS</b>	<b>3752</b>	<b>147</b>	<b>84+7</b>	<b>7</b>	<b>31</b>	<b>1</b>	<b>364</b>	<b>61</b>	<b>115</b>	<b>21</b>	<b>121</b>	<b>98</b>

Quadro 10 - Distribuição dos numismas dos tesouros augusteos por centros emissores

ca e, por outro, porque a moeda de cobre não seria tão apreciada, visto que não aparece com tanta frequência<sup>174</sup>.

Quanto ao numerário ibérico, ainda circula, durante esta época, no território actualmente português, como testemunha o tesouro de S. Mamede de Ribatua, embora continue a ser mais frequente em zona espanhola como comprovam os achados de Chano 1 e 2 e Arrabalde. De qualquer forma circula em quantidades muito pouco significativas.

Por fim, nota-se já uma maior diversificação de centros emissores avizinhandose uma nova época: o Império.

## CONCLUSÃO

Apesar de todas as dificuldades com que deparamos ao longo da realização do nosso trabalho, conseguimos reunir 80 tesouros para este período. Através da sua análise verificamos que as motivações da sua constituição e ocultação poderão ter sido de variada ordem. No entanto, parece-nos que a principal razão da sua formação foi o clima de instabilidade criado pelas guerras que foram assolando o nosso território desde o século II a.C. até ao reinado de Augustus.

O uso da moeda foi-se tornando habitual à medida que as tropas romanas foram ocupando o território que estudamos, isto é, de Sul para Norte, tendo-se generalizado a sua utilização no interior Norte do nosso país actual, somente após a pacificação efectuada por Augustus. Esta ideia é, mais uma vez, confirmada pelos testemunhos monetários, visto que só conhecemos tesouros aparecidos no Norte datados a partir da segunda metade do século I a.C., enquanto que no Sul existem achados datados da segunda metade do século II a.C. Chegamos à mesma conclusão ao analisarmos os tesouros de moedas com objectos de metal precioso associados, pois aqueles que datarão da segunda metade do século II a.C./primeira metade do século I a.C. aparecem a Sul do rio Douro enquanto que os da segunda metade do século I a.C. só aparecem a Norte daquele rio.

Assim, os dois maiores momentos de entesouramento correspondem aos períodos das guerras sertorianas e das campanhas de Augustus. O número de tesouros relacionados com estas épocas é, sem dúvida, bastante significativo, o que parece mostrar que o nosso território desempenhou um papel importante nestas campanhas.

É de salientar, ainda, que o numerário romano permaneceu em circulação durante longos períodos de tempo, uma vez que nos tesouros ocultados durante o reinado de Augustus aparecem moedas datadas do século III a.C., embora circulassem de forma residual e exemplares da primeira metade do século I a.C. em abundância.

---

<sup>174</sup> *CMNH*, pp. 196.

Não queremos deixar de fazer referência ao denário ibérico que apesar de ter sido necessário quando escasseou a moeda oficial, surge em quantidades muito escassas nos nossos tesouros. Contamos com denários ibéricos, apenas, das casas da moeda de Ikaleslken, Kese e Arse nos achados datados do século II a.C. e de Bolskan e Sekobirikes nos tesouros ocultados durante o período das guerras sertorianas. Durante as campanhas de Augustus parece-nos que o denário ibérico já não seria tão utilizado (contamos, apenas, com um denário de Sekobirikes nos tesouros desta época) ou, pelo menos, não era entesourado. O denário ibérico teve um papel muito pouco significativo no nosso território.

Por fim, resta-nos referir as emissões oficiais que poderão ter sido cunhadas na Hispânia e que talvez tenham sido um pouco mais comuns do que o denário ibérico durante o período em que decorreram as guerras sertorianas. Referimo-nos às emissões correspondentes ao RRC 366/3 e RRC 393. Ao contrário do que afirma Cruces Blázquez, estas emissões estão presentes nos tesouros portugueses, embora em quantidades reduzidas, o que talvez confirme a nossa ideia de que se trataram efectivamente de cunhagens destinadas, apenas, a colmatar carências de financiamento da guerra. Este panorama mostra-nos que o numerário que circulava durante a República Romana no território actualmente português era, predominantemente, oficial e em prata.

## BIBLIOGRAFIA

- A. de Abreu, *Serra da Estrella (Guia Touriste)*, 2ª ed., Lisboa, 1905.
- M. A. Aguilar e T. Ñaco del Hoyo. Fiscalidad romana y la aparición de la moneda ibérica (206-195 a.C.), *La moneda hispánica*. Madrid, 1996, p. 281-288.
- J. de Alarcão, M. da Conceição Lopes, M. Helena Moura, As origens do povoamento na bacia do Alva, *Arqueologia*, 12. Porto, 1985, p. 194.
- J. Alarcão, *O domínio romano em Portugal*, Mem Martins, 1988.
- *Roman Portugal*, 2 vols. Warminster, 1988.
- Os Montes Hermínios e os Lusitanos, *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro*, vol. 2. Lisboa, 1988, p. 41-48.
- O Domínio Romano. *Nova História de Portugal. das Origens à Romanização*, Vol. I, dir. J. Serrão e A. H. Oliveira Marques, Lisboa, 1990, p. 345-489.
- *Arqueologia da Serra da Estrela*, Manteigas, 1993.
- Carmen Alfaro Asins, Los denarios del tesoro de Chão de Lamas, *GN*, 94-95, 1989, p. 131-134.
- Martín Almagro Basch. Miguel O. Prats, El tesorillo monetar de “Ja Barroca”, San Clemente de Amer (Gerona), *NH*. IX. 1960, p. 145-170.
- L. Ferrand de Almeida, Alguns documentos para a história da arqueologia em Portugal. *Conimbriga*, IV, Coimbra, 1965, p. 106.

F. M. Alves. *Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança. Arqueologia, Etnologia e Arte*, 11 vols., Porto, 1910-1948.

Luis Amela Valverde. La circulación monetária romano-republicana durante la guerra sertoriana según las ocultaciones de la época (82-72 a.C.), *GN*, 97-98, (V Encuentro de Estudios Numismáticos), 1990, p. 19-30.

— Las monedas de bronce acuñadas por Sexto Pompeyo en Hispania, *GN*, 113, 1994, p. 33-37.

A. F. d' Andrade. *Descrição e Historia do Concelho de Moimenta da Beira*. Viseu, 1926.

A. Domínguez Arranz. *Las cecas ibéricas del valle del Ebro*, Zaragoza, 1979.

M. de Azevedo. Notícias archeológicas de Trás-os-Montes, *AP*, I, 1895, p. 130-6.

M. Benedita Barbosa. Um tesouro Sertoriano da região de Santarém, *La moneda hispánica*, 1996, p. 239-244.

C. Belda Navarro. *El Proceso de romanización de la provincia de Murcia*, Murcia, 1975.

A. Beltrán. Cuestiones generales sobre hallazgos de moneda ibérica en la Península. *Tresors del món antic*. Barcelona, 1994, p. 63-80.

Francisco Beltrán Lloris. Las representaciones de Hispania en las monedas romanas, *Miscelanea Arqueologica*. Zaragoza, 1975, p. 245-50.

Q. Bigote. *Monografia da Vila e Concelho de Seia*, Seia, 1981.

Cruces Blázquez Cerrato, *Tesorillos*, Barcelona, 1988.

— Hallazgos numismaticos en Extremadura, *Anas*, 2/3, 1989-1990, p. 211-28.

— *La dispersión de las monedas de Augusta Emerita*, (Cuadernos Emeritenses, 5), Mérida, 1992.

— *La circulación monetaria*, Salamanca, 1993.

— Consideraciones sobre los hallazgos de monedas partidas en la península ibérica, *La moneda hispánica*, 1996, p. 297-304.

J. M. Blázquez e outros. *Historia de España Antigua*, Tomo II, Madrid, 1995.

H. C. Boren. Studies relating to the stipendium militum, *Historia*, 32, 1983, p. 437-458.

Henrique Botelho. Archeologia de Trás-os-Montes, *AP*, XV, 1910, p. 84 -86.

M. J. da Cunha Brito. Achados de moedas romanas, *AP*, XIII, 1908, p. 97-98.

J. Cabre Aguilo. El tesoro de Chão de Lamas, Miranda do Corvo (Portugal). *Actas y Memorias de la Sociedad Española de Antropología, Etnografía y Prehistoria*, Tomo VI, Cader-nos 1º e 2º, Madrid, 1927, p. 263-289.

— El tesoro de plata de Salvacañete (Cuenca), *AEA*, 12, 1936, p. 151-159.

— Caracteres de la orfebrería hispánica según los últimos descubrimientos. *Las ciencias*, III, 3-4, 1939, p. 1-11.

C. Calejo Serrano. Monedas romanas en Monroy, *Revista de Estudios Extremeños*, XXI, 1, 1965, pp. 41-49

— Los denarios de Valdesalor, *Zephyrus*, XVI, 1965, pp. 39-69.

M. Campo, Los denarios romano-republicanos acuñados en Hispania, *AN*, 3, 1973, p. 53-64;

— Circulación monetaria y tesoros hispánicos de época preimperial, *Numisma*, XXXII, 174-176, 1982, p. 51-70.

— Els inicis de la conquesta d'Hispania: la moneda i el finançament de l'exèrcit romà, *Moneda i finances a l'antiga Mediterrània*, Barcelona, 1993, p. 7-25.

— L'atresorament monetari a Hispania: aspectes polítics, econòmics i socials, *La moneda en temps d'August*, Barcelona, 1997, p. 111-128.

S. Balbi De Caro, *La banca a Roma — operatori e operazioni bancarie*, (Vita e costumi dei Romani antichi 8). Roma, 1989.

R.A.G. Carson, *Coins of the Roman Empire*, Cambridge, 1990.

P. J. Casey, The interpretation of romano-british site finds, in P. J. Casey e R. Reece (eds.), *Coins and the Archaeologist*, (BAR-4). Oxford, 1974, p. 37-51.

R.M.S. Centeno, *Moedas hispano-romanas do museu de Antropologia "Dr. Mendes Corrêa"*, Porto, 1976.

— O Tesouro monetário do Castro de Romariz, *Sautuola*, II, 1976-77, p. 209-219.

— O tesouro de denarii do Alto do Corgo (Concelho de Valença), *Conimbriga*, XVI, 1977, p. 93-101.

— Quatro denarii de Monte Mozinho (Penafiel), *Boletim do Ginásio Clube Vilacondense*, 3, 1978, p. 55-9.

— [Recensão de] J. Torres. Tesouro monetário do Castro de Alvarelos. Estudo numismático - seriação cronológica e histórica. 1979. *Nummus*, 2ª s., II, Porto, 1979, p. 105-9.

— A dominação romana, in J. H. Saraiva (dir.), *História de Portugal*, Vol. I, Lisboa, 1983, p. 149-211.

— *Circulação monetária no Noroeste da Hispania até 192*, Porto, 1987.

— Nota ao artigo de A. Marques de Faria, *Arqueologia*, 20, Porto, 1989, p. 96-97.

— Os tesouros monetários romanos na região entre o Douro e o Mondego: algumas reflexões. Conferência proferida no *II Colóquio Arqueológico de viseu* em 28 de Abril de 1990 (não publicada).

— A Numismática Antiga: um balanço da investigação em Portugal, *AN*, 21-23, 1991-93, p. 63-75.

— A Numismática Antiga na Península Ibérica: um balanço e perspectivas de investigação, *La moneda hispánica*, p. 373-379.

M. Christol e D. Nony, *Roma e o seu Império. Das origens às invasões Bárbaras*, Lisboa, 1993.

F. Chaves Tristan, Numismática antigua de la Ulterior, *Numisma*, 162-164, 1980, p. 99-122.

— Tesoros de monedas inéditos, ocultados en la Bética durante la Republica: I. El conjunto de Puebla de Los Infantes (Sevilla), *Anas*, 1, 1988, p. 133-168.

- Aspectos de la circulación monetaria de dos cuencas mineras andaluzas: Río Tinto y Castulo (Sierra Morena), *Habis*, 18-19, 1987-1988, p. 613-37.
- Indigenismo y romanización desde la óptica de las amoedaciones hispanas de la Ulterior, *Habis*, 25, 1994, p. 116-117.
- *Los Tesoros en el Sur de Hispania. Conjunto de denarios y objetos de plata durante los siglos II y I a.C.*. Sevilla, 1996.
- J. Chinchilla Sanchez, El tesoro de denarios romano-republicanos de Fuente de Cantos (Badajoz), *AN*, 12, 1982, p. 97-125.
- Alejandro Clasko, Conquista e Romanización de España. Narración Numismática, *Boletín de la Real Academia de Historia*, LLXX, 1973, p. 447-66.
- A. R. Colmenero, *Galicia Meridional Romana*, Bilbao, 1977.
- F. Russell Cortez, O tesouro monetário do lugar do Poio (Paradela de Guiães). Contributo numismático para o estudo da romanização da região do Douro, *Nummus*, I, 1952-53, p. 6-37.
- M. H. Crawford, *Roman Republican Coin Hoards*, 2 Vols., Cambridge, 1969.
- Coin hoards and the pattern of violence in the Late Republic, *Papers of the British School at Rome*, XXXVII, 1969, p. 76-81.
- The financial organization of Republican Spain, *NC*, IX, 1969, p. 79-112.
- Money and exchange in the Roman World, *JRS*, LX, 1970, p. 40-8.
- *Roman Republican Coinage*, 2 vols, Cambridge, 1974.
- Republican Denarii in Romania: the suppression of Piracy and the Slave-Trade, *JRS*, LXVII, 1977, p. 117-124.
- *Coinage and money under the Roman Republic - Italy and the Mediterranean economy*, 1985.
- C. Domergue, La mine d'Aljustrel (Portugal) et les tables de bronze de Vipasca, *Conimbriga*, XXII, 1983, p. 5-193.
- *Les mines de la Péninsule Ibérique dans l'antiquité romaine*, 1990.
- R. Duncan-Jones, *Money and Government in the Roman Empire*, Cambridge, 1994.
- A. J. Faria, As moedas do acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil), *Nummus*, 2ª s., VII-VIII, 1984-1985, p. 37-42.
- A. M. de Faria, Subsídios para um inventário dos achados monetários no distrito da Guarda, *Biblioteca, Arquivos e Museus*, I, Tomo II, 1985.
- Guerras e conflitos no Vale do Tejo na Antiguidade: o testemunho dos tesouros monetários, *Arqueologia do Vale do Tejo*, Lisboa, 1987, p. 60-61.
- Sobre a moeda no Noroeste da Hispânia. Alguns comentários ao recente livro do Doutor Rui Centeno, *Arqueologia*, 20, 1989, p. 90-96.
- Três tesouros monetários romanos da época republicana, *Nummus*, 2ª s., V, XIV-XV, 1991-92, p. 79-94.
- Achados monetários em Idanha-a-Velha, *Nummus*, 2ª s., V, XIV-XV, 1991-92, p. 121-149.

— Moedas da época romana cunhadas em território actualmente português, *La moneda hispánica*, p. 143-154.

Fernando Fernández Gómez. Un tesorillo de plata en el Castro de "El Raso de Candeleda" (Avila), *Trabajos de Prehistoria*, 36. 1979, p. 379-404.

M. L. Fernandez Noguera. Hallazgo de Palenzuela, *Memorias de los Museos Arqueológicos Provinciales*. VI. 1945. p. 90-3:

M. Ferreiro Lopez. La Campaña militar de Cesar en el año 61, *Actas del 1<sup>er</sup> Congreso peninsular de Historia antigua (Santiago. 1986)*, Santiago de Compostela, 1988, vol. II, p. 363-372.

J. O. Fidalgo, *Levantamento arqueológico de Penacova*, Trabalho escolar, Instituto de Arqueologia. Coimbra, 1991.

Miguel Figuerola Paniagua. Numismática Antigua de La Sierra de Gata, *Zephyrus*, XLVI, 1993. p. 265-78.

J. Fortes. *A estação archeologica d'Alvarelhos*, Porto, 1899.

Viriato de Sá Fragoso. *A Freguesia da Pocariça do Concelho de Cantanhede*, Porto, 1939.

E. de Freitas, *Felgerias Rubeas. Subsídios para a história do concelho de Felgueiras*, Porto, 1960.

B. Senna Freitas. *Memórias de Braga*, 5 vols., Braga, 1890.

J. Molina García e M. C. Molina Grande, *Carta Arqueológica de Jumilla*, Murcia, 1973.

A. García y Bellido. El arte de las tribus célticas, *Ars Hispaniae*, I, p. 334, figs. 406-409.

— Los auxiliares hispanos en los ejércitos romanos de ocupación (200 al 30 antes de J.C.), *Emerita*, XXXI (2), p. 213-226:

M. Paz García - Bellido. Del origen de la moneda, *Zephyrus*, XXXVII-XXXVIII, 1984-85, p. 397-409.

J. B. Giard, *Catalogue des Monnaies de l'Empire Romain. I-Auguste*, 1976.

O. Gil Farrés, *La moneda hispánica en la Edad Antigua*, Madrid, 1966.

Ph. Grierson. *Monnaies et monnayage. Introduction à la Numismatique*, Paris, 1976.

Alicia A. González. El regimen de las explotaciones en la Hispania republicana: el testimonio numismatico, *Moneda i finances a l'antiga Mediterrània*, Barcelona, 1993, p. 27-36.

J. L. F. Guedes, Achados numismáticos. Achado de Penamacor, *Nummus*, vol. III, nº 10, 1955, p. 201-203.

L. de Figueiredo da Guerra. *Noíçia histórica do concelho e villa de Boticas*, Viana do Castelo, 1911 (reimpr. Boticas 1982).

A. Bento da Guia, *Os Concelhos de Moimenta da Beira*, Moimenta da Beira, 1984.

K. W Harl, *Coinage in the Roman Economy 300 B. C. to A.D. 700*, Londres, 1996.

C. A. Hersh, A study of the coinage of the Moneyer C. Calpurnius Piso L. F. Frugi, *NC*, Vol. CXXXVI, 1976, p. 7-63.

— Notes on the chronology and interpretation of the roman republican coinage—Some comments on Crawford's *Roman Republican Coinage*, *NC*. Vol. CXXXVI, 1976, p. 19-36.

- C. A. Hersh e A. Walker, The Mesagne hoard, *ANSMN*, 29, 1984, p. 103-134.
- J. A. Hernández Vera, Aportaciones al conocimiento del Tesoro de Maluenda, *Numisma*, 165-167, 1980, p. 119-128;
- M. C. Hipólito. Dos tesouros de moedas romanas em Portugal, *Conimbriga*, Vol. II-III, 1960-1961.
- Tesouro monetário romano da Quinta da Madeira (Ferro, Covilhã), *Nummus*, 2ª s., Vol. I, Porto, 1979, p. 65-71.
- O tesouro monetário romano de Junqueira, freguesia de Adeganha, concelho de Vila Flor (sic), Comunicação ao II Encontro de Numismatas, Guimarães, 24 a 26 de Outubro de 1980 (não publicada).
- Christopher Howgego. The supply and use of money in the Roman world 200 B. C.. to A.d. 300. *JRS*, LXXXII, 1992, p. 1-31.
- Coin circulation and the integration of the Roman economy, *Journal of Roman Archaeology*, 7, 1994, p. 5-21.
- E. Hubner. *Corpus Inscriptionum Latinarum*, vol. II, 1869, 1892 (Supplementum).
- G. K. Jenkins, Literaturüberblicke der griechischen Numismatik, *Jahrbuch für Numismatischen und Geldgeschichte*, 11, 1961, p. 75-155.
- R. P. Duncan-Jones, Change in the Late Republican denarius, *NC*, Vol. XLV, 1995, p. 109-117.
- R. C. Knapp. The date and purpose of the iberian denarii, *NC*, Vol. CXXXVII, 1977, p. 1-18.
- A. S. Pinho Leal. *Portugal Antigo e Moderno*, 12 vols., Lisboa, 1873-1890.
- M. del M. Llorens Forcada, El Mundo financiero en los inicios del Imperio. *La moneda en temps d'August*. Barcelona, 1997, p. 91-110.
- E. A. C. Lopes. Aquisições do Museu Etnológico português. *AP*, 18, 1913, p. 161.
- Teresa Marot, Circulació i utilització quotidiana de la moneda a l'Hispania de l'època d'August. *La moneda en temps d'August*. Barcelona, 1997, p. 129-155.
- Matilde López Serrano, Tesorillo de denarios romanos del Cortijo Del Alamo (Jaén), *NH*, VII, 13, 1958, p. 25-47.
- F. Mateu y Llopis. HM. *Ampurias*, IX—X, 1947-48.
- Los tesoros monetarios de época sertoriana, A. Schulten, *Sertorio*, 1949, appendix II, p. 216:
- Hallazgos Monetarios, *NH*, X, 19-20, 1961,
- H. Mattingly. Coinage and the Roman state, *NC*, Vol. CXXXVI, 1976, p. 199-215.
- The Mesagne Hoard and the coinage of the Late Republic, *NC*, Vol. XLV, 1995, p. 101-108.
- H. Mattingly e E. a. Sydenham, *The Roman Imperial Coinage - I Augustus to Vitellius*, Londres, 1980 (reimp.).



- A. Mendonza Eguaras, Tesorillo de denarios republicanos de Cogollos de Guadix (Granada), *Numisma*, 150-155, 1978. p. 25-52.
- J. L. Monteverde, Notas sobre el tesorillo de Palenzuela, *AEA*, XX, 1947, pp. 61-68  
— El tesorillo de Roa (Duero). *AEA*, 1949, p. 377.
- F. Alvarez-Ossorio. *Tesoros españoles antiguos en el M.A.N.*, Madrid, 1954.
- A. do Paço. A Citânia de Sanfins (Paços de Ferreira), *Brotéria*, Vol. XLVI, 1947.  
— Citânia de Sanfins. III - Breve notícia de um tesouro monetário, *Brotéria*, vol. LVI, fasc. 6. 1953, p. 673-689.  
— Citânia de Sanfins: V - Nota sobre algumas moedas, *Nummus*, II, 1954, p. 139-52.  
— Tesouro Monetário da Citânia de Sanfins, *Anais*, Anais da Academia Portuguesa de História. II .s. 6. Lisboa. 1955, p. 189-275.
- M. F. Paniagua. Numismática Antigua de la Sierra de Gata, *Zephyrus*, XLVI, 1994, p. 265-278.
- Isabel Pereira, J.-P. Bost. Jean Hiernard, *Fouilles de Conimbriga*, Paris, 1974.
- Isabel Pereira, Notícia de um tesouro de denários republicanos, *Conimbriga*, XII, 1973, p. 215-218.
- C. Pires, Moedas achadas na Idanha (summuła de uma lição de Numismática dada na Biblioteca Nacional de Lisboa em 1898), *AP*, 1898, p. 79.
- J. M. S. Mendes Pinto. *Tesouros monetários Baixo-Imperiais entre Douro, Ave e Tâmega*. (dissertação de Mestrado apresentada à F. L. U. P.), Porto 1996.
- K. Polanyi, Primitive. *Archaic and Modern Economies. Essays of Karl Polanyi*, ed. G. Dalton, Boston, 1971.
- K. Raddatz. *Die Schatzfunde der Iberischen Halbinsel vom Ende des dritten bis zur Mitte der ersten Jahrhunderts vor. Chr. Geb. Untersuchungen zur hispanischen Toreutik*. (Madrider Forschungen 5), Berlin. 1969.
- M. Ramires. Achados numismáticos. Achado de Penamacor, *Nummus*, vol. I, nº 4, 1953, p. 272.
- Richard Reece. Roman coinage in Southern France, *NC*, 7ª s., VII, 1967, p. 91-105.  
— Roman coinage in Northern Italy, *NC*, 7ª s., XI, 1971, p. 167-179.  
— Coin find and coin production, *Rythmes de la production monétaire, de l'Antiquité à nous jours. Actas du Colloque International organisé à Paris du 10 au 12 Janvier 1986*, 1987, p. 335-41.  
— The regional study of coin site-finds, *Journal of Roman Archaeology*, 7, 1994, p. 480-490.
- P. P. Ripollés Alegre, La circulación monetaria en la Tarraconense mediterránea, 1982.  
— La moneda hispànica i el cost de la vida, *Moneda i finances a l'antiga Mediterrània*, Barcelona, 1993, p. 37-50.  
— Circulación monetaria en Hispania durante el período republicano y el inicio de la

dinastía Julio-Claudia. *VIII Congreso Nacional de Numismática (Avilez 1992)*, Madrid, 1994, p. 115-148.

Anne S. Robertson, Romano-British coin hoards: their numismatic, archaeological and historical significance, *Coins and the Archaeologist*, ed. J. Casey e R. Reece, (BAR 4), 1974, p. 12-36.

A. V. Rodrigues, O problema da localização de Tongóbriga, *Lucerna*, 12, 1961, p. 63.

— *Terras de Meda*, Meda, 1983.

J. Rodrigues, *O Couto de Aguiçim. Subsídios para a sua história*, Anadia, 1959.

J. da S. Ruivo, *Circulação monetária na Estremadura portuguesa até aos inícios do século III*, (dissertação de mestrado apresentada à F. L. U. P.), Porto, 1995.

— A circulação da moeda hispânica na Estremadura portuguesa. Uma primeira abordagem, *La moneda hispánica*, XIV, p. 155-160.

— O conflito sertoriano no Ocidente Hispânico: o testemunho dos tesouros monetários, *AEA*, (no prelo).

Mário de Saa, *As grandes vias da Lusitania. O Itinerário de Antonino Pio*, 6 vols., Lisboa, 1956-1967.

J. Sánchez Jiménez, Crónica de los hallazgos monetarios en la provincia de Albacete, *Boletín Arq. del SE Español*, 1, Cartagena, 1945, p. 204-216.

M. L. Affonso dos Santos, *Arqueologia romana do Algarve*, 2 vols., Lisboa, 1971-1972.

P. M. Fernandes dos Santos, *A minha terra. Breves apontamentos sobre Romariz*, Porto, 1940.

A. Schulten, Herminius Mons, *Paulys Real-Encyclopadie der classischen Altertumswissenschaft*, 8, 1912, col. 834.

A. Schulten, et alii, *Fontes Hispaniae Antiquae*, 8 vols., Barcelona, 1922-1987.

A.C.F. da Silva, Origens do Porto, *História do Porto*, dir. L. A. de Oliveira Ramos, Porto, 1994, p. 44-117.

V. Simões, *A Serra da Estrela e as suas beiras*, Lisboa, 1979.

J. Torres, Tesouro monetário do Castro de Alvarelhos. Estudo numismático - seriação cronológica e histórica, *Santo Tirso. Boletim cultural concelhio*, 1, 2-3, 1979, p. 3-250.

Margarita Vallejo Girvés, Los temores del Complutum Romano: una explicación a tres tesorillos numismaticos, *GN*, 113, 1994, pp. 27-31.

J. L. de Vasconcelos, Collecção ethnográfica do Sr. M. d'Azuaga, *AP*, I, 1895, p. 20-28.

— Notícias várias, *AP*, I, 1895, p. 17-19, 103, 138-142, 252-254, 301-304.

— Religiões da Lusitânia, 3 vols., Lisboa, 1897-1913..

— Pela Beira, *AP*, XXII, 1917.

— Estudos sobre a época do ferro em Portugal, *AP*, XXIV, 1920, p. 99-100. 195-197.

— Observações numismáticas, *AP*, XXV, 1922, p. 190-1.

E. da Veiga, *Antiguidades monumentais do Algarve*, 4 vols., Lisboa, 1886-1891.

A. Viana, "Denarii" do Museu Regional de Beja, *Arquivo de Beja*, XII, fasc. I-IV, 1955, p. 140-163.

— Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo, *Arquivo de Beja*, XV, fasc. I-IV, 1958, p. 45-47.

— Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo, *Arquivo de Beja*, XVI, fasc. I-IV, 1959, p. 46-48.

J. M. Vidal Bardán, Tesorillo de Denarios hallado en Tiermes (Soria), *GN*, 89, 1988, p. 29-32.

— Tesorillo de denarios romano-republicanos de Nerpio (Albacete), *Numisma*, 186-191, 1984, p. 41-50.

J. R. Viegas e Rui Parreira: *Der Schatzfund von Santana da Carnota (Alenquer-Portugal)*, *Madrider Mitteilungen*, 25, 1984, p. 79-100.

J. A. Vieira, *O Minho Pittoresco*, 2 vols., Lisboa, 1886-1887.

J. Vilaret i Monfort, Una troballa numismàtica de l'època sertoriana a l'Empordá, *AN*, VI, 1976, p. 47-60.

Leandre Villaronga, Notas a un hallazgo de denarios en Maluenda (Zaragoza), *Ampurias*, XXVI-XXVII, 1964-65, p. 165-173.

— *Las monedas de Arse-Saguntum*, Barcelona, 1967.

— Tesorillo de Albacete del año 1906, *Ampurias*, t. 33-34, 1971-72, pp. 305-320.

— Comentario en torno a los hallazgos de tesoros monetarios, *XIII Congreso Nacional de Arqueología*, Zaragoza, 1975, p.49-54.

— *Numismática antigua de Hispania. Iniciación a su estudio*, Barcelona, 1979.

— Tesor de Idanha-a-Velha (Castelo Branco, Portugal) de denaris romans, ibèrics i dracmes d'Arse, *Numisma*, Ano XXX, 165-167, 1980, p. 103-117.

— Nuevo testimonio del Paso de los Cimbrios. El tesorillo de Sarria (Barcelona), *GN*, 64, 1982, p. 24-30.

— Ordenación y cronología de los denarios de la Celtiberia, *GN*, 86-87, 1987, p. 9-22.

— *Els denaris ibèrics d'Ikalkunskan*, València, 1988.

— *Tresors*, Barcelona, 1993.

— La masa monetaria acuñada en la Península Ibérica antes de Augusto, *La moneda hispánica*, p. 7-14.

T. R. Volk, M. Campo e N. Tarradell-Font, Tesoros monetarios de Hispania antigua: proyecto para un banco de datos e inventario, *Numisma*, XXXIII, 180-181, 1983, p. 9- 25.

T. R. Volk, The hoard as a diagnostic tool. The different patterns to Roman silver currency in Hispania and Italy at the 2nd century BC., *Tresors del món antic*, Barcelona, 1994, p. 51-2, 54-6.

— Hispania and the gold and silver coinage of Augustus, *La moneda en temps, d'August*, Barcelona, 1997, p. 59-90.

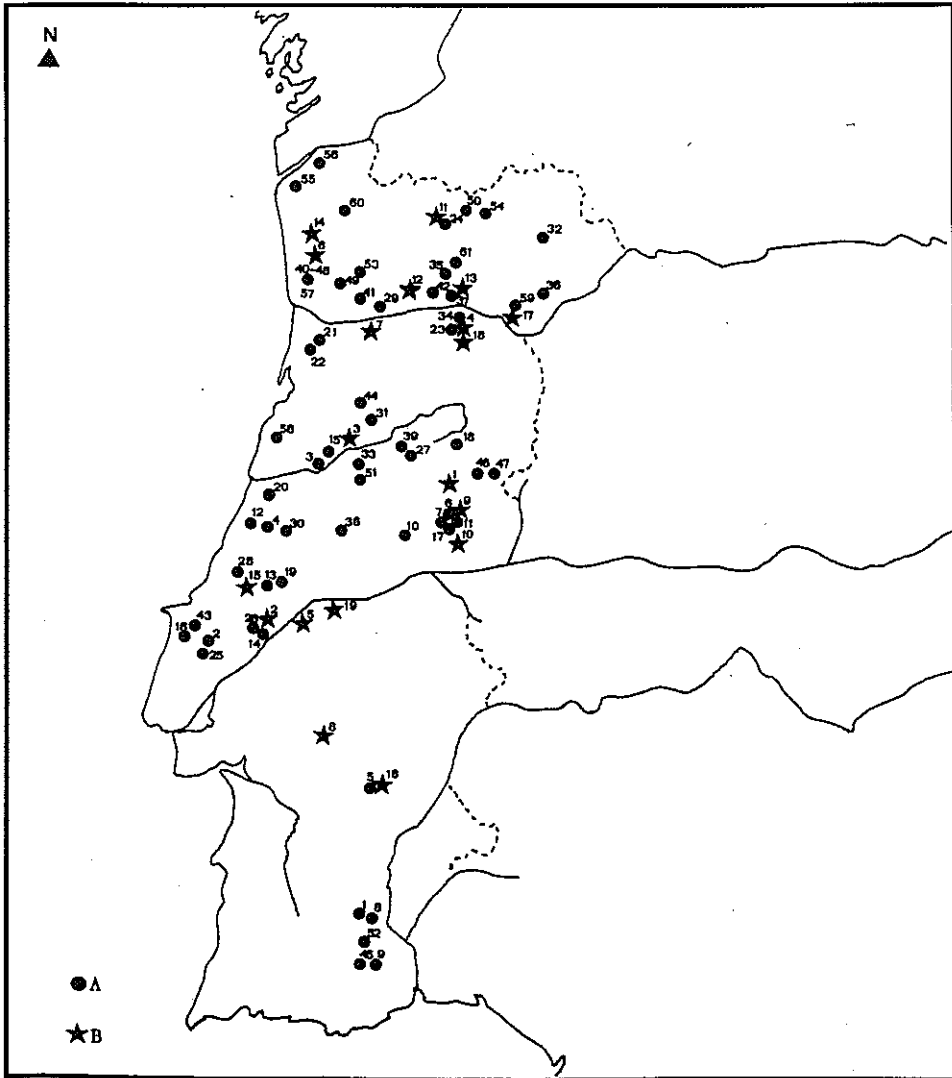
— Inventari dels conjunts de monedes d'or i de plata de la Península Ibérica: D'August a Neró (prereforma), *La moneda en temps d'August*, MNAC, Barcelona, 1997, p. 157-191.

H. B. Walters. *Catalogue of silver plate (greek, etruscan and roman) in the British Museum*, Londres, 1921.

M. Wood e F. Queiroga (eds.), *Current research in the Romanization of the Western provinces* (BAR, Int. S. 575), Oxford, 1992, p. 95-100.

MAPAS

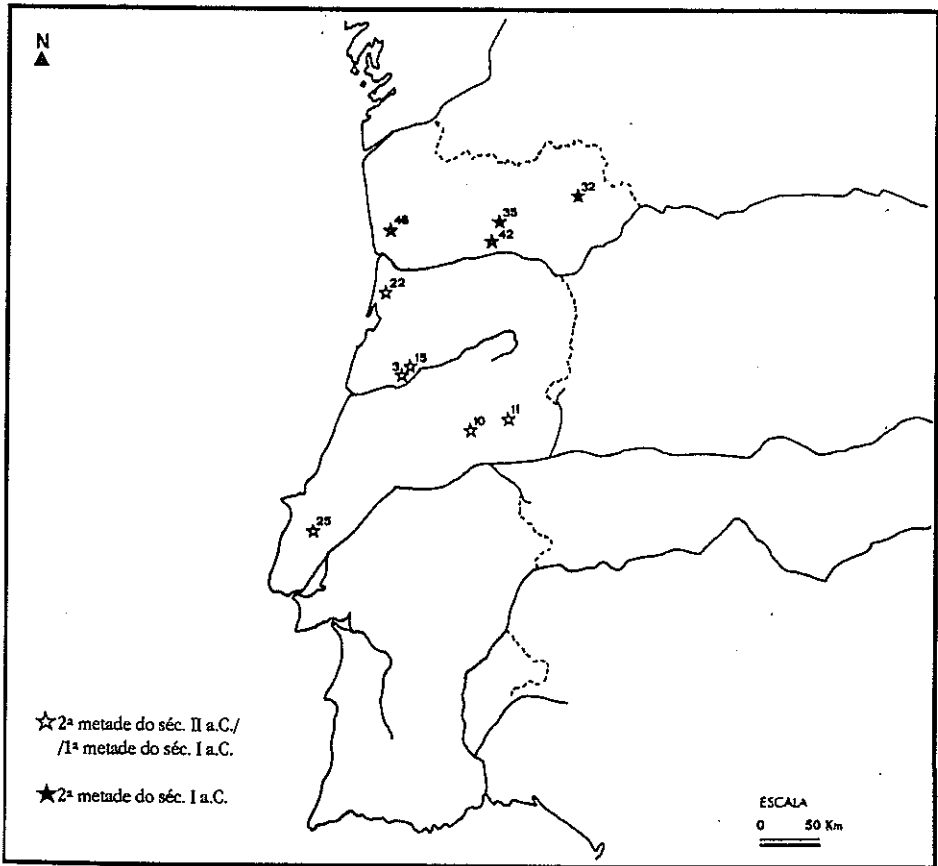




Mapa 1 — Tesouros monetários romanos em Portugal: da República ao reinado de Augustus.

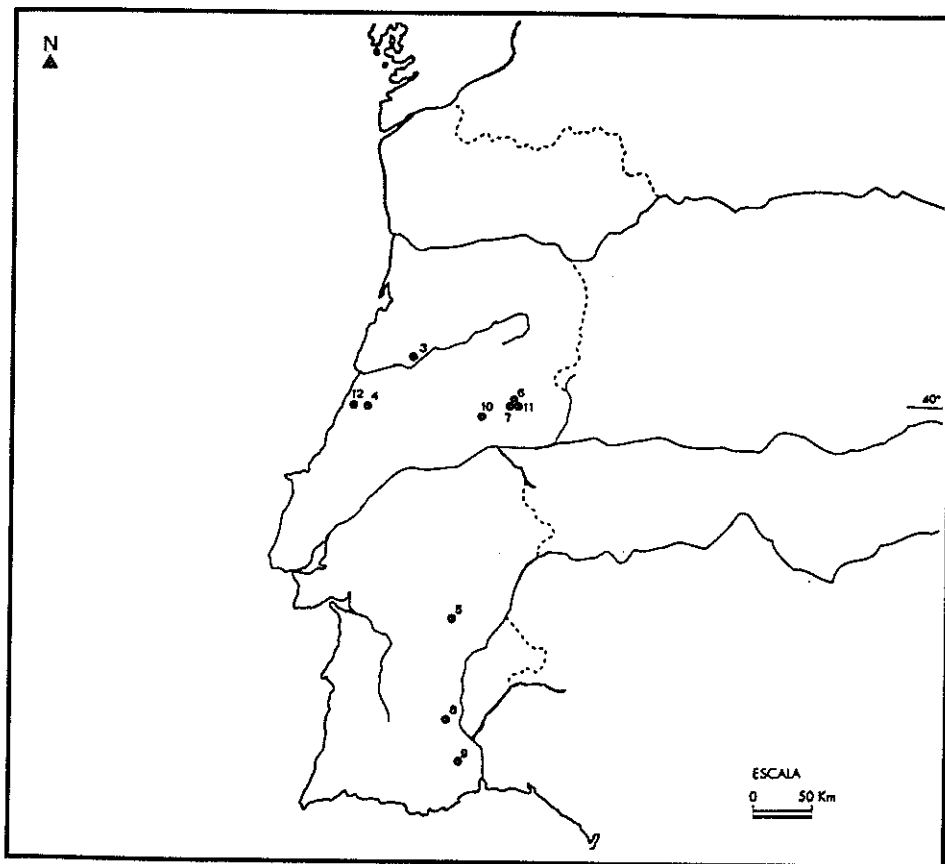
A. Tesouros cuja composição, total ou parcial, é conhecida.

B. Tesouros não datados (cf. Apêndice ao Inventário dos tesouros).

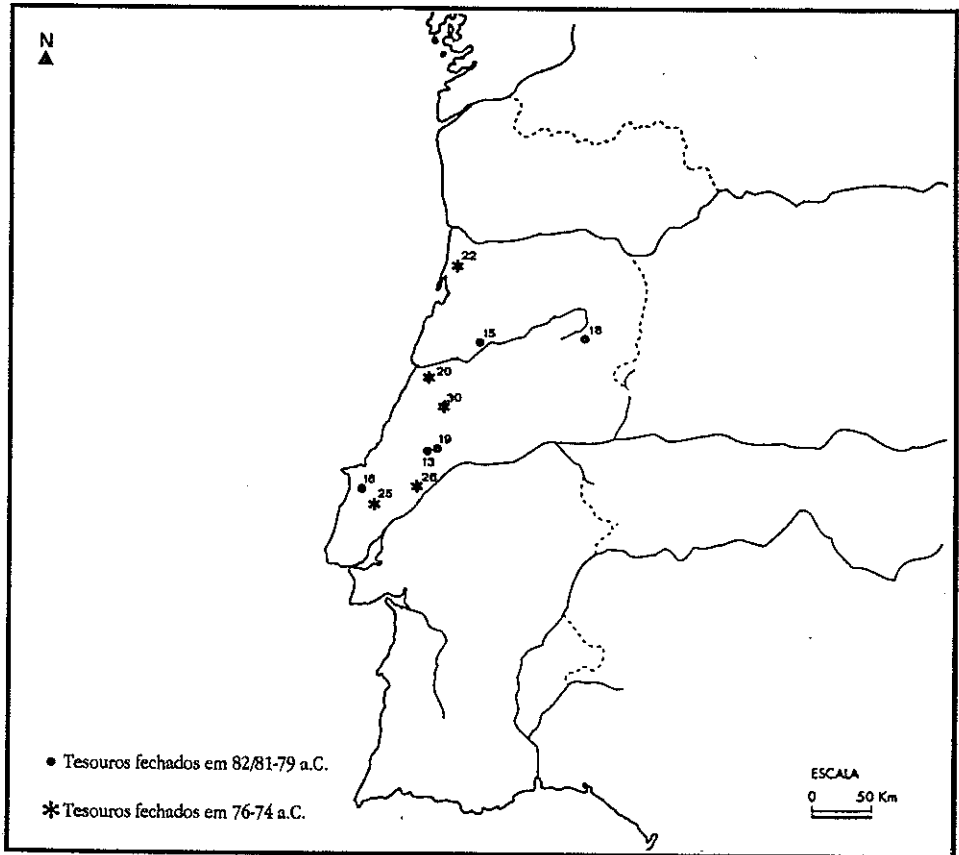


Mapa 2 — Tesouros monetários com jóias em AR e AV associadas.

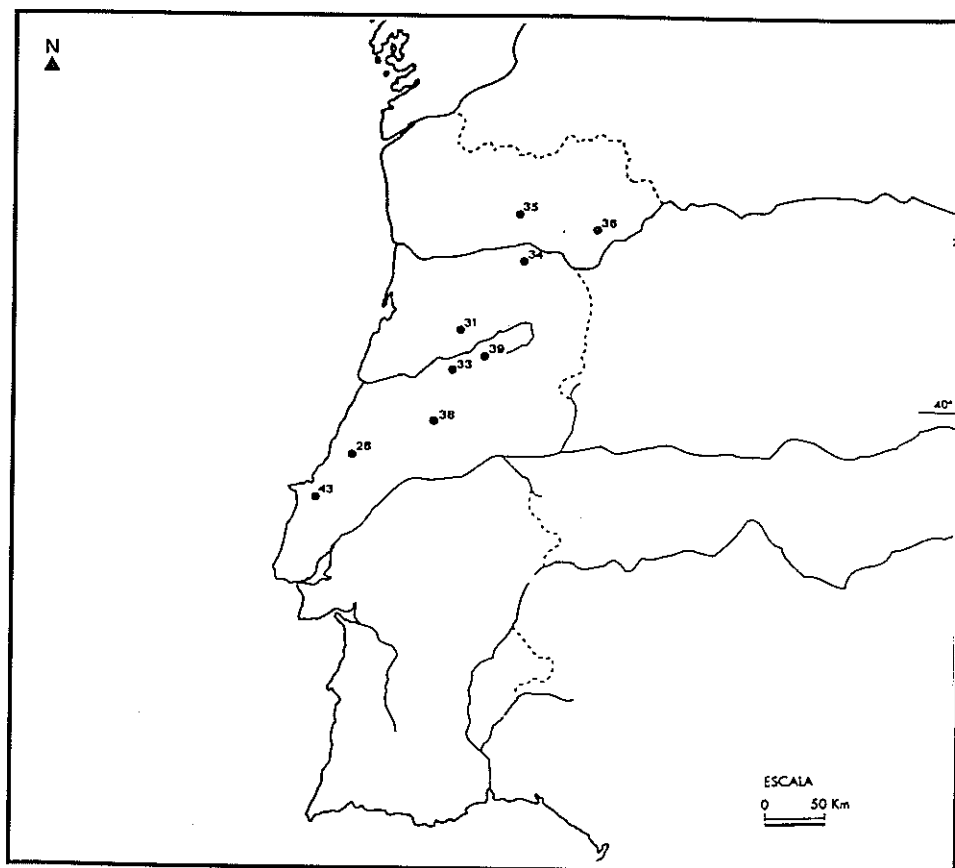




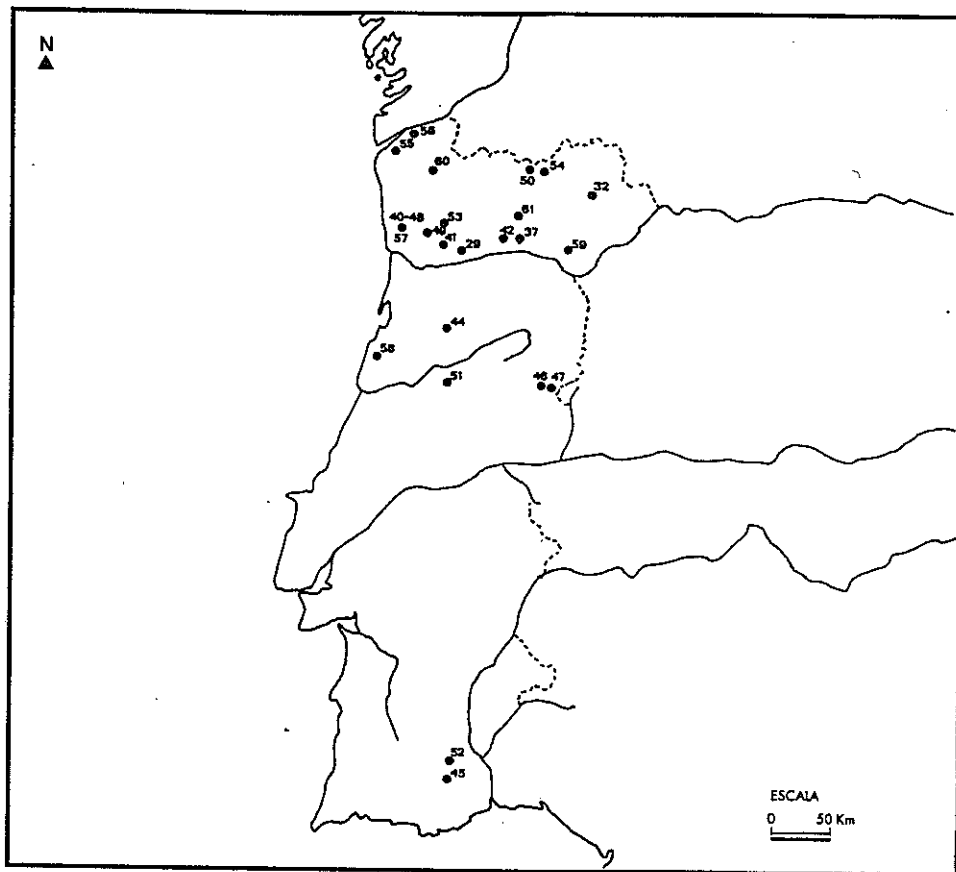
Mapa 3 — Tesouros ocultados durante as guerras entre Lusitanos, Celtiberos e Romanos.



Mapa 4 — Tesouros ocultados na época das guerras sertorianas.



Mapa 5 — Tesouros ocultos entre 47-43 a.C.



Mapa 6 — Tesouros ocultados no reinado de Augustus.

## O TESOURO DO COIÇO (CONCELHO DE PENACOVA, DISTRITO DE COIMBRA)

José Ruivo \*

Nos anos oitenta do século passado, quando trabalhadores rurais procediam à abertura de covas para o plantio de um eucaliptal no sítio do Cabeço da Mogueira, junto à povoação do Coiço (freguesia de Oliveira do Mondego, concelho de Penacova, distrito Coimbra), em terreno pertencente a António César Henrique (cfr. CMP 220, de 1947; coordenadas Gauss: M = 190,9; P = 370,4), puseram a descoberto um tesouro composto por, pelo menos, uma vintena de denários republicanos e um pequeno fragmento de *torques* em prata.

O Cabeço da Mogueira é um extenso esporão situada num meandro do Mondego, com uma orientação aproximada SW-NE (Fig. 1), a pouco mais de 500 metros para Nordeste da povoação do Coiço, com uma altitude máxima pouco superior aos 100 metros. Em deslocação recente ao local, verificámos que o mesmo é constituído por um solo xistoso extemamente pobre, surribado na quase totalidade para o plantio de eucaliptos<sup>1</sup>. Aliás, a densa mancha vegetal que actualmente cobre o Cabeço da Mogueira é quase totalmente dominada por esta espécie, que alterna a espaços com acácias e alguns pinheiros. A prospecção realizada ao sítio revelou-se inconclusiva, uma vez que a espessa camada de folhas mortas depositada sobre o solo não permitiu uma observação tão pormenorizada quanto a desejada. De qualquer forma, as condições para a implantação humana no local parecem-nos muito pouco favoráveis, já que a longa linha de cumecada é estreitíssima, à

---

\* Museu Monográfico de Conimbriga.

<sup>1</sup> Visita efectuada em 18 de Abril de 2002, na companhia de Virgílio Hipólito Correia, director do Museu Monográfico de Conimbriga e de António Nunes Monteiro, arqueólogo da Extensão de Viseu do IPA, a quem agradecemos a disponibilidade manifestada para o efeito.

excepção da pequena plataforma que, sobranceira à curva apertada que o Mondego efectua para NE, remata o esporão.

Partindo do princípio que a identificação do local do achado é correcta, não deixa de parecer estranha a motivação do proprietário do achado ao ocultá-lo em lugar aparentemente ermo. Considerando que boa parte dos tesouros contemporâneos do achado do Coiço até agora recensados para a região centro-portuguesa foram encontrados em locais relativamente próximos de povoados indígenas (Ruivo 1997 89), é plausível que num raio de alguns quilómetros existam vestígios de povoamento dos finais da II Idade do Ferro ou da época romana<sup>2</sup>.

A primeira notícia sobre o achado que é objecto da presente nota chegou-nos através do trabalho realizado por um aluno da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Fidalgo 1991 61-68, fotos 7-13), que faz um relato sumário das circunstâncias da descoberta acompanhado de fotografia geral de todo o conjunto e fotografias pormenorizadas dos exemplares RRC 200/1, 300/1 e 357/1b. Posteriormente, tivemos oportunidade de observar reproduções ampliadas das moedas que ficaram na posse do proprietário do terreno<sup>3</sup>, realizadas pela Dra. Ana Margarida Serra Ferreira, actual directora do Museu de Francisco Tavares Proença Júnior (Castelo Branco) e à época conservadora do Museu Municipal Dr. Santos Rocha (Figueira da Foz), que gentilmente no-las cedeu para a realização do presente estudo<sup>4</sup>. Lamentavelmente não foi realizada qualquer imagem onde fosse visível com algum detalhe o pedaço de metal completamente torcido que acompanhava as moedas, o qual se veio a confirmar como fragmento de um *torques* (Ruivo 1997 91, n. 72)<sup>5</sup>. Não sabemos se, para além do fragmento de *torques*, estariam presentes outros objectos. São, contudo, vários os depósitos em cuja composição entram moedas, peças de baixela, objectos

---

<sup>2</sup> Foi com esse desígnio que prospectámos igualmente o Cabeço das Lamas, situado a pouco mais de um quilómetro para norte. Uma vez mais, um matagal de acácias cerradíssimo e um solo coberto por uma espessa camada vegetal revelaram-se um sério obstáculo à nossa tarefa. Não conseguimos detectar qualquer sinal de ocupação antiga do local.

<sup>3</sup> Ao Sr. António César Henrique, entretanto falecido, rendemos póstuma homenagem por ter, na altura, permitido a realização das fotografias das moedas.

<sup>4</sup> Desejamos manifestar o nosso profundo reconhecimento à Dra. Ana Margarida Serra Ferreira pela excepcional colaboração prestada, sem a qual a realização deste trabalho não seria possível, bem como à Dra. Isabel Pereira que, tendo iniciado o estudo do tesouro, nos concedeu autorização para fazer a sua publicação. Estamos igualmente gratos ao Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, por nos ter autorizado a consulta do trabalho de Jorge Oliveira Fidalgo, realizado no âmbito da cadeira de Técnicas de Investigação Arqueológica.

<sup>5</sup> A identificação só foi possível a partir da fotografia de conjunto apresentada no já referido trabalho de Fidalgo. As diligências desenvolvidas junto dos actuais proprietários para efectuar nova observação da peça revelavam-se, até ao momento, infrutíferas.

de adorno, lingotes, etc., sobretudo em prata, e cuja datação se situa no período que vai da segunda metade do séc. II a.C. a meados do séc. I a.C.

Na actual região centro-portuguesa esta associação encontra-se na maior parte dos tesouros com moedas até 100 a.C.: Fonte do Alvorge (Ruivo 1997 23, nº 1), Chão de Lamas (Alfaro Asins 1989 131-134), Olival da Soalheira do Barbanejo (Faria 1991-1992 87-92) e Penha Garcia (RRCH 191), torna-se mais escassa nos tesouros do período das guerras sertorianas: para além do achado do Coiço, vamos ainda encontrá-la nos depósitos de Santana da Carnota (Viegas e Parreira 1984 79-91) e do Castro de Romariz (Centeno 1976-1977 209-219), rareando nos achados posteriores. É mesmo bastante provável que alguns tesouros de que actualmente se conhecem apenas peças de baixela e/ou objectos de adorno incluíssem igualmente numerário, posteriormente separado do conjunto, situação que não será de estranhar se considerarmos que, em vários casos, pouco ou nada se sabe sobre as circunstâncias em que ocorreram os achados.

Os *torques* ditos *ibéricos* contam-se efectivamente entre os objectos de adorno mais frequentes nos entesouramentos do período republicano na Península (Bandera Romero 1996 645). O fragmento do Coiço, mau grado a impossibilidade de procedermos ao seu exame directo, parece apresentar características muito similares às de outras peças oriundas de depósitos do séc. II e de inícios do I a.C. recolhidos na Andaluzia e na Beira Baixa (Raddatz 1969 Karte 11). Embora se possam assinalar vários paralelismos, aquele que se nos afigura como mais imediato, sobretudo se atendermos às aparentes semelhanças verificadas ao nível da técnica utilizada no trabalho dos arames, é o que pode ser estabelecido com os *torques* do tesouro de Chão de Lamas (conc. Miranda do Corvo, distr. Coimbra) actualmente no Museu Arqueológico Nacional, em Madrid (Raddatz 1969 Taf. 89-90). Descoberto em 1913, este importante depósito era composto por vários objectos, entre os quais se destacam: dois vasos de prata, um dos quais com tampa, um *torques* completo e um fragmento de outro, ambos em prata, duas lúnulas de prata e 6 denários romanos e 1 ibérico (*ikalesken*), na sua maior parte partidos intencionalmente (Raddatz 1969 276, nº 4-5, Taf. 89,2 e 90,2). O denário mais recente deste conjunto é de 101 a.C. (RRC 324/1), podendo o tesouro ter sido ocultado entre 100 e 93 a.C. ou mesmo depois, atendendo à fragmentação e à má conservação dos numismas que o compõem e que chegam inclusive a sugerir a sua desmonetização (Alfaro Asins 1989 131-134)<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Parece claro que, na perspectiva do aforrador, o valor legal das moedas seria nulo. A acumulação fez-se com base no valor intrínseco do metal. Esta situação encontra eco no testemunho de Estrabão (*Geografia* III, 3. 7), ao afirmar que o uso de pedaços de prata cortados nas transacções era uma prática comum entre vários povos do Norte da Hispânia. Outro exemplo igualmente sugestivo desta circunstância é constituído pelo recém-descoberto tesouro de Montedor, Viana do Castelo (Centeno 1999 135-138), composto por 38 denários romanos e ibéricos, marcados ou partidos intencionalmente, e por 113 peças de formas e dimensões variadas, muitas delas em estado declaradamente fragmentário.

Do ponto de vista tipológico, o *torques* do Coiço é enquadrável no terceiro dos grupos definidos por Bandera Romero (1996 647-648) para os torques recolhidos nos entesouramentos do sul da Hispânia, que se caracterizam pelo facto de serem realizados com dois ou mais arames enrolados em espiral, decrescendo o seu diâmetro à medida que se aproximam das extremidades, onde se fundem num só, sendo o terminal rematado geralmente por olhal.

A inclusão deste tipo de objecto no conjunto e o facto de, ao tempo da ocultação, o recurso à moeda como forma de pagamento não fazer parte do quotidiano das populações indígenas do oeste hispânico, coloca-nos perante a possibilidade de a formação do tesouro ter ocorrido numa área distante do local onde foi ocultado e perdido definitivamente, talvez nas regiões do Sul da Península. Sobre a origem do seu possuidor nada podemos adiantar. Certo é que, indígena ou romano, circunstâncias excepcionais tê-lo-ão forçado a enterrar o seu pecúlio e, por uma daquelas vicissitudes em que a vida tantas vezes é fértil (morte, captura, abandono precipitado do local ou pura e simplesmente por esquecimento do sítio exacto da ocultação) nunca mais lhe foi possível reavê-lo.

Questão que permanece igualmente em aberto é a de sabermos qual o número total de moedas que inicialmente integravam o depósito do Coiço, sendo legítimo presumir-se que as vinte unidades entregues pelos trabalhadores ao proprietário do terreno e que são objecto desta notícia possam não corresponder à totalidade das moedas recolhidas na altura. Não chegou igualmente até nós qualquer referência ao contentor em que este conjunto terá sido depositado, pelo que é de admitir que, a existir, este encontrar-se-ia tão destruído que não chamou a atenção dos achadores ou, então, o mesmo seria em material perecível, provavelmente uma pequena bolsa em tecido ou em couro.

Das moedas analisadas, a mais antiga pertence à emissão de *Nat* (RRC 200/1), datada de 155 a.C., enquanto a mais recente é atribuível à emissão hispânica de *C. Annius T.f.T.n Pro. Cos* (RRC 366/3c), de 82-81 a.C. Tomando como referência a cronologia deste último exemplar e atendendo ao desgaste pouco significativo aparentemente revelado pelas unidades mais recentes do depósito, fomos levados, em trabalhos anteriores, a avançar a hipótese de a ocultação deste tesouro ter ocorrido no decurso das guerras sertorianas (Ruivo 1997 91, n. 72; 1997a 91-100)<sup>7</sup>, à semelhança do parece ter acontecido com vários outros tesouros oriundos da fachada litoral a norte do Tejo, como é o caso dos tesouros de Santana da Carnota (Viegas e Parreira 1984 79-91), região de Santarém (Barbosa 1995 239-244), Chões de Alpompe (Ruivo 1999 102-104 e 106-107), Charneca (Vasconcellos 1909 58), região de Torres Novas (Vasconcellos 1909 58), Columbeira (Hipólito 1960-

---

<sup>7</sup> Sobre os tesouros sertorianos na Hispânia, cfr. os trabalhos de Amela Valverde 1990 19-24; Villaronga 1993 47-54 e 81-85, mapa 6; Blázquez 1987-1988 123-129.



1961 75-77, n° 105), Vila Nova (Ruivo 1997 23-24, n° 2), Cabeça da Corte (Hipólito 1960-1961 62, n° 87; RRCH 300) e Castro de Romariz (Centeno 1976-1977 209-219).

Em trabalho recente, Jorge de Alarcão dividiu os tesouros da época sertoriana em dois grupos: o dos tesouros com moedas de 85-80 a.C. e o dos tesouros com moedas até 74 a.C., tendo incluído o achado do Coiço no primeiro grupo (Alarcão 1999 4). Este investigador, analisando a problemática dos tesouros sertorianos à luz da interpretação das fontes históricas e arqueológicas, coloca duas hipóteses para a não recuperação dos tesouros com moedas de 85-80 a.C.: na primeira, estes tesouros seriam consequência das campanhas supostamente efectuadas por Metelo na fachada atlântica a norte do Tejo nos anos 79 e 78 a.C. (Alarcão 1999 4); na segunda, em lugar de testemunharem a presença de Metelo a norte do Tejo, estes tesouros corresponderiam antes ao produto de saques efectuados por tropas de Sertório a sul daquele rio (Alarcão 1999 5).

Pelo que nos diz respeito, julgamos que apenas a primeira hipótese sugerida por Alarcão para justificar a ocultação dos tesouros com moedas até 80 a.C. se afigura coerente. Defender que estas ocultações seriam o resultado das investidas das tropas de Sertório ao Alentejo e à Bética não faz grande sentido, quanto mais não seja porque todos os depósitos até agora conhecidos surgem a norte do Tejo e não a sul, como em tais circunstâncias seria de esperar. A tese defendida por García Morá (1991 73-104), segundo a qual durante o ano 79 a.C. Metelo terá atacado as posições de Sertório a norte do Tejo continua a parecer-nos como a mais correcta. Neste contexto seria importante clarificar, por exemplo, o papel desempenhado por um sítio aparentemente tão importante quanto os Chões de Alpompe (Santarém), cujo abandono parece situar-se neste período (Ruivo 1999 106).

Admitindo, todavia, a possibilidade de o depósito poder integrar, originalmente, unidades mais recentes, não deverá ser completamente afastada a hipótese de a ocultação ter ocorrido na fase final das guerras sertorianas (74-72 a.C.) ou mesmo após o termo destas, nomeadamente durante a pretura de César (61-60 a.C.). De acordo com as fontes antigas, César promoveu naquela data uma série de campanhas contra as populações que viviam no *mons Herminius* (Dião Cássio, 37, 52-55), área geográfica que é susceptível de corresponder ao maciço montanhoso da Beira interior (Alarcão 1988 42). Talvez seja possível situar nesta conjuntura a deposição dos tesouros da Moita, Anadia (Hipólito 1960-1961 50-51, n° 62) e de S. Romão, Seia (Alarcão 1993 15; Barbosa 1999 299-304), cujos exemplares mais recentes conhecidos datam de 67 a.C. Talvez ainda deste período ou dos anos imediatos que se seguiram às campanhas cesarinas parece datar a fundação da fortificação da Lomba do Canho, Arganil. É bem possível que a presença deste estabelecimento, que dista em linha recta do Coiço cerca de 20 km, esteja intimamente ligada à exploração dos recursos mineiros da região (Fabião 1989 48-50). Aliás, não nos repugna deixar no ar a hipótese de a ocultação do Cabeço da Mogueira ter como pano de fundo aquela actividade, mesmo se enquadrada noutra horizonte cronológico.

Independentemente de todas as conjecturas que a este respeito possam ser tecidas, quer-nos parecer que esta problemática ainda está ainda bastante longe de se encontrar

resolvida. Não apenas porque as fontes escritas para este período são manifestamente insuficientes como, do ponto de vista arqueológico, as evidências são até agora muito pouco significativas, considerando o estado incipiente dos nossos conhecimentos no que toca a aspectos tão relevantes como as estruturas do povoamento da região a norte do Tejo nos finais da Idade do Ferro ou a estratégia e as circunstâncias da conquista romana.

### ANEXO I – CATÁLOGO

Nº	Autoridade emissora	Centro emissor	Cronologia	Marca de controlo	Referência
1	Nat	Roma	155 a.C.		RRC 200/1
2	Anónimo (cabeça de elefante)	Roma	128 a.C.		RRC 262/1
3	C. Cassi	Roma	126 a.C.		RRC 266/1
4	Q. Fabi Labeo	Roma	124 a.C.		RRC 273/1
5	C. Cato	Roma	123 a.C.		RRC 274/1
6-7	M. Fan C.f	Roma	123 a.C.		RRC 275/1
8	M. Sergi Silus Q.	Roma	116-115 a.C.		RRC 286/1
9	M. Cipi M.f	Roma	115-114 a.C.		RRC 289/1
10	C. Pulcher	Roma	110-109 a.C.		RRC 300/1
11	L. Flamini Cilo	Roma	109-108 a.C.		RRC 300/2
12	L. Senti C.f	Roma	101 a.C.	V	RRC 325/1b
13	P. Servili M.f Rulli	Roma	100 a.C.		RRC 328/1
14	D. Silanus L.f	Roma	91 a.C.	R	RRC 337/3
15	L. Tituri Sabin	Roma	89 a.C.		RRC 344/2
16-17	Gar, Ogul. Ver <sup>b</sup>	Roma	86 a.C.		RRC 350/A2
18	L. Iuli Bursio	Roma	85 a.C. R/MA	A/pássaro <sup>9</sup>	RRC 352/1c
19	C. Norbanus	Roma	83 a.C.	IXXXXV	RRC 357/1b
20	C. Annius T.f T.n Pro. Cos	Hispania	82-81 a.C.	S	RRC 366/3c

<sup>8</sup> O exemplar nº 16 é forrado. A interpretação mais corrente consiste em considerar que as moedas forradas são falsificações (Crawford 1968 55-59). Sendo extremamente raras em tesouros, apenas se poderá explicar a existência desta peça no conjunto pelo facto de o seu proprietário não se ter apercebido do defeito.

<sup>9</sup> Marca muito semelhante a SNR/ta 2256, que o autor admite ser uma pomba.

## BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. (1988). «Os Montes Hermínios e os Lusitanos», *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro*, vol. 2, Lisboa, pp. 41-48.
- ALARCÃO, J. (1993). *Arqueologia da Serra da Estrela*, Manteigas.
- ALARCÃO, J. (1999). «O contexto histórico dos tesouros republicanos romanos em Portugal», in CENTENO, R. M. S., GARCÍA-BELLIDO, M. P. e MORA, G. (eds.), *Rutas, ciudades y moneda en Hispania* (Actas del II Congreso Peninsular de Numismática Antigua – Porto, Março de 1997), Anexos de *AespA*, XX, pp. 1-8.
- ALFARO ASINS, C. (1989). «Los denarios del tesoro de Chão de Lamas», *Gaceta Numismática*, 94-95, pp. 131-134.
- AMELA VALVERDE, L. (1990). «La circulación monetária romano-republicana durante la guerra sertoriana según las ocultaciones de la época (82-72 a.C.)», *Gaceta Numismática*, 97-98, pp. 19-30.
- BANDERA ROMERO, M. L. (1996). «Objectos de prata que acompanham a las tesaurizaciones», in TRISTÁN, F., *Los tesoros en el Sur de Hispania. Conjuntos de denarios y objetos de plata durante los siglos II y I a C.*, Sevilha, pp. 601-694.
- BARBOSA, M. B. (1995). «Um tesouro sertoriano da região de Santarém», in *La Moneda Hispánica. Ciudad y Territorio. I Encuentro Peninsular de Numismática Antigua* (Madrid, 7-10 Novembro 1994), Anejos de *AEspA*, XIV, Madrid, pp. 239-244.
- BARBOSA, M. B. C. S. G (1999). «Tesouros sertorianos aparecidos em território português», in CENTENO, R. M. S., GARCÍA-BELLIDO, M. P. e MORA, G. (eds.), *Rutas, ciudades y moneda en Hispania* (Actas del II Congreso Peninsular de Numismática Antigua – Porto, Março de 1997), Anexos de *AespA*, XX, pp. 299-304.
- BLÁZQUEZ, C. (1987-1988). «Tesorillos de moneda republicana en la Península Ibérica. Addenda a Roman Republican Coin Hoards», *Acta Numismatica*, 17-18, pp. 105-142.
- CENTENO, R.M.S. (1976-1977). «O tesouro monetário de Romariz (Portugal)», *Sautuola*, II, pp. 209-219.
- CENTENO, R.M.S. (1999). «Notas sobre o início da circulação da moeda no Noroeste Peninsular: os denários do tesouro de Montedor (Portugal)», in CENTENO, R. M. S., GARCÍA-BELLIDO, M. P. e MORA, G. (eds.), *Rutas, ciudades y moneda en Hispania* (Actas del II Congreso Peninsular de Numismática Antigua – Porto, Março de 1997), Anexos de *AespA*, XX, pp. 135-138.
- CRAWFORD, M. H. (1968). «Plated coins - false coins», *NC*, 7<sup>a</sup> s., VIII, pp. 55-59.
- FABIÃO, C. (1989), *Sobre as ânforas do acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil)*, Lisboa.
- FARIA, A. M. (1991-1992). «Três tesouros monetários romanos da época republicana», *Nimmus*, 2<sup>a</sup> s., XIV-XV, pp. 79-94.
- FIDALGO, J. O. (1991), *Levantamento arqueológico do concelho de Penacova*, Coimbra, Instituto de Arqueologia (trabalho escolar).
- GARCÍA MORÁ, F. (1991). *Un episodio de la Hispania republicana: la guerra de Sertorio. Planteamientos iniciales*, Granada.

HIPÓLITO, M.C. (1960-1961), «Dos tesouros de moedas romanas em Portugal», *Conimbriga*, II-III, pp. 1-166.

RADDATZ, K. (1969), *Die Schatzfunde der Iberischen Halbinsel vom Ende des Dritten bis zur Mitte des Ersten Jahrhunderts vor Chr: Geb. Untersuchungen zur hispanischen Toreutik*, Madrider Forschungen-Band 5. Berlin.

RRC = CRAWFORD, M. H. (1974), *Roman Republican Coinage*, Cambridge, 2 vols.

RRCH = CRAWFORD, M. H. (1969), *Roman Republican Coin Hoards*, Londres.

RUIVO, J. S. (1997), *Circulação monetária na Estremadura portuguesa até aos inícios do século III*, *Anexos Nummus*. nº5. Porto.

RUIVO, J. S. (1997a), «O conflito sertoriano no ocidente hispânico: o testemunho dos tesouros monetários», *AEspA*, 70, pp. 91-100.

RUIVO, J. (1999), «Moedas do acampamento romano-republicano dos Chões de Alpompe (Santarém)», in CENTENO, R. M. S., GARCÍA-BELLIDO, M. P. e MORA, G. (eds.), *Rttas, ciudades y moneda en Hispania* (Actas del II Congreso Peninsular de Numismática Antigua – Porto, Março de 1997), *Anexos de AespA*, XX, pp. 101-110.

SNRIta = MARTINI, R. (1996), *Sylloge Nummorum Romanorum Italia. Milano. Civiche Raccolte Numismatiche. Res Publica Parte IV (CRA, 345/1-479/1)*, Milão.

VASCONCELLOS, J. L. (1909), «Achados de moedas romanas da Republica», *AP*, XIV, pp. 58-59.

VIEGAS, J.R. e PARREIRA, R. (1984), «Der Schatzfund von Santana da Carnota (Alenquer/Portugal)», *MM*, 25, pp. 79-91.

VILLARONGA, L. (1993), *Tresors monetaris de la Península Ibèrica anteriors a August: repertori i anàlisi*. Barcelona.

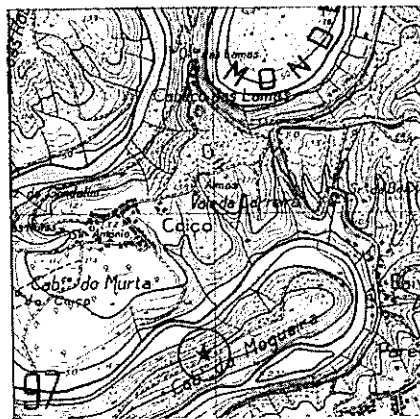
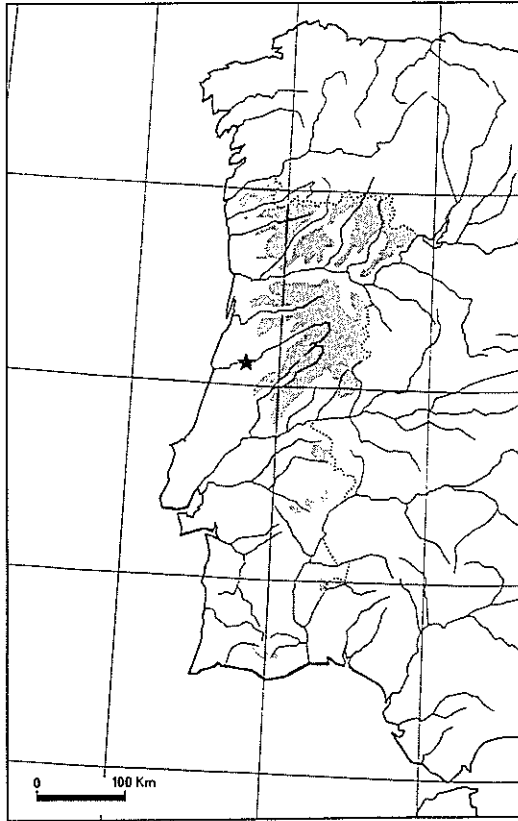


Fig.1



1

2

3



4

5

6



7

8

9





10



11



12



13



14



15



16



17



18





19



20





## REIS SUEVOS E A IGREJA DE SÃO MARTINHO NA FORMAÇÃO DE PORTUGAL

H. V. Livermore

No século passado foi possível acreditar no desaparecimento dos suevos com a breve usurpação do rei Audecca em 585 e a deposição de Malarico.<sup>1</sup>

Mas as sociedades não desaparecem com a mudança dos regimes, e a comunidade sueva continuava a existir em terras de Portugal ou na Gallaecia romana desde 411 ou pouco depois até a conquista árabe de 711. O rei godo Egica colocou seu filho Witiza, penúltimo da linhagem, em Tui para que “pater teneret regnum gothorum et filius suevorum.”<sup>2</sup>

O facto está confirmado pelas moedas do rei emitidas em Braga e em Tui com epíteto Victor ou Vct.<sup>3</sup>

A história da monarquia sueva desde 411 tem chegado até nós através da crónica de Idácio, bispo em Chaves, mas vai apenas até 469, provável ano da morte do primeiro historiador português. Na época descrita por Idácio, os vândalos que se tinham instalado no *conventus asturicensis* migraram para a África, deixando os suevos como único grupo bárbaro com raízes na Península Ibérica. As divisões provinciais romanas eram civis, e podemos imaginar que não ofereciam obstáculos para o exército romano nem para os povos bárbaros que o substituíram. Os suevos penetraram na Lusitânia, na Bética e na

---

<sup>1</sup> Juan de Biclano, ed. Julio Campos. Madrid, 1960, 94.

<sup>2</sup> *Crónica de Afonso III*, cap. 5.

<sup>3</sup> As moedas visigodas reconhecem só três epítetos: Pius, Justus, Victor. Desde 650 o epíteto “victor” só se encontra em quatro moedas, todas de Egica, que sofreu três derrotas às mãos dos francos e a rebelião de Sunefredo em 694. A campanha na Galiza pode ser um pouco antes. O sítio do palácio em Tui ainda se reconhece.

Tarraconense, ou em busca de espólio, ou para proteger os terratenentes indígenas romanizados contra rebeliões dos *bagaudae*, rústicos. Abandonaram a cidade de Mérida e foram expulsos da Tarraconense pelos visigodos estabelecidos na Aquitânia, e como vencedores dos hunos e federados dos romanos, protectores privilegiados das classes dominantes do império. É provável que os suevos já ocupassem a parte ocidental da Lusitânia, e centro do Portugal actual, mas ficou uma guarnição goda em Scallabis (Santarém) para defender o vale fértil do Tejo.<sup>4</sup>

Durante oitenta anos não temos notícias do reino dos suevos. A chamada "história dos suevos" de São Isidoro de Sevilha só repete as informações contidas em Idácio, notando a existência de "muitos reis" que não nomeia.<sup>5</sup>

O véu só se levanta com a vinda de Martinho, bispo de Dume e metropolitano de Braga, que efectuou a conversão ao catolicismo do rei suevo e de muitos dos seus súbditos. O breviário de Braga dava a sua chegada ao reinado do imperador bizantino Justiniano, morto em 565, e do godo Atanagildo, rebelde contra Agila em 552 e rei só em 555, quando Agila foi assassinado em Mérida. O mesmo breviário diz que São Martinho foi consagrado como bispo em Abril de 556, que dedicou a basílica de Dume em 558, e que morreu em 20 de Março de 579, após vinte e três anos de episcopado. Quando Gregório de Tours (n.539; bispo desde 573, m. 594) lhe atribui "plus/minus tringinta annos", como bispo, está errado, ou inclui um breve período como abade de Dume antes de ser promovido.<sup>6</sup>

São Martinho não foi o primeiro bispo católico da igreja de Braga. Já em 538 o bispo Profuturo escrevera ao Papa Vigílio para perguntar sobre a maneira de tratar os conversos arianos. A carta está perdida, mas a resposta do Papa foi lida no I Concílio de Braga de 1 de Maio de 561. Como o metropolitano de Braga, Lucrécio, se refere a Profuturo como seu predecessor, parece que não havia outros, e que Profuturo fosse o primeiro da restauração católica. O Papa Vigílio era o candidato de Justiniano, imposto em vez de Silvério pelo general Belisário depois da sua conquista de Roma. Para Roma a heresia tradicional na Gallaecia foi o Priscilianismo, e a carta menciona dezassete erros dos Priscilianistas, sem mencionar o arianismo. O rei Ariomiro, que autorizou o concílio, adoptou a mesma posição do que os ostrogodos Theoderico, Thiudis e Thiudiscló, e agora de Atanagildo, a de professar o arianismo, enquanto tolerando o catolicismo dos peninsulares.

<sup>4</sup> Assim, o cronista João de Bicláro nasceu em Santarém (c. 540), de pai ou mãe goda, foi educado no Oriente e chegou a ser bispo de Gerona e abade de Bicláro na Catalunha, onde morria entre 621 e 631.

<sup>5</sup> Por serem arianos; embora o santo não hesite em mencionar os reis godos arianos. Escrevia as suas obras históricas no primeiro quartel do séc. VI, quando podia ter conhecido os nomes: se não o fez, era porque não lhe interessava.

<sup>6</sup> *Opera omnia*, ed. Barlow, 3, 6, 304. Gregório, *História dos Francos*, V, 37. A data de 555 parece provável. Os católicos de Córdova apelaram aos bizantinos, e o imperador despachou uma expedição comandada pelo velho soldado e diplomata Petrus Liberius. Agila, ariano intransigente, foi batido e morto em Mérida em Março de 554.

O I Concílio de Braga foi no terceiro ano de Ariomiro, que teria chegado ao trono em 558. ano da dedicação da basílica. Haveria pois outro rei, de nome desconhecido, quando São Martinho chegou a Braga. Ariomiro está citado no título e no prólogo do I Concílio de Braga, mas não em outra fonte contemporânea. Na carta que serve de prólogo ao *Parochiale* suevo o rei é Theodemiro. e João de Bicláro afirma que em 570 Miro foi rei dos suevos na Gallaecia depois de Theodemiro. Miro (570-583) foi com certeza pupilo do santo. Tem-se pensado que seu pai Theodemiro foi chamado Ariomiro antes de adoptar o catolicismo.<sup>7</sup> Nesse caso não seria rei quando chegou São Martinho.

Mas Gregório de Tours, no *De Virtutibus beati Martini episcopi*, escrito em vida de Martinho de Dume, diz que certo rei da Gallæcia, Chararico, que tinha um filho gravemente doente de lepra, enviou presentes de ouro e prata ao santuário de Tours, e que o menino -*infantulo*- só foi curado quando Martinho de Dume chegou à Gallaecia, ao mesmo tempo que foram recebidas relíquias de São Martinho de Tours (m. 397). A versão é aceite por Barlow. Mas se Chararico foi um dos reis “desconhecidos”, o *infantulo* não podia ser Ariomiro-Theodemiro, pai de Miro, rei e adulto em 570; e se Chararico é uma variante franca do nome Ariomiro, então não foi rei mas só príncipe na época da chegada de Martinho. Creio que o problema é obra de Gregório que não tem solução. Mas não cabe dúvida de que o primeiro São Martinho foi o modelo seguido pelo santo de Dume: ambos nasceram na Panónia ou de descendência panoniana, onde havia antigas colónias suevas. O grande mérito do santo de Tours foi de ter pregado nas aldeias, *pagi*, onde fundou várias igrejas, tarefa antes confiada aos terratenentes. O *Parochiale* suevo demonstra que em 569, último do rei Theodemiro, o metropolitano São Martinho governava treze bispados com 107 igrejas e 25 *pagi*. Os topónimos são todos latinos, mas os *pagi* são limitados aos bispados de Braga, Porto e Tui, onde existiam ainda grupos dos descendentes de colonos suevos. O rei ocupava Dume e um conjunto de *villae* romanas perto de Braga. Os grandes entre os suevos ocupariam outras *villae* como a Vilanova na diocese do Porto e a Villa Gomedí em Braga.<sup>8</sup> A presença dos *pagi* suevos na zona nuclear de Braga e Porto não requer explicação. A expansão ao norte do Minho em Tui está comprovada pela permanência do príncipe Witiza em fins do século VII para governar o reino dos suevos. Tam-

<sup>7</sup> Mer-, mir- é famoso; Piel e Kremer. *Westgothisches Namenbuch*, 204, portanto Ariomiro, “famoso entre Arianos”, e Theodemiro, “famoso pela conversão.”

<sup>8</sup> A identificação das igrejas e *pagi* é em muitos casos quase impossível, por serem mosteiros isolados ou *mansiones* na rede de estradas romanas. Joaquim Maria Neto, *A leste do território bracarense*, 1975, e A. de Almeida Fernandes, *Paróquias suevas e dioceses visigóticas*, 1963; têm trabalhado para explicar os topónimos conservados no *Parochiale*, o primeiro utilizando documentos medievais que preservam formas agora perdidas, e o segundo através de modificações filológicas. Podemos agradecer o vasto trabalho sem aceitar todas as conclusões propostas.

bém havia grupos de suevos na Galiza, indicados pelos topónimos Suevos, Suegos, na região da Corunha e no norte, e pelo Monte Suevo das Astúrias. Naturalmente é impossível fixar a data dos topónimos, mas existia uma ligação marítima entre os suevos de Portugal e a Gália. Gregório imagina as relíquias de Tours chegando “navigio prospero...mare tranquillo velociter ad portum Galliciae” ao mesmo tempo que Martinho “simul cum ipsis pignoribus Galliciae portum ingressus sit”. São Isidoro de Sevilha, escrevendo em 615-618, diz que Martinho “ex Orientis partibus navigans in Gallaeciam venit”.<sup>9</sup> Não se pode duvidar da longa permanência de Martinho no Oriente, onde visitou os lugares santos, falava grego, e trouxe o monasticismo dos Padres do Deserto, cujo ascetismo seria mais apropriado do que a opulência dos bispos do sul para combater o priscilianismo.<sup>10</sup> Foi considerado como um dos homens mais cultos do seu tempo, e devia ter conhecido pessoalmente o poeta das cortes francas Venâncio Fortunato, que lhe dedicou um *carmen* com alusões pessoais. Conservam-se os poemas de Martinho escritos para a dedicação da igreja de Dume, e Gregório menciona o facto de Martinho ter composto os versos inscritos sobre a porta meridional da igreja de Tours.

A missão de Martinho foi de renovar o catolicismo na província romana de Gallaecia. Venâncio Fortunato chama-lhe “Gallisueba salus”, e diz da Gallicia “sortis apostolicae virtus iste fuit,” dirigindo a sua carta “ad Martinum episcopum Galliciae. Para Gregório é “galliciensis episcopus”, e fala do “portum Galliciae. Isidoro usa a forma mais correcta de Gallaecia.

Para a igreja do século VI, os reinos bárbaros eram transitórios: o único permanente foi o império romano. Ainda em 514 o bispo Cesário de Arles obteve do Papa Symmaco uma carta reconhecendo-lhe o direito de recomendar visitantes a Roma vindos das Gálias e das Hispânicas. Pouco depois em 521, o Papa Hormísda fez do bispo Salústio de Sevilha seu vigário para as províncias da Bética e da Lusitânia.

A realidade política foi outra. Os suevos ocupavam legalmente o *conventus* de Braga e ocupavam parte do Lucense, mas não a cidade de Lugo, nem o Asturicense. O fundador

---

<sup>9</sup> *De Viri illustribus*, Barlow, 301

<sup>10</sup> No II Concílio de Braga, 572, adoptou-se o cânone II, que o bispo só podia receber dois sólidos por cada visita anual, e não a terceira parte da “oblacione populi”, que se reservava às luminárias da igreja e conservação do tecto. Naquela região o azeite scriam importados. O pão de todos os dias foi o centeio ou milho, e a bebida a cerveja ou o leite.

do reino suevo Hermerico foi pagão, assim como seu filho Réquila (438-440), que entrou brevemente em Mérida e Sevilha. O rei Requiário (448-456), o primeiro rei bárbaro a ser católico, fora o único a emitir moedas, *siliquae* de prata do imperador Honório, morto em 423, evidentemente para tornar manifesta a sua ocupação legitimada por aquele: existem só três exemplares, todos achados em terras portuguesas. Requiário foi derrotado e morto pelo visigodo Teodorico II, federado do império, que impôs a forma ariana do cristianismo aos dirigentes suevos. Parece provável que o sobrinho de Honório, Valentiniano III, aceitou a expansão sueva em terras da antiga Lusitânia antes do seu assassinato em 453, acabando assim a dinastia do *gallaecus* Teodósio no Ocidente. As moedas emitidas no oeste em nome de Valentiniano, mas em tempos posteriores, podem lembrar uma certa saudade de parte da povoação romanizada pelo desaparecimento da dinastia. Os suevos tinham passado quase um século na Península quando o mapa romano ficou ainda mais modificado pela colonização dos visigodos expulsos da Aquitânia pelos francos e burgúndios. A crónica da Saragoça fixa a sua chegada na última década do século V, mas a grande migração devia ocorrer com a derrota de Alarico perto de Poitiers em 507. O grupo dominante instalou-se na Narbonense ou Septimânia, conhecida como a Gália Gótica. A massa da tribo tomou terras em Sória e o vale do Douro, identificadas pelos *Reihengraber* de que são conhecidos setenta exemplares entre o vale do Douro médio e superior e a região de Toledo. Não aparecem tais inumações na Gallaecia nem na Lusitânia sueva. O colapso e extinção da monarquia visigoda foi só impedida pela intervenção do ostrogodo Teodorico que mantinha uma rede de alianças germânicas e arianas desde Ravena, onde foi reconhecido pelo império do Oriente. Protegia as duas confissões cristãs, nomeando o católico Petrus Liberius como prefeito das Gálias. Floresciam então os escritores Boécio e Cassiodoro. Nos seus últimos anos o sistema começou a desfazer-se. Com a derrota da casa real visigoda, seu parente Thiudis governou a Septimânia e a Hispânica Citerior, onde casou com uma hispana e pôde levantar um exército privado de dois mil homens, e proclamar-se rei (531-548). Na África os aliados vândalos oprimiam, a maioria católica, e na morte de Teodorico os ostrogodos recusaram a sucessão da sua filha e neto de cinco anos, disputando o trono de Ravena. Foi naquelas circunstâncias que o imperador Justiniano enviou seu general Belisário para derrubar o reino vandálo, tomando a cidade de Cartago sem dificuldade e mandando imediatamente uma expedição para ocupar Ceuta e o Estreito. A província Tingitana que constituía parte das Hispânicas do século IV foi provavelmente abandonada durante o domínio vândalo. Em Ceuta Justiniano fez reconstruir as muralhas, instalou um tribuno e o porto, onde mantinha uma flotilha de três dromones, dedicando uma nova igreja à Virgem de África. Em vez de uma invasão da Península Ibérica, lançou Belisário uma longa e ruinosa campanha para dominar a Itália.<sup>11</sup> As tropas bizantinas, bem armadas mas pouco numerosas, não bastavam para a conquista das Hispânicas. A penetração bizantina foi antes pelo comércio pelas missões. Desde 517 o Papa Hormisda tinha aberto a igreja aos gregos, e em 521 lembrou os bispos da Bética deste passo para a unidade eclesíastica. Em 538, só quatro anos depois da queda do reino

vândalo de Cartago, o católico Profuturo ocupava a diocese de Braga. As *Vitas patrum emeritensium* dizem que um médico grego Paulo foi bispo da cidade, seguido por outro, Fidelis.

Mérida, a Emerita fundada por Augusto para os seus veteranos, foi a cidade de mais pura estirpe romana de toda a Hispânia Ulterior, com grandes monumentos, templos, teatro, hipódromo, aquedutos, mosteiros e um hospício conhecido pelo nome grego de xenodóquia, e uma boa tradição artística. Só não competia com Sevilha, Hispalis, antiga residência dos vigários, e famosa pelos estudos literários, legais e eclesiásticos, com a vizinha Itálica, país natal dos imperadores Trajano e Hadriano, porto principal da Península Ibérica, muito ligado com o comércio de Roma, e portanto afectado directamente pela invasão bizantina da Itália, e pela ocupação do antigo *limes* da Tingitana, única defesa duma província sem tradição militar. O ostrogodo Thiudis, que seguia a política de convivência praticada por Teodorico, foi chamado para impedir uma invasão ou rebelião a favor dos bizantinos, e ali morreu assassinado em Junho de 548. Outro ostrogodo, Thiudiselo, seu *dux* contra os francos, morreu também assassinado em Sevilha em Dezembro de 549. O rei Thiudis permitira vários concílios da igreja católica na Hispânia Citerior. Os visigodos do norte eram mais intransigentes, e em 549 escolheram como rei o *dux* Agila, que, ao que parece, não gozava da confiança da nobreza assentada na Gália Gótica. A cidade de Córdova, cidadela da ortodoxia,<sup>12</sup> rebelou contra Agila, que sofreu uma derrota com a perda do seu filho e tesouro, retirou-se a Mérida, onde foi assassinado pelos seus em Março de 555. Os godos escolheram Atanagilo, da nobreza de Gália Gótica, que casou com Godesvinta, ao aparecer da facção hispânica: instalaram-se em Toledo, povoação sem grande história, mas preferida pela igreja para os seus concílios pela sua situação central. Atanagildo, rebelde por algum tempo, foi favorecido pelos bizantinos, e pôde recuperar Sevilha, mas ao preço de perder a metade oriental das províncias de Bética e Cartaginense, que ficava nas mãos dos bizantinos: seu “patrício” foi Petrus Liberius, romano e antigo prefeito das Gálias, recentemente comandante dos bizantinos na Sicília. Tal foi a situação geral quando apareceu Martinho em Braga.

A atitude dos reis suevos não seria muito diferente da do rei Thiudis, um arianismo, imposto desde fora, para a classe dominante, e a religião ortodoxa e romana para a grande

---

<sup>11</sup> Belisário depôs o Papa Silvério, acusado de favorecer os godos (Procópio, *Guerras*, V, XXV, 13), impondo Virgílio em 537. Em Junho de 538, Virgílio respondeu às cartas de Profuturo, oferecendo os seus conselhos sobre (1) os erros dos priscilianistas, (2) o baptismo, (3) os baptizados no rito ariano, e (4) a restauração e consagração das igrejas.

<sup>12</sup> Cordoba Patricia foi a sede do bispo Hósio, presidente do concílio de Niceia (325), o primeiro a condenar abertamente o arianismo.

maioria. Só temos três documentos escritos do reino suevo, todos eclesiásticos, as actas dos I e II Concílio de Braga e o *Parochiale* suevo.<sup>13</sup>

O *Parochiale* está precedido de uma carta do rei Teodemiro de 1 de Janeiro de 569, último do rei, enviada aos bispos da “provincia regni nostri” explicando que toda a Gallaecia foi muito grande para ser visitada todos os anos por poucos bispos e que era difícil que um só metropolitano chamasse todos para uma assembleia anual. O resultado vê-se em II Braga, quando o seu sucessor convocou dois metropolitanos, Martinho de Braga e Nitigísio de Lugo. O *Parochiale* não diz nada da divisão, mas põe primeiro as dioceses de Braga, I a VII, e logo as de Lugo, VIII a XIII. Durante muito tempo a *Divisio Theodemiri* foi considerada uma falsificação (como aliás a divisão de Constantino e a *Divisio Wambae*). David mostrou que o documento, exceptuando interpolações, está plenamente confirmado pelos factos conhecidos, mas conclui que “la notice mise en tête du Parochiale est entachée d’exagération tendencieuse, lorsqu’elle affirme que Lugo devient metropolitana *sicut et Bracara*. La lettre pretée au roi Theodemir est donc également frappée de suspicion dans la mesure qu’elle suggère la création d’une seconde metropole.”<sup>14</sup> Mas em II Braga, autorizado pelo rei Miro em Junho de 572, os doze bispos, que se nomeiam com as respectivas dioceses, assinam em dois grupos, o primeiro encabeçado por Braga, e o segundo por Nitigísio, bispo da igreja metropolitana de Lugo, *ex synodo lucensi*.<sup>15</sup> Parece portanto que as pretensões medievais de Lugo não são completamente falsificadas, mas que Martinho reconhecia em Lugo uma situação especial. O problema tinha surgido com a expansão da igreja de São Martinho, pois em I Braga, quando assistiam só oito bispos presididos pelo metropolitano Lucrécio, havia pelo menos dois representantes da igreja de Lugo, embora as dioceses não sejam mencionadas, Lucrécio, antes bispo de Iria, e Maliosus ou Mailoc, bispo dos Britones, que tinham também igrejas nas Astúrias. O rei Ariomiro sabia muito bem que a colonização do *conventus* de Braga foi legalizada pelo imperador Honório, mas que na época de Idácio os habitantes de Lugo resistiram a absorção no reino suevo. Só na região de Tui havia uma intensa colonização sueva. A expansão sueva teve a oposição dos godos que tinham intervindo para suprimir a monarquia católica de Requiário. É verdade que os suevos ocupavam cinco dioceses lusitanas entre o Douro e o Tejo (menos o *conventus* de Scallabis), mas a ocupação era muito antiga, e possivelmente sancionada pelo Impera-

---

<sup>13</sup> Utilizo as versões de I Braga (561) e II Braga (572) de *Opera omnia S. Martini*, ed. C.M. Barlow, e a edição do *Parochiale* (569) do Professor Pierre David, 1947.

<sup>14</sup> *Études historiques*, 66.

<sup>15</sup> Na primeira linha “Galleciae provinciae episcopi, tam ex Bracari quam ex Lucensi synodi, cum suis metropolitanis..” No final, São Martinho entrega a Nitigísio os cânones “quae in partibus Orientis.. constituti sunt,” dos quais o num. iv. De primatu metropolitani, diz “oportet episcopum cognoscere primatum metropolitani episcopi.” O essencial era a primazia.

dor Valentiniano III, neto de Teodósio o Grande, e último da dinastia galaica, que acabou com o seu assassinato em 453. Os reis godos não permitiam que os bispos católicos se associassem com súbditos de outros monarcas. Sabemo-lo por uma carta do metropolitano Montano escrita em Toledo, em que censura um bispo no norte por ter admitido um prelado "súbdito dum monarca estrangeiro" (que só podia ser suevo) a um rito.<sup>16</sup>

A ambição eclesiástica de São Martinho ultrapassava a capacidade política do prudente Ariomiro. O programa da igreja foi a restauração da província romana de Gallaecia, última em ser constituída pelos Antoninianos em c. 211-217, Província Nova Ulterior Antoniniana, pela união de três *conventus*, os Bracarense e Lucense, com predomínio celta, e o Asturiense, com autóctones ou aborígenes. Os celtas ou galaicos já perderam as línguas pré-romanas: tinham fornecido o império com ouro e outros minerais, tendo adquirido uma rede de estradas e pontes, que deixou grandes espaços tribais; os astures, com língua e cultura distintas, forneceram o exército com homens e cavalos, estando perto da base legionária da Sétima Legião: a sua cidade de Astorga era um centro administrativo e militar sem monumentos notáveis. Tinham aceite o cristianismo quando Teodósio o tornou a única religião permitida, mas deram a sua preferência às doutrinas de Prisciliano pelo seu ascetismo e por considerar Prisciliano como mártir e concidadão. Mais a Este, os cântabros eram romanizados mas não cristianizados, e os vascones conservavam a sua língua, costumes e religião próprias. A ocupação do vale do Douro pelos godos contribuía para isolar os asturianos. Parece que não foram representados em I Braga, mas em II Braga estava o bispo Polémio, para quem São Martinho compôs a sua obra mais conhecida *De correctione rusticorum*, onde menciona os vestígios do paganismo romanos que desejava extirpar. O *Parochiale* de 569 nomeia dez igrejas na Astorica: Astorga, Leão, o Bierzo, Zamora, Maurelos e mais cinco. São insuficientes para determinar se houve um ou mais regiões não incluídas, ou se houve uma fronteira fixa com a Cantábria. Não se refere a campanhas na Asturicense antes do rei Miro (570), que fez convocar II Braga, que Barlow liga com a composição do *De correctione*. Um *carmen* de Venâncio dirigido ao imperador Justino II (565-578) diz: que os seus méritos são conhecidos em todos os países "axe sub occiduo audivit Gallicia factim, Vascone vicino Cantaber isto refert."<sup>17</sup>

Atanagildo, ao princípio apoiado pelos bizantinos, não podia aceitar com indiferença a expansão dos imperiais do sul. Recuperou Sevilha, e fez vários ataques a Córdova.<sup>18</sup> Entrou em negócios com os francos, casando suas filhas com dois reis merovíngios,

<sup>16</sup> *Origins of Spain and Portugal*, 138

<sup>17</sup> Méritos bem poucos: Justino II, sobrinho de Teodora, enlouqueceu em 573, fazendo seu César e sucessor o *dux* Tibério (II).

<sup>18</sup> *Crónica de Saragossa*, sem mais pormenores. A frase de São Isidoro é ainda mais ambígua.



Chilperico e Sigeberto. Sigeberto, vencedor dos hunos em 562, casou com a mais nova Brunhilde, que recebeu um grande dote. Brunhilde aceitou a conversão ao catolicismo; foi assassinado seu marido em 575, e ela pôde sobreviver até 613, quando foi também assassinada. O primo de Sigeberto, Chilperico, casou com a irmã mais velha Gailsvinta, mas tinha outras mulheres e a jovem goda não tardou em ser assassinada por uma delas. As páginas de Gregório não permitem fazer uma ideia clara do valor imediato da aliança: servia provavelmente para aliviar a pressão dos merovíngios contra a Gallia Gótica. Atanagildo morreu em Toledo em 567, ficando cinco meses sem sucessor. No fim do ano foi escolhido Liuva, que ficou na Narbonense, onde governou só durante um ano, antes de delegar o comando da “província hispana” ao irmão Leovigildo, que casou com a viúva de Atanagildo, conseguindo assim o apoio dos *fideles* deste para continuar a guerra contra os imperiais. Tinha já dois filhos de outra mulher, católica, herdando portanto a política de convivência dos ostrogodos. João de Biclara, que começa a sua crónica em 568, não deixa de chamar maravilhosa a acção de Leovigildo em restituir a “*provincia Gothorum, quae iam pro rebellionem diversorum fuerat diminuta.*”<sup>19</sup>

É precisamente em 1 de Janeiro de 569, quando o *regnum* dos godos, estava fraco, que o rei dos suevos escrevia a sua carta-prólogo do *Parochiale*, autorizando os bispos a formar um novo sínodo reunindo as dioceses dos *conventus* de Lugo e Astorga. O sínodo de Braga abrangia a região nuclear do reino, mais as quatro dioceses de Além-Douro na Lusitânia anexadas havia muito tempo. A predicação de São Martinho foi especialmente activa no território “pristino”, - palavra empregada por João de Biclara, - com 36 *ecclesiae* e 19 *pagi*. Em todo o território de Além-Douro as quatro dioceses abrangiam só 25 igrejas, todas, ao parecer, em povoações romanas.

Na Lucense, a Galiza moderna, havia quatro ou cinco bispados, com 35 igrejas, mais seis *pagi*, todos em Tui. Mas no *conventus* de Astorga existia só um bispado com 10 igrejas, mais as pertencentes aos Britones que foram fundadas em território asturiense.

Não temos notícias das campanhas de Ariomiro-Teodemiro, mas parece que foi a igreja que antecedia o poder civil na expansão para oriente, e que foi o rei Miro, aluno de São Martinho, que teve que defender os territórios anexados no antigo *conventus asturicense*. As suas campanhas são conhecidas através da obra de João Biclara.

Temos também as moedas, única documentação que, sendo autêntica, nos vem sem erros introduzidos por escribas nem deturpações de personagens poderosos ou mal informados. A publicação da *Moeda sueva: Suevic coinage* em edição bilingüe de J.M. Peixoto Cabral e D.M. Metcalf com esplêndidas fotografias das espécimes essenciais e bibliografia completa de tudo quanto se tem publicado sobre o tema, nos oferece a oportunidade de

---

<sup>19</sup> Ed. Julio Campos. 80.

considerar de novo o pouco que se sabe daquele período remoto mas formativo da história portuguesa...<sup>20</sup>

Desde há muito tempo foi reconhecido que a série ou séries que levam a inscrição Latina *moneta* ou *Moneta latina* tem um interesse especial porque levam topónimos que devem ser lugares de moedagem e, em poucos casos, informação de tipo político são, como dizem os autores, as “jóias da coroa” das séries. Os autores examinaram também as peças mais numerosas achadas especialmente em território português, *solidi* e *trientes*, que têm sido classificadas como suevas por W. Reinhart e outros. Têm às vezes letras únicas que Reinhart não hesitou em interpretar como iniciais das oficinas onde foram cunhadas, procurando topónimos em N ou R citados em autores antigos. O método, como dizem os autores, é apenas conjectura, sem valor histórico. Só convém observar que a presença de duas letras, pouco frequente, vale muito mais que uma só: R pode ser Ravenna, Roma, etc., mas HS ou HN é com melhor probabilidade HISPANIA. Mesmo assim, o método é defeituoso. É preciso separar as *siliquae* de prata emitidas em nome do rei Requiário que levam as letras BR, Braga: é um caso que vem de c. 456, não se repete no século VI. Há *solidi* de ouro com a efígie e inscrição de Honório e de Valentiniano III, evidentemente imitações tardias, mas não sujeitas às mesmas reservas: não se sabe se são “suevas,” ou onde foram cunhadas. Os autores têm separado vários grupos ou famílias com feitiço idêntico ou parecido, e até com o uso de cunhos idênticos, mas mesmo assim a sua procedência fica incerta. É interessante a conclusão de que algumas destas moedas são productos tardios, atingindo o período das séries *Latina moneta*.<sup>21</sup>

A única região aurífera importante da Península Ibérica era uma banda de quartzita entre o Douro inferior e as montanhas cantábricas, muito explorada pelos romanos mas agora esgotada. O número de moedas conhecidas anda entre 150 e 200. É provável que

---

<sup>20</sup> J.M. Peixoto Cabral e D.M. Metcalf, *Moeda sueva: Suevic Coinage*, Porto, 1997. A obra, iniciativa da Sociedade Portuguesa de Numismática, faria honra a qualquer imprensa universitária. Os autores não pretendem resolver problemas históricos, mas sim apresentar um estudo enciclopédico do aspecto material das moedas. O emprego de métodos modernos de análise e de mensuração permite classificações cada vez mais refinadas, mas de interesse secundário para o historiador, para quem há só dois grupos, o das moedas autênticas que trazem informações relevantes, sejam em forma escrita ou simbólica, ou meramente negativa, e as que não servem para este efeito. As moedas não têm data nem efígie que se possa reconhecer com certeza. São tremisses ou trientes de ouro, a terça parte do sólido, e obedecem mais ou menos fielmente a pautas estabelecidas em Bizâncio centro para as cidades comerciais e industrializadas do Médio Oriente. Pelo simbolismo, cruz sobre peldouro ou cruz entre coroa, são “cristãs” e católicas”.

<sup>21</sup> “O que é certo é que as moedas em nome de Valentiniano com a letra R e as primeiras moedas da série *Latina moneta* são da mesma data e foram produzidas com um ou dois anos de intervalo” (p. 85). A conclusão parece-me atrevida: os cunhos eram de ferro e tinham uma vida prolongada, podendo ser usados em pares ou individualmente.

muitas fossem roubadas pelo rei Leovigildo para serem cunhadas novamente.<sup>22</sup> A totalidade das produzidas era sem dúvida muito maior, mas a estimativa dos cunhos de 350 cunhos “usados para produzir 3.5 milhões de moedas, reduzido para dois milhões” é totalmente hipotética e sem valor histórico. A capacidade de um cunho não tem nada que ver com a sua produção, e as teorias do Sr Good não têm mais valor que as hipóteses da Reinhart. A sobrevivência das moedas é aleatória, e a especulação vestida com tecnologia redundante em especulação.<sup>23</sup> Novas achegas podem alterar as nossas ideias, mas no século passado apareceram poucas e ainda menos as que obrigam a mudar a perspectiva geral.

Os autores tem abandonado a busca de novas leituras das inscrições da série *Latina moneta*. Ao contrário, rejeitam algumas das leituras de Reinhart. Fica uma lista breve: LATINA EMERO MVNITA, BERGIDENSE MVNITA, MVRELENSE MVNITA, LEIO A COTIS MVNITA, SENAPRIA TALASSIMV, MVNITA GALLICA PAX, LATINA IVLI MVNITA, LATINA MONETA MVRES, MVR.LLO.IVLI MVNITA., LEONES MONETA CLARA, LATINA MVNITA BENE, LATINA MVNITA GATII, ODIACCA REIGES, e algumas mais de leitura obscura e alguma outra mal formada ou degradada. Os autores duvidam que *Pollentia* (?) seja Palência. Rejeitam NTINA CPPTANIA MVNIT como de Egitânia: uma boa fotografia confirma as letras. A combinação Cpp não existe; se *c* fosse um *o* incompleto, teríamos opp- (idum), que parece aceitável, mas deixa as outras letras sem explicar. Menos razoáveis são as dúvidas sobre *Emeri* – que só pode ser Emeritense, Mérida, por ser correcta a abreviatura, com a acentuação esdrúxula. Rejeitam a leitura de Reinhart, Latin *Tvde mvnita*, por Tuy como “pouco prudente” (p. 82), mas dizem “possivelmente de Tui” (p.84). Os autores dizem correctamente “muita tinta se tem gasto para identificar lugares com as letras apropriadas. Não têm passado de um exercício inútil” (p.67). A referência é às “letras secretas.” O mesmo podia-se dizer de “Mivivininomovin.”

Convém dizer que a qualidade da obra é extremamente variável. Há moedas elaboradas por verdadeiros artistas, especializados, e há as de trabalhadores de aldeia sem conhecimento das letras. O facto exclui toda a ideia de uma casa real ou central de moedação, mesmo com períodos de completa decadência. Por exemplo, OBERISIDENSCUNITA (p.305) é melhor “O BERSIDENSE . VNITA”, onde o fabricante omitiu *M* por falta de

<sup>22</sup> Na campanha de 585 devastou as Gallaecias, deteve o rei Audecca, e tomou seu tesouro. Em 575 nos Aregenses Montes deteve Aspidius e sua família e seu tesouro. Em 574 entrou na Cantábria, e “opes eorum pervadiit” (João de Bclarlo). Nas outras campanhas “vastat” seguramente inclui a confiscação do ouro. Havia um tremisse suevo da série *Latina moneta* no tesouro godo de Zorita oculto em c. 576-579. A última moeda da monarquia sueva seria a de Audecca, *Odiacca reiges*, deposto em 585, agora perdida (p.87).

<sup>23</sup> A especulação não é sem valor para encher as lacunas da história, o que não é o caso presente.

espaço. O adjectivo neutro obedece a *o.* por *oppidum*, como em outros casos. A terminação *-ense* está bem clara.

Os autores delicarem palavras lisonjeiras à minha nota publicada em *Nummus*.<sup>24</sup> Expressei então a minha surpresa em não encontrar moedas da série *Latina moneta* produzidas no território nuclear do reino suevo, observando que isto não prova que nenhuma tenham sido aí produzidas. Os autores aceitam a minha hipótese, embora duvidando da segunda parte. Parecia-me possível, e até provável, que a moeda de Audecca e outras com inscrição “política” fossem cunhadas no reino. Não há moedas do Além-Douro, se se exclui a Egitânia, e a excelente fotografia prova que CPPTania não pode referir-se àquela cidade.

Na Idade Média, o pedreiro que fazia uma inscrição copiava um texto escrito, às vezes com erros numa língua que já não era sua. O obreiro que fazia um cunho em ferro, iletrado, às vezes copiava mal, às vezes calculava mal o pequeno espaço na moeda, e às vezes embrulhava letras que não entendia. Nas grandes cidades que possuíam uma longa tradição cultural, os erros seriam menos frequentes. Mas nos *oppida* eram escassos os especialistas. É inútil portanto buscar um a forma correcta onde nunca existiria. As moedas são de *Latina moneta*, não de *Moneta suevica*, nem outra coisa: podem ser suevas, mas antes de mais nada são latinas e “católicas.” A única grande cidade da Hispânia Ulterior foi Mérida: as moedas com *Emeri* são sempre legíveis. Há bons exemplos do *oppidum Bergidense*, o Bierzo. O BERISIDENSEUNITA deve ser também do mesmo lugar, com S em vez de G, e não Berese, *pagus* de Braga no *Parochiale*. Outro grupo é do OPPIDUM MVRUELENSE, ou Maurelos, o “Maurelos superiores et inferiores” igreja da diocese de Astorica no *Parochiale*. Mas existem também MVRES e MVR.LLO IULIMVNITA. Como observam os autores, “referem-se presumivelmente a Maurelos” (p. 81). Se Maurelos fora Iuli (Lam. 17.5), não precisaríamos de buscar Iuli em outra parte.<sup>25</sup>

Outro grupo é de Leão. Legio, segunda igreja da diocese de Asturica no *Parochiale*. A moeda LEONES MONETA CLARA está perfeitamente formada na letra, embora bastante cruda na efígie do monarca. *Clarus*, “firme na fé”, é o adjectivo aplicado aos preladados notáveis: “Mausona claurus habetur.” LEIO / A COTIS MVNITA (lám. 18, 1), LEIO / A COTIS MVNITA (18.2) são também legíveis, embora menos elegantes: as formas *gotis* ou *cotis* reflectem meras diferenças de pronúncia. Ambas levam no reverso a letra L “verticalmente invertida” (*Leones moneta clara* tem a letra “p verticalmente invertida”, no anverso). Ainda mais rude, mas com inscrição legível, é “A COTES MONETA PAX”

<sup>24</sup> H. V. Livermore, The coinage of the Suevic period, *Nummus*, 2ª série, 1989-1990, 39-49.

<sup>25</sup> A moeda está rota, mas *Mv.lo ivlimvnita* é perfeitamente legível. A interpretação de Pax Iulia, Beja, é com certeza errada: a minha hipótese de Iuliobriga, perto de Reinosa, na Cantabria, fica.

(lám. 19.2), com a letra vertido, excepcionalmente, para fora.

Os autores aceitam sem comentário a moeda “SENAPRIATALISSIMV” identificada por Reinhart (lám. 24, 69). Sanapria é a Senabria do *Parochiale*, igreja de Ourense, agora Sanabria.<sup>26</sup>

BENA é Benevento, ao sul de Leão, escrito então como a cidade italiana onde tomou o seu nome. E o Núm. 62 de Reinhart (lám. 23 do livro presente) é perfeitamente legível. Os autores adicionam o Num. 55 de Reinhart “que só nos foi dado estudar através de fotografias: Reinhart a publicou em 1937 *Latina...demvnita*, e “de novo e com menos probabilidade em 1942 com a leitura *Latin Tvde mvnita*, para Tui”<sup>27</sup> A moeda *Latina Polle...* com três ou quatro letras degradadas, pode ser Palência, que se encontra escrita com 11. Não encontro melhor solução: as letras que se lêem são bastante claras.

As moedas emitidas em Mérida parecem ser únicas na província da Lusitânia. A explicação pode ser que, sendo capital da província e intensamente ortodoxa na sua religião, as moedas emitidas na capital eram suficientes para o resto da província.<sup>28</sup>

Em todo o caso, as moedas da capital serviriam como protótipos para toda a região. Para João de Bicláro, o bispo de Mérida. Masona, foi notável na igreja católica desde 573. Foi exilado por Leovigildo em 578, quando não havia metropolitano em Mérida: quem “clarus habetur” foi o presbítero João. A causa da crise foi o desejo de Leovigildo de impôr um bispo ariano, Sunna.

Muitas das moedas da série *Latina Munita* são da vizinha província de Gallaecia, e especialmente do *conventus* de Asturica: Bergido, Murelos, Leon, Benavente. Falta a própria Asturica, sede do único bispado, benefício do Polémio, que assistiu a II Braga em 572.

Não temos história narrativa das campanhas de Ariomiro-Teodemiro na expansão do reinado suevo, se as houve. A sua carta de Janeiro de 569, que serve de prólogo a II Braga, admite o segundo sínodo de Lugo, deixando aos bispos a tarefa de organizar a divisão. Faleceu em 570. O jovem Miro, aluno de São Martinho, celebrou no seu segundo ano a reunião de treze bispos, com a presença de Polémio, cuja diocese está associada com Lugo, não com Braga. O Biclarense declara que em 572 Miro, rei dos suevos, fez uma guerra contra os Runcones ou Aragones. J.B. Pérez anotou em Aragones “Runcones ait Isidorus”, assinalando a existência de Ruconia em Navarra na Idade Média. Campos rejeita a povoação de Navarra como inverosímil, citando J.M. Rubio, que estima mais prová-

<sup>26</sup> *Talassimv* não se explica. Ao lado de Senabria vem os Calapacios majores, “Calas (ma)ximi” (??)

<sup>27</sup> 81, 82. A fotografia é pequena, mas creio ver .VDE, com um espaço que podia ser T. Tui ficou fora da zona nuclear sueva, mas teve uma forte imigração de suevos em dez *pagi*.

<sup>28</sup> Além de ter uma forte tradição cultural romana, a sua casa de moeda foi ainda mais activa que a de Toledo durante o século “gótico”.

vel as zonas de Salamanca e norte da Estremadura espanhola. Mas Plínio conhece os Arconi, situados nas Astúrias, o que me parece preferível. Nesse ano de 572, Leovigildo estava ocupado com a conquista de Córdova aos bizantinos, e eles mesmos sofreram uma derrota na África mauritânia, uma de várias, perdendo o seu general. A proeza lançou a carreira triunfal de Leovigildo. Morto o irmão Liuva, reinava na Gália Gótica e nas Hispânicas. Tomou Córdova num ataque noturno, matando os *milites* da guarnição bizantina e “uma multidão de rústicos” nas cidades e castelos vizinhos. No ano seguinte de 573, dirigiu a sua atenção ao norte. Podemos imaginar o efeito da derrota dos imperialistas nas comunidades católicas que acabavam de reconhecer o rei dos suevos. Seria esta a causa da sua pressa em cunhar moedas de ouro para oferecer a Miro como prova da sua adesão? Não o sabemos, mas Leovigildo então associou os seus dois filhos, Hermenegildo e Recaredo, com a sua autoridade, com a intenção evidente de estabelecer a sua dinastia em ambos os territórios. São Isidoro diz que Leovigildo foi o primeiro entre os godos em adoptar as insígnias da realeza: trono, ceptro e coroa, sem mencionar as datas relevantes. Em 573, o seu adversário, o imperador Justino II, igualmente infeliz na guerra da Mauritânia, enlouqueceu.

Na primeira campanha do norte, Leovigildo entrou em Sapia/Sabaria e devastou a província dos Sappi, cujo território anexou. Os Sappi são mencionados por Plínio, mas a sua localização é incerta. Campos cita a opinião de Morales: “credebatur esse Toro oppidum prope Zamoram.”<sup>29</sup>

Se assim foi, os Sappi são Ástures. Toro, ou Villa Gothorum, é a fronteira da zona gótica no rio Douro, um pouco a montante de Zamora, o Semure do *Parochiale* suevo. Para o *oppidum* a forma Sapia parece preferível a Sabaria. Sabaris Vaccaeorum deve ser diferente, pois a grande tribo dos Vaccae tinha o seu território mais ao sul. Sabaria na Pannonia, agora Szombatheley na Hungria, foi o lugar natal de São Martinho de Tours, como confirma Gregório.<sup>30</sup> Como São Martinho de Dume deu o nome de Pannónias a Panóias, missão na imediação de Vila Real, não seria estranho que fundasse uma Sabária: existia perto de Bragança, pois em 1320 existia a igreja de Santiago de Sabaris.<sup>31</sup>

Em 574 Leovigildo entrou na Cantábria, matou os intrusos na província, ocupou Amaia e levou o tesouro, estabelecendo a sua autoridade. Amaia, perto do actual Villadiego, é um castelo bem conhecido: fica entre Palência e Reinosa, a antiga Juliobriga. Tanto Palência como Juliobriga tem uma larga história cristã. No século III uma sepultura de Juliobriga refere-se a um diácono, talvez da igreja de Palência. A *Notitia dignitatum* – do

<sup>29</sup> p. 83, mas a nota em p. 118 é pouco clara.

<sup>30</sup> *Francos*, I, 36: X, 31.

<sup>31</sup> Fortunato de Almeida, *Historia da igreja em Portugal*, II 643, citado em Joaquim Maria Neto, *A leste do território bracarense*, 1975, 128.

reinado do imperador Honório, indica a presença de uma coorte de Brigantia na Gallaecia “*nunc Iuliobriga*.” As moedas suevas marcadas claramente *Iuli* devem ser de aqui. A de *Latina Iuli Mvniata* não suscita dúvidas, nem a do *O. Mvrelense* (lám. 17, 3, 6). Ambas tem P. no reverso, que pode indicar o bispado de Palência. A combinação *Mvr llo Iuli mvniata*, também com P no reverso, que os autores colocam no mesmo grupo, é mais duvidosa, enquanto a “llo” que não se vê bem.<sup>32</sup>

São Braulio (fl. 630-650), ao escrever a *vita* de Aemilianus, São Millían, informa-nos que ao missionário dos cântabros, foi revelado a próxima ruína da Cantábria. Mandou reunir o senado para o dia da Páscoa, e explicou a sua visão (“*quod viderat*”). Certo Abundâncio escarneceu dele e foi morto no ataque. Se a anedota tem algum valor, deve ser em relação ao ataque de Leovigildo. Se as comunidades católicas das Astúrias e da Cantábria enviavam as moedas de ouro a Miro para expressar a sua adesão, é evidente que o rei suevo carecia dos recursos necessários para proteger súbditos tão afastados, e que o rei dos godos, se admitia a religião da grande maioria dos seus, não tolerava a expansão sueva em territórios que considerava seus.

A campanha de 575 foi contra os montes Aregeneses, onde Leovigildo capturou Aspídio, senhor do lugar, e sua família, levando o seu tesouro. Campos cita as variantes *Aspicium/Aspicium*, e estima que os Montes Aregeneses podiam fazer parte da província moderna de Ourense, ou terras vizinhas de Portugal, o que cai bem com a campanha do ano seguinte, quando o godo penetrou na Gallaecia sueva.<sup>33</sup> Em 576 Leovigildo atacou a fronteira dos suevos na Gallaecia, e o rei Miro pediu uma paz enviando delegados, o que lhe foi concedido por pouco tempo. A moeda *A cotis moneta pax*, descoberta em Coimbra, parece referir-se a esta paz (lám. 19, 20). A submissão de Leão, provavelmente sem combate, deve ser reflectida nas moedas *A cotis mvniata*.

Aqui deve terminar a breve história das “moedas suevas.” Miro e sua esposa Siguntis continuavam o seu reinado em Dume. Tiveram um filho Eborico. Seria ainda jovem quando Miro morreu em 583. Acudiu ao apelo de Hermenegildo, filho católico de Leovigildo, governador ou rei em Sevilha, e rebelde contra o pai. Miro não podia chegar a tempo para salvar Hermenegildo, que derrotado em Sevilha, fugiu para Córdova, onde foi preso e depois executado em Valença. Eborico reinou por menos de um ano, sendo deposto em 584 por Audecca, que tratou de legitimar a sua sucessão casando com Siguntis. Foi a

<sup>32</sup> A expansão da Gallaecia para leste nos séculos IV e V é tema do estudo de C. Torres, *Cuadernos de estudos gallegos*, XIV, 1949. O epítáfio do abade Victoriano no mosteiro de S. Maria de Asan leva a data de “*sabbato I Januariar pridie idus de VII Atanagildi*.” ou 12 de Janeiro de 558.

<sup>33</sup> Se a hipótese de Campos é bem fundada, de buscar os Montes Aregeneses na Ourense, podiam identificar-se com os Alpes Sispiarci, agora Sierra de la Culebra, e a campanha do ano seguinte ser dirigida contra Sanabria.

ilegitimidade de Audecca que deu a Leovigildo o pretexto de intervir para suprimir a monarquia sueva. Audecca emitiu uma moeda, de que existe só um exemplar, agora perdido, antes de ser recluso num mosteiro de Beja. Uma tentativa de aclamar Malorico de quem não se sabe nada – possivelmente outro filho de Miro, - fracassou.

São Martinho de Dume tinha morrido em abril de 579. A expansão da sua igreja trouxe para Portugal as terras de Bragança, e ainda Sanábria e Zamora, reclamadas para Portugal nos tempos do Conde Dom Henrique e Afonso I. São Martinho não podia restaurar a província romana da Gallaecia porque os recursos do rei suevo não bastavam para a defender. Mas a intensidade da sua predicação devia ter uma aportação permanente na formação religiosa e psicológica das povoações de entre Minho e Douro. As terras de entre o Douro e Tejo, perdidas quando a província romana da Lusitânia foi restaurada em c. 660-680, fizeram parte da monarquia sueva e foram recuperadas na longa expansão da Reconquista cristã.



## DOBRAS PÉ TERRA

J. A. Godinho Miranda  
Carlos Marques da Costa

A numária do reinado de D. Fernando (1367-1383) constitui, pela sua beleza e diversidade, um caso impar na primeira dinastia portuguesa.

As vicissitudes políticas e económicas deste reinado, traduziram-se numa enorme variedade de tipos monetários e de locais de emissão.

Será a Dobra Pé Terra a peça mais aparatosa das cunhagens de D. Fernando. Emitida nos primeiros tempos do Reinado sempre despertou o maior interesse. A ela se refere o presente trabalho.

A justíssima decisão da Direcção da Sociedade Portuguesa de Numismática de editar um número da NUMMUS em memória do Senhor Norberto Augusto Correia coincidiu com a localização de alguns novos exemplares desta moeda - um dos quais inédito (foto 1) - o que nos decidiu a publicar esta notícia, inventariando todas as Dobras Pé Terra até hoje conhecidas, o que nos parece de interesse tanto para colecionadores como para investigadores.

Foi-nos possível identificar um total de vinte e duas peças entre as já publicadas e as que agora damos a conhecer, todas distintas e que adiante descrevemos.

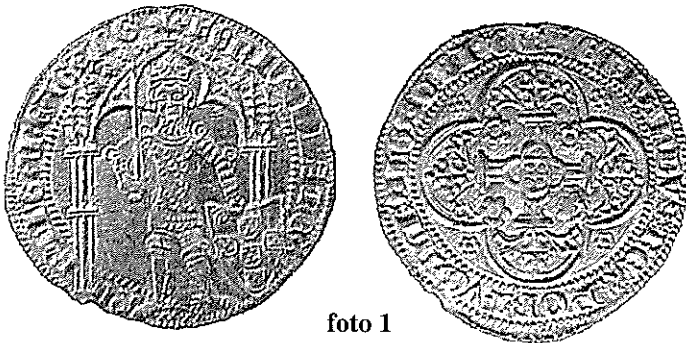


foto 1

Considerámos apenas as moedas que pudemos observar físicamente ou, pelo menos, através de fotografias já publicadas.

Sendo a figura central do Anverso da Dobra Pé Terra o rei de pé, coroado, envergando armadura com espada ao alto na mão direita e a esquerda apoiada num escudo com as armas do reino - as quinas - parece-nos aceitável distinguir à partida duas séries com base na figura real.

Assim, notamos que enquanto em algumas peças a armadura apresenta argolas nos ombros e cotovelos noutras tal não se verifica.

Isso permite-nos desde logo definir:

Anverso tipo 1 (A.1): Dobras com armadura com argolas. (Foto 2)

Anverso tipo 2 (A.2): Dobras com armadura sem argolas. (Foto 3)



**foto 2**



**foto 3**



**foto 4**

Além destes dois tipos de Anverso e embora neles baseados podemos definir mais dois:

Anverso tipo 3 (A.3): Armadura idêntica à do Anverso tipo 2 mas com cruzetas entre a gráfila de pontos interior à legenda e o dossel. (Foto 4)

Anverso tipo 4 (A.4): Idêntico ao Anverso tipo I mas, contrariamente aos três tipos anteriores, SEM LETRA MONETÁRIA no campo. É este novo tipo, até agora inédito, a principal razão de ser deste trabalho. (Foto 5)



**foto 5**

Quanto aos reversos encontramos fundamentalmente dois tipos:

Reverso tipo I (R.1): Quina sobre quadrilobo simples centrado decoração cruciforme cantonada por rosetas, tudo inscrito em grande quadrilobo cercado por gráfila circular de pontos que separa o campo da legenda. (Foto 6)



**foto 6**

Reverso tipo 2 (R.2): Distingue-se do anterior por a quina aparecer agora sobre quadrilobo cantonado por ângulos e centrando decoração cruciforme cantonada por motivos decorativos de aspecto triangular. (Foto 7)



foto 7

Nas descrições que abaixo fazemos indicamos:

- a) o tipo de Anverso e Reverso de cada peça
- b) o peso respectivo, sempre que possível.

As legendas são cortadas por:

- Dois traços oblíquos - representativos do escudo e do apoio lateral do dossel oposto ao escudo.
- Dois traços verticais - representativos dos membros inferiores do Rei.

Parece-nos finalmente de assinalar que praticamente todos os cunhos usados para bater as 22 moedas inventariadas são diferentes.

Exceptuam-se apenas as moedas 22 e 21. O cunho do Anverso da moeda 22 foi também usado para a moeda 19 e o do Reverso usado igualmente para a moeda 21. Por sua vez o cunho do Anverso da moeda 21 foi também usado na cunhagem da moeda nº 16.

## INVENTÁRIO

1. A1/R1, peso 5.05 gramas

✦ FERNANDVS<sup>x</sup> R/I | EX<sup>x</sup> PORTUGALI<sup>x</sup> E<sup>x</sup>

✦ FERNANDVS: DEI: GRA: REXPORTVGALI: ALGAR

Museu Numismático Português. ex. colecção D. Luis I, (1)

2. A1/R2

†FERNANDUS<sup>x</sup>D/ I EII G/ RA<sup>x</sup>REX<sup>x</sup>PORTUG  
 †FERNANDUS: DEI: GRA: REX: PORTUGALI: EALGARB

Pedro Batalha Reis, Cartilha da Numismática Portuguesa, Lisboa 1952, lâm. 7 n.º 1

3. A1/R1

†FERNANDUS: R/ I I EX/×PORTUGALI<sup>x</sup>E<sup>x</sup>  
 †FERNANDVS: DEI: GRA REXPORTVGALI: ALGAR

Pedro Batalha Reis. ob. cit., lâm. 7 n.º 2

4. A2/R2. peso 5,20 gramas

†FERNANDUS REX:· / I I / PORTUGALI. ALG:  
 †FERNANDUS DEI GRA: REX PORTUGALI ALGA

Pedro Batalha Reis. ob. cit., lâm. 7 n.º 3

5. A1/R1, peso 5,13 gramas

†FERNANDUS<sup>x</sup>R/ I I EX/×PORTUGALI<sup>x</sup>E<sup>x</sup>  
 †FERNANDUS<sup>x</sup>DEI<sup>x</sup>GRA<sup>x</sup> REX<sup>x</sup>PORTUGALI<sup>x</sup>E ALG<sup>x</sup>

Col. A. Pinto Magalhães

6. A2/R2, peso 5,20 gramas

†FERNANDUS<sup>x</sup>REX/ I I / PORTUGALIEALG  
 †FERNANDUS: DEIGRA: REX: PORTUGALI: ALGAR

Ex. Col. Ed. M. v d Niepoort. (2)

---

(1) Publicada em A. C. Teixeira de Aragão. Descrição Geral das Moedas, Lisboa 1875. Moeda com falta grave no bordo, o que justificará o seu baixo peso.

(2) Leilão SPINK TAISEI. Zürich, 9 de Junho de 1993, lote 7.

7. A3/R2, peso 5,11 gramas

† FERNANDVS RE/II/X: PORTVGAL IA<sup>x</sup>

‡ FERNANDVS<sup>x</sup>DEI: GRA: REX: PORTVGALI: ALGARBI

Col. Particular (3)

8. A3/R2, peso 5,08 gramas

† FERNANDVS<sup>x</sup>REX/II/PORTUGALI<sup>x</sup>AL

‡ FERNANDVS<sup>x</sup>DEI<sup>x</sup>GRA<sup>x</sup>REX<sup>x</sup>PORTVGALI<sup>x</sup>ALGAR

Col. British Museum (4)

9. A2/R1, peso 5,16 gramas

† FERNANDUS<sup>x</sup>REX/II<sup>xxx</sup>/PORTUGALI<sup>x</sup>EALG<sup>x</sup>

‡ FERNANDUS: DEIGRATIA: REX: PORTUGALI: EALG: (5)

10. A1/R1, peso 5,10 gramas

† FERNANDVS. REX/II/IX/PORTVGALI: ALG

‡ FERNANDVS<sup>x</sup>DEI<sup>x</sup>GRA<sup>x</sup>REX<sup>x</sup>PORTTVGALI

Col. Particular

11. A1/R2, peso 5,13 gramas

† FERNANDVS<sup>x</sup>REX<sup>xx</sup>/II/<sup>x</sup>PORTVGALI ALG

‡ FERNANDUS: DEI: GRA: REX: PORTUGALI: ALGARBI

Col. Particular

---

(3) Leilão Schulman, Março de 1929, depois col. António Benito Maçãs. É o exemplar fotografado em ALBERTO GOMES, MOEDAS PORTUGUESAS, Lisboa 2001, pág. 101, Fe 01.02.

(4) Citada por Ferraro Vaz, Numária Medieval Portuguesa, Lisboa 1960. Estampa XXI, n. Fe 05.

(5) Leilão NUMISMA 30, Lisboa, 28 de Novembro de 1996, lote 2.

12. A1/R2, peso 5,14 gramas

† FERNANDUS D<sup>x</sup>/ | EI | G | RA<sup>x</sup> REX<sup>x</sup> PORTUG  
 ‡ FERNANDUS: DEI: GRA: REX: PORTUGALI: EALGARB

Col. Particular (6)

13. A1/R1, peso 5,17 gramas

† FERNANDUS<sup>x</sup> D<sup>x</sup>/ | EI | G | RA<sup>x</sup> REX<sup>x</sup> PORTUG  
 ‡ FERNANDUS<sup>x</sup> DEIGRA<sup>x</sup> REX<sup>x</sup> PORTUGALI<sup>x</sup> EALGARBI<sup>x</sup> ∴∴

Col. Particular (7)

14. A4/R1, peso 5,13 gramas

† FERNANDUS REX/ | | PO/RTUGAL: EAGALG  
 ‡ FERNANDVS<sup>x</sup> REX<sup>x</sup> PORTVGALI<sup>x</sup> ALGARBI: C

Col. Particular (8)

15. A2/R2, peso 5,20 gramas

† FERNANDUSREX: ∴/ | | / PORTUGALI. ALG ∴  
 ‡ FERNANDUS: DEI: GRA: REX: PORTUGALI: ALGA (9)

16. A1/R1, peso 5,17 gramas

† FERNANDUS<sup>x</sup> R/ | | EX/ PORTUGALI<sup>x</sup> E<sup>x</sup>  
 ‡ FERNANDVS<sup>x</sup> DEI<sup>x</sup> GRA<sup>x</sup> REX<sup>x</sup> PORTVGALI<sup>x</sup> EA (10)

(6) Ex. Colecção Guilherme Guinle: Pedro Batalha Reis, Guia Duma Notável Colecção de Moedas Portuguesas. Lisboa 1948, est. I n. 8.

(7) Ex. Leilão L+L Hamburguer in Frankfurt am Main, lote 1196 (Janeiro 1895).

Ex. Leilão Schulman 28 de Junho de 1926, lote 6 (colecção Monteiro).

Ex. Leilão Bank Leu. 16 de Outubro de 1984, lote 855 (Colecção Garrett).

(8) Sem letra monetária.

(9) Ex. Colecção Araújo Ramos - Schulman 15 de Março de 1909, lote 23.

Ex. Colecção Monteiro, Leilão Schulman 28 de Junho de 1926, lote 7.

(10) Ex. Leilão 109 de Gorny+Mosch, Munique, 4 de Abril de 2001, lote 4031.

17. A1/R1, peso 4.82 gramas

† FERNANDUS GA / I C I I / A REX PORTUG  
 † FERNANDVS: REX: PORTVGALI: ALGARE:

Col. Particular (11)

18. A1/R1, peso 5.17 gramas

† FERNANDUS GR / I AC I I / A REX PORTUGA  
 † FERNANDUS DEIGRACIA REX PORTUGALI EALGAR

Col. Particular

19. A1/R1, peso 5.15 gramas

† FERNANDVSRE / I IX / PORTVGALI ALG  
 † FERNANDVS DEI GRA REX PORTVGALI ALGAB (12)

20. A2/R2

† FERNANDUS REX / I I / PORTUGALIE AL  
 † FERNANDUS: DEI: GRA: REX: PORTUGALI: AGARBI (13)

21. A1/R1

† FERNANDUS R / I I EX / PORTUGALI E E  
 † FERNANDUS DEI GRA REX PORTUGALI E ALG (14)

22. A1/R1

† FERNANDUS R / I I EX / PORTUGALI E E  
 † FERNANDVS: DEI: GRA REX PORTVGALI ALGAB (15)

---

(11) Ex. Coleção Robert Shore, lote 3 - Leilão Glendinning & Cia. 25 de Junho de 1945.  
 Ex. Coleção Raul Abecassis - Leilão 55 Leu Zurich, 19 de Outubro de 1992 lote 3.  
 Leilão 42 Numisma. Lisboa, 25 de Novembro de 1999, lote 70.

(12) Ex. Leilão Roland Michei. Genève, 5 de Junho de 1995, lote 11.

(13) Fotografada por Alberto Gomes, Moedas Portuguesas, Lisboa 2001, pág. 101 n°. Fe 91.03.

(14) Moeda fotografada por Alberto Gomes, Moedas Portuguesas, Lisboa 2001, pág. 101 n°. Fe 91.01.

(15) Moeda fotografada por Alberto Gomes, Moedas Portuguesas, Lisboa 2001, pág. 101 n°. Fe 91.00.



## AS EMISSÕES EM COBRE DE D. PEDRO II NOS ANOS DE 1699 E 1703

José Rodrigues Marinho

Recordando NORBERTO CORREIA  
e todos os que nos ajudaram quer com as suas moedas quer  
na busca de exemplares dispersos e que infelizmente já não  
podem ver quão importante foi o seu contributo.

### Sumário

O número de cunhos usados no fabrico de uma série monetária pode ser calculado por fórmulas matemáticas com base na quantidade de cunhos encontrados numa dada quantidade de moedas dessa série. Para o resultado ser merecedor de confiança, esta quantidade de moedas a observar depende muito do número de moedas batidas, pelo que deverá haver uma percepção desse número. Com essa finalidade foi continuado um estudo, já publicado em 1985, sobre o número de cunhos usados para a emissão das séries em cobre de D. Pedro II no ano de 1699, procurando duplicar a quantidade de moedas observadas. Anotaram-se as diferenças entre os cunhos, as quais caracterizam as moedas, e procuraram-se as ligações entre eles na cunhagem da série. Estimou-se o presumível número de moedas fabricadas com cada um, bem como o total. O estudo foi estendido às séries irmãs batidas no ano de 1703, permitindo ver o conjunto destas emissões na política monetária do reinado.

### Introdução

Numa mesma comunicação foram apresentados em 1985, no III Congresso Nacional de Numismática (Actas, pp. 255-271), dois estudos semelhantes, o primeiro, de análise das cunhagens portuguesas por balancé, visando o cálculo da quantidade de cunhos utilizados em diversas emissões monetárias, em especial nas séries em cobre de D. Pedro II, de 1699, e o outro tendo em vista encontrar-se o número de cunhos usados com o fabrico da série de X réis de D. Maria I, de 1799. Este último exercício foi escolhido para se obter, com os cunhos achados, o número médio de moedas batido por cada par, ou por

cada um deles, uma vez que a quantidade das moedas fabricadas em 1799 é conhecida pelas estatísticas da Casa da Moeda, existentes a partir do ano de 1752.

Esta segunda parte da comunicação de 1985 foi em 1991 objecto de nova publicação nesta revista NVMMVS (2ª S., vol. XIV/XV, pp. 67-75), quando se verificou ser já difícil encontrarem-se mais cunhos da série de 1799 — para além dos seis que entretanto foram achados na pesquisa continuada de todas estas moedas —, e tem agora um aditamento neste volume, com o aparecimento de duas novas moedas com interesse para esse trabalho, onde também é aceite a provável média de 10.000 moedas por par de cunhos no fabrico das séries similares às aqui estudadas.

Na apresentação do estudo em 1985 foi notado o pouco que se conhecia das moedas em cobre de D. Pedro II datadas de 1699 e 1703, com os valores de X, V e III réis e ainda real e meio. Para além do texto sucinto do Alvará régio de 17 de Fevereiro daquele ano, que apenas informa ter sido ordenado este lavramento, nada permitia inferir sobre as características das moedas e as quantidades de fabrico, pelo que mais informações teriam de ser tiradas dos próprios exemplares, relativamente comuns ainda nos nossos dias. Foi apontado o possível uso de fórmulas matemáticas, já usadas em estudos de cunhagens a martelo, para o cálculo do número de cunhos que teriam sido utilizados na emissão destas séries iniciais da cunhagem mecânica, permitindo assim estimar-se as quantidades batidas.

Giles F. Carter desenvolveu um destes conjuntos de fórmulas, baseadas no número de cunhos encontrados numa determinada quantidade de moedas, num estudo também apresentado no simpósio sobre “Problems of medieval coinage in the Iberian area” realizado em Santarém em 1984 e que pode ser visto nas respectivas Actas (pp.91-104).

Os elementos obtidos em 1985, para cada série das emissões em cobre de 1699, são aqui de novo apresentados, mostrando a quantidade dos cunhos então encontrados. Apresentamos também as suas ligações relativamente ao número de moedas vistas nessa data.

A busca de mais exemplares para estudo tem continuado até agora, de forma a conseguir-se uma quantidade bastante superior à usada inicialmente, permitindo conclusões mais próximas da realidade. O resultado deste trabalho e a sua comparação com o obtido antes, para as quatro séries de 1699, mostra o que foi possível avançar com o recurso a mais moedas. Ao mesmo tempo procedeu-se a igual estudo das emissões similares do ano de 1703.

Compreende-se bem que, numa emissão, alguns exemplares, batidos com cunhos de duração muito limitada, tenham desaparecido e não possam já voltar à luz do dia. Todavia, como se constata, outros também muito escassos vão aparecendo, revelando na maioria mais um cunho até aí desconhecido, por vezes muito maltratados nos seus trezentos anos de idade e, por isso, quase sempre marginalizados, julgando-se erradamente, no conceito do coleccionismo, não terem lugar para apresentação ao lado das moedas perfeitas. No entanto, em trabalhos deste género, a informação útil que se obtém é igual para todos os exemplares, desde que possam ser identificados.

O ideal não é encontrar entre as muitas moedas que ainda aparecem todos os cunhos que terão sido usados. Tal não é necessário nem será sempre possível. Afigura-se, sim,

conveniente haver uma percepção do volume da emissão, que aponte a ordem de grandeza do conjunto a observar para as conclusões poderem ser usadas com confiança.

O que se apurou dá boas indicações para futuros trabalhos com outras séries, informando o que se poderá avançar em conhecimentos com os relativos aumentos do número de moedas observadas.

Para todas as séries, a reprodução fotográfica de cada cunho de averso (A) e de reverso (R) é apresentada no final do estudo, indicando também as ligações encontradas com os cunhos opostos.

A colaboração encontrada foi, no geral, razoável ao longo destes dezasseis anos, na tentativa de duplicação de uma amostra que ao princípio parecia ser fácil de obter. Para todos os que nos ajudaram vão os nossos agradecimentos.

### A série de X réis de 1699

Em 1985 o número de exemplares a que tivemos acesso foi de 55 e foram encontrados 8 cunhos de averso e 9 do reverso, distribuídos por quatro grupos de moedas, consoante as respectivas ligações (ver Quadro I). Agora, a quantidade observada ultrapassa o dobro e atingiu os 117 exemplares, revelando mais um cunho para cada face, 9 aversos e 10 reversos. Mantêm-se os mesmos grupos, definidos em 1985 (ver Quadro II).

A aplicação das fórmulas de Carter permite admitir terem sido encontrados todos os cunhos usados no fabrico desta série.

Na cunhagem mecânica os cunhos podem facilmente orientar-se e a leitura das duas faces da moeda é, em regra, feita segundo um eixo horizontal ou vertical. Para estas emissões foi escolhido o primeiro. No grupo das moedas 4 a 14 foram encontradas duas com eixo vertical.

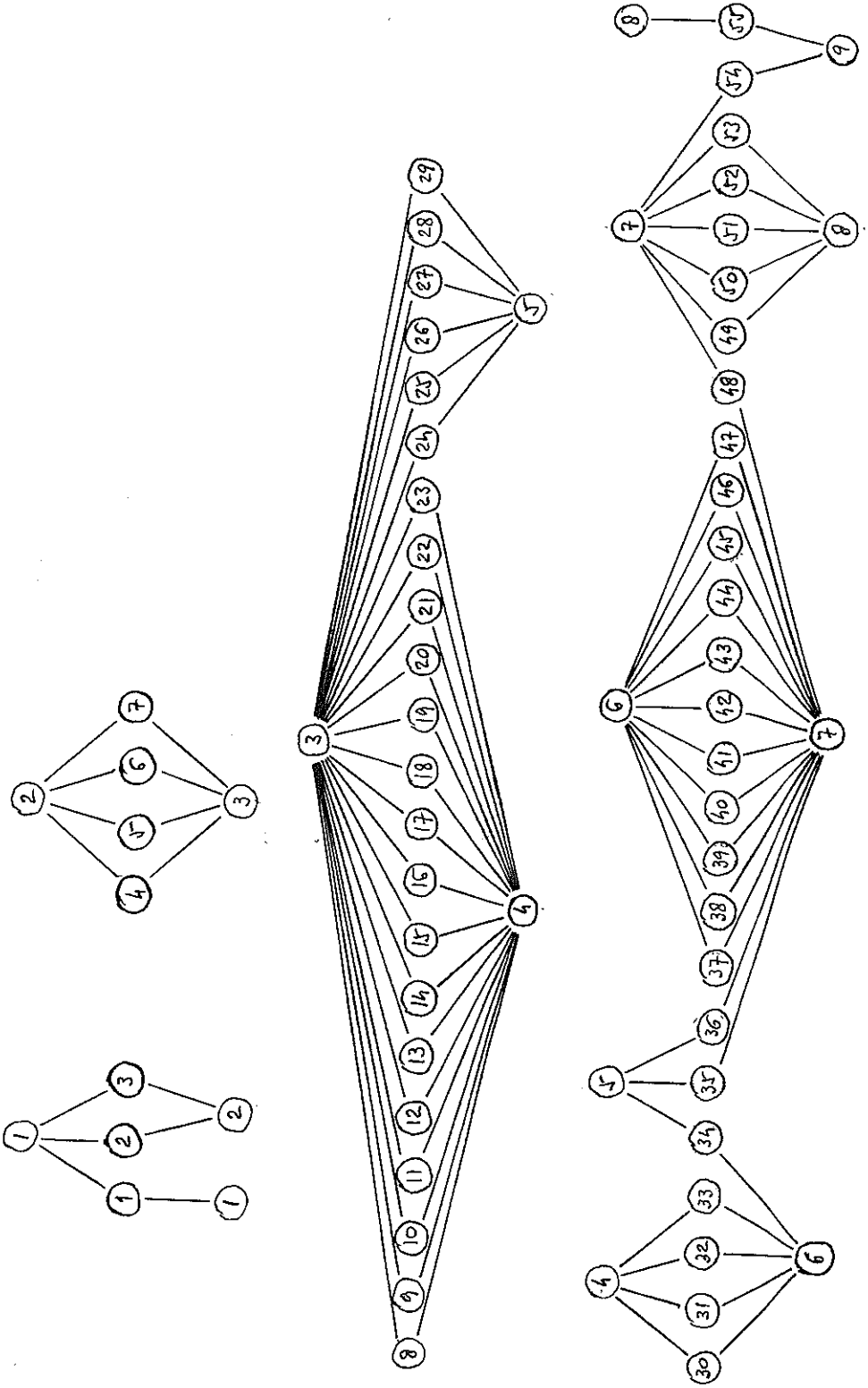
As legendas das orlas são, no averso, D.G.PORT.ET.ALG.REX e, no reverso, 1699+VTILITATI.PVBLICÆ+. O cunho 6 do averso, com apenas quatro moedas vistas, apresenta a falta do ponto entre ET e ALG. Este cunho está ligado a dois reversos diferentes, um numa moeda única, de ligação, a nº 71, o outro em três moedas iguais, nºs 72 a 74.

As maiores variações do desenho notam-se na coroa de louros que rodeia a marca do valor, a qual foi gravada com 25 palmas nos reversos 2 e 6, com 26 nos reversos 4,5,7 e 8, com 27 nos reversos 1,3 e 9 e com 30 palmas no reverso 10.

O cunho do averso apresenta, quase sempre, dois pontos entre a letra central P e o numeral romano II. O ponto inferior, mais largo, faz, sem dúvida, parte do desenho aprovado. O cunho 7 foi aberto sem ele (moedas 75 a 95). Entendemos, contudo, que o ponto superior, diferente do outro, é a marca deixada pelo compasso no desenho das circunferências, não visíveis, que facilitavam a centralização da legenda da orla, e também da outra tracejada, que envolve a sigla P II do nome do rei. Noutras séries, em alguns cunhos, esse ponto não existe, retirado pela gravura do numeral, mais centrado.

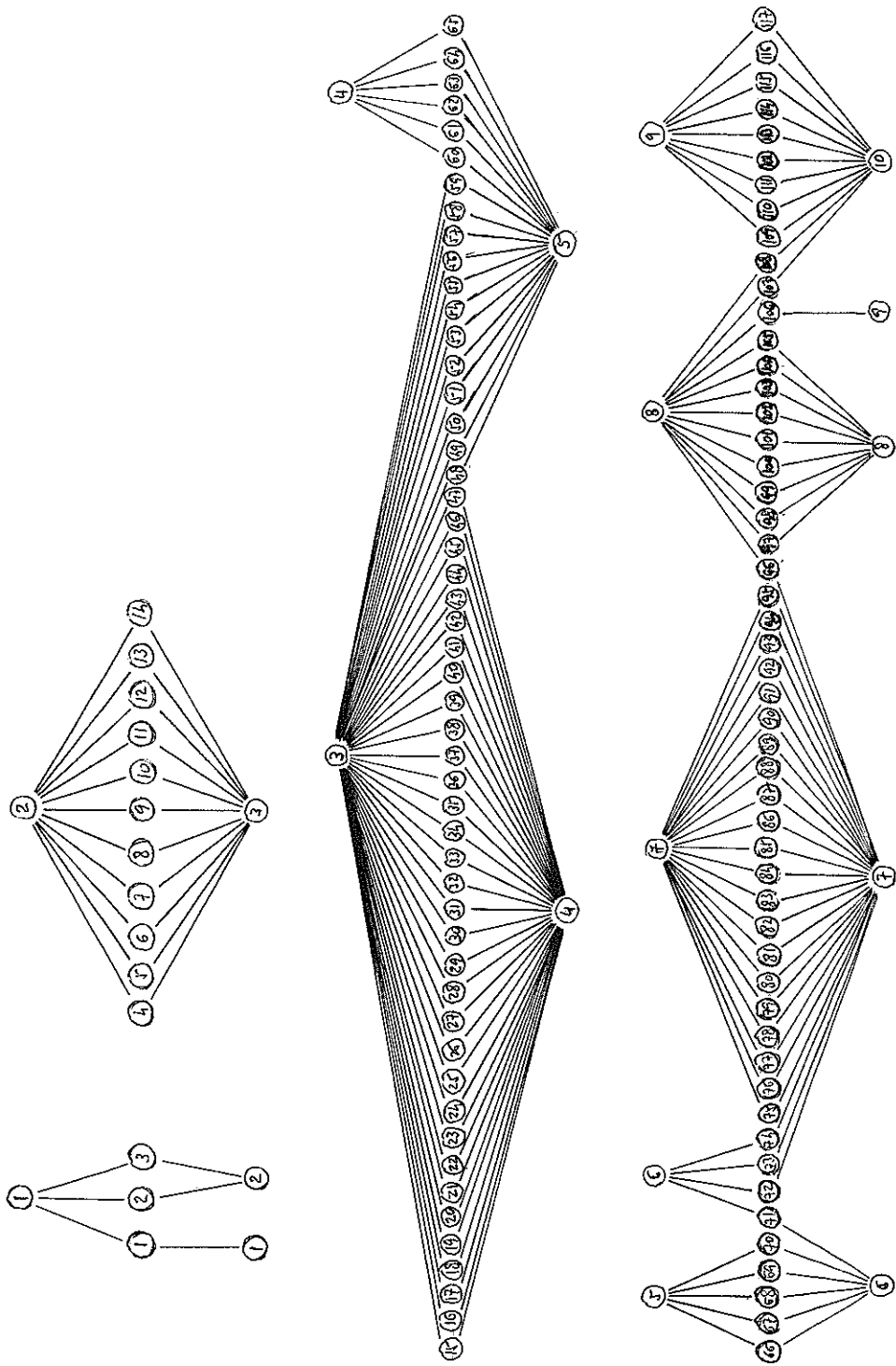
**QUADRO I**

Ligações de cunhos das moedas de X réis de 1699 observadas até 1985



## QUADRO II

Ligações de cunhos das moedas de X réis de 1699 observadas até 2001



Os últimos dois cunhos que apareceram são, no Quadro II, o anverso 4 (com seis moedas, nºs 60 a 65) e o reverso 9, este num exemplar único (nº 106). São também únicas a moeda 1, a 71 e a 96, já referenciadas em 1985, com os nºs 1, 34 e 48. O aparecimento da última foi importante porque, não tendo interesse para a definição do número dos cunhos, permitiu ligar o conjunto de moedas que vai da 66 até à 95 com o conjunto que vai da 97 até final, e revelou a ordem da cunhagem.

Os pesos das moedas são muito desiguais e formam uma escala relativamente regular variando entre 20,27g e 9,97g. Divididos por intervalos de um grama, acharam-se dois exemplares com pesos superiores a 20,00g; entre 19,12g e 19,73g são quatro moedas; de 18,05 a 18,93g, 13 moedas; entre 17,01 e 17,89g há dezassete moedas; de 16,16 a 16,96g há quinze moedas e entre 15,02 e 15,95g há dezoito moedas. A maior quantidade, vinte e quatro moedas, é de pesos entre 14,00 e 14,88g. Entre 13,04 e 13,98g há dezasseis moedas e entre 9,97 e 12,54 notaram-se cinco moedas. Com o mesmo peso só existem conjuntos de duas moedas, ao todo cinco, dispersos. O peso médio encontrado foi de 15,80g.

A estimativa da quantidade de moedas fabricada é baseada no número de pares de cunhos utilizados e no número médio de moedas batidas com cada par. No Quadro II consideramos projectada a produção total da série, em função das moedas observadas numa amostra que incluiu, sem excepções, todos os exemplares de que houve conhecimento, provenientes de variadas origens, tida como representativa da emissão. Verifica-se que o número de aversos e de reversos é desigual, mas, enquanto para os aversos não terá havido cunhos com produção mínima, para os reversos os cunhos 1 e 9 terão fabricado essa quantidade mínima. Assim, consideramos a produção destes dois cunhos como a de um só. Se aceitarmos que cada cunho fez, em média, 10.000 moedas, a cunhagem desta série de X réis, com base em nove pares de cunhos, terá sido de 90.000 exemplares, numa emissão com o valor de 900 mil réis.

### A série de V réis de 1699

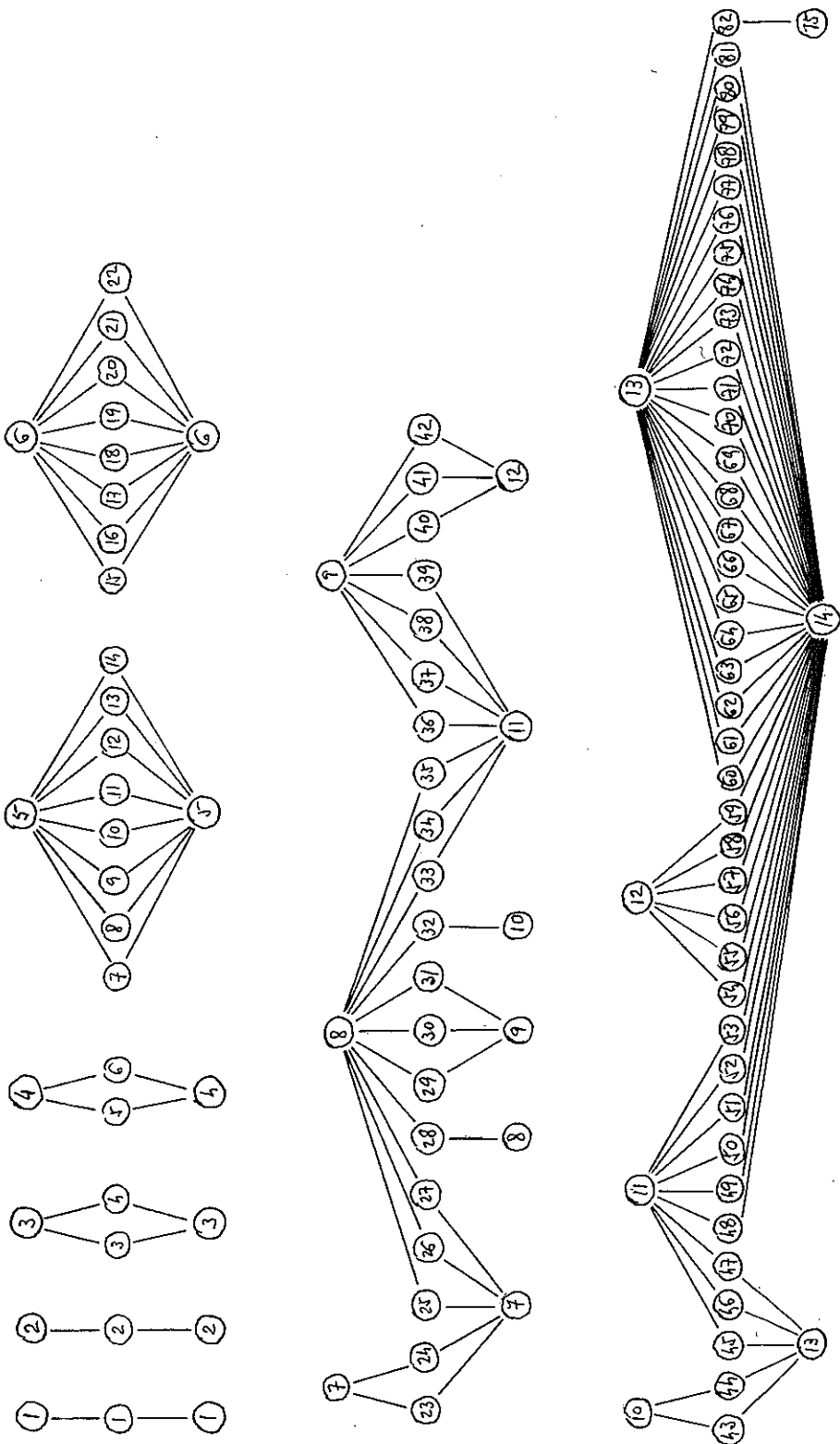
As moedas vistas foram 82 e 154, respectivamente em 1985 e até 2001. Os 13 cunhos de anverso e os 15 de reverso, apurados há 16 anos, passaram para 16 e 19.

A observação dos Quadros III e IV, com as ligações dos cunhos achados em 1985 e até 2001, mostra os últimos aversos (10, 12 e 14) e reversos (4, 14, 15 e 17) agora encontrados. Dos sete novos cunhos, cinco são de exemplares únicos, mas do anverso 12 apareceram duas moedas. O novo reverso 14 desenvolveu-se muito a partir do anverso 11 (antigo 10), com as moedas 77 até 83. Note-se que as moedas 84 e 85 são as antigas 43 e 44.

A emissão acha-se dividida por oito grupos de moedas, definidos logo em 1985. A aplicação das fórmulas de Carter dá a provável existência de mais um cunho de anverso e outro de reverso, até aqui não achados.

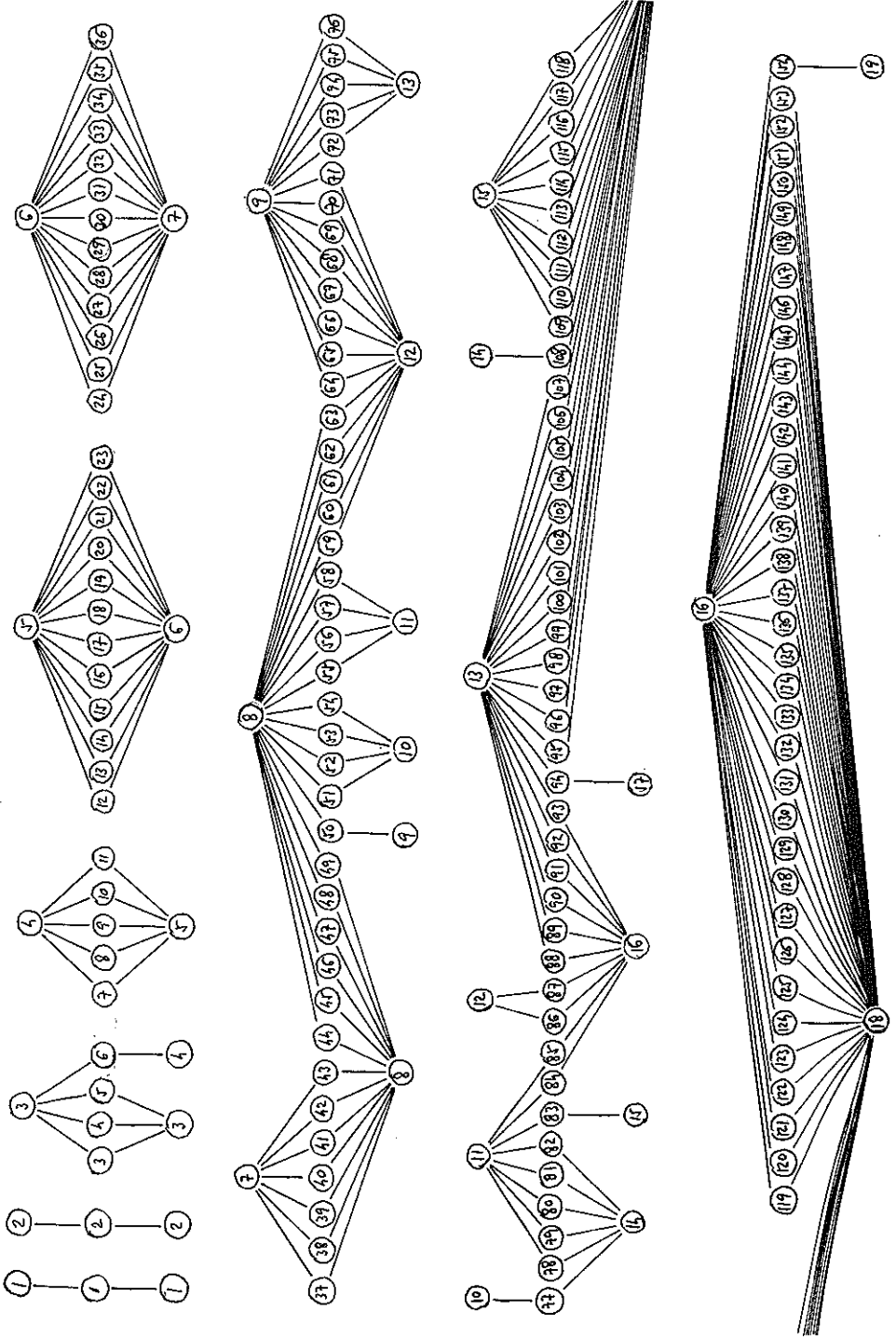
**QUADRO III**

Ligações de cunhos das moedas de V réis de 1699 observadas até 1985



# QUADRO IV

Ligações de cunhos de V réis de 1699 observadas até 2001





A legenda-base da orla do anverso é D.G.PORT.ET.ALG.REX, mas os cunhos 3 e 10 não têm o ponto entre ET e ALG e o cunho 7 tem cruzetas como separadores, D+G+PORT+ET+ALG+REX (sete moedas vistas). No anverso 8 não existe o ponto entre P e II. A legenda-base do reverso é 1699+VTILITATI.PVBLICÆ +, e em oito dos cunhos o ponto central foi substituído por cruzeta (n<sup>os</sup> 5,7,8,9,10,15,16 e 17).

A coroa que rodeia a marca do valor apresenta também um número variável de palmas, sendo de 22 no reverso 3, de 23 no reverso 18, de 24 nos reversos 4, 5, 6 e 14, de 25 nos reversos 2, 9, 11, 12, 13, 15, 16 e 19, de 26 nos reversos 1 e 8, de 27 nos reversos 10 e 17 e de 28 no 7.

Os pesos das moedas variam muito e sem concentração. Foram encontrados três grupos de três moedas com o mesmo peso, 8,01g, 7,53g e 5,86g. Há 21 pares, dispersos, de moedas com peso igual. Distribuídas por escalões de um grama tem-se 5 moedas entre 9,76 e 9,03g, 26 moedas entre 8,96 e 8,01g, 58 moedas entre 7,98 e 7,01g, 39 moedas entre 6,98 e 6,00g, 19 moedas entre 5,97 e 5,19g e 4 moedas entre 4,98 e 4,49g. Dividindo por decigramas os pesos das 58 moedas do escalão dos 7 gramas, a maior concentração, de 11 moedas, situa-se entre 7,50 e 7,59g. A média obtida de todas elas é de 7,13g.

Projectada esta emissão no Quadro IV, ressalta o número de cunhos representados por moedas únicas, quatro anversos e sete reversos. Abstraindo da diferença entre eles, numa produção pouco significativa, o fabrico desta série poderá basear-se em 17 pares de cunhos. Aceitando a média de 10.000 moedas por cada par, terão sido emitidos 170.000 exemplares, a que corresponde um valor de 850.000 réis. De notar os grandes volumes batidos com os cunhos de reverso 18, para cima de 66.000 moedas, e de anverso 16, quase 40.000.

A moeda 2, de tipo único, foi conhecida por um decalque imperfeito remetido dos Açores. Sabemos apenas que tem eixo vertical e coroa de 25 palmas.

### A série de III réis de 1699

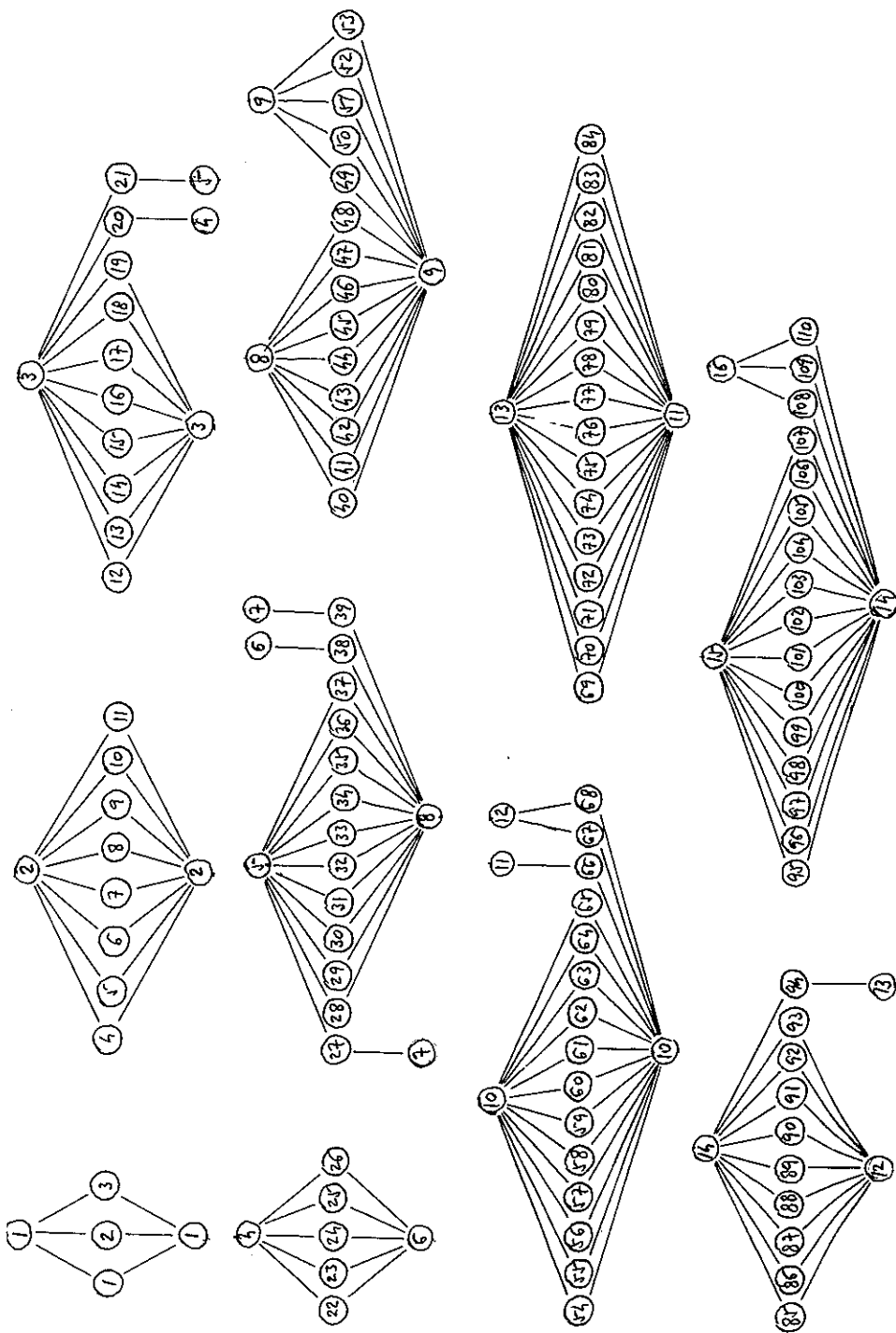
Desta série foram, em 1985, observadas 110 moedas, divididas por dez grupos, achando-se 16 cunhos de anverso e 14 de reverso (ver Quadro V). Até 2001 o estudo alcançou 164 exemplares, com 19 anversos e 18 reversos, em treze grupos (ver Quadro VI). Os três anversos e quatro reversos que apareceram após 1985 são os das primeiras seis moedas, mais o reverso 7. Note-se que, no Quadro VI, os dois últimos grupos passaram a ter a posição das moedas invertida, por se afigurar ser a mais correcta.

As fórmulas de Carter, com o desvio padrão, admitem a possibilidade da existência de mais um cunho para cada face.

Alguns cunhos representados por um único exemplar (anversos 9 e 10 e reversos 8 e 11) dificilmente voltarão a achar-se, pois tendo aparecido em 1985 não se repetiram. Sem o seu conhecimento as fórmulas indicariam um fabrico com menos um cunho em cada face.

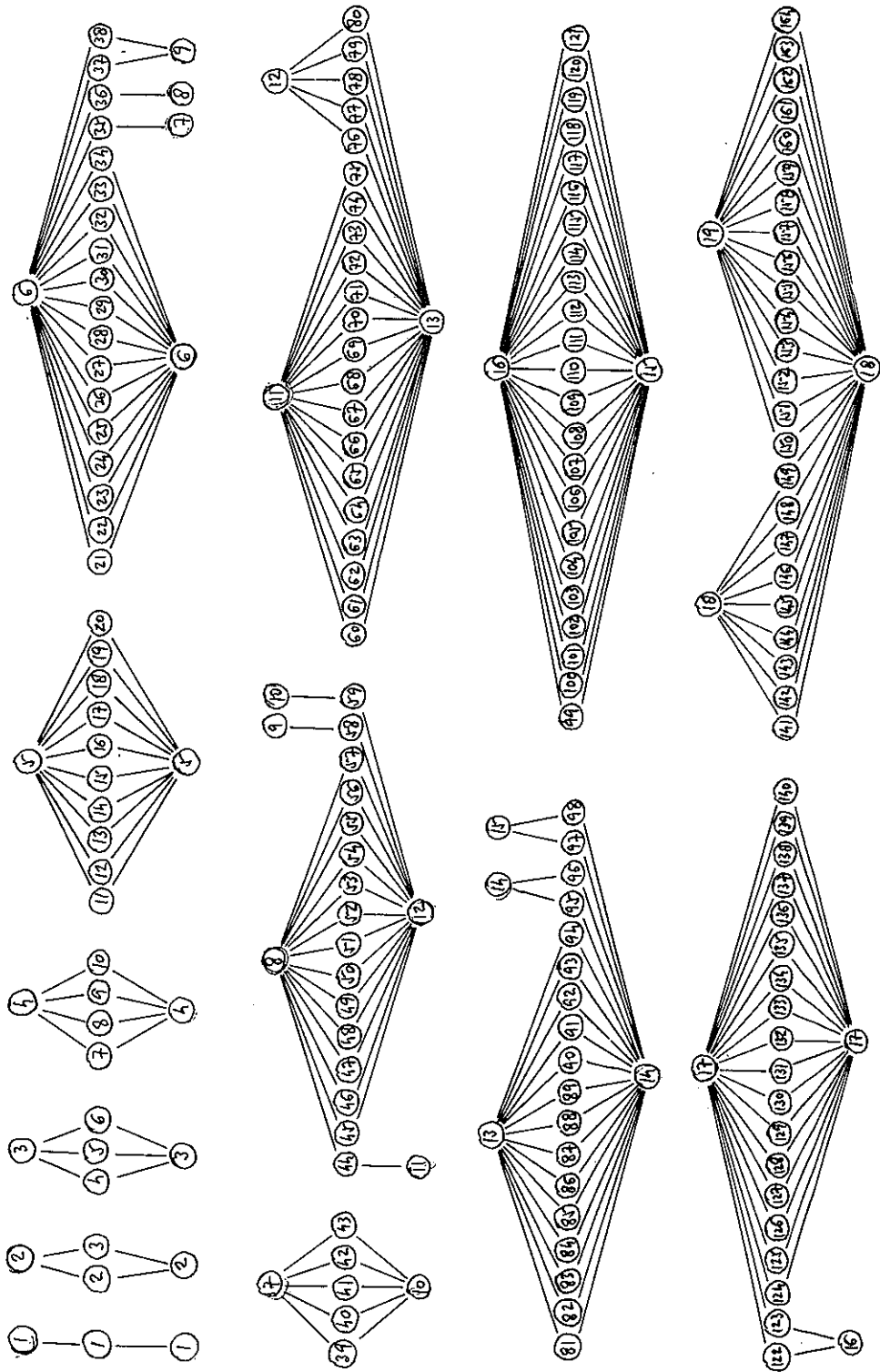
### QUADRO V

Ligações de cunhos das moedas de III réis de 1699 observadas até 1985



QUADRO VI

Ligações de cunhos das moedas de III réis de 1699 observadas até 2001



Nas orlas, a legenda-base do anverso D.G.PORT.ET.ALG.REX, apresenta também a variante sem o ponto entre ET e ALG (cunhos 2, 17 e 18) e outra variante com D.G.POR.ET.ET.ALG.REX (cunho 8), certamente um lapso do gravador. No reverso, continua a legenda-base 1699+VTILITATI.PVBLICÆ+, com a variante da cruzeta em substituição do ponto central (reverso 6), e ainda outra, com a ausência do separador entre as duas palavras (reversos 5 e 11).

No grupo de moedas 99 a 121, um dos cunhos (anverso 16 ou reverso 15) foi colocado invertido no balancé, apresentando os exemplares eixo vertical.

A coroa que envolve a marca do valor foi aberta com 19 palmas nos cunhos 6 e 12, com 20 palmas nos cunhos 1, 3, 4, 7, 10, 13, 16 e 17, com 21 palmas nos cunhos 8 e 15, com 22 palmas nos cunhos 2, 11 e 18, com 23 palmas no cunho 14, com 24 palmas no cunho 5 e com 25 palmas no cunho 9.

Os pesos encontrados distribuem-se desde os 6,19 até 2,83g. Acima de 6,00g há três moedas e com mais de 5,00, até 5,52g, são dez. Abaixo de 5,00g e até 3,11g a distribuição é muito regular. Há cinco exemplares entre 2,96 e 2,83g. Divididos por decigramas os pesos têm a maior concentração entre 4,00 e 4,09g, com 20 moedas, havendo grupos de duas, três e quatro com peso igual. O segundo grupo maior, de 17 moedas, está entre 3,80 e 3,89g. A média de todos os exemplares é de 4,09g.

Presumindo-se a emissão como correspondendo à utilização de 19 pares de cunhos, à média de 10.000 moedas por par, produziram-se 190.000 exemplares, com o valor de 570.000 réis.

### A série de $1\frac{1}{2}$ réis de 1699

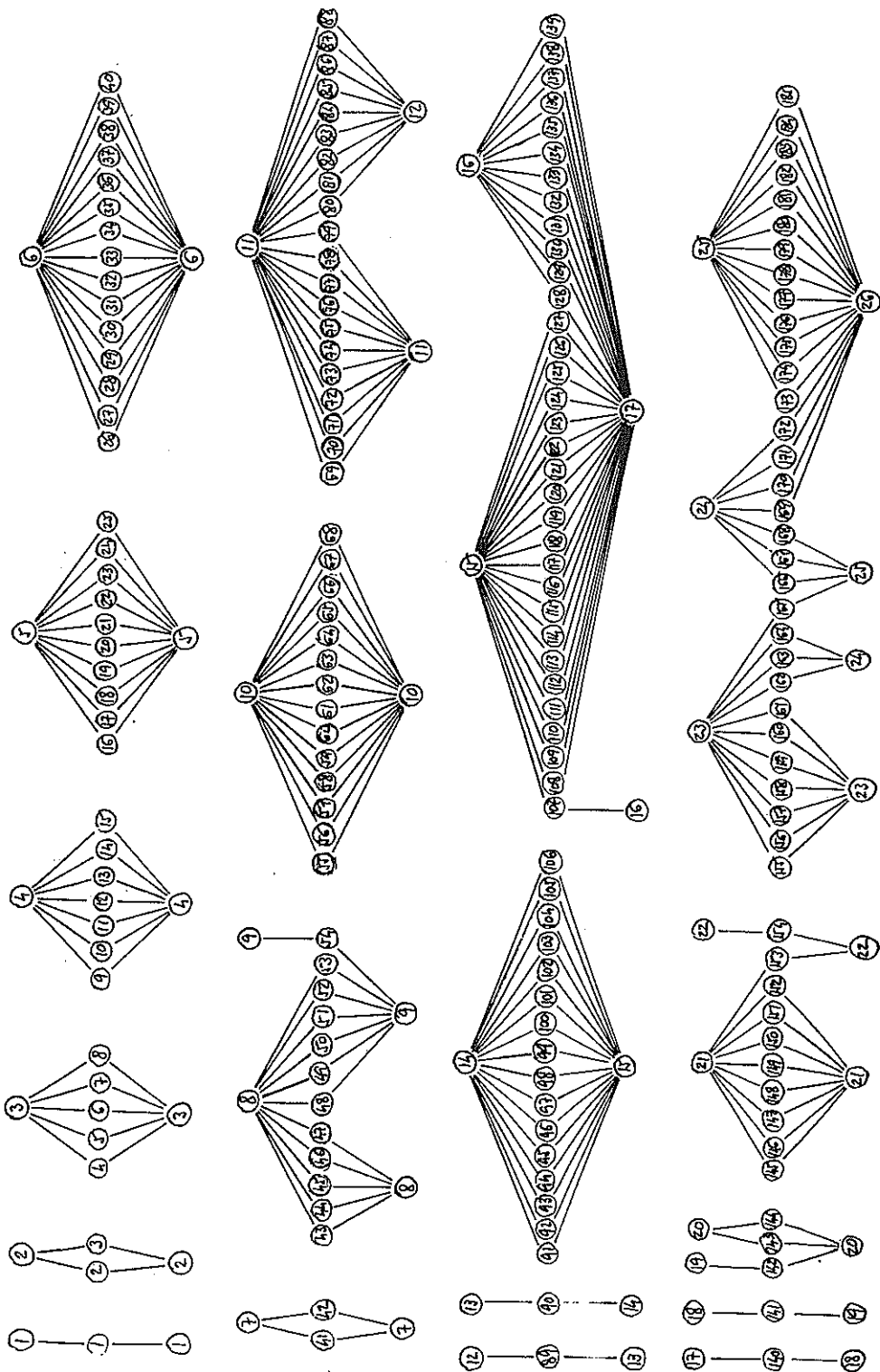
Pelos exemplares encontrados, esta série será, entre as emissões em cobre de 1699 e 1703, a que terá tido o maior volume de moedas batidas. O pouco desenvolvimento do País, baseado numa agricultura de subsistência, e a falta crónica de moeda para os pequenos trocos, terão levado os encarregados da Fazenda Pública a proceder a uma larga distribuição de um valor mínimo, procurado pela população, mas que, em menos de 20 anos, desaparecerá das próprias cunhagens, com o natural aumento do custo de vida.

As quantidades de moeda que foi possível observar, tanto em 1985, com 185 exemplares (ver Quadro VII), como até 2001, com mais 89 espécies, confirmaram que, para além dos inicialmente encontrados, o número de cunhos utilizados já pouco iria subir, o que se traduziu em apenas mais dois aversos, como é evidente de moedas de fraca produção (cunhos 12 e 25 do Quadro VIII). Foram assim encontrados 27 cunhos de anverso e 26 de reverso. São 19 os grupos por que se distribuem, desde o primeiro estudo publicado. As moedas n.ºs 1, 88, 138, 165 e 208 não se repetiram desde 1985.

A aplicação das fórmulas de Carter deu, para o anverso, o resultado de  $27,35 \pm 0,52$ , permitindo a possibilidade de ter existido outro cunho. Para o reverso, o resultado

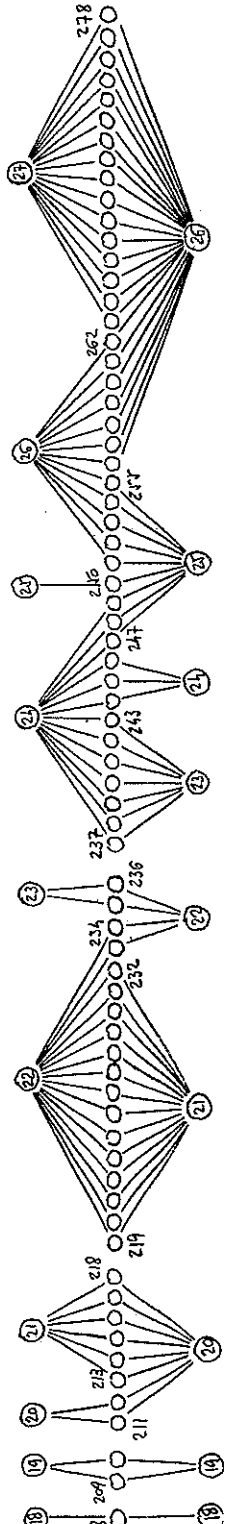
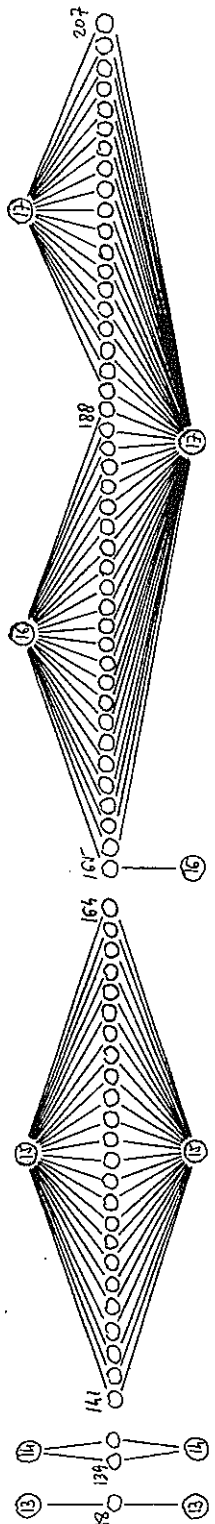
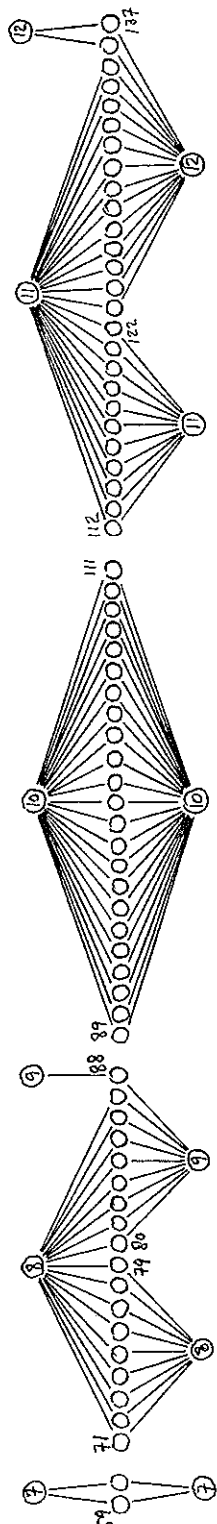
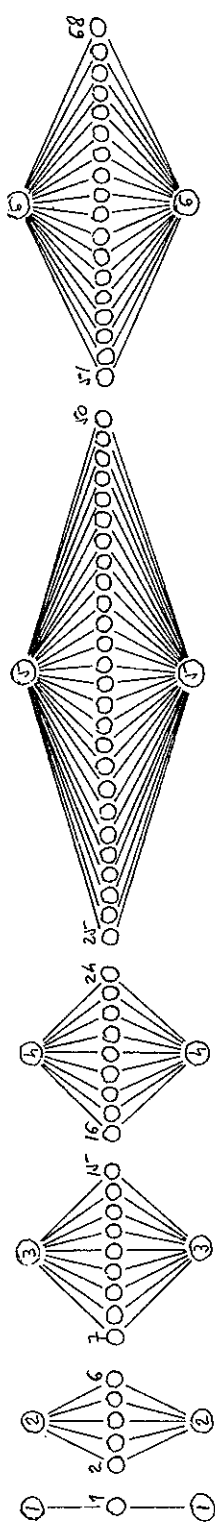
# QUADRO VII

Ligações de cunhos das moedas de 1 1/2 réis de 1699 observadas até 1985



### QUADRO VIII

Ligações de cunhos das moedas de 1 1/2 réis de 1699 observadas até 2001



26,26±0,49 possibilita também o aparecimento de outro cunho. Assim, para o fabrico desta pequena moeda poderão ter sido usados 28 cunhos de anverso e 27 de reverso.

A legenda-base da orla do anverso, D.G.PORT.ET.ALG.REX, aparece sem o ponto entre ET e ALG nos cunhos 5, 13, 18, 19 e 24. A legenda predominante no reverso continua a ser 1699+VTILITATI.PVBLICÆ +, com a variante da cruzeta a substituir o ponto (cunho 10) e a não existência de separador entre as duas palavras (cunho 19).

Relacionadas com o posicionamento relativo dos cunhos na máquina, esta série apresenta algumas anomalias. Para o fabrico das sete moedas de anverso 24 correspondentes ao reverso 23, estes cunhos não foram colocados no balancé voltados para o mesmo lado. Um deles ficou numa posição orientada a 270 graus, pelo que, nas moedas, o eixo entre eles é oblíquo, com rotação a 45 graus.

A inversão de um dos cunhos foi mais frequente nesta série. Registam-se as moedas fabricadas com os pares 4, 13, 18 e 19, que assim apresentam eixo vertical. Hoje, a sua raridade pode ser apreciada em função dos exemplares aparecidos em cada grupo.

Outra anomalia ocorreu com o cunho de reverso 5, aberto com a marca do valor invertida em relação à legenda da orla, um lapso do gravador. É o erro mais comum de todos os até aqui referidos, tendo sido notado em 26 moedas.

Também no anverso, os cunhos 2, 4, 8, 12, 15, 19, 21, 22 e 23 não apresentam o ponto entre P e II, notando-se só a marca do compasso.

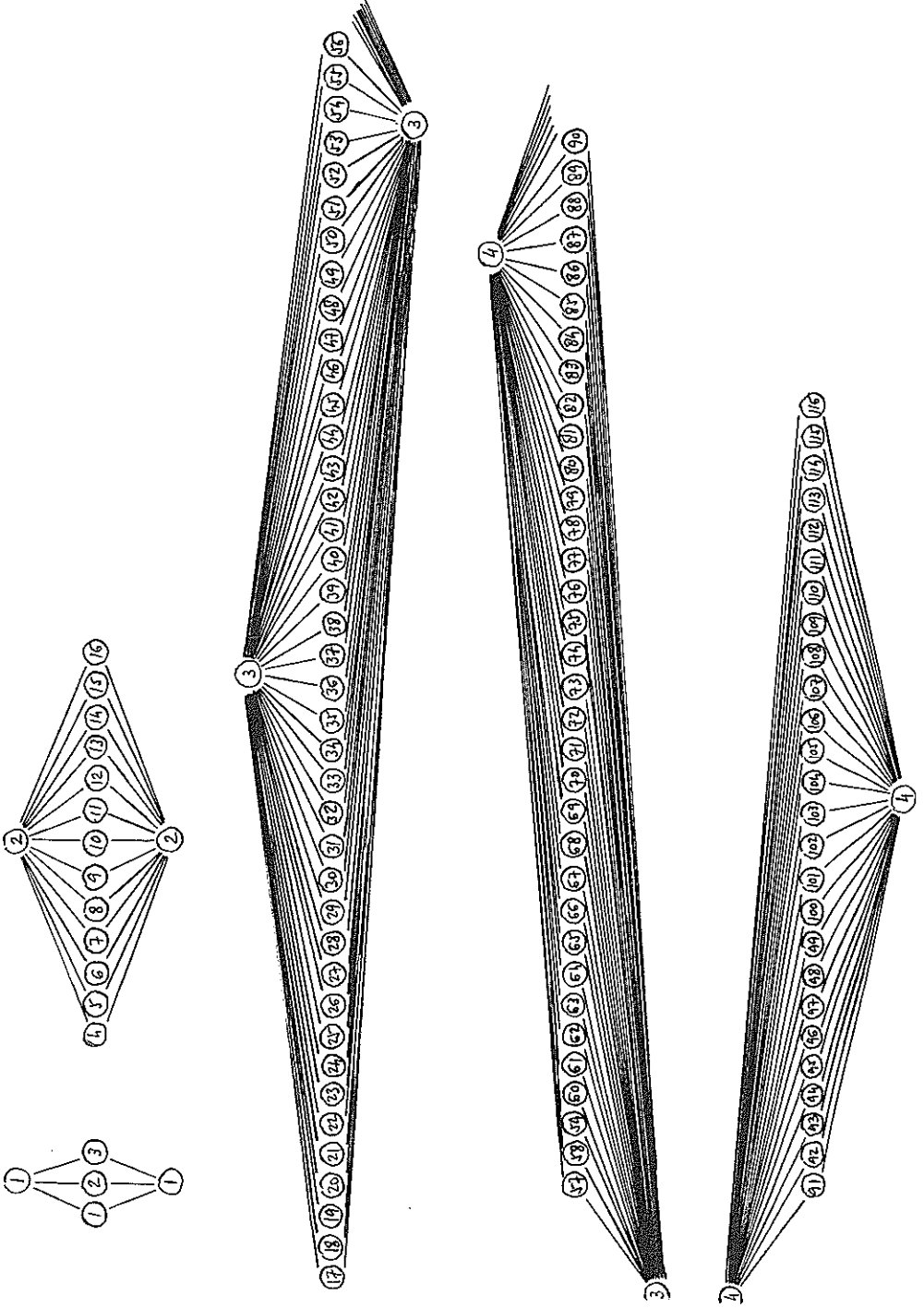
Como nas séries anteriores, a coroa que rodeia a marca do valor foi aberta com um número variável de palmas. Com 18 temos o cunho 10. Têm 19 palmas as moedas dos cunhos 5, 7, 9, 20 e 21. Há 20 palmas nos cunhos 2, 3, 4, 6, 8, 11 e 17. Os cunhos 13 e 16 têm coroa de 21 palmas. Com 22 há os cunhos 12, 14, 15, 18, 19, 24 e 26. Por fim, temos 23 palmas nos cunhos 22, 23 e 25.

Das 278 moedas observadas, apenas de quatro não foram registados os pesos. Estes mostram a mesma grande dispersão, já apontada para as três séries anteriores. O peso mais elevado que se encontrou foi de 3,47g, e até 3,00g há nove moedas, duas delas com peso igual, 3,20g. Com 2,95g até 2,51 há 32 moedas. Depois, dentro de cada decigrama há: entre 2,49 e 2,40g, 17 moedas; entre 2,39 e 2,30g, 20 moedas; entre 2,29 e 2,20g, 28 moedas, com maior concentração nos pesos 2,29 e 2,24g, cinco moedas cada. Entre 2,19 e 2,10g há 24 moedas e entre 2,09 e 2,00g temos o maior conjunto, 33 exemplares, e 7 moedas com 2,07g. Depois, entre 1,99 e 1,90g contamos 31 moedas, regularmente distribuídas; entre 1,89 e 1,80g, tal como entre 1,69 e 1,60g há 22 moedas. A seguir temos 22 moedas entre 1,59 e 1,36g, e finalmente, mais duas moedas com 1,29 e 1,24g. A média ponderal de todos estes exemplares é de 2,12g.

A projecção desta série no Quadro VIII mostra cinco cunhos de anverso e quatro de reverso com quantidades mínimas de fabrico, a que se juntará os dois cunhos que não apareceram. Assim, estima-se a emissão desta série numa base de 27 pares de cunhos com a média de fabrico de 10.000 moedas, num total de 270 mil exemplares, a que corresponde o valor de 405 mil réis.

# QUADRO IX

Ligações de cunhos das moedas de X réis de 1703 observadas até 2001





### A série de X réis de 1703

O número de exemplares observados, 116, quase não difere do da correspondente série de 1699, mas os cunhos encontrados são em menor quantidade, quatro pares, os suficientes para a emissão programada.

Os primeiros dois pares bateram os seus grupos de moedas sem ligação e bastante abaixo da quantidade média por cunho. Os outros dois pares encontram-se interligados e, pela projecção obtida, fabricaram um número muito mais elevado de exemplares. O Quadro IX figura, com os três grupos, essa cunhagem.

A aplicação das fórmulas de Carter conduz a um resultado de  $3,87 \pm 0,07$ , afastando claramente a existência de outro cunho.

As legendas da orla vão aqui diferenciar-se mais. O tipo normal do averso D.G.PORT.ET.ALG.REX só existe nos cunhos 1 e 2. O cunho 3 apresenta D.G.PORTE+TAL.G.REX e o cunho 4 tem D.G.PORT+ETALG.REX. No reverso, a legenda tem uma cruzeta a separar as duas palavras e o ditongo final de PVBLICÆ, em nexa, aparece no cunho 2 com as letras separadas.

A coroa que envolve a marca do valor está, em regra, nas séries de 1699 com o vértice das palmas voltado no sentido dos ponteiros do relógio. Nesta série de 1703, só no cunho 2, com 13 moedas observadas, assim aparece. Nas restantes, as palmas estão invertidas.

O número de palmas na coroa aumentou. O cunho 1 tem 29, o cunho 2 tem 35, o cunho 3 tem 39 e o cunho 4 tem 40 palmas.

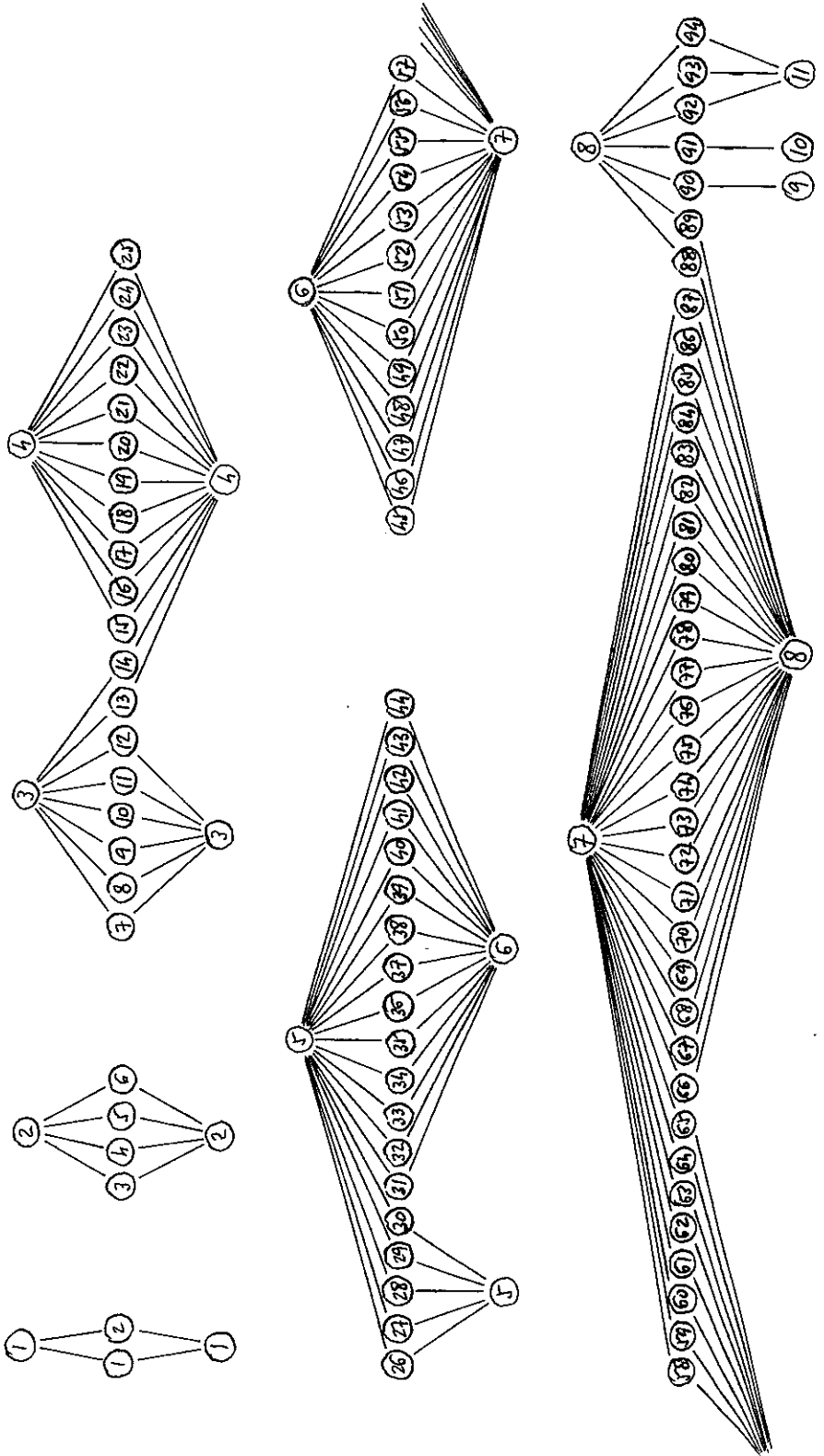
Os pesos destas moedas encontram-se distribuídos entre 18,45 e 12,16g, com relativa uniformidade e sem concentrações. Apenas se acharam dez conjuntos de dois pesos iguais, entre 16,53 e 14,08g. O peso médio de 113 moedas é de 14,91g, cerca de 9 decigramas menos do que na série de 1699.

Com a utilização de quatro pares de cunhos e continuando a admitir um fabrico médio de 10.000 moedas por cada par, terão sido batidos 40.000 exemplares de X réis, numa emissão com o valor de 400 mil réis.

De acordo com o que atrás se admite, os pares de cunhos 1 e 2 terão fabricado, respectivamente, 1.034 moedas (hoje de relativa raridade) e 4.483 (já escassas). Nos cunhos com ligações, os aversos 3 e 4 bateram 13.793 e 20.690 faces. O reverso 3 bateu a maior quantidade de faces, 25.517, das quais 13.793 são o par do averso 3, portanto a moeda mais vulgar, e as outras ligadas ao averso 4. O cunho de reverso 4 bateu 8.948 faces, todas ligadas às restantes do averso 4. Estes números dão-nos uma noção dos graus de facilidade ou dificuldade em encontrar agora as cinco moedas diferentes que existem.

# QUADRO X

Ligações de cumhos de moedas de V réis de 1703 observadas até 2001



### A série de V réis de 1703

Desta série não foi possível observar mais do que 94 exemplares. As moedas estão distribuídas por cinco grupos, dos quais dois não têm cunhos interligados (ver Quadro X). Acharam-se 8 cunhos de anverso e 11 do reverso.

As fórmulas de Carter indicam terem sido encontrados todos os aversos e a possibilidade de existir mais um reverso, a qual desaparecerá com a observação de mais cerca de vinte moedas.

As legendas das orlas seguem as da série de X réis. No anverso não aparece correcta a legenda base, existindo duas variantes. Nos cunhos 1, 5, 6 e 7 apenas falta o ponto entre ET e ALG. Nos cunhos 2, 3, 4 e 8 a variante tem mais alterações, aparecendo D.G.PORT+ET AL.G.REX. A legenda do reverso é a normal nos cunhos 1, 6, 7 e 8. Nos outros cunhos há uma cruzeta a substituir o ponto que separa as duas palavras.

No reverso, as palmas da coroa variam bastante. O cunho 3 tem o maior número, 38. Os cunhos 1 e 10 apresentam 36. O cunho 9 tem 34 palmas. Os cunhos 4, 6 e 11 têm 33. O cunho 2 tem 28 palmas, o 8 tem 27 e o 7 apresenta 23. O cunho 5, de que se acharam apenas 5 moedas, foi aberto com 21 palmas, com o vértice no sentido contrário ao dos ponteiros do relógio.

Os pesos encontrados nesta série estão distribuídos entre os 9,46 e os 5,25g. Com mais de 9,00g há outras duas moedas, com 9,44 e 9,18g. Entre 8,99 e 8,00g contam-se quinze moedas, havendo um par com 8,33g. Entre 7,99 e 7,00g há 28 moedas e há dois pares nos pesos. Entre 6,99 e 6,00g contam-se 37 moedas, com dois grupos de três (6,75 e 6,72g) e quatro grupos de duas. O peso médio achado é de 7,14 g.

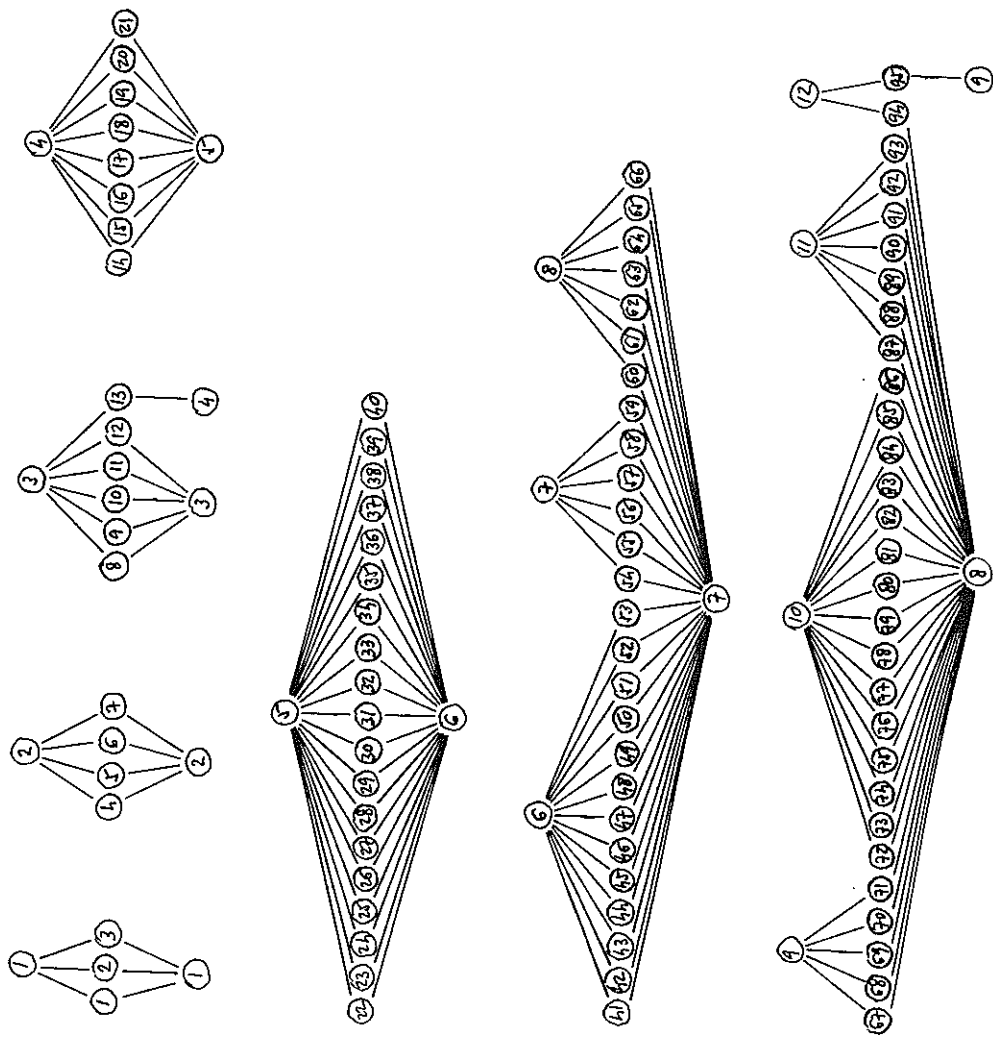
Com base na produção de oito aversos e de onze reversos encontrados, projectada no Quadro X, vê-se que nenhum anverso se apresenta isolado, indicando não ter havido com eles produções mínimas ou insignificantes. Assim, o cunho 7 bateu cerca de um terço das moedas, deixando os outros dois terços para os restantes aversos. Por sua vez, no reverso, os cunhos numerados 7 e 8 terão produzido cerca de metade da emissão, enquanto os numerados 9 e 10 indicam produções muito pequenas, certamente sem significado.

Estes dois últimos, aqui representados por exemplares únicos, por alguma anomalia terão sido causa de uma diferença grande entre o número de aversos e de reversos utilizados. Se estas moedas não tivessem aparecido, a sua existência nunca seria admitida e as fórmulas de Carter dariam a indicação de terem sido encontrados todos os cunhos.

Por isso, parece-nos aceitável considerar, nesta série, a provável produção como correspondente a oito pares de cunhos com uma média de 10.000 moedas por par, o que dá 80.000 exemplares, com o valor de 400 mil réis.

# QUADRO XI

Ligações de cunhos das moedas de III réis de 1703 observadas até 2001



### A série de III réis de 1703

Foram analisadas 95 moedas, distribuídas por sete grupos, que podem ser observados no Quadro XI. Acharam-se doze aversos e nove reversos diferentes.

A aplicação das fórmulas de Carter dá a possibilidade da existência de mais um cunho de anverso, tendo sido encontrados todos os cunhos de reverso.

As legendas da orla apresentam alterações e erros. No anverso não foi notada a legenda-base e, na variante mais simples, falta o ponto entre ET e ALG nos cunhos 2, 3, 9, 10 e 12. Os cunhos 1, 4, 5 e 7 mostram D.G.PORT.ETAL.G.REX. No cunho 8 aparece D.G.PORTE.TAL.G.REX e no cunho 11 está D.G.PORT+ETAGREX.

No reverso também não encontramos a legenda-base correcta, mas sim a variante com a cruzeta como separador das duas palavras (cunhos 1, 3, 5, 6, 7 e 8). Há outra variante nos cunhos 2 e 4, com as letras do ditongo separadas, acrescida, no cunho 9, com a grafia VTILITATE, num único exemplar visto.

O número de palmas da coroa que rodeia a marca do valor é de 22 no cunho 3, de 26 nos cunhos 2 e 4, de 27 no cunho 7, de 28 nos cunhos 5 e 9, de 32 nos cunhos 6 e 8 e de 33 no cunho 1. Os cunhos 3 e 8 têm as palmas com o vértice voltado no sentido inverso ao dos ponteiros do relógio.

Os pesos das moedas vão de 5,55 até 3,09g, com 11 exemplares superiores a 5,00g, sem repetições. De 4,93 a 4,02g há 49 moedas, que incluem três grupos de 3 moedas de peso igual, com 4,27, 4,26 e 4,14g, e mais sete pares de moedas também de peso igual. Entre 4,32 e 4,23g aparece um aglomerado de pesos, com dois grupos de 3 moedas e quatro grupos de 2, no qual se situa o peso médio encontrado nas 91 moedas pesadas, que é de 4,24g. Abaixo de 3,99g há 31 moedas, onde achamos também dois grupos de três e cinco de duas.

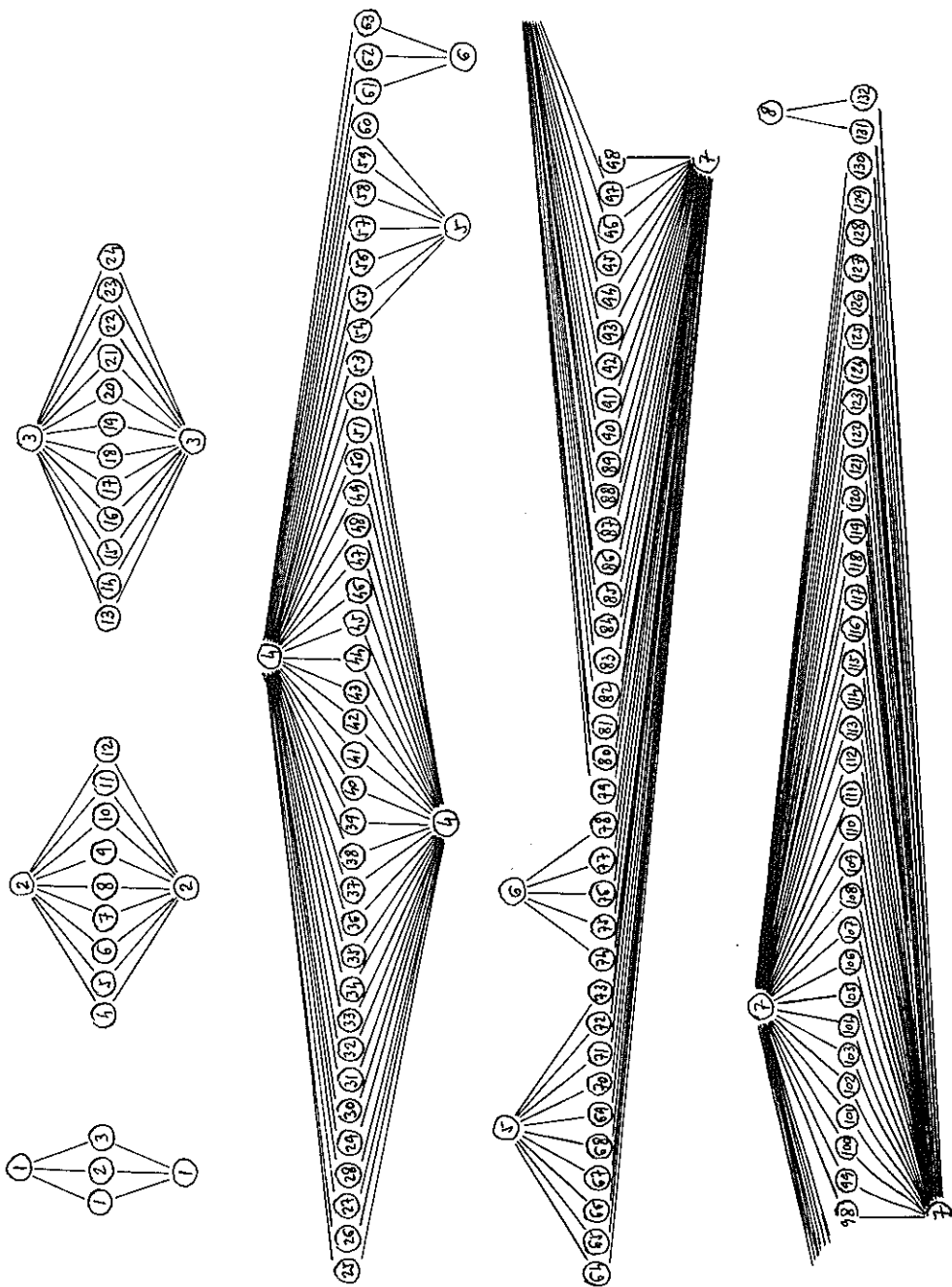
Continuando a usar a média de 10.000 moedas por par de cunhos, esta emissão terá provavelmente sido de 90.000 exemplares, tendo em atenção as ligações dos reversos. O Quadro XI mostra um fabrico de mais de 75% das moedas com os cunhos 6, 7 e 8 dessa face, e só com estes cunhos 7 e 8 foi necessário usar sete cunhos de anverso. A produção dos reversos 4 e 9, projectada em exemplares únicos, pode mesmo não ter tido significado, sendo suficientes os outros quatro reversos para alcançar os quase 25% das moedas em falta para a quantidade proposta. Com o número de exemplares estimado, o valor desta série é de 270 mil réis.

### A série de $1\frac{1}{2}$ réis de 1703

As moedas observadas são 132, distribuídas por cinco grupos. Encontraram-se 8 cunhos de anverso e 7 de reverso, indicados pelas fórmulas de Carter como a totalidade utilizada para o fabrico desta série.

# QUADRO XII

Ligações de cunhos das moedas de 1 1/2 réis de 1703 observadas até 2001



O Quadro XII dá uma perspectiva de como terá decorrido a cunhagem, de acordo com o critério, quase sempre usado, de ordenar os grupos pela quantidade das respectivas moedas, o que poderá não ser a realidade. Esta só é conhecida quando aparecem exemplares chamados de ligação, em regra raros, que fazem a junção dos grupos das séries. Como é evidente, não haverá moeda de ligação se os dois cunhos se inutilizaram ao mesmo tempo. Por isso, quanto aos primeiros grupos desta série, não tendo até agora aparecido moedas de ligação é de admitir que, quer com os cunhos numerados 1 quer com os numerados 2 e 3, assim tenha acontecido.

Nas legendas notam-se algumas variantes. Na orla do averso, os cunhos 1, 2, 3, 5, 7 e 8 não mostram pontos de separação entre ET, ALG e REX. O cunho 4 apresenta D.G.PORTE.TALGREX. No cunho 6 a legenda só tem um ponto, entre PORT e ET.

No reverso, os cunhos 1, 4 e 7 têm a legenda-base. Os cunhos 3, 5 e 6 têm esta legenda com as letras do ditongo final separadas. O cunho 2 (moedas 4 a 12) mostra a variante 1703+VTILITATE.PVBLICAE+, que já tinha aparecido na série de III réis.

O número de palmas da coroa que envolve a marca do valor é de 22 nos cunhos 1, 4 e 6, de 23 no cunho 7, de 24 no cunho 3, de 26 no cunho 5 e de 27 no cunho 2.

Nesta série, o ponto e a cruzeta junto à sigla P II mostram também variantes. O cunho 2 é o único que apresenta o ponto e a cruzeta. Os cunhos 1, 5, 6 e 8 não têm o ponto e os cunhos 3, 4 e 7 não têm cruzeta.

O cunho 3 do reverso tem a marca do valor invertida em relação à gravura da orla, um erro já ocorrido na série de  $1\frac{1}{2}$  réis de 1699; no Quadro XII são as moedas 13 a 24. O cunho de reverso 6 foi aberto com um desvio de 90 graus entre a legenda normal da orla e a marca do valor. Como foi introduzido no balancé orientado pela referida marca, a orla revela logo aquele desvio, e a data aparece à direita e não em cima. Só foram vistos três exemplares, com os n<sup>os</sup> 61 a 63.

Os pesos das moedas apresentam uma variação semelhante à das séries anteriores e estão aqui distribuídos entre 3,22 e 1,43g. Superiores a 3,00g só se verificaram em duas moedas, mas pesos entre 2,94 e 2,00g foram notados em 70 exemplares. Nas restantes 55 moedas que foram pesadas variaram entre 1,98 até 1,43g. O peso médio encontrado foi de 2,09g. Com um mesmo peso acharam-se grupos de quatro moedas (com 2,22, com 2,20 e com 1,86g), de três moedas (com 2,30, com 2,24, com 2,16, com 2,09, com 2,00, com 1,94, com 1,90, com 1,88 e com 1,72g) e ainda 18 pares.

Tendo sido encontrados todos os cunhos desta série, aceita-se 70.000 moedas como a quantidade a produzir, a qual corresponde ao fabrico de sete pares à média de 10.000 exemplares por par. O seu valor é, assim, de 105.000 réis.

No Quadro XII, o primeiro par de cunhos, com apenas três moedas vistas, terá tido o menor tempo de trabalho, com um fabrico teórico de 1.591 exemplares, hoje raros. Ao contrário, o cunho de reverso 7, aquele que mais aparece, teve como par quatro cunhos de averso, numerados 5, 6, 7 e 8. Só este reverso foi responsável por mais de metade da cunhagem dessa face, e, ligado ao averso 7, têm 40% da emissão. As moedas deste par de

cunhos, com a coroa de 23 palmas, mostram um bom desenho, uma boa gravura e um bom fabrico, o que terá contribuído para uma produção muito acima da normal. Foi também elevada a produção do par anverso/reverso 4, que terá ultrapassado em mais de cinquenta por cento o fabrico médio.

### Conclusão

O estudo, apenas com o recurso às respectivas moedas, das emissões em cobre de D. Pedro II de 1699 e 1703, de um tipo próprio que continuou a ser usado até 1721, aponta para uma produção grande durante o primeiro ano, a qual se admite entre dois milhões e meio e três milhões de réis. As emissões do segundo ano, muito abaixo das primeiras, terão alcançado cerca de quarenta por cento daquele valor e foram certamente um complemento julgado necessário para uma presunível circulação de quatro milhões de réis em cobre. O País ficou abastecido de moeda para trocos, sempre reclamada pelo pequeno comércio e muito desejada pela população. Só em 1712, já com D. João V rei, foi batida moeda de cobre semelhante, em pequenas emissões, porventura experimentais, executadas apenas com um par de cunhos para cada série. Terá servido de ensaio para o lançamento de emissões grandes nos dois anos seguintes. Serão o tema de um futuro trabalho.

### Moedas comprovativas dos cunhos encontrados

#### X réis de 1699:

R1:	moeda nº 1 - 14,25g (do autor)
A1-R2:	2 - 13,57g (col. Carlos Costa)
A2-R3:	4 - 19,73g (do autor)
A3-R4:	21 - 16,70g (col. Carlos Costa)
A4-R5:	64 - 14,30g (do autor)
A5:	66 - 18,18g (Museu Numismático Português)
A6-R6:	71 - 14,60g (col. Carlos Costa)
A7-R7:	77 - 18,93g (col. Carlos Costa)
A8-R8:	99 - 18,06g (col. Raúl Moura Antunes)
R9:	106 - 20,27g (col. Carlos Costa)
R10:	197 - 17,55g (do autor)
A9:	109 - 14,43g (col. Fontes Pacheco)



**V réis de 1699:**

A1-R1	moeda nº 1 -	7,01g (em venda)
A2-R2	2 -	(Açores)
R3	3 -	7.53g (Museu Nacional de Arqueologia)
A3-R4	6 -	7.53g (Museu Municipal do Porto)
A4-R5	11 -	6,00g (col. Carlos Costa)
A5-R6	12 -	7.94g (col. Carlos Costa)
A6-R7	26 -	8.12g (do autor)
A7	37 -	8.72g (do autor)
R8	44 -	9.52g (col. Carlos Costa)
R9	50 -	7.56g (col. Altino M.Gomes)
R10	53 -	6.43g (do autor)
A8-R11	57 -	8.07g (col. Valdemar Cordeiro)
R12	63 -	6.38g (col. Carlos Costa)
A9-R13	72 -	7.98g (col. Carlos Costa)
A10	77 -	8.96g (col. J. Lacão)
A11-R14	79 -	7.90g (leilão Numisma 43)
R15	83 -	5.67g (col. Nuno Gonçalves)
A12	86 -	7.10g (do autor)
A13-R16	91 -	6.15g (col. Carlos Costa)
R17	94 -	4.69g (col. Jaime Reis)
A14	108 -	8.75g (col. J. Mendes de Almeida)
A15-R18	112 -	7.46g (do autor)
A16	145 -	6.33g (col. Rodrigues Melo)
R19	154 -	6.86g (Museu Municipal de Lagos)

**III réis de 1699:**

A1-R1	moeda nº 1 -	5,19g (em venda)
A2-R2	3 -	4.76g (col. Jaime Reis)
A3-R3	5 -	4.51g (do autor)
A4-R4	8 -	4.04g (do autor)
A5-R5	15 -	3.92g (col. Carlos Costa)
A6-R6	21 -	4.67g (col. J. Lacão)
R7	35 -	3.59g (do autor)
R8	36 -	3.58g (do autor)
R9	37 -	4.18g (do autor)
A7-R10	39 -	5.02g (Museu Numismático Português)

R11	44 -	4,57g (col. Jaime Reis)
A8	56 -	3,37g (do autor)
A9-R12	58 -	4,59g (col. J. Valadares Souto)
A10	59 -	3,95g (Museu Numismático Português)
A11-R13	61 -	4,61g (col. Carlos Costa)
A12	80 -	3,62g (Biblioteca Nacional de Lisboa)
A13-R14	81 -	5,31g (do autor)
A14	96 -	3,11g (do autor)
A15	98 -	3,87g (do autor)
A16-R15	110 -	3,91g (do autor)
A17-R16	122 -	4,43g (col. Fontes Pacheco)
R17	129 -	5,01g (col. Carlos Costa)
A18	141 -	5,06g (col. L. Ferreira da Silva)
A19-R18	154 -	4,06g (do autor)

### $1\frac{1}{2}$ réis de 1699

A1-R1	moeda nº 1 -	1,62g (do autor)
A2-R2	4 -	2,00g (col. Carlos Costa)
A3-R3	7 -	2,24g (do autor)
A4-R4	20 -	2,19g (do autor)
A5-R5	26 -	2,48g (do autor)
A6-R6	57 -	2,05g (Biblioteca Nacional de Lisboa)
A7-R7	70 -	2,40g (col. Carlos Costa)
A8-R8	74 -	2,44g (col. Valdemar Cordeiro)
R9	83 -	1,85g (do autor)
A9	88 -	1,62g (do autor)
A10-R10	97 -	2,26g (do autor)
A11-R11	117 -	2,48g (do autor)
R12	127 -	2,14g (col. Fontes Pacheco)
A12	136 -	2,81g (do autor)
A13-R13	138 -	2,19g (col. J. Mendes de Almeida)
A14-R14	139 -	1,66g (col. Edmundo Santos)
A15-R15	148 -	2,49g (Biblioteca Nacional de Lisboa)
A16-R16	165 -	2,06g (do autor)
A17-R17	190 -	2,49g (do autor)

A18-R18	208 -	1,68g (do autor)
A19-R19	210 -	2,13g (col. Carlos Costa)
A20	212 -	1,92g (col. Valdemar Cordeiro)
A21-R20	213 -	2,68g (do autor)
A22-R21	227 -	1,95g (col. Valdemar Cordeiro)
A23-R22	236 -	1,56g (do autor)
A24-R23	242 -	1,75g (do autor)
R24	244 -	2,23g (do autor)
R25	247 -	2,39g (do autor)
A25	250 -	2,09g (do autor)
A26-R26	257 -	2,23g (do autor)
A27	275 -	2,91g (do autor)

### X réis de 1703

A1-R1	moeda nº 1 -	15,46g (do autor)
A2-R2	4 -	18,45g (do autor)
A3	23 -	15,35g (do autor)
A4-R3	59 -	16,50g (do autor)
R4	91 -	18,00g (col. Carlos Costa)

### V réis de 1703

A1-R1	moeda nº 1 -	7,10g (do autor)
A2-R2	3 -	7,18g (do autor)
A3-R3	9 -	7,79g (col. Raúl Moura Antunes)
A4-R4	15 -	8,64g (Museu Numismático Português)
R5	30 -	5,93g (col. Raúl Moura Antunes)
A5-R6	33 -	8,28g (col. Edmundo Santos)
A6	45 -	7,92g (Museu Numismático Português)
A7-R7	58 -	9,18g (col. Carlos Costa)
R8	71 -	8,31g (col. Carlos Costa)
R9	90 -	6,86g (do autor)
A8-R10	91 -	5,45g (Numisma-leilão 39)
R11	94 -	6,61g (col. Carlos Costa)

**III réis de 1703**

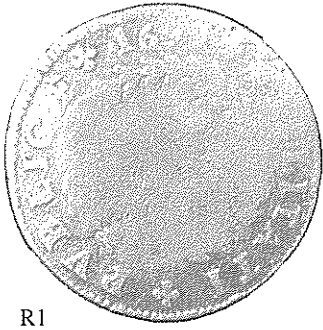
A1-R1	moeda nº 1 -	4,54g (Biblioteca Nacional de Lisboa)
A2-R2	5 -	4,26g (col. Moura Antunes)
A3-R3	8 -	4,90g (col. Carlos Costa)
R4	13 -	4,63g (do autor)
A4-R5	19 -	3,75g (do autor)
A5-R6	34 -	3,91g (Museu Numismático Português)
A6	41 -	4,75g (do autor)
A7	56 -	4,14g (do autor)
A8-R7	64 -	3,73g (col. Valdemar Cordeiro)
A9	67 -	5,55g (do autor)
A10-R8	72 -	5,53g (do autor)
A11	88 -	5,09g (col. Carlos Costa)
A12	94 -	4,28g (Museu Numismático Português)
R9	95 -	3,96g (col. Carlos Costa)

**1½ réis de 1703**

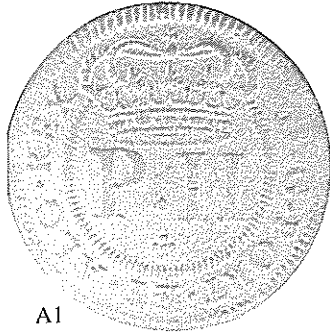
R1-	moeda nº 1 -	2,60g (do autor)
A1-	2 -	2,45g (col. Carlos Costa)
A2-R2	10 -	1,86g (col. J. Mendes de Almeida)
A3-R3	14 -	2,30g (Museu Numismático Português)
A4-R4	37 -	2,06g (col. Carlos Costa)
R5	56 -	2,25g (Museu Numismático Português)
R6	62 -	2,13g (col. Carlos Costa)
A5	64 -	2,61g (do autor)
A6	78 -	1,91g (do autor)
A7-R7	79 -	3,22g (do autor)
A8	131 -	2,30g (col. Edmundo Santos)

Fotos comparativas dos cunhos de anverso e de reverso  
e respectivas ligações

X RÉIS - 1699



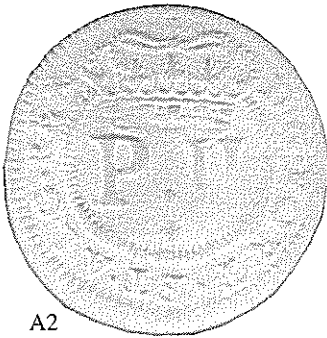
R1



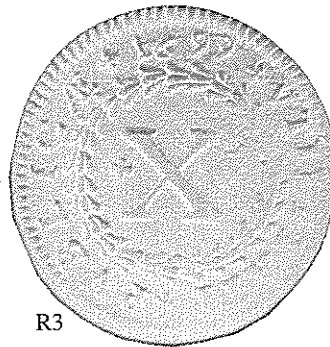
A1



R2



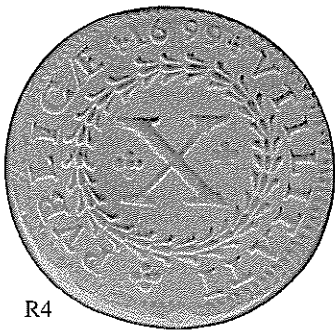
A2



R3



A4



R4

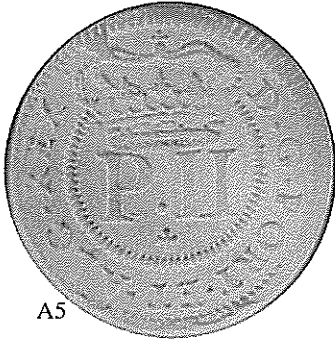


A3



R5

X RÉIS - 1699



A5



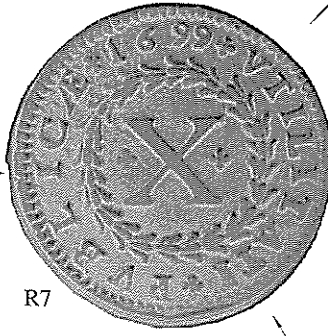
R6



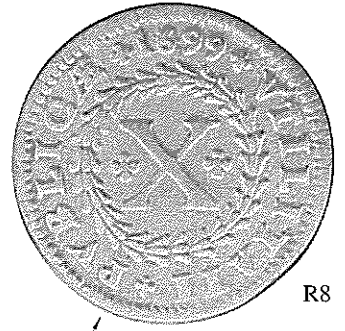
A6



A7



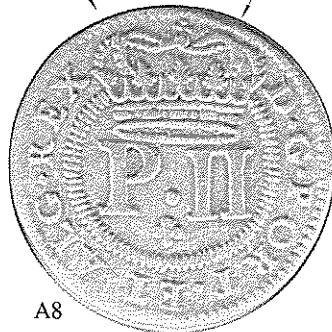
R7



R8



R9



A8



A9

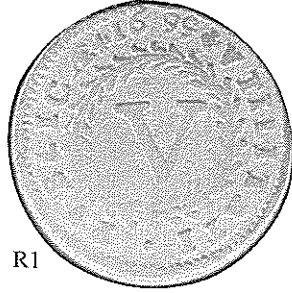


R10

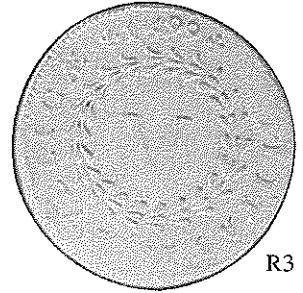
V RÉIS - 1699



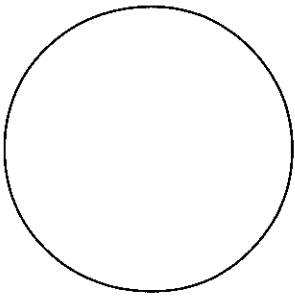
A1



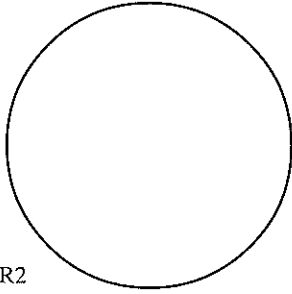
R1



R3



A2



R2



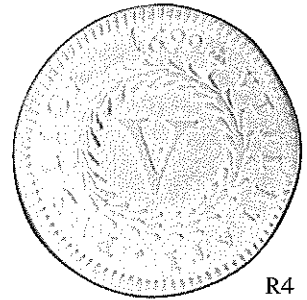
A3



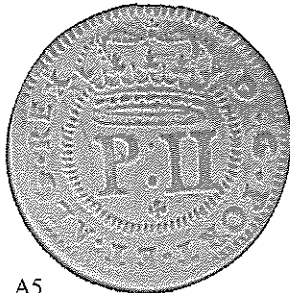
A4



R5



R4

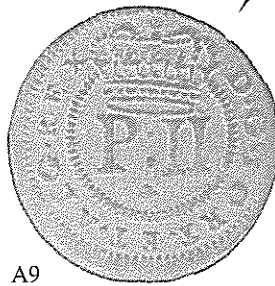
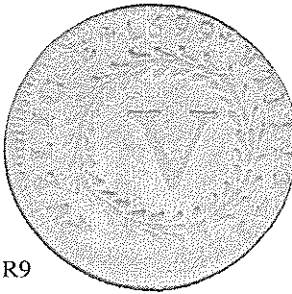
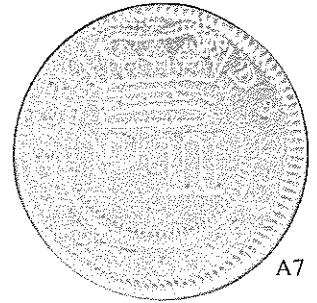
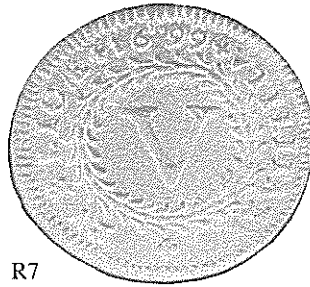
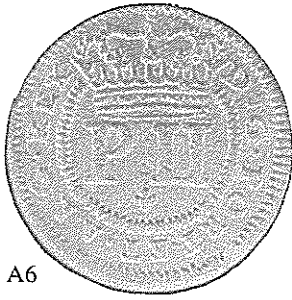


A5



R6

V RÉIS - 1699



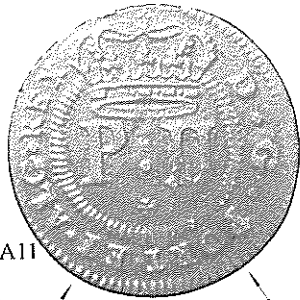
x 1,25



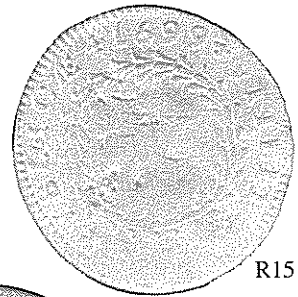
V RÉIS - 1699



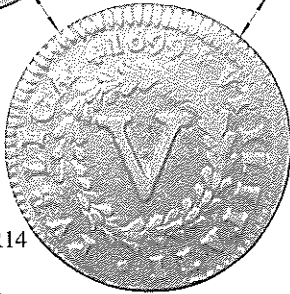
A10



A11



R15



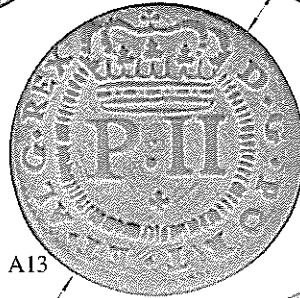
R14



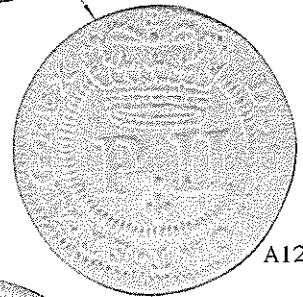
R16



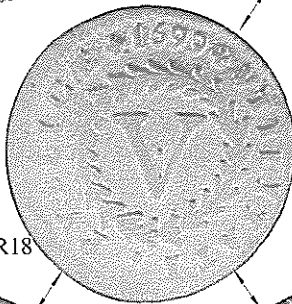
R17



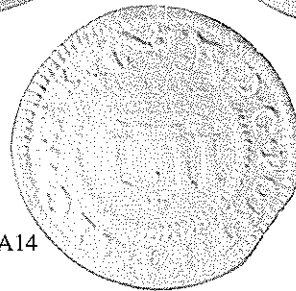
A13



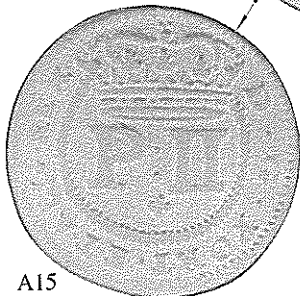
A12



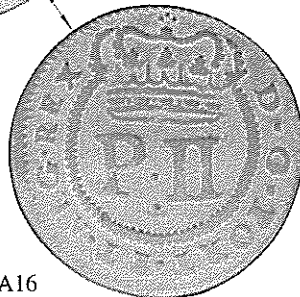
R18



A14



A15



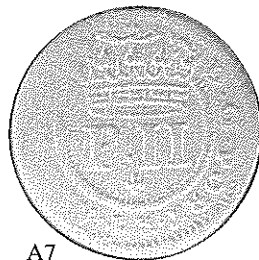
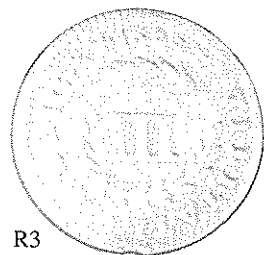
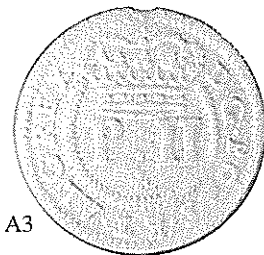
A16



R19

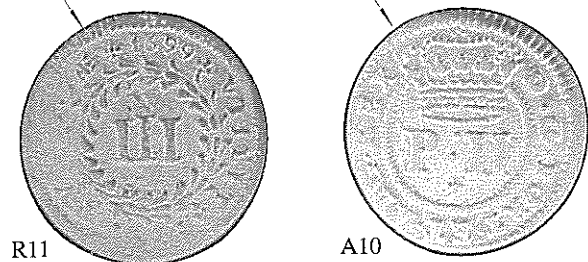
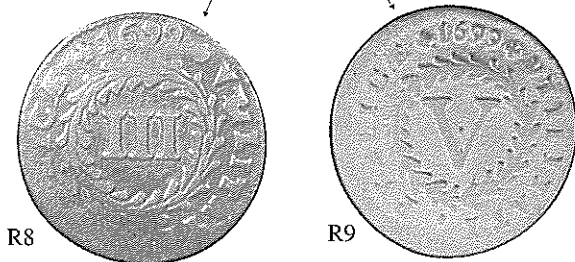
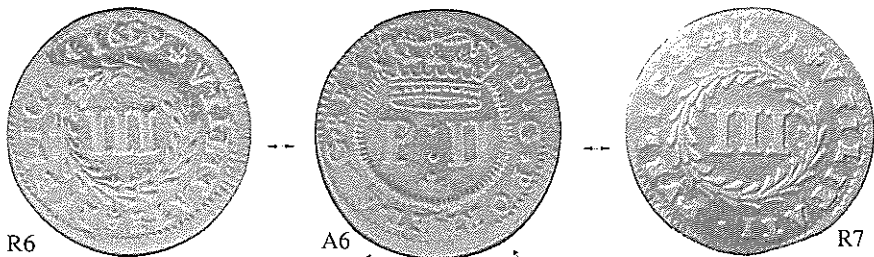
x 1,25

III RÉIS - 1699

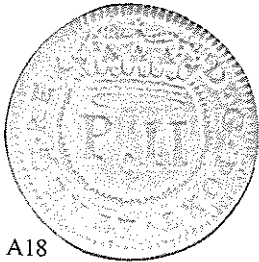
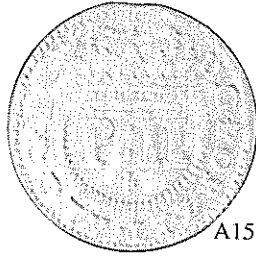
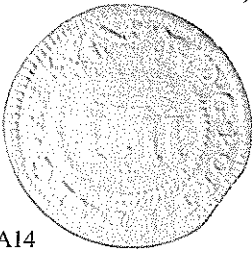
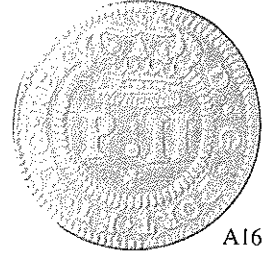
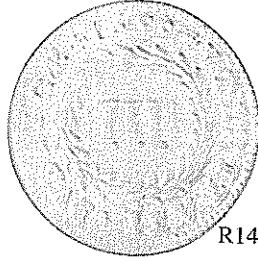
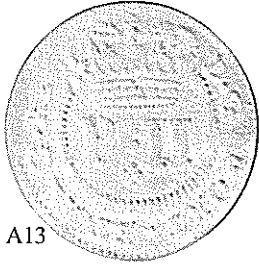


x 1,25

III RÉIS - 1699

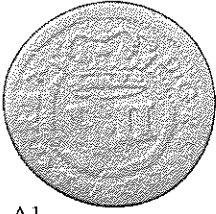


III RÉIS - 1699

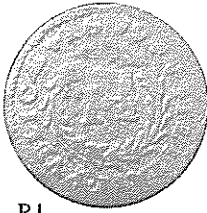


x 1,25

1½ RÉIS - 1699



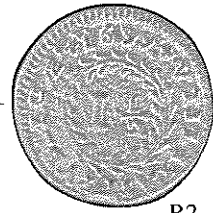
A1



R1



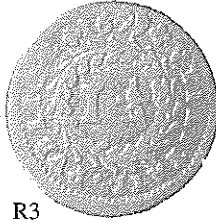
A2



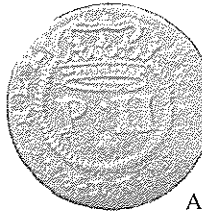
R2



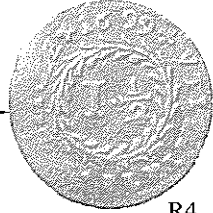
A3



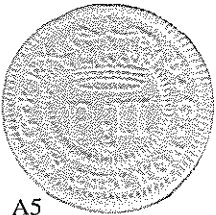
R3



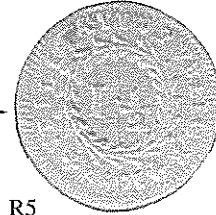
A4



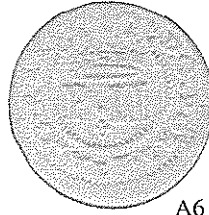
R4



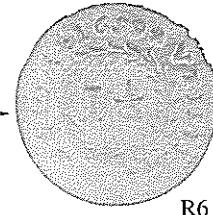
A5



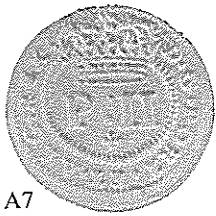
R5



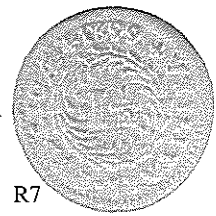
A6



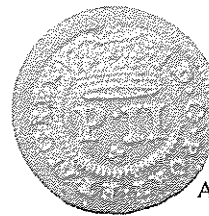
R6



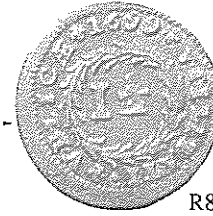
A7



R7



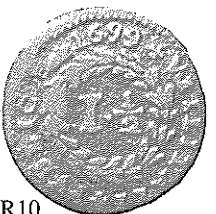
A8



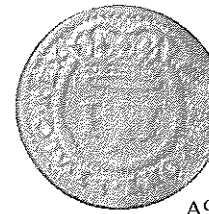
R8



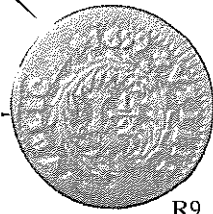
A10



R10



A9



R9

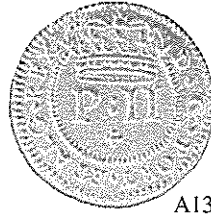
1½ RÉIS - 1699



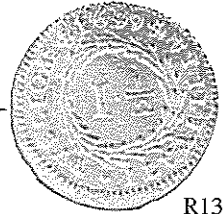
A11



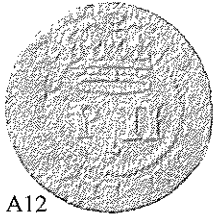
R11



A13



R13



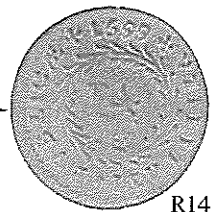
A12



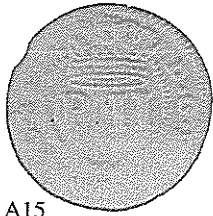
R12



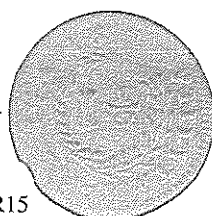
A14



R14



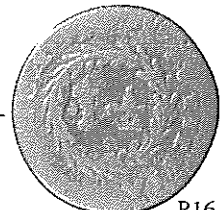
A15



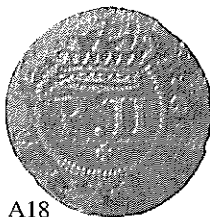
R15



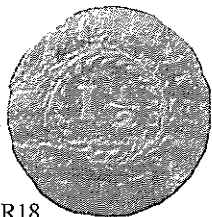
A16



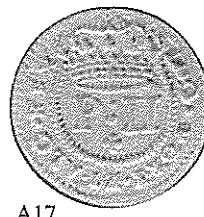
R16



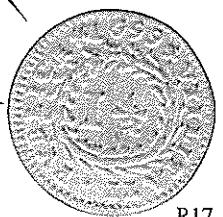
A18



R18



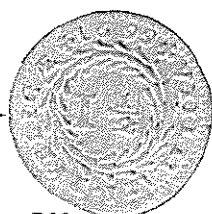
A17



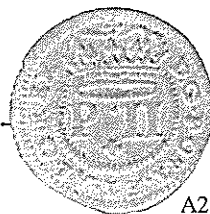
R17



A20

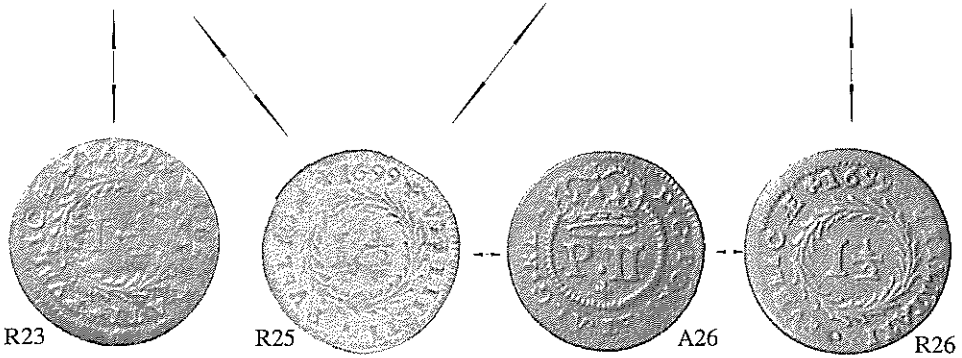
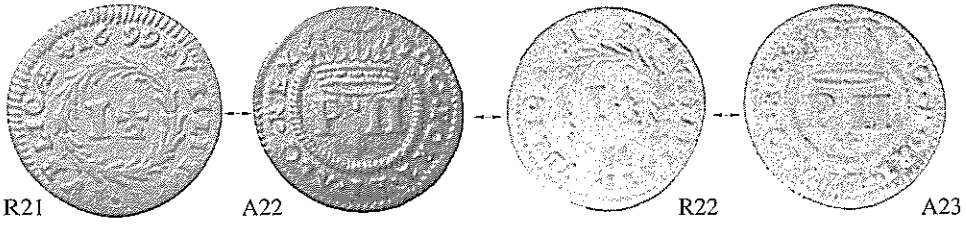
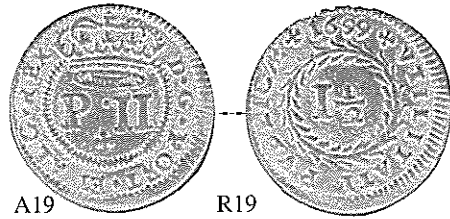


R20



A21

1½ RÉIS - 1699



x 1,25

X RÉIS - 1703



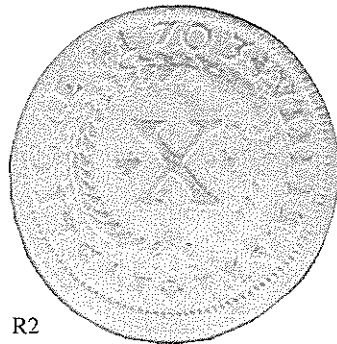
A1



R1



A2



R2



A3



R3



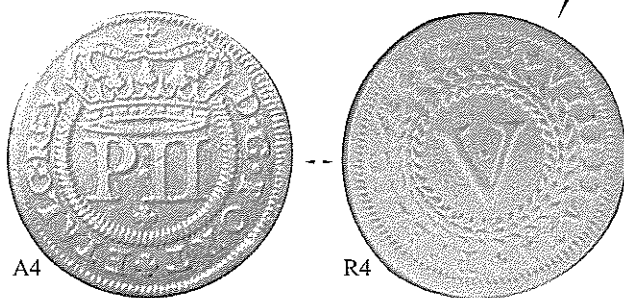
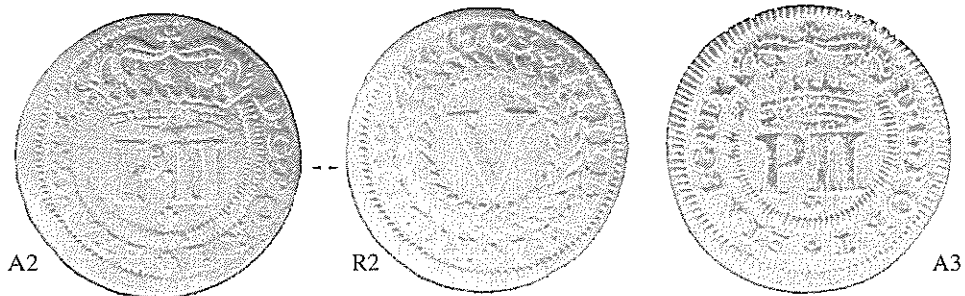
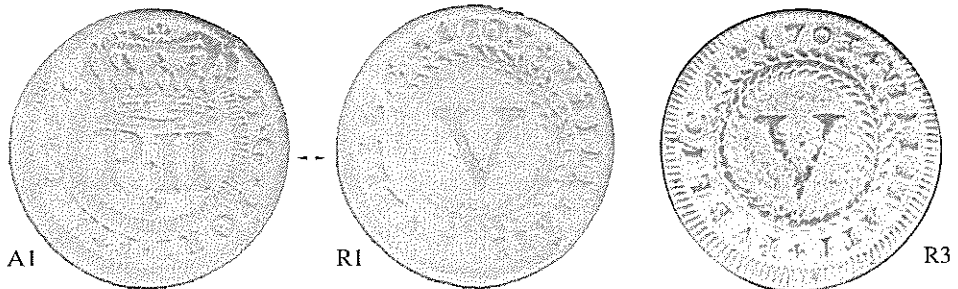
A4



R4



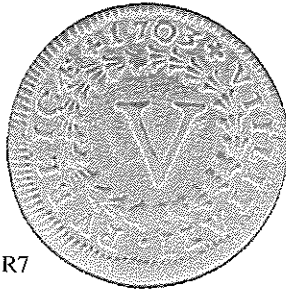
V RÉIS - 1703



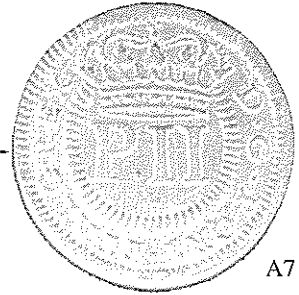
V RÉIS - 1703



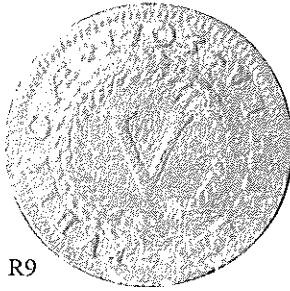
A6



R7



A7



R9



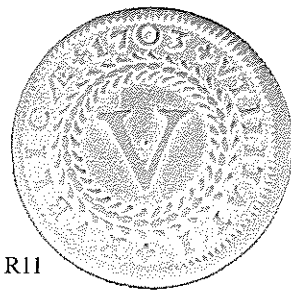
A8



R8



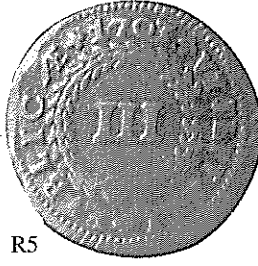
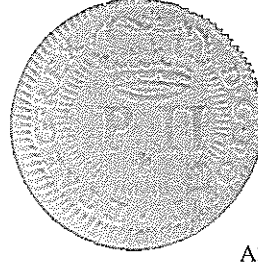
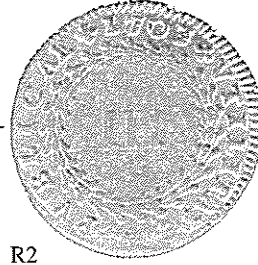
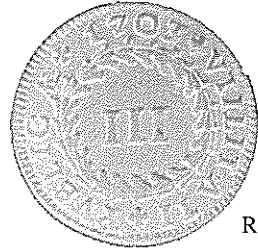
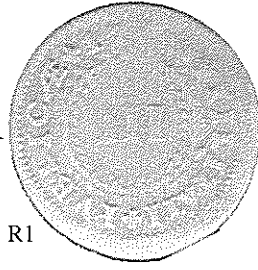
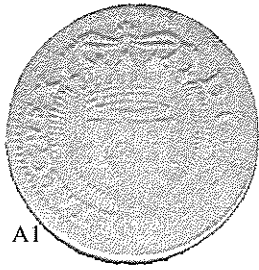
R10



R11

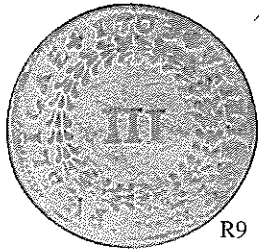
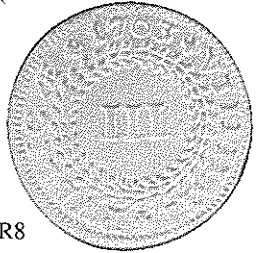
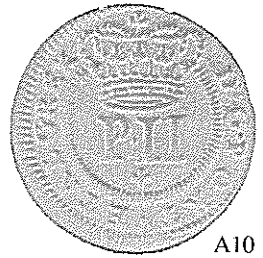
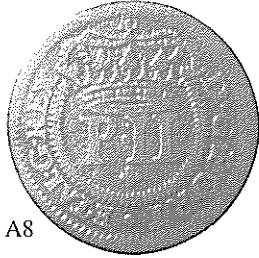
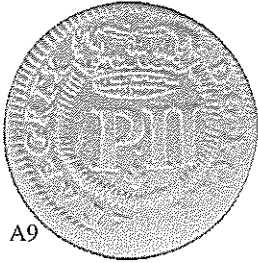
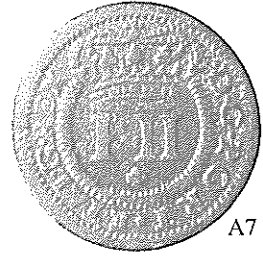
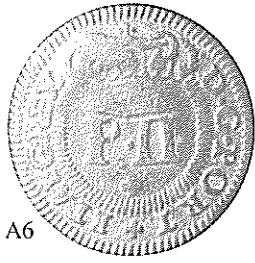
x 1,25

III RÉIS - 1703



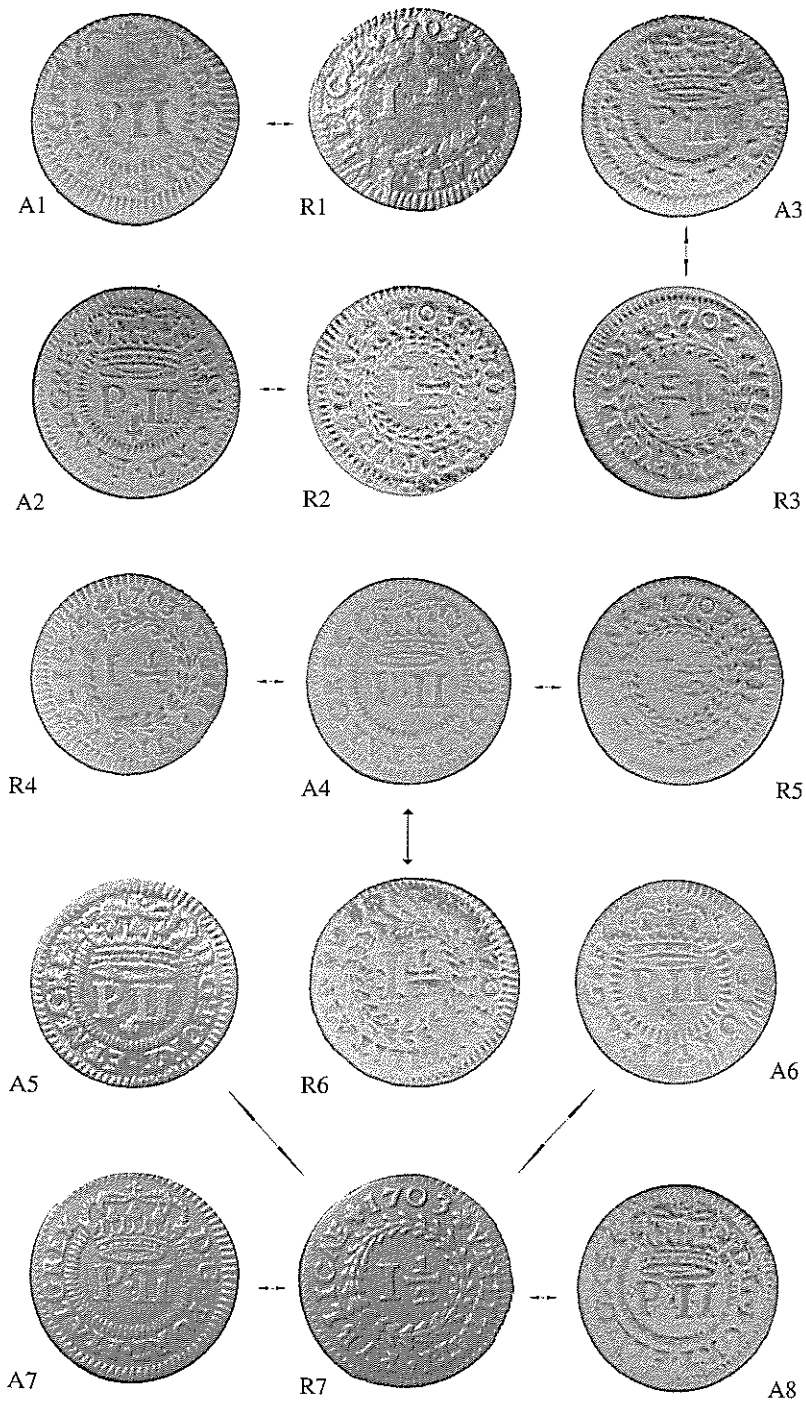
x 1,25

III RÉIS - 1703



x 1,25

1½ RÉIS - 1703



x 1,25



## ADENDA À NVMMVS, 1991-1992

José Rodrigues Marinho

O volume XIV/XV da 2ª série da revista *NVMMVS*, da Sociedade Portuguesa de Numismática, respeitante aos anos de 1991-1992, tem nas páginas 67 a 75 o artigo *Ainda sobre a moeda de X réis de 1799*. Nele diz-se “ser altura de publicar tudo o que se apurou ... por crermos que, passados mais de seis anos na pesquisa de novos cunhos, pouco mais se irá futuramente avançar.”

Ora aconteceu que, mais oito anos passados, no leilão 39 da firma “Numisma Leilões”, de 27/5/1999, o lote 212 continha um exemplar dos X réis de 1799, com o peso de 14.05g e um anverso apresentando, a seguir à palavra GRATIA, um traço saliente, resultante de fenda no cunho. Essa face tinha sido já registada em foto, no artigo acima, com a referência A10. Porém, o reverso da nova moeda não era o tipo R12, comum a sete exemplares (n.ºs 130 a 136) já observados e registados no Mapa II, mas sim o tipo R14, que no grupo seguinte se acha ligado ao anverso 11. Aparecia uma ligação de cunhos que não tinha sido ainda encontrada.

Assim, no fabrico da série, o anverso 10, ligado ao reverso 12, com que, no Mapa II, termina o segundo grupo da 3ª fila de moedas, está também ligado ao reverso 14, no primeiro grupo da 4ª fila. A moeda 137, com reverso 13, não pode ter a posição que ocupa, devendo ser colocada entre as moedas 144 e 145, a outra posição possível e que agora se verifica ser a correcta. Para o lugar 137 vai entrar esta moeda do leilão 39, que fará a junção dos dois grupos.

Como é evidente, este exemplar não mudou a quantidade de cunhos antes calculada. Só que, no “Mapa II - Ligações de cunhos em 166 moedas”, o respectivo gráfico tem de ser modificado.

Todavia, o estudo, quer do número de cunhos utilizados quer do fabrico destas antigas moedas, não é tão simples como se apresentou. Se repararmos no anverso da nova moeda, no pequeno traço saliente, indicativo de fenda no cunho, e o compararmos com o traço na moeda A10-R12 do anterior estudo, verificamos que, naquela, o defeito está ainda pouco saliente enquanto na foto da moeda 131 o traço é mais cheio, porque a fenda

aumenta com as pancadas da cunhagem. Logo, esta moeda de ligação foi feita antes das outras moedas que têm igual defeito, e todo o grupo deverá ser invertido para corresponder à verdadeira sequência do fabrico. Por isso, a numeração é alterada e a primeira moeda, nº 104, passa para final do grupo, com o nº 156. A nova moeda de ligação, nº 137, passa a ser a 123 e a antiga 137 é agora a nº 115. Apresentamos a foto deste exemplar do leilão 39 e, no Mapa III, a parte do gráfico com as ligações corrigidas.

Fazemos ainda outra anotação. Os resultados publicados, baseados nos exemplares observados e nos cunhos encontrados até 1991, apontaram para um fabrico médio próximo de 11.000 moedas por par de cunhos. Mas, seis meses depois do leilão 39, no leilão 43 da firma “Numisma, Leilões”, de 27/11/1999, o lote 547 incluía cinco exemplares desta moeda de X réis ainda não vistos por nós, um dos quais, com o peso de 13,49g, fabricado com cunhos não registados. Passaram a ser o A18 e o R19 da nossa nomenclatura, e deles também apresentamos a foto. (\*)

A quantidade de anversos e reversos que foram usados para bater a série de 1799 é agora maior, diminuindo a produção média por cunho. As fórmulas de Carter continuam a apontar para a possibilidade da existência de outro par de cunhos, o que só irá alterar-se com a observação de mais algumas dezenas de moedas.

Em face disto e ainda porque acreditamos que já não existirão (e por isso não poderão ser contabilizados) exemplares desta série que representariam um ou mais cunhos com produtividade mínima, passámos a usar, até prova melhor, a média de 10.000 moedas por par de cunhos, nas hipóteses quanto a quantidades fabricadas com as séries de cobre (e também de prata, com comportamento similar) a partir do reinado de D. Manuel I até ao estabelecimento dos registos estatísticos na Casa da Moeda de Lisboa.

---

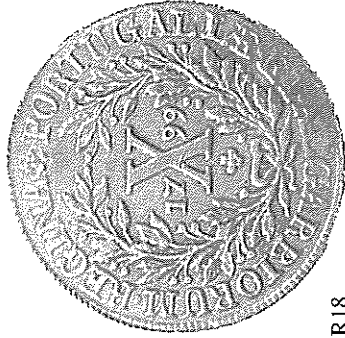
(\*) Estes exercícios, procurando o número de cunhos usados com uma dada série monetária, permitem um melhor conhecimento das moedas, do seu fabrico e das próprias emissões. São em regra morosos, na procura dos exemplares e na sua análise. As duas moedas apresentadas nesta adenda podem exemplificar como deve ver-se com a observação. A data colocada nos reversos, cortada a meio pela marca do valor, revela-se aqui um indicador do trabalho de dois gravadores na produção dos cunhos. Um deles talhou os algarismos numa escrita redonda, nivelada na parte superior com o cruzamento dos traços do numeral X romano. O outro estendeu mais os algarismos 9 no comprimento, deu-lhes menor curvatura em baixo e centrou a data com o cruzamento do X. Observe-se, no artigo anterior, as fotos R3, R6, R9, R12 e R17, de moedas fabricadas com cunhos abertos por este artista, e compare-se com as dos restantes exemplares.



Fotografias das novas moedas (x 1,25)



A10



R18

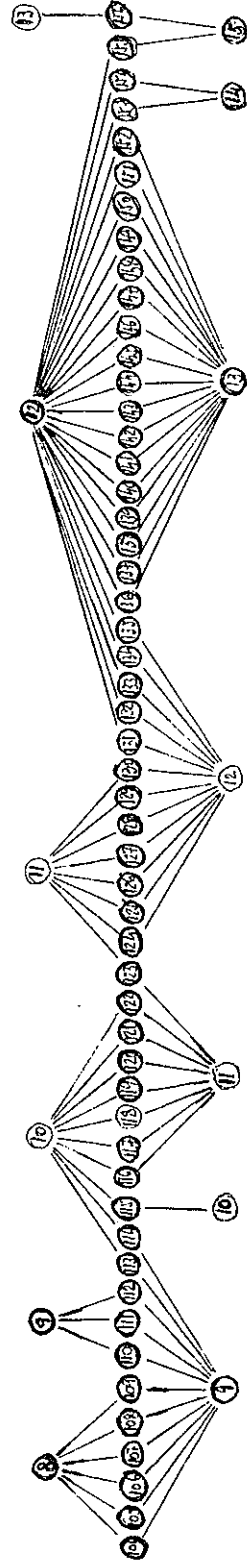


A18



R19

Mapa III - com a nova ordenação da série de X réis de 1799 entre os cunhos de anverso 8 a 13 e de reverso 9 a 15





## OS ESCUDOS DE OURO DA REPÚBLICA

António Miguel Trigueiros  
*Em sentida homenagem  
ao confrade e amigo  
Norberto Correia*

Há uma história ainda por contar sobre as razões que impediram a República Portuguesa de cunhar e emitir moeda de ouro corrente nos seus três períodos historicamente bem divididos, conhecidos por 1.ª, 2.ª e 3.ª República, até à entrada em vigor da moeda única europeia.

Para este artigo utilizamos textos dispersos noutras publicações e outros ainda inéditos<sup>1</sup>, adaptando-os a este único tema, do ouro que podia ter sido amoedado e não



(foto 1)

1 – Prova dos 5 escudos de 1920 gravada por Alves do Rego e cunhada em 1923 por ocasião da visita à Casa da Moeda do Presidente da República, António José de Almeida (ouro 916.6/1000 e peso 8.87 g, da lei de 1854; dia. 24 mm, do decreto de 1911). Coleção Carlos Marques da Costa. Lisboa.

(1) Encontra-se nesta data (Dezembro de 2001) em curso de edição o meu livro *História Monetária do Escudo Português*, ed. Coleções Philae, cuja publicação está prevista para início de 2002 e onde constam todos os documentos ainda inéditos do arquivo da Casa da Moeda.

o foi, ou daquele outro que, tendo-o sido, não tinha como finalidade a circulação monetária.

### **A Saga dos 5 Escudos de 1920**

Como é sabido, a unidade monetária da República foi criada pelo Decreto com força de lei de 22 de Maio de 1911, que, no respeitante à nova moeda de ouro, determinou o alinhamento do toque do metal precioso pelo toque adoptado desde 1878 pelos países da União Latina e pela Espanha (900/1000), reajustando os pesos (e os diâmetros) das moedas do sistema monetário em vigor desde 29 de Julho de 1854, de forma a compensar a descida da qualidade da liga com o aumento do peso:

**10\$00** – peso 18.065 g, dia. 30mm;

**5\$00** – peso 9.0325 g, dia. 24 mm;

**2\$00** – peso 3.613 g, dia. 19 mm;

**1\$00** – peso 1.8065 g, dia. 15 mm.

Após o começo da cunhagem das primeiras moedas de prata da República, a Casa da Moeda deu início, em 1913, ao concurso público para os modelos das gravuras das moedas de ouro, cujo programa foi aprovado pelo ministro das Finanças em Agosto desse ano e publicado no Diário do Governo n.º 198, de 25 de Agosto.

Para o júri deste segundo concurso foram indicados Columbano Bordalo Pinheiro (pelo Conselho de Arte e Arqueologia), António Augusto da Costa Motta (pela Sociedade Nacional de Belas Artes) e José de Brito (pela Escola de Belas Artes do Porto), que se reuniram a 5 de Dezembro para apreciar os quatro modelos concorrentes apresentados.

Da acta deste júri ficou atribuído o 1.º prémio ao modelo com a divisa «Fortuna pelo Trabalho», do escultor João da Silva e o 2.º prémio aos modelos do anverso do escultor Simões de Almeida (Sobrinho) e do reverso do escultor Francisco dos Santos.

Inicia-se aqui uma saga nunca antes contada e que só terminaria em 1924, quando o projecto de cunhagem daquela que seria a primeira moeda de ouro da República Portuguesa foi abandonado.

De facto, desde Março de 1914, quando os modelos de João da Silva lhe são devolvidos para a sua residência em Paris, para alguns acabamentos considerados indispensáveis à boa execução da cunhagem, até Julho de 1924, quando a Casa da Moeda recebe os punções das duas faces da moeda, gravados em Paris e entregues em mão pelo presidente do Ministério e ministro das Finanças, Álvaro Xavier de Castro, dez anos passaram e com eles perdeu-se também a oportunidade desta emissão, face à conjuntura económica e monetária da época.

Em Setembro de 1915, com os gessos ainda em poder do autor, é lhe comunicado que o valor a marcar será de 5 escudos. Desde então e até finais de 1921, os registos documentais da Casa da Moeda são omissos no que terá acontecido a João da Silva para

tão exagerada demora na entrega dos modelos definitivos, apesar dos insistentes pedidos nesse sentido. No entanto, são conhecidas duas reproduções em galvanoplastia, de cobre dourado e formato reduzido, que o autor realizou, a pedido da Casa da Moeda, para figurarem na Exposição Internacional do Rio de Janeiro de Dezembro de 1922, já com o valor de 5 escudos e a era de 1916<sup>2</sup>.

Em 1920 os modelos já estavam em Lisboa, tendo sido gravados no metal por Domingos Alves do Rego, que desde 1914 ocupava o cargo de chefe da secção de gravura da Casa da Moeda.

Como o próprio deixou registado numa informação de Setembro de 1924,

*«tendo notado que, certos pontos destes modelos, como por exemplo, no anverso, a cornucopia, a roda da fortuna e outros que ornaram a figura; no reverso, o raiado do escudo, a folhagem que ladeia o mesmo, as quinas, sem o raiado indicando azul como manda o preceito nobliarquico, os besantes (dinheiros) etc., tudo isto sem vida, com detalhe mal definido, muito apagado, faltas estas condenáveis em moedas destinadas à circulação, por se gastarem e arrasarem facilmente com o uso; procurei eu definir e dar mais vigor a estes detalhes – no meu trabalho de reprodução no aço – a todos estes pontos, que julguei necessário e assim fiz cunhos e cunhei provas. Viu o Sr. João da Silva estas provas que não gostou, por não concordar com os detalhes que fiz (...).»<sup>3</sup>*

Não concordando o autor do modelo com a gravura aberta por Alves do Rego, teve arte de convencer o administrador-geral da Casa da Moeda, Lúcio de Azevedo, para realizar nova gravura em Paris, em vez de se aperfeiçoar ou fazer nova em Lisboa, como seria lógico e normal em trabalho de moeda nacional de tanta responsabilidade. Os modelos são novamente enviados para Paris em Dezembro de 1921, ficando João da Silva encarregue de proceder à abertura de nova gravura.

Passam-se os anos, a Casa da Moeda insiste e finalmente os punções e matrizes são entregues em mão, como se disse, por Álvaro de Castro, no dia 1 de Julho de 1924. Em finais de Agosto João da Silva envia a conta da despesa, indicando que,

*«junto também 3 modelos em galvanoplastia, sendo 2 na dimensão intermediária que serviu para a redução os quaes estão devidamente*

(2) Existem registos fotográficos destas reproduções em revistas da época. Veja-se, por exemplo, *A Ilustração Portuguesa*, n.º 894, de 7 de Abril de 1923, p. 426.

(3) INCM/CDI. Arquivo Histórico da Casa da Moeda, *Amoedação do Continente. Amoedação do outro 1911-1971*, cx. 4, proc. 4105. Neste processo figuram todos os documentos utilizados no seguimento deste texto.

**(foto 2)**

2 – Modelo de bronze do anverso da moeda de 5 escudos, com era de 1916, enviado por João da Silva para a Casa da Moeda em 1924 (dia. 390 mm). Museu Numismático Português. Lisboa.

*doirados, tendo sido feitos para figurarem na Exposição Internacional do Rio de Janeiro e um grande nas dimensões da sua execução para ser archivado no Museu da Moeda».*

E de facto ficou muito bem guardado no Museu Numismático Português um enorme modelo de bronze do anverso (dia. 390 mm), uma obra de modelação numismática verdadeiramente notável, uma escultura primorosa estilo Arte Nova, da Fortuna pelo Trabalho, datada de 1916...

Talvez nunca se venha a saber porque foi que esses modelos de 1916 nunca foram entregues à Casa da Moeda nessa altura, nem as razões para os quatro anos que João da Silva demorou até 1920 e depois, até 1924. Mas o que sabe é o que ficou registado na informação de Alves do Rego, de 18 de Setembro de 1924:

*«Os cunhos agora apresentados pelo Sr. João da Silva, só com os elementos que trouxe, sem os indispensáveis a uma amoedação desenvolvida, não podem ser utilizados.»*

E não foram mesmo, perdendo assim Portugal a oportunidade de ter moeda de ouro cunhada na vigência da 1.<sup>a</sup> República.

Das provas ou ensaios do cunho gravado por Alíves do Rego são conhecidos exemplares de cuproníquel, latão, cobre e cobre dourado, com a era de 1920, em colecções particulares, já que o Museu Numismático Português não possui nenhum. A mesma era figura ainda nos três únicos exemplares de ouro conhecidos, também na posse de colecionadores, muito provavelmente cunhados em 1923, por ocasião da visita à Casa da Moeda do Presidente da República, António José de Almeida.

Destes, o que evidencia melhor estado de conservação foi recunhado sobre uma moeda de 5000 réis de ouro de D. Luís I (peso 8.87 g e toque 916.6/1000, da lei de 1854, mas com dia. 24 mm, do decreto de 1911), sendo visíveis alguns algarismos da era (188.) junto ao bordo do lado direito da cabeça da figura representando «A Fortuna».

Talvez seja esse o exemplar oferecido ao Presidente da República como recordação da sua visita, conforme consta num documento do arquivo histórico da Casa da Moeda, e que seria depois por ele oferecido ao seu médico particular, tendo aparecido à venda numa ourivesaria da rua do Ouro em Lisboa, no início dos anos quarenta, passando daí para a posse de colecionadores<sup>4</sup>.

### O Novo Escudo-Ouro de 1931

Com a entrada para o Ministério das Finanças de Oliveira Salazar, iniciaram-se em 1928 profundas reformas do sistema tributário, do orçamento, da contabilidade e da dívida pública, criando-se as condições que levariam, em Maio de 1931, à concretização legal da estabilização monetária entretanto alcançada. Surgem então os famosos diplomas da estabilização do valor da moeda, das bases de um novo contrato com o Banco de Portugal e da criação de uma nova unidade monetária, verdadeiras lições de economia monetária e financeira (Decretos n.ºs 18869, 19870 e 19871, de 31 de Maio de 1931).

Da sua autoria foi a decisão de se adoptar uma nova unidade monetária, com a mesma designação da anterior, um *novo escudo*, com o seu valor em peso de ouro ajustado às moedas estabilizadas estrangeiras, em vez de se empreender uma reforma para o repor no seu antigo nível de 1911 ou de se lhe mudar o nome, restituindo-lhe aquele peso, como consta no notável relatório que precede esse corpo legislativo.

Criada a nova unidade monetária e fixada a cotação do soberano inglês em 110\$, o peso de ouro do novo escudo, com o toque de 900/100, passou a ser de 0.0739 g, ou seja, valendo 1/24.444 do que valia pela reforma de 1911.

---

(4) Desejo agradecer ao ilustre colecionador, Sr. Carlos Marques da Costa, a preciosa indicação de que o seu raro exemplar, aqui reproduzido, tinha sido recunhado sobre uma moeda de ouro de D. Luís I. Esta evidência numismática comprova que, em 1923, ainda não havia discos de ouro preparados para uma amoedação regular dos 5 escudos.

O novo regime monetário passou a integrar moedas de ouro, prata, alpaca e bronze, aproveitando-se emissões anteriores de comprovado êxito na circulação e criando-se novos tipos monetários, designadamente de ouro, de toque 900/1000:

**250\$00** – peso 18.4908 g, dia. 31 mm;

**100\$00** – peso 7.3963 g, dia. 22 mm;

**50\$00** – peso 3.6981 g, dia. 19 mm.

Para a selecção dos modelos das faces das novas moedas de prata de 10\$, 5\$ e 2\$50 foi nomeado um júri composto pelo administrador-geral da Casa da Moeda, Joaquim Perestrelo de Vasconcelos, pelo chefe das oficinas José Pedro de Campos Pereira, pelo gravador-chefe Arnaldo Monteiro Fragoso e por representantes do Conselho de Arte e Arqueologia e das Escolas de Belas Artes de Lisboa e do Porto, respectivamente, José Veloso Salgado e Luciano Monteiro Freire<sup>5</sup>.

Tendo em conta a necessidade de uma boa distinção com moedas de alpaca em circulação (cores semelhantes), as bases deste concurso determinaram que as composições artísticas da nova moeda de prata teriam que ser bem diferentes, ou seja, não podiam ter nem o busto da República, nem o escudo ornamentado de formato regimental.

Esta cláusula seria determinante para a eliminação de um dos concorrentes premiados, o escultor Simões de Almeida (Sobrinho), cujos modelos seriam depois seleccionados para a futura moeda de ouro, conforme consta no Decreto-Lei n.º 20 372, de 10 de Outubro de 1931.

Ficaram, assim, compostas as faces das novas moedas de ouro da 2.ª República, que nunca chegariam a ser gravadas no metal nem cunhadas:

*Anverso* – ao centro, o busto da República de perfil à esq., com barrete frígio e coroa de louros, ladeado pela legenda «República Portuguesa», tendo por baixo da cabeça a era de cunhagem;

*Reverso* – ao centro, o escudo das Armas nacionais, ladeado por fachos sobre ramos de oliveira, tendo ao alto o valor em algarismos, dentro de cartela lisa e, em baixo, a designação da unidade de conta, dentro de cartela lisa.

### As Provas de Ouro Comemorativas

Outros registos documentais dão conta das provas de ouro que se fizeram em 1954 e 1966, de amoedações comemorativas. Assim e por ocasião do lançamento da moeda

---

(5) INCM/CDI. Arquivo Histórico da Casa da Moeda, *Amoedação do Continente, Amoedação da Prata*, cx. 3, proc. 4102, vol. 1 (1931-1934); portaria de 31 de Agosto de 1931.



comemorativa de prata de 20\$ alusiva aos 25 anos do Ressurgimento Financeiro (1928-1953), foram cunhados três exemplares de ouro (toque 900/1000, peso 36.32 g), oferecidos ao Presidente da República e ao Presidente do Conselho de Ministros, sendo o terceiro depositado no Museu Numismático<sup>6</sup>.



3 – Primeira série das moedas comemorativas dos Descobrimentos Portugueses, emitida em 1987-1988. A moeda de ouro «BNC» alusiva à passagem do cabo Bojador por Gil Eanes em 1434, cunhada por Cavaco Silva na cerimónia na Casa da Moeda, foi entregue ao Museu Numismático Português.

(6) Id., *ibid.*, cx. 3, proc. 4102. Moeda Comemorativa da Renovação Financeira; *Amoedação do Ouro*, cx. 4, proc. 4105; e Almeida do Amaral, *Catálogo Descritivo das Moedas Portuguesas do Museu Numismático Português*, tomo III, INCM, Lisboa, 1990, p. 613, inventário n.º 22 802.

O mesmo aconteceu em 1966, quando a inauguração da «Ponte Salazar» sobre o Tejo, em Lisboa, foi motivo para a cunhagem de um novo tipo de moeda de 20\$ de prata, de que se cunharam também três exemplares de ouro (toque 900/1000, peso 19.2 g), com os mesmos destinos<sup>7</sup>.

### Os Espécimes Numismáticos dos Descobrimentos

Entre todas as moedas comemorativas cunhadas no período posterior a 1983 sobressai, pela sua extensão, variedade e qualidade, a colecção de 44 moedas do Programa Monetário e Numismático alusivo aos Descobrimentos Portugueses, emitidas em 11 séries de 4 moedas cada ao longo dos quinze anos da vigência da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (1987-2001). Deste Programa resultou a afectação de cerca de 6 milhões de contos à Comissão Nacional, ou seja, cerca de 30 por cento do seu orçamento de funcionamento nesse período de quinze anos.

Proclamado como o mais importante programa histórico da numismática mundial contemporânea, seria galardoado em 1992 com o Prémio Europeu de Numismática «Vreneli '92», em reconhecimento da sua notável contribuição para a valorização da moderna indústria da moeda<sup>8</sup>.

Além das moedas de cuproníquel destinadas à distribuição pública pelo valor facial, foram cunhadas versões especiais para colecionadores, em metais preciosos (prata, ouro, paládio e platina), constituindo-se assim colecções de elevado valor intrínseco para comercialização nos mercados numismáticos internacionais, acompanhadas pela oferta de reproduções de mapas antigos e de livros muito ilustrados e de linguagem acessível, contando a história «por detrás das moedas» de cada série emitida, com edição em várias línguas.

Foi desta colecção que saiu a primeira cunhagem de ouro regular na vigência do regime republicano, muito embora com o carácter de espécime numismático de moedas comemorativas, não sendo destinadas a circular pelo valor facial, mas a serem vendidas nos mercados colecionistas.

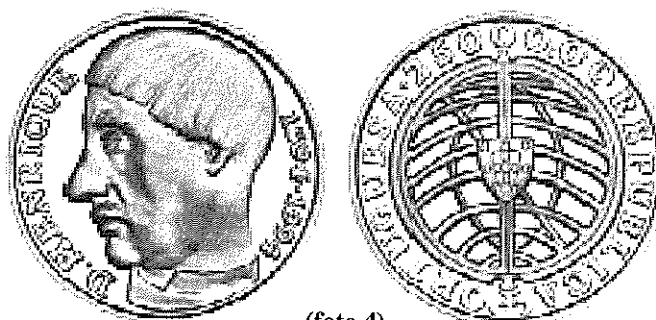
Teve honras de cerimónia solene, na Casa da Moeda, essa primeira cunhagem de ouro, no dia 23 de Outubro de 1987, com a presença do Primeiro Ministro, Prof. Cavaco Silva e inúmeras personalidades<sup>9</sup>.

---

(7) *Id.*, *ibid.*, ex. 3, proc. 4102, Moeda Comemorativa da Ponte Salazar; e Almeida do Amaral, ob. citada, tomo III, p. 615, inventário n.º 24 006.

(8) A história desta colecção vem descrita em pormenor no meu texto introdutório ao catálogo da exposição *Moedas Comemorativas dos Descobrimentos Portugueses*, CNCDP /Banco de Portugal, Lisboa, Outubro-Dezembro de 2001.

(9) Veja-se a reportagem publicada na *Revista Moeda*, n.º 6, vol. XII, Novembro-Dezembro de 1987, pp. 183-190.



(foto 4)

4 – Ensaio da moeda de ouro de 25 000 escudos comemorativa do 6.º centenário do nascimento do Infante D. Henrique (1394-1994), da autoria de Clara Menéres. Foram cunhados dois exemplares «BNC» e outros dois «Proof» (peso médio 10 g. dia. 23 mm), depositados no Museu Numismático Português.

Nas moedas das primeiras duas séries, com o valor facial de 100 escudos, o metal utilizado veio das minas de Jales, um facto que se quis deixar assinalado pela marca monetária “J” no anverso desses espécimes. Apesar de se ter deixado de recorrer ao minério aurífero português nas restantes séries do Programa, essa marca continuou a ser utilizada em todas as moedas de ouro até ao final.

#### A última tentativa de 1994

Em 1993, por ocasião do planeamento das actividades das comemorações nacionais do 6.º centenário do nascimento do Infante D. Henrique, surgiu a ideia de se homenagear de forma singular essa figura carismática da história de Portugal, pela cunhagem de uma moeda de ouro de curso legal e distribuição pública pelo valor facial. A concretizar-se, esta moeda seria a primeira moeda de ouro corrente a ser emitida desde 1911.

Após a aprovação pelo Governo do plano anual de moedas comemorativas para 1994, o projecto de uma moeda de ouro com o valor facial de 25 000 escudos começou a tomar forma e corpo numismático.

Dos desenhos seleccionados, da autoria da escultora Clara Menéres, surgiram as esculturas em gesso e os primeiros ensaios de cunho, revelando uma moeda de rara beleza plástica, com um notável retrato do Infante à maneira renascentista, realista e humanista.

No decurso do processo de apreciação pelo Governo do projecto de diploma a autorizar esta amodação, o Banco de Portugal auscultou as instituições de crédito nacionais, distribuidoras ao público das moedas metálicas correntes, recebendo intenções de reserva de 20 000 exemplares, ou seja, de um volume previsível de emissão de 500 000 contos (equivalente ao volume de emissão de uma moeda de prata de 1 000 escudos).

Quando tudo parecia normalmente encaminhado, o banco central mudou de opinião, retirando o seu acordo à emissão desta moeda como espécie corrente, não se opondo, contudo, antes sugerindo ao Governo, que a mesma fosse emitida como espécime numismático sem curso legal, evitando-se, assim, que pudesse ser utilizada como meio de pagamento.

Não sendo prática em Portugal a cunhagem de moedas sem curso legal – que iria contra toda a legislação monetária em vigor – a falta de acordo entre o Estado e o Banco de Portugal inviabilizou a cunhagem desta moeda.

Dela ficaram apenas alguns ensaios monetários depositados no Museu Numismático Português<sup>10</sup> e as reproduções em cobre galvanizado e dourado das suas esculturas originais, que estiveram patentes ao público na exposição realizada na Casa dos Bicos entre Outubro e Dezembro de 2001<sup>11</sup>.

Faltou nessa ocasião ao Banco de Portugal uma maior capacidade de inovação, de um sentir que se iria fazer história com a emissão dessa moeda, que foi precisamente dessa capacidade, a «arte e o engenho» dos portugueses, que foi possível realizar a saga dos Descobrimentos...

Mas a História também é feita daquilo que não se fez, podendo ter sido feito, ficando esta moeda como testemunho perene da última tentativa de se ter em Portugal um Escudo de ouro republicano.

Lisboa, Dezembro de 2001

---

(10) Veja-se Alberto Gomes, *Moedas Portuguesas*, 2.ª ed., Lisboa, 1996, p. 432 (Ensaio ref.ª E 19.01).

(11) Veja-se o catálogo da exposição acima referido, p. 68.

## ÍNDICE

RUI M. S. CENTENO – <i>Os 50 anos da sociedade portuguesa de numismática</i> .....	5
M. BENEDITA C. DA S. DE GUINEA BARBOSA – <i>Tesouros monetários romanos em Portugal: da República ao Reinado de Augustus</i> .....	7
JOSÉ RUIVO – <i>O Tesouro do Coiço (Concelho de Penacova, distrito de Coimbra)</i>	145
H. V. LIVERMORE – <i>Reis suevos e a igreja de São Martinho na formação de Portugal</i> .....	157
J. A. GODINHO MIRANDA/CARLOS MARQUES DA COSTA – <i>Dobras pé de terra</i> .....	173
JOSÉ RODRIGUES MARINHO – <i>As emissões em cobre de D. Pedro II nos anos de 1699 e 1703</i> .....	181
JOSÉ RODRIGUES MARINHO – <i>Adenda à Nummvs, 1991-1992</i> .....	227
ANTÓNIO MANUEL TRIGUEIROS – <i>Os escudos de ouro da República</i> .....	231



Fotocomposição, Impressão e Acabamentos

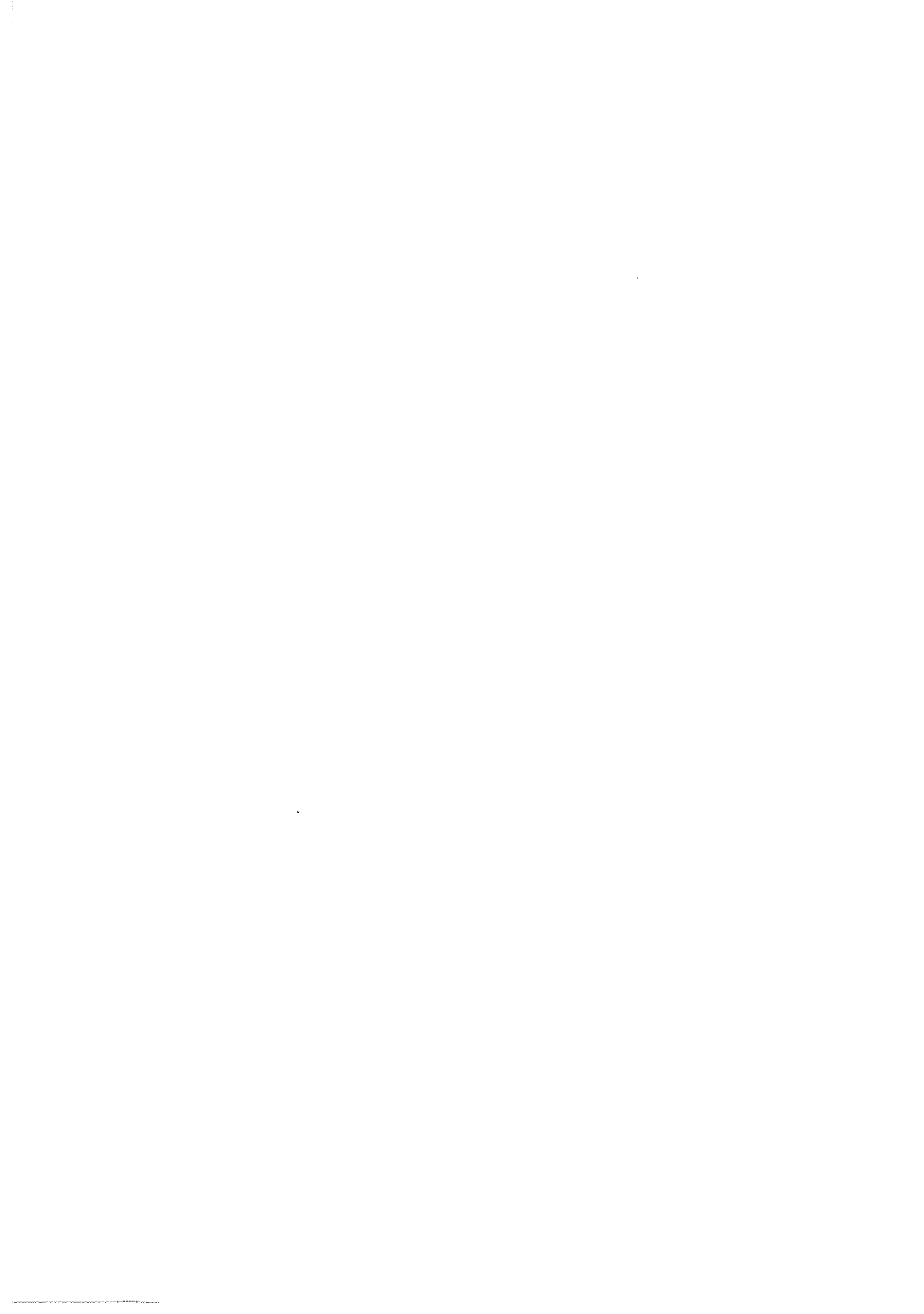
*Tipografia Nunes, Lda*

Rua D. João IV, 590

4000-299 Porto

email: [nunesig@mail.telepac.pt](mailto:nunesig@mail.telepac.pt)

[www.t-nunes.pt](http://www.t-nunes.pt)





## GUIA PARA A APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS

1. Os originais serão apresentados dactilografados em folhas de tamanho A4, a dois espaços e com uma margem esquerda de pelo menos 3 cm. A SPN agradece a todos os Autores que utilizam computadores MACINTOSH para processamento de texto, o envio dos seus trabalhos em *disquete*.
2. As referências bibliográficas devem seguir as normas adoptadas pela revista NVMMVS e utilizar as abreviaturas em baixo listadas. Dispensa-se a indicação do editor nos livros e do lugar de edição nas revistas.

### Exemplo de citação de um livro:

R. M. S. Centeno, *Circulação monetária no noroeste de Hispânia até 192*, (Anexos Nvmmvs nº. 1), Porto 1987.

### Exemplo de citação de um artigo de revista, actas de congresso ou outra colectânea:

J. G. Barata, "Moedas portuenses no reinado de D. Maria (1833 e 1847)" *Nvmmvs* 2ª Série, XI 1987 p. 15-41.

3. As ilustrações (fotografias, desenhos, mapas...) podem ser organizados em estampas acompanhadas da respectiva numeração romana ou entrar no texto como figuras numeradas em árabe.
4. Os originais devem ser acompanhados por um **resumo em português** e, se possível, por uma versão em francês ou inglês.
5. Aconselha-se os Autores a conservar uma cópia de todos os originais enviados, uma vez que a SPN não se compromete na sua devolução.
6. Por cada original publicado a SPN oferece 25 separatas e um exemplar do volume correspondente da revista *Nvmmvs*.
7. Para todos os assuntos relacionados com a preparação e envio de originais contactar com a redacção da revista.

## ABREVIATURAS

- AIIN – *Annali del Istituto Italiano di Numismatica*, Roma.  
AJN – *American Journal of Numismatics*, Nova Iorque.  
AN – *Acta Numismática*, Barcelona.  
AP – *O Archeologo Português / O Arqueólogo Português*, Lisboa.  
Aragão – A. C. Teixeira de Aragão, *Descrição geral e histórica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal*, 3 vols., Lisboa 1874-1880.  
BAR – Série British Archaeological Reports.  
CIL – *Corpus Inscriptionum Latinarum*, Berlim 1863-  
CNH – L. Villaronga, *Corpus nummum hispaniae ante Augusti aetatem*, Madrid 1994.  
Cohen – H. Cohen, *Description historique des monnaies frappées sous l'Empire Romain*, vols., Paris 1880-1892.  
F. Vaz – J. Ferraro Vaz, *Livro das moedas de Portugal*, 2 vols., Braga 1969.  
GN – *Gaceta Numismática*, Barcelona.  
JNG – *Jarhbuch für Numismatik und Geldgeschichte*, Munique.  
LRBC – P. V. Hill, J. P. Kent, R. A. G. Carson, *Late Roman Bronze Coinage*, A. D. 324-98, Londres 1965.  
MIB – W. Hahn, *Moneta Imperii Byzantini*, Viena 1973-  
Miles – G. Miles, *The Coinage of the Visigoths of Spain: Leovigild to Achila II*. Nova Iorque 1952.  
MN – *The American Numismatic Society Museum Notes*, Nova Iorque.  
NC – *The Numismatic Chronicle*, Londres.  
NH – *Numario Hispánico*, Barcelona.  
NZ – *Numismatische Zeitschrift*, Viena.  
RIC – H. Mattingly, E. A. Sydenham e outros, *The Roman Imperial Coinage*, Londs 1923-  
RN – *Revue Numismatique*, Paris.  
RPC – A. Burnett, M. Amandry, P. P. Ripollès, *Roman Provincial Coinage*, Vol. I: *From the death of Caesar to the death of Vitellius* (44BC-AD69), Londres/Paris 1992.  
RRC – M. H. Crawford, *The Roman Republican Coinage*, Cambridge 1974.  
QT – *Quaderni Ticinesi. Numismática e Antichità Classiche*, Lugano.  
SNG – *Sylloge Nummorum Graecorum*.  
SNR – *Schweizerische Numismatische Rundschau*, Berna.  
Tomasini – W. J. Tomasini, *The Barbaric Tremissis in Spain and Southern France: Anastasius to Leovigild*, (Numismatic Notes and Monographs nº. 152), Nova Iorque 1964.  
Vives – A. Vives y Escudero, *La moneda hispánica*, 5 vols.+ Atlas, Madrid 1924-195.

